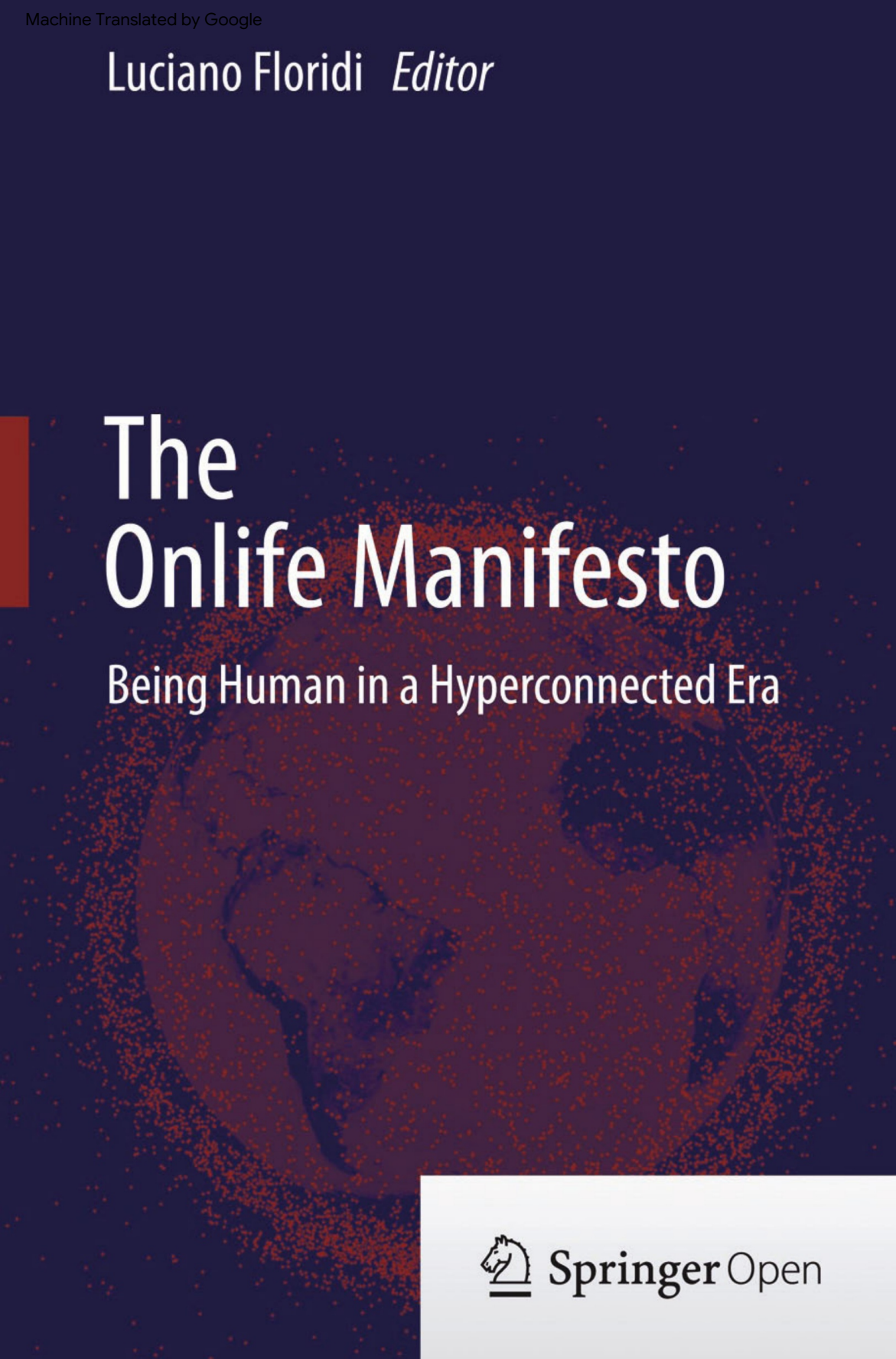
Machine Translated by Google

Luciano Floridi *Editor*

# The Onlife Manifesto

## Being Human in a Hyperconnected Era



Springer Open

Machine Translated by Google

# O Manifesto Onlife

Machine Translated by Google

Luciano Floridi
editor

# O Manifesto Onlife

## Ser humano em uma era hiperconectada

Springer Open

Machine Translated by Google

*editor*
Luciano Floridi
Instituto de Internet de Oxford
Universidade de Oxford
Oxford, Oxfordshire
Reino Unido

Imagem feita a partir de modelos usados para rastrear detritos na órbita da Terra. Dos aproximadamente 19.000 objetos feitos pelo homem maiores que 10 centímetros na órbita da Terra em julho de 2009, a maioria orbita perto da Terra. Fonte: Observatório da Terra da NASA / Escritório do Programa de Detritos Orbitais: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Space_Debris_Low_Earth_Orbit.png data de publicação original 12 de setembro de 2009.

ISBN 978-3-319-04092-9 DOI 10.1007/978-3-319-04093-6
ISBN 978-3-319-04093-6 (e-book)
Springer Cham Heidelberg Nova York Dordrecht Londres

Número de controle da Biblioteca do Congresso: 2014948552

© O(s) Editor(es) (se aplicável) e o(s) Autor(es) 2015. O livro é publicado com acesso aberto em SpringerLink.com

**Acesso aberto** Este livro é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.
Este trabalho está sujeito a direitos autorais. Todos os direitos comerciais são reservados ao Editor, quer se trate da totalidade ou de parte do material, especificamente os direitos de tradução, reimpressão, reutilização de ilustrações, recitação, difusão, reprodução em microfilmes ou de qualquer outra forma física, e transmissão ou informação armazenamento e recuperação, adaptação eletrônica, software de computador ou por metodologia semelhante ou diferente agora conhecida ou desenvolvida posteriormente.
O uso de nomes descritivos gerais, nomes registrados, marcas comerciais, marcas de serviço, etc. nesta publicação não implica, mesmo na ausência de uma declaração específica, que tais nomes estejam isentos das leis e regulamentos de proteção relevantes e, portanto, livres para uso. uso geral.
Embora os conselhos e as informações contidas neste livro sejam considerados verdadeiros e precisos na data de publicação, nem os autores, nem os editores, nem a editora podem aceitar qualquer responsabilidade legal por quaisquer erros ou omissões que possam ser cometidos. O editor não oferece nenhuma garantia, expressa ou implícita, com relação ao material aqui contido.

Impresso em papel sem ácido

Springer faz parte da Springer Science+Business Media (www.springer.com)

Machine Translated by Google

# Conteúdo

**Introdução** ..... ..... ... 1
Luciano Floridi

**Parte I O Manifesto Onlife**

**O Manifesto Onlife** ..... ..... 7
A Iniciativa Onlife

**Comentários da Parte II**

**Charles Ess - Comentário sobre o Manifesto Onlife** ..... 17
Charles Esse

**Luciano Floridi – Comentário ao Manifesto Onlife** ..... 21
Luciano Floridi

**Comentário ao Manifesto Onlife** ..... ..... 25
Jean-Gabriel Ganascia

**O dualismo está morto. Viva a pluralidade (em vez da dualidade)** ..... 27
Mireille Hildebrandt

**Comentário de Yiannis Laouris** ..... ..... 31
Yiannis Laouris

**Comentários ao Manifesto Onlife** ..... ..... 33
Ugo Pagallo

**Comentário ao Manifesto** ..... ..... 35
Judite Simão

**May Thorseth: Comentário do** Manifesto..... ... 37
Maio Thorseth

Machine Translated by Google



**Parte III A Iniciativa Onlife**

**Documento de referência: Repensando os espaços públicos na transição digital** ..... 41
A Iniciativa Onlife

**Parte IV Hiperconectividade**

**Hiperhistória e Filosofia das Políticas de Informação** ..... 51
Luciano Floridi

**Visões e exemplos sobre hiperconectividade** ..... 65
Jean-Gabriel Ganascia

**Parte V Identidade, Individualidade e Atenção**

**O Manifesto Onlife: Antecedentes Filosóficos, Usos da Mídia e os Futuros da Democracia e da Igualdade** ..... 89
Charles Esse

**Rumo a uma Ecologia Cinzenta** ..... 111
Stefana Broadbent e Claire Lobet-Maris

**Reengenharia e Reinvenção da Democracia e do Conceito de Vida na Era Digital** ..... 125
Yiannis Laouris

**Parte VI Complexidade, Responsabilidade e Governança**

**Responsabilidade Epistêmica Distribuída em uma Era Hiperconectada** ..... 145
Judite Simão

**Boa Governança Onlife: Sobre Lei, Ordens Espontâneas e Design** ..... 161
Ugo Pagallo

**Parte VII A Esfera Pública na Era Computacional**

**O(s) Público(s) Onlife** ..... 181
Mireille Hildebrandt

**Repensando a condição humana em uma era hiperconectada: por que a liberdade não tem a ver com soberania, mas com começos** ..... 195
Nicole Dewandre

Machine Translated by Google



**Projetando a Esfera Pública: Tecnologias da Informação e a Política de Mediação** ..... 217
Peter-Paul Verbeek

**Rumo a uma Declaração de Direitos Online** ..... 229
Sarah Oates

**Sobre tolerância e públicos fictícios** ..... 245
Maio Thorseth

**Parte VIII A Iniciativa Onlife – Conclusão**

**A Iniciativa Onlife** – Conclusão..... 261
A Iniciativa Onlife

**Índice** ..... 263

Machine Translated by Google

# Colaboradores

**Stefana Broadbent** University College Londres, Londres, Reino Unido

**Nicole Dewandre** Comissão Europeia, Direcção Geral de
Redes de Comunicação, Conteúdo e Tecnologia, Bruxelas, Bélgica

**Charles Ess** Departamento de Mídia e Comunicação, Universidade de Oslo,
Oslo, Noruega

**Luciano Floridi** Oxford Internet Institute, Universidade de Oxford, Oxford,
Oxfordshire Reino Unido

**Jean-Gabriel Ganascia** LIP6, Universidade Pierre e Marie Curie, Sorbonne
Universidades, Paris, França

**Mireille Hildebrandt** Jurisprudência, Erasmus School of Law, Vrije Universiteit
Bruxelas, Erasmus University Rotterdam, Rotterdam, Holanda

Instituto de Ciências da Computação e Informação (iCIS), Universidade Radboud
Nijmegen, Nijmegen, Holanda

Direito, Ciência, Tecnologia e Sociedade (LSTS), Vrije Universiteit Brussel, Bruxelas,
Bélgica

**Yiannis Laouris** Future Worlds Center, Chipre Neurociência e Tecnologia
Instituto, Nicósia, Chipre

Lefkosia, Chipre

Universidade **Claire Lobet-Maris** de Namur — Bélgica, Namur, Bélgica

**Sarah Oates** Philip Merrill Faculdade de Jornalismo, Universidade de Maryland,
College Park, EUA

Universidade **Ugo Pagallo** de Torino, Torino, Itália

Instituto **Judith Simon** de Filosofia, Universidade de Viena, Viena, Áustria

Grupo de Tecnologias na Prática, IT University Copenhagen, Copenhagen,
Dinamarca

Machine Translated by Google



**A Iniciativa Onlife** Oxford, Reino Unido

**May Thorseth** Departamento de Filosofia, Universidade Norueguesa de Ciência e Tecnologia, Trondheim, Noruega

Universidade **Peter-Paul Verbeek** de Twente, Enschede, Holanda

Machine Translated by Google

# sobre os autores

**Stefana Broadbent** leciona no Departamento de Antropologia da University College London. É coordenadora do Mestrado em Antropologia Digital. Anteriormente, ela fez parte do Conselho de Estratégia da Swisscom, onde também dirigiu uma unidade de pesquisa, o Observatório de Usuários. Ela fez parte da equipe de gestão da IconMedialab (agora LBi), uma consultoria digital multinacional listada em Estocolmo. Em 1993 fundou a CB&J, empresa de pesquisa que foi adquirida pela IconMedialab em 1999. Stefana possui doutorado. em Ciências Cognitivas pela Universidade de Edimburgo e licenciada em Psicologia pela Univesité de Genève. Lecionou Antropologia e Ergonomia, no Politecnico di Milano, na ENSAD de Paris. Seu livro recente L'Intimite' au Travail FYP Editions 2011 recebeu o prêmio AFCI em 2012.

**Nicole Dewandre** é conselheira para questões sociais do Diretor Geral da Direção Geral de Comunicações, Redes, Conteúdos e Tecnologias (DG CONNECT) da Comissão Europeia. Ela estudou engenharia física aplicada e economia na Universidade de Louvain, pesquisa operacional na Universidade da Califórnia (Berkeley) e filosofia na Universidade Livre de Bruxelas (ULB).
Ingressou na Comissão Europeia em 1983. Foi membro do Grupo Consultivo Central e da Unidade de Estudos Avançados, lidando com a análise estratégica da investigação e da política industrial para o Presidente da Comissão (1986-1992). Em 1993, apoiou a Presidência Belga da União Europeia nas áreas da indústria, energia e políticas do consumidor. Trabalhou depois em questões de “ciência e sociedade” (mulheres e ciência, investigação e sociedade civil), antes de ser responsável pela unidade de “desenvolvimento sustentável” que foi criada na DG Investigação entre 2007 e 2010. Atualmente trabalha na interface societal da Agenda Digital para a Europa.

**Charles M. Ess** é Professor de Estudos de Mídia, Departamento de Mídia e Comunicação, Universidade de Oslo. Ess recebeu prêmios por excelência em ensino e bolsa de estudos; ele também ocupou vários cargos de professor convidado na Europa e na Escandinávia - mais recentemente como Professor MSO (med særlige opgaver), Estudos de Mídia, Universidade de Aarhus, Dinamarca (2009-2012). Ess publicou extensivamente em Information and Computing Ethics (por exemplo, Digital Media Ethics, 2ª edição, Polity

Machine Translated by Google



Press, 2013) e em Estudos da Internet (por exemplo, [com William Dutton, OII], Edição Especial: The Rise of Internet Studies, new media and society 15 (5), 2013). Ele enfatiza abordagens interculturais, incluindo a ética da virtude e suas aplicações a questões de ser humano em uma era (analógica-)digital – por exemplo, um Webinar recente para The (EC) Grupo de Trabalho para o Futuro Digital e DG CNECT sobre normas e valores para os meios de comunicação social na era digital.

**Luciano Floridi** é professor de Filosofia e Ética da Informação na Universidade de Oxford, pesquisador sênior do Oxford Internet Institute e membro do St Cross College, Oxford. Entre seus reconhecimentos, ele foi Cátedra UNESCO de Ética da Informação e da Computação, Professor Gauss da Academia de Ciências de Göttingen, e recebeu o Prêmio Barwise da APA, o Prêmio Covey da IACAP e o Prêmio Weizenbaum do INSEIT. Ele é bolsista AISB e BCS e editor-chefe de Filosofia e Tecnologia e da Biblioteca Synthese.

Foi Presidente da “Iniciativa Onlife” da Comissão Europeia. Seus livros mais recentes são: The Ethics of Information (OUP, 2013), The Philosophy of Information (OUP, 2011), The Cambridge Handbook of Information and Computer Ethics (editor, CUP, 2010) e Information: A Very Short Introduction ( OUP, 2010).

**Jean-Gabriel Ganascia** é Professor de Ciência da Computação na Universidade Pierre e Marie Curie, membro do LIP6 (Laboratório de Ciência da Computação da UPMC) onde chefia a equipe ACASA e vice-diretor do Laboratório de Excelência OBVIL, em cooperação o Universidade Sorbonne com a UPMC em Humanidades Digitais. Suas atividades de pesquisa estão focadas em Inteligência Artificial, Ciência Cognitiva, Filosofia Computacional e Humanidades Digitais. É membro do COMETS (Comitê de Ética do CNRS) e do CERNA (Comissão de Ética das Ciências Digitais da Allistene) que coordenam os institutos franceses de pesquisa em computação. Ele também é bolsista da ECCAI. Os seus livros mais recentes são J.-G., 'Voir et pouvoir: qui nous surveille?, Editions le pommier, 2009, Idées reçues sur l'intelligence artificielle, Le cavalier bleu, 2007, e Les sciences cognitivas, Editions le pommier, 2006

**Mireille Hildebrandt** é professora de Ambientes Inteligentes, Proteção de Dados e Estado de Direito no Instituto de Ciências da Computação e da Informação (iCIS), Rad boud University Nijmegen. É Professora Associada de Jurisprudência na Escola de Direito Eras mus, Roterdão e investigadora sénior em estudos de Tecnologia e Sociedade Jurídica, Vrije Universiteit Bruxelas. Como advogada e filósofa, ela publica amplamente sobre o nexo entre direito da informação, filosofia do direito e filosofia da tecnologia. Ela co-editou Profiling and the European Citizen (Springer 2008), juntamente com Serge Gutwirth, Law, Human Agency and Autonomic Computing (Routledge 2011), juntamente com Antoinette Rouvroy, Human Law and Computer Law (Springer 2013), juntamente com Jeanne Gaakeer e Privacidade e devido processo após a virada computacional (Routledge 2013), juntamente com Katja de Vries. Ela é editora-chefe do Dutch Journal of Legal Philosophy e membro fundadora do Digital Enlightenment Forum.

Machine Translated by Google



**Yiannis Laouris** é um empreendedor social e empresarial, neurocientista, engenheiro de sistemas e ativista pela paz, atualmente atuando como cientista sênior e presidente do Instituto de Neurociência e Tecnologia de Chipre (www.cnti.org.cy) e do Future Worlds Center (www.futureworlds.eu). É membro fundador da Sociedade Cipriota de Estudos Sistémicos, membro do conselho do Institute for 21st Century Agoras e de várias empresas de alta tecnologia. Na década de 90 fundou a CYBER Kids (www.cyber-kids.com), uma rede de centros franqueados de aprendizagem de informática, que introduziu a TI na vida de milhares de crianças e adultos em diversos países. Ele promove a aplicação de tecnologias de banda larga como ferramentas para colmatar as divisões digitais, económicas, educacionais e interpessoais no nosso planeta. A sua equipa é pioneira internacionalmente na teoria e aplicação da ciência do diálogo democrático estruturado. A sua investigação visa ampliar os processos dialógicos participativos para envolver de forma assíncrona milhares de pessoas em diálogos autênticos e significativos, acelerando assim a mudança institucional e social.

**Claire Lobet-Maris** é socióloga com Ph.D. em Estudos do Trabalho. Como professora na Universidade de Namur, na Bélgica, leciona sociologia para estudantes de ciências da computação e direito, e também é Diretora Científica do CRIDS (Centro de Pesquisa em Informação, Direito e Sociedade), especializado em questões sociológicas, éticas, legais e avaliação política de questões de identidade e laços sociais associadas à sociedade da informação. A sua investigação consiste em observar e analisar as práticas mediáticas e o que elas nos dizem sobre “estar no mundo” e “viver juntos”.
É membro da Academia Belga de Ciências, representante belga do Comité de Ciências Sociais, Sciences for Europe e Perita Científica da Comissão de Ética da Allistene (Alliance des Sciences et Technologies du Numérique – Governo Francês). É vice-reitora da Universidade de Namur (Bélgica).

**Sarah Oates** é professora e académica sénior no Philip Merrill College of Jour nalism da Universidade de Maryland, College Park (EUA). Ela é autora de cinco livros sobre mídia e democracia, incluindo Revolution Stalled: The Political Limits of the Internet in the Post-Soviet Sphere (OUP, 2013) e Terrorism, Elections, and Democracy: Political Campaigns in the United States, Great Grã-Bretanha e Rússia (Palgrave Macmillan, 2009). Foi investigadora em diversas bolsas que examinaram o papel da informação na sociedade, incluindo seis financiadas pelos Conselhos de Investigação do Reino Unido. Fundadora do Google Forum UK, ela é diretora de uma bolsa do ESRC Google Analytics Social Science Research Program para estudar o impacto da pesquisa na informação dos eleitores em quatro países.

**Ugo Pagallo** é professor de Jurisprudência no Departamento de Direito da Universidade de Torino, desde 2000, docente do Centro de Estudos Jurídicos Transnacionais (CTLS) em Londres e docente do Centro NEXA para Internet e Sociedade do Politécnico de Torino. É membro do Grupo de Peritos da Iniciativa Onlife criado pela Comissão Europeia (2011-2013), e editor-chefe da série Digitalica publicada pela Giappichelli em Torino, bem como co-editor da série AICOL da Springer. Autor de nove monografias e numerosos ensaios em revistas acadêmicas, seus principais interesses são IA e direito, teoria de redes, robótica e direito de tecnologia da informação (especialmente direito de proteção de dados e direitos autorais).

Machine Translated by Google



**Judith Simon** é pesquisadora sênior da Universidade de Viena (Departamento de Filosofia) e do Instituto de Tecnologia de Karlsruhe (Instituto de Avaliação de Tecnologia e Análise de Sistemas). Fez pós-doutorado no Institut Jean Ni cod (Ecole normale supérieure) em Paris e ocupou cargos de visitante nos EUA (Stanford), Itália (Trento) e Catalunha (CSIC-IIIA Barcelona). Atualmente, ela está pesquisando a relação entre confiança, conhecimento e diversas tecnologias de computação, informação e comunicação como Investigadora Principal do projeto "Confiança Epistêmica no Sistema Epistêmico Sócio-Técnico" financiado pelo Fundo Austríaco para a Ciência. Em 2013, ela recebeu o Prêmio Herbert A. Simon da Associação Internacional de Computação e Filosofia (IACAP) por pesquisas excepcionais na interseção entre filosofia e computação. Judith atua como editora executiva da revista "Philosophy & Techology" e também coeditora da revista "Big Data & Society: Critical Interdisciplinary Inquiries", que será lançada em 2014. Seus interesses de pesquisa incluem: filosofia da informação e comunicação tecnologias, epistemologia social, filosofia feminista da ciência e tecnologia, estudos de ciência e tecnologia, avaliação de tecnologia e valores em design.

**May Thorseth** é Professora de Filosofia, Departamento de Filosofia, Universidade Norueguesa de Ciência e Tecnologia (NTNU) e Diretora do Programa de Ética Aplicada da NTNU www.ntnu.edu/appliedethics. Thorseth também é membro do grupo de gestão do Programa de Globalização da NTNU www.ntnu.edu/
global. Líder de projeto de grande projeto de pesquisa em ética aplicada Ética Aplicada: Governança da Saúde e dos Recursos Naturais (financiado pelo Conselho Norueguês de Pesquisa 2012-2015) www.ntnu.edu/appliedethics/isp-fide. Publicações selecionadas sobre ética da informação: Informação global e ética informática, 2010 (com C. Ess), em L. Floridi (ed): The Cambridge handbook of information and informática ética.
CUP (ISBN 978-0-521-88898-1), páginas 163-181; Deliberação Online: Um Impedimento Contra o Fundamentalismo Offline, 2011.Série Sócio-Legal Oñati (ISSN 2079-
5971) Volume 1 (5) pp. Confiança e mundos virtuais. Perspectivas Contemporâneas, 2011 (coeditado com C. Ess) Peter Lang Publishing Group 2011 (ISBN 978-1-4331-
0923-2)

**Peter-Paul Verbeek** (1970) é professor de filosofia da tecnologia e presidente do Departamento de Filosofia da Universidade de Twente, Holanda. Ele também é presidente da Sociedade de Filosofia e Tecnologia. A pesquisa de Verbeek concentra-se nos aspectos antropológicos e éticos das relações humano-tecnologia. Ele publicou recentemente Moralizing Technology: Understanding and Designing the Morality of Things (University of Chicago Press, 2011), no qual analisa o significado moral das tecnologias e suas implicações para a teoria ética e para as práticas de design. Ele também é autor de What Things Do: Philosophical Reflections on Technology, Agency, and Design (Penn State University Press, 2005), que investiga o fenômeno da mediação tecnológica, com aplicações ao design industrial. Atualmente está trabalhando em um livro sobre tecnologias de aprimoramento humano, no qual pretende expandir a teoria da mediação para a antropologia filosófica e integrá-la ainda mais na ética da tecnologia.

Machine Translated by Google

# Introdução

**Luciano Floridi**

No dia 8 de fevereiro de 2013, *o Manifesto Onlife1* foi lançado num evento inaugural realizado em Bruxelas pela DG Connect, a Direção Geral de Redes de Comunicações, Conteúdo e Tecnologia da Comissão Europeia.2

*O Manifesto* foi o resultado do trabalho de um grupo de académicos, organizado pela DG Connect, ao qual tive o privilégio de presidir: Stefana Broadbent, Nicole Dewandre, Charles Ess, Jean-Gabriel Ganascia, Mireille Hildebrandt, Yiannis Laouris, Claire Lobet- Maris, Sarah Oates, Ugo Pagallo, Judith Simon, May Thors eth e Peter-Paul Verbeek.

Durante o ano anterior, trabalhámos intensamente num projeto intitulado *The Onlife Initiative: reengenharia de conceito para repensar as preocupações sociais na transição digital.* 3 Decidimos adotar o neologismo "onlife" que cunhei no passado para nos referirmos à nova experiência de uma realidade hiperconectada dentro da qual não faz mais sentido perguntar se podemos estar online ou offline. Também graças a uma série de workshops organizados pela DG Connect, investigámos os desafios trazidos pelas novas tecnologias digitais. Tínhamos debatido o impacto que as TIC estão a ter na vida humana e, portanto, como podemos reprojetar conceitos-chave – como atenção, propriedade, privacidade e responsabilidade – que são essenciais para obtermos o quadro relevante e adequado dentro do qual a nossa a experiência de vida pode ser compreendida e melhorada.

No decorrer de nossas investigações, logo percebemos que o resultado de nossos esforços teria sido mais frutífero se o resumissemos em um pequeno documento – que logo ficou conhecido como O Manifesto Onlife – *e* uma série de breves comentários.

1 Para a versão eletrónica em inglês e as traduções do *Manifesto* em francês, alemão e italiano, visite http://ec.europa.eu/digital-agenda/en/onlife-manifesto.

2 A DG Connect gere *a Agenda Digital* da UE. Para mais informações consulte http://ec.europa.eu/agenda-digital/en/evento-inaugural.

3 O site do projeto está disponível em http://ec.europa.eu/digital-agenda/en/onlife-initiative.

L. Floridi **(ÿ)**
Oxford Internet Institute, Universidade de Oxford, 1 St Giles, OX1 3JS, Oxford, Reino Unido
e-mail: luciano.floridi@oii.ox.ac.uk

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI
10.1007/978-3-319-04093-6_1, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



(oferecidos voluntariamente por alguns de nós) e ensaios mais longos (contribuídos por cada um de nós) que explicariam e posicionariam *o Manifesto* nos debates atuais sobre Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

O evento inaugural representou a abertura oficial da discussão pública do nosso trabalho. Seguiram-se muitas outras reuniões públicas e apresentações internacionais.[4]
Como resultado, este livro é na verdade uma síntese da pesquisa realizada em 2012 e do feedback recebido em 2013.

O livro está organizado de forma a dar prioridade ao *Manifesto Onlife.*
Este é o documento em torno do qual gira o resto do livro. É seguido por oito breves comentários de Ess, eu mesmo, Ganascia, Hildebrandt, Laouris, Pagallo, Simon e Thorseth. O próximo capítulo é o documento de referência. Contém o material que foi utilizado para iniciar e enquadrar as conversas durante as fases iniciais do projeto. Seguem 12 capítulos. Neles, membros do grupo, inclusive eu, apresentamos algumas das ideias que nortearam nossa contribuição ao *Manifesto.* Embora cada capítulo possa ser lido independentemente do resto do livro, é uma parte modular da estrutura que levou ao *Manifesto.* Uma breve conclusão, que é mais um “a continuar”, encerra o livro. Em termos de autoria, qualquer material que não seja explicitamente atribuído a algum autor deverá ser atribuído a todo o grupo, como um trabalho colaborativo, endossado por cada um de nós.

Chega de esboço do projeto. Não acrescentarei mais detalhes porque estes podem ser encontrados no documento de referência. Em termos de uma visão geral do conteúdo do livro, nas páginas seguintes argumentamos que o desenvolvimento e a utilização generalizada das TIC estão a ter um impacto radical na condição humana. Mais especificamente, acreditamos (ver o Prefácio que introduz *o Manifesto)* que as TIC não são meras ferramentas, mas sim forças ambientais que afectam cada vez mais:

1. nossa autoconcepção (quem somos);
2. as nossas interações mútuas (como nos socializamos);
3. nossa concepção de realidade (nossa metafísica); e
4. nossas interações com a realidade (nossa agência).

Em cada caso, as TIC têm um enorme significado ético, jurídico e político, mas com o qual só recentemente começámos a aceitar.

Estamos também convencidos de que o referido impacto exercido pelas TIC se deve a pelo menos quatro grandes transformações:

a. a indefinição da distinção entre realidade e virtualidade;
b. a indefinição da distinção entre humano, máquina e natureza;
c. a reversão da escassez de informação para a abundância de informação; e
d. a mudança da primazia de coisas, propriedades e relações binárias autônomas, à primazia das interações, dos processos e das redes.

O impacto resumido em (1)–(4) e as transformações por trás de tal impacto, listadas em (a)–(d), estão testando os fundamentos de nossa filosofia, a seguir

[4] Para uma descrição, consulte http://ec.europa.eu/digital-agenda/onlife-news. Outras reuniões estão listadas aqui: https://ec.europa.eu/digital-agenda/en/past-meetings.

Machine Translated by Google



senso. Nossa percepção e compreensão das realidades que nos cercam são necessariamente mediadas por conceitos. Estes funcionam como interfaces através das quais experimentamos, interagimos e semantizamos (no sentido de dar sentido e dar significado) ao mundo. Em suma, apreendemos a realidade através de conceitos, por isso, quando a realidade muda demasiado rápida e dramaticamente, como está a acontecer hoje em dia por causa das TIC, estamos conceptualmente errados. É uma impressão generalizada que a nossa actual caixa de ferramentas conceptual já não está preparada para enfrentar os novos desafios relacionados com as TIC. Isto não é apenas um problema em si. É também um risco, porque a falta de uma compreensão conceptual clara do nosso tempo presente pode facilmente levar a projeções negativas sobre o futuro: tememos e rejeitamos aquilo que não conseguimos semantizar. O objetivo do *Manifesto,* e do resto do livro que o contextualiza, é, portanto, contribuir para a atualização do nosso quadro conceptual. É um objetivo construtivo. Não pretendemos encorajar uma filosofia de desconfiança. Pelo contrário, este livro pretende ser um contributo positivo para repensar a filosofia sobre a qual as políticas são construídas num mundo hiperconectado, para que possamos ter melhores hipóteses de compreender os nossos problemas relacionados com as TIC e de os resolver de forma satisfatória. Redesenhar ou reengenharia de nossa hermenêutica, para dizer de forma mais dramática, parece essencial, a fim de termos boas chances de compreender e lidar com as transformações em (a)-(d) e, portanto, moldar da melhor maneira as novidades em (1) –(4). É claramente uma tarefa enorme e ambiciosa, para a qual este livro só pode aspirar a contribuir.

**Isenção de responsabilidade** Todas as informações e opiniões apresentadas neste livro são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião oficial da União Europeia. Nem as instituições e órgãos da União Europeia, nem qualquer pessoa que atue em seu nome, podem ser responsabilizados pela utilização que possa ser feita das informações neles contidas.

**Agradecimentos** Muitas pessoas nos ajudaram desde a elaboração do projeto da *Iniciativa Onlife* em 2011 para podermos mencioná-las explicitamente aqui. Contudo, algumas pessoas foram fundamentais na realização deste livro e a elas vai toda a nossa gratidão. Nós, como grupo, gostaríamos de agradecer, na DG Connect, a Robert Madelin, Diretor-Geral; Franco Accordino, Chefe da Força-Tarefa “Futuros Digitais”; e Roua Abbas, Igor Caldeira, Orestis Kouloulas, Julia Molero Maldonado e Nicole Zwaaneveld, da Secretaria dos Assessores do Diretor-Geral; e, na Springer, Ties Nijssen, Editor de Publicação de História e Filosofia da Ciência e Lógica, e Lue Christi, Assistente Editorial de História e Filosofia da Ciência e Lógica. Meus agradecimentos pessoais a todos os *onlifers,* como ficamos conhecidos, por suas contribuições maravilhosas e por tudo o que aprendi com eles, e a Penny Driscoll, minha assistente pessoal, por sua ajuda indispensável na edição do volume.

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

Machine Translated by Google

# Parte I
# O Manifesto Onlife

Machine Translated by Google

# O Manifesto Onlife

**A Iniciativa Onlife**

**Prefácio** A implantação das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a sua aceitação pela sociedade afectam radicalmente a condição humana, na medida em que modificam as nossas relações connosco próprios, com os outros e com o mundo. A difusão cada vez maior das TIC abala os quadros de referência estabelecidos através das seguintes transformações1 :

eu. a indefinição da distinção entre realidade e virtualidade;
ii.a indefinição das distinções entre humano, máquina e natureza;
iii.a reversão da escassez de informação para a abundância de informação; e
iv. a mudança da primazia das entidades para a primazia das interações.

O mundo é apreendido pela mente humana através de conceitos: a percepção é necessariamente mediada por conceitos, como se fossem as interfaces através das quais a realidade é experienciada e interpretada. Os conceitos fornecem uma compreensão das realidades circundantes e um meio de apreendê-las. No entanto, a atual caixa de ferramentas conceptual não está preparada para enfrentar os novos desafios relacionados com as TIC e conduz a projeções negativas sobre o futuro: tememos e rejeitamos aquilo que não conseguimos compreender e dar sentido.

Para reconhecer tal inadequação e explorar conceptualizações alternativas, um grupo de 15 académicos em antropologia, ciência cognitiva, ciência da computação, engenharia, direito, neurociência, filosofia, ciência política, psicologia e sociologia, instigou a Iniciativa Onlife, um *pensamento* coletivo exercício para explorar as consequências políticas relevantes dessas mudanças. Este exercício de reengenharia de conceitos procura inspirar a reflexão sobre o que nos acontece e repensar o futuro com maior confiança.

Este *Manifesto* visa lançar um debate aberto sobre os impactos da era computacional nos espaços públicos, na política e nas expectativas da sociedade em relação à elaboração de políticas no âmbito da Agenda Digital para a competência da Europa. De forma mais ampla, este *Manifesto* pretende iniciar

1 Essas transformações estão descritas na íntegra no documento de base da Iniciativa Onlife, disponível em https://ec.europa.eu/digital-agenda/en/onlife-initiative.



L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI
10.1007/978-3-319-04093-6_2, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



uma reflexão sobre a forma como um mundo hiperconectado exige repensar os quadros referenciais sobre os quais as políticas são construídas. Isto é apenas um começo…

## 1 Fim do jogo para a modernidade?

*Ideias que prejudicam a capacidade da elaboração de políticas para enfrentar os desafios de uma era hiperconectada*

§ 1.1 A filosofia e a literatura há muito que desafiam e revisam alguns pressupostos fundamentais da modernidade. No entanto, os conceitos políticos, sociais, jurídicos, científicos e económicos e as narrativas relacionadas subjacentes à elaboração de políticas ainda estão profundamente ancorados em pressupostos questionáveis da modernidade. A modernidade tem sido, de facto – para alguns ou muitos – uma viagem agradável e que tem produzido múltiplos e grandes frutos em todas as esferas da vida. Também teve suas desvantagens. Independentemente destes debates, é nossa opinião que as restrições e possibilidades da era computacional desafiam profundamente alguns dos pressupostos da modernidade.

§ 1.2 A modernidade tem sido uma época de uma relação tensa entre os seres humanos e a natureza, caracterizada pela busca humana de desvendar os segredos da natureza e, ao mesmo tempo, considerar a natureza como um reservatório passivo e infinito. O progresso era a utopia central, aliado à busca por uma postura onisciente e onipotente2 . Os desenvolvimentos no conhecimento científico (termodinâmica, electromagnetismo, química, fisiologia…) trouxeram uma lista interminável de novos artefactos em todos os sectores da vida.
Apesar da profunda ligação entre os artefactos e a natureza, continua a assumir-se uma alegada divisão entre os artefactos tecnológicos e a natureza. O desenvolvimento e a implantação das TIC contribuíram enormemente para confundir esta distinção, na medida em que continuar a utilizá-las como se ainda estivessem operacionais é ilusório e torna-se contraproducente.

§ 1.3 A racionalidade e a razão desencarnada eram os atributos especificamente modernos dos humanos, tornando-os distintos dos animais. Como resultado, a ética era uma questão de sujeitos autónomos racionais e desencarnados, e não uma questão de seres sociais. E a responsabilidade pelos efeitos provocados pelos artefactos tecnológicos era atribuída ao seu designer, produtor, retalhista ou utilizador. As TIC desafiam estes pressupostos, apelando a noções de responsabilidade distribuída.

§ 1.4 Finalmente, as cosmovisões e as organizações políticas modernas estavam permeadas por metáforas mecânicas: forças, causação e, acima de tudo, controlo tinham uma importância primordial. Os padrões hierárquicos foram modelos-chave para a ordem social. As organizações políticas eram representadas pelos Estados da Vestefália, exercendo poderes soberanos no seu território. Nesses Estados, considerou-se que os poderes legislativo, executivo e judiciário se equilibravam e protegiam contra o risco de abuso de poder. Ao permitirem sistemas multiagentes e abrirem novas possibilidades para a democracia directa, as TIC desestabilizam e exigem que se repensem as visões do mundo e as metáforas subjacentes às estruturas políticas modernas.

---

[2] Por postura entendemos a dupla noção de postura *e* pose, ou, em outras palavras, de ocupar uma posição *e* ser visto ocupando-a.

Machine Translated by Google



## 2 Na esquina de Frankenstein e Big Brother

*Medos e riscos numa era hiperconectada*

§ 2.1 É digno de nota que a dúvida cartesiana e as suspeitas relacionadas sobre o que é percebido através dos sentidos humanos levaram a uma confiança cada vez maior no controle em todas as suas formas. Na modernidade, o conhecimento e o poder estão profundamente ligados ao estabelecimento e à manutenção do controlo. O controle é ao mesmo tempo procurado e ressentido. Os medos e os riscos também podem ser percebidos em termos de controlo: demasiado controlo – à custa da liberdade – ou falta dele – à custa da segurança e da sustentabilidade. Paradoxalmente, nestes tempos de crise económica, financeira, política e ambiental, é difícil identificar quem tem o controlo de quê, quando e em que âmbito. É difícil atribuir responsabilidades e obrigações de forma clara e endossá-las de forma inequívoca. As responsabilidades distribuídas e emaranhadas podem ser erroneamente entendidas como uma licença para agir de forma irresponsável; estas condições podem tentar ainda mais os líderes empresariais e governamentais a adiar decisões difíceis e, assim, levar à perda de confiança.

§ 2.2 Experimentar a liberdade, a igualdade e a alteridade nas esferas públicas torna-se problemático num contexto de identidades cada vez mais mediadas e de interações calculadas, como a definição de perfis, a publicidade direcionada ou a discriminação de preços. A qualidade das esferas públicas é ainda mais prejudicada pelo aumento do controlo social através da vigilância mútua ou lateral *(souveillance),* que não é necessariamente melhor do que a vigilância do “irmão mais velho”, como mostra cada vez mais o cyberbullying.

§ 2.3 A abundância de informações também pode resultar em sobrecarga cognitiva, distração e amnésia (o presente esquecido). Novas formas de vulnerabilidades sistémicas surgem da crescente dependência de infra-estruturas informacionais. Os jogos de poder nas esferas online podem levar a consequências indesejáveis, incluindo a perda de poder das pessoas, através da manipulação de dados. A repartição do poder e da responsabilidade entre autoridades públicas, agentes empresariais e cidadãos deve ser equilibrada de forma mais justa.

## 3 O dualismo está morto! Viva as Dualidades!

*Agarrando os desafios*

§ 3.1 Ao longo do nosso esforço coletivo, uma questão sempre voltava ao palco: “o que significa ser humano numa era hiperconectada?” Esta questão fundamental não pode receber uma resposta única e definitiva, mas abordá-la revelou-se útil para enfrentar os desafios do nosso tempo. Acreditamos que a melhor maneira de lidar com esses desafios é privilegiar pares duais em detrimento de dicotomias de oposição.

Machine Translated by Google



## *3.1 Controle e Complexidade*

§ 3.2 No mundo da vida, os artefactos deixaram de ser meras máquinas que funcionam simplesmente de acordo com instruções humanas. Podem mudar de estado de forma autónoma e fazê-lo explorando a riqueza exponencialmente crescente de dados, cada vez mais disponíveis, acessíveis e processáveis através de TIC em rápido desenvolvimento e cada vez mais difundidas. Os dados são registrados, armazenados, computados e realimentados em todas as formas de máquinas, aplicações e dispositivos de maneiras inovadoras, criando oportunidades infinitas para ambientes adaptativos e personalizados. Filtros de vários tipos continuam a corroer a ilusão de uma percepção objectiva e imparcial da realidade, ao mesmo tempo que abrem novos espaços para interacções humanas e novas práticas de co

§ 3.3 No entanto, é precisamente no momento em que uma postura de omnisciência/ onipotência pode ser percebida como atingível que se torna óbvio que se trata de uma quimera, ou pelo menos de um alvo em constante movimento. O fato de o ambiente ser permeado por fluxos e processos de informação não o torna um ambiente onisciente/ onipotente. Pelo contrário, exige novas formas de pensar e de fazer a vários níveis, a fim de abordar questões como propriedade, responsabilidade, privacidade e autodeterminação.

§ 3.4 Até certo ponto, complexidade pode ser vista como outro nome para contingência. Longe de desistir da responsabilidade em sistemas complexos, acreditamos que é necessário reavaliar as noções recebidas de responsabilidade individual e colectiva. A própria complexidade e emaranhado de artefactos e humanos convida-nos a repensar a noção de responsabilidade em tais sistemas sociotécnicos distribuídos.

§ 3.5 A distinção clássica de Friedrich Hayek entre *cosmos* e *táxis,* isto é, evolução versus construção, traça uma linha entre ordens espontâneas (supostamente naturais) e planeamento humano (político e tecnológico). Agora que os artefactos *capturados globalmente* escaparam ao controlo humano, embora tenham tido origem em mãos humanas, metáforas biológicas e evolutivas também podem aplicar-se a eles. A subsequente perda de controle não é *necessariamente* dramática. As tentativas de recuperar o controle de maneira compulsiva e irreflexiva são um desafio ilusório e estão fadadas ao fracasso. Assim, a complexidade das interacções e a densidade dos fluxos de informação já não são redutíveis apenas aos *táxis .* Portanto, as intervenções de diferentes agentes nestes sistemas sociotécnicos emergentes requerem aprender a distinguir o que deve ser considerado como *semelhante a um cosmos,* ou seja, como um determinado ambiente seguindo o seu padrão evolutivo, e o que deve ser considerado como *semelhante a um táxi,* ou seja , , ao alcance de uma construção que responda eficazmente às intenções e/ou propósitos humanos.

## *3.2 Público e Privado*

§ 3.6 A distinção entre público e privado tem sido frequentemente compreendida em termos espaciais e de oposição: a casa versus a *ágora,* a empresa privada versus a instituição pública, a colecção privada versus a biblioteca pública, e assim por diante. A implantação das TIC aumentou a indefinição da distinção quando expressa em termos espaciais e dualistas. A Internet é uma extensão importante do público

Machine Translated by Google



espaço, mesmo quando operado e de propriedade de atores privados. As noções de públicos fragmentados, de terceiros espaços e de bens comuns, e o foco crescente no uso em detrimento da propriedade desafiam a nossa compreensão actual da distinção público-privado.

§ 3.7 No entanto, consideramos que esta distinção entre privado e público é mais relevante do que nunca. Hoje, o privado está associado à intimidade, à autonomia e ao abrigo do olhar público, enquanto o público é visto como o domínio da exposição, da transparência e da responsabilização. Isto pode sugerir que o dever e o controlo estão do lado do público e a liberdade está do lado do privado. Esta visão cega-nos para as deficiências do privado e para as possibilidades do público, onde estas últimas também são constituintes de uma boa vida.

§ 3.8 Acreditamos que todos precisam *de* abrigo do olhar público *e* exposição. A esfera pública deve promover uma série de interações e compromissos que incorporem uma opacidade fortalecedora do eu, a necessidade de auto-expressão, o desempenho da identidade, a oportunidade de se reinventar, bem como a generosidade do esquecimento deliberado.

## 4 propostas para melhor servir políticas

*Mudanças conceituais com consequências políticas relevantes para uma boa governança na vida*

### *4.1 O Eu Relacional*

§ 4.1 Um dos paradoxos da modernidade é o facto de oferecer duas explicações contraditórias sobre o que é o self. Por um lado, no domínio político, o eu é considerado *livre,* e "livre" é frequentemente entendido como sendo autónomo, desencorpado, racional, bem informado e desligado: um eu individual e atomístico.
Por outro lado, em termos científicos, o self é um *objecto* de investigação entre outros e, a este respeito, é considerado totalmente analisável e previsível. Ao centrar-se nas causas, incentivos ou desincentivos numa perspectiva instrumental, esta forma de conhecimento visa muitas vezes influenciar e controlar comportamentos, a nível individual e colectivo. Assim, existe uma oscilação constante entre uma representação política do eu, como racional, desencarnado, autónomo e desligado, por um lado, e uma representação científica do eu, como heterónomo e resultante de contextos multifactoriais plenamente explicáveis pela gama de disciplinas científicas (sociais, naturais e tecnológicas).

§ 4.2 Acreditamos que é hora de afirmar, *em termos políticos,* que nós mesmos somos *livres* e sociais, ou seja, que a liberdade não ocorre num vácuo, mas num espaço de possibilidades e restrições: juntamente com a liberdade, nós mesmos derivam e aspiram a relacionamentos e interações com outros eus, artefatos tecnológicos e o resto da natureza. Como tal, os seres humanos são "livres com elasticidade", para emprestar

Machine Translated by Google



uma noção econômica. A natureza contextual da liberdade humana é responsável tanto pelo carácter social da existência humana como pela abertura dos comportamentos humanos que permanecem, até certo ponto, teimosamente imprevisíveis. Moldar políticas no âmbito da experiência Onlife significa resistir à suposição de um eu racional desencarnado e, em vez disso, estabilizar uma concepção política do eu como um eu inerentemente relacional e livre.

### *4.2 Tornando-se uma sociedade alfabetizada digitalmente*

§ 4.3 A utopia da omnisciência e da omnipotência implica frequentemente uma atitude instrumental em relação ao outro e uma compulsão para transgredir fronteiras e limites. Estas duas atitudes constituem sérios obstáculos para pensar e vivenciar as esferas públicas na forma de pluralidade, onde os outros não podem ser reduzidos a instrumentos e onde o autocontrole e o respeito são necessários. As políticas devem basear-se numa investigação crítica de como os assuntos humanos e as estruturas políticas são profundamente mediados pelas tecnologias. Endossar a responsabilidade numa realidade hiperconectada exige reconhecer como as nossas ações, percepções, intenções, moralidade e até corporalidade estão entrelaçadas com as tecnologias em geral e com as TIC em particular. O desenvolvimento de uma relação crítica com as tecnologias não deve ter como objectivo encontrar um lugar transcendental fora destas mediações, mas sim uma compreensão imanente de como as tecnologias nos moldam como humanos, enquanto nós, humanos, moldamos criticamente as tecnologias.

§ 4.4 Achamos útil pensar em reavaliar essas noções recebidas e desenvolver novas formas de práticas e interações *in situ* na seguinte frase: “construir a jangada enquanto nadamos”.

### *4.3 Cuidando de Nossas Capacidades de Atenção*

§ 4.5 A abundância de informação, incluindo desenvolvimentos de “big data”, induz grandes mudanças em termos conceptuais e práticos. As noções anteriores de racionalidade presumiam que a acumulação de informação e conhecimento arduamente conquistados levaria a uma melhor compreensão e, portanto, ao controlo. O ideal enciclopédico ainda existe e o foco permanece principalmente na adaptação das nossas capacidades cognitivas, *expandindo*- as na esperança de acompanhar uma infosfera sempre crescente. Mas esta expansão interminável está a tornar-se cada vez menos significativa e menos eficiente na descrição das nossas experiências diárias.

§ 4.6 Acreditamos que as sociedades devem proteger, valorizar e nutrir as capacidades de atenção dos seres humanos. Isso não significa desistir de buscar melhorias: isso sempre será útil. Em vez disso, afirmamos que as capacidades de atenção são um bem finito, precioso e raro. Na economia digital, a atenção é abordada como uma mercadoria a ser trocada no mercado ou a ser canalizada nos processos de trabalho. Mas esta abordagem instrumental da atenção negligencia as suas dimensões sociais e políticas, ou seja, o facto de que a capacidade e o direito de focar a nossa própria atenção é uma condição crítica e necessária para a autonomia, a responsabilidade, a reflexividade, a pluralidade, o envolvimento

Machine Translated by Google



presença e um senso de significado. Na mesma medida em que os órgãos não devem ser trocados no mercado, as nossas capacidades de atenção merecem tratamento protector. O respeito pela atenção deve estar vinculado a direitos fundamentais como a privacidade e a integridade corporal, pois a capacidade atencional é um elemento inerente ao eu relacional pelo papel que desempenha no desenvolvimento da linguagem, da empatia e da colaboração. Acreditamos que, além de oferecer escolhas informadas, as configurações padrão e outros aspectos concebidos das nossas tecnologias devem respeitar e proteger as capacidades de atenção.

§ 4.7 Em suma, afirmamos que deveria ser dada mais atenção colectiva à própria atenção como um atributo humano inerente que condiciona o florescimento das interacções humanas e das capacidades para se envolver em acções significativas na experiência da vida.

Este Manifesto é apenas um começo…

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

Machine Translated by Google

parte II

# Comentários

Machine Translated by Google

# Charles Ess - Comentário sobre The Onlife Manifesto

**Charles Esse**

§ 1.1. Reviso muitos desses desafios e alternativas recentemente desenvolvidas – incluindo a fenomenologia, a ética da virtude, o papel da incorporação no nosso conhecimento e navegação no mundo, e a individualidade relacional – no meu capítulo deste volume.

> § 1.3. Como resultado, a ética era uma questão de sujeitos autônomos racionais e desencarnados, e não uma questão de seres sociais.

Para expandir um pouco esta questão: a ética na modernidade ocidental foi, portanto, dominada pelas tradições de *deontologia* (afiliadas a Kant e predominantes nos países germânicos); *o utilitarismo* (começando com Bentham e Mill, e predominante nos países de língua inglesa) e o moralismo francês (representado por Montaigne e Ricoeur: Stahl 2004, p. 17).

Tal como discutido no meu capítulo, a mudança para uma compreensão mais relacional da individualidade (destacada no § 4.2 – ver também abaixo) implica ainda uma mudança para uma *ética da virtude.* Ver mais: Ess (2013), pp. 238–243, juntamente com exemplos de aplicações da ética da virtude aos meios digitais (pp. 243–245) e "Noções emergentes de individualidade relacional e moralidade distribuída" (pp. 259–263).

> § 3.6. … a distinção [público/privado] quando expressa em termos espaciais e dualistas. A Internet é uma extensão importante do espaço público, mesmo quando operada e propriedade de intervenientes privados. As noções de públicos fragmentados, de terceiros espaços e de bens comuns, e o foco crescente no uso em detrimento da propriedade desafiam a nossa compreensão actual da distinção público-privado. (Ênfase adicionada, CE)

Para obter detalhes adicionais sobre como a "privacidade" é reconceitualizada à luz dessas transformações (mais centralmente, a mudança de concepções mais individuais para concepções mais relacionais de individualidade) – incluindo, mais importante ainda, a teoria da privacidade como "integridade contextual" de Helen Nissenbaum (2010). ) — veja minha contribuição para este volume e Ess e Fossheim (2013).

O texto que destaquei aponta para uma área cada vez mais urgente de análise e debate – nomeadamente, novas oportunidades e riscos para os processos democráticos,

C. Esse **(ÿ)**
Departamento de Mídia e Comunicação, Universidade de Oslo, Oslo, Noruega
e-mail: cmess@media.uio.no

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI
10.1007/978-3-319-04093-6_3, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



normas e direitos, começando pela liberdade de expressão, tal como assumida nas nossas esferas públicas Onlife, onde estas esferas públicas são cada vez mais controladas pelas corporações. Estes riscos incluem a "censura corporativa" – ou seja, limitações à expressão online impostas, por exemplo, pela Apple, Facebook, Google e outros grandes proprietários daquilo que são cada vez mais os nossos espaços públicos predefinidos. Esta censura é ao mesmo tempo estética – por exemplo, as alergias do Facebook e da Apple aos seios das mulheres (percebidas como puritanismo centrado em grande parte do resto do mundo) e político (por exemplo, Hestres 2013). Além disso, como revelam dramaticamente as recentes revelações do programa PRISM da Agência de Segurança Nacional dos EUA, estas e outras empresas raramente resistem aos pedidos governamentais pela enorme quantidade de "nossos" dados que detêm e processo.

> § 4.2 Eu relacional. Moldar políticas no âmbito da experiência Onlife significa resistir à suposição de um eu racional desencarnado e, em vez disso, estabilizar uma concepção política do eu como um eu inerentemente relacional e livre.

Mais uma vez, o eu corporificado e relacional é o foco central da minha contribuição para este volume. Mais recentemente, Elaine Yuan (2013) desenvolveu o que, até onde sei, é a crítica mais extensa e matizada ao que ela chama de abordagem "culturalista" dos Estudos da Internet – ou seja, o campo radicalmente interdisciplinar e intercultural de investigação sobre nossas vidas. – onde uma tal abordagem "culturalista" assenta precisamente na elevada suposição moderna de um agente moral individual radicalmente autónomo.
Yuan examina as sociedades do Leste Asiático, incluindo a China, como exemplificando assim as realidades concretas da individualidade relacional - especificamente conforme moldada pela tradição confucionista - como alternativas contemporâneas. A análise e as descobertas de Yuan corroboram e ampliam de maneira importante minha discussão sobre o eu relacional e as sociedades confucionistas na 4ª seção de minha contribuição para este volume.

> § 4.3. Sociedade digitalmente alfabetizada: Endossar a responsabilidade numa realidade hiperconectada requer reconhecer como as nossas ações, percepções, intenções, moralidade e até *corporalidade* estão interligadas com as tecnologias em geral e com as TIC em particular. (Ênfase adicionada, CE)

Como procuro argumentar na minha contribuição, devemos ter cuidado para *não* sermos enganados pelo termo "digital" na frase "sociedade digitalmente alfabetizada". Em vez disso, tal como a fenomenologia e a neurociência se articulam, continuamos a ser criaturas incorporadas e, portanto, analógicas, de formas que são significativamente distintas do "digital". Em particular, apelo a que a nossa atenção às "literacias digitais" – o que na Teoria dos Meios é articulado em termos da *oralidade secundária* dos "meios eléctricos", incluindo os nossos ambientes digitais/media – seja equilibrada pela atenção contínua às competências e habilidades de cada um. filiado à *alfabetização impressa,* começando pela escrita como uma "tecnologia do eu", ou seja, o eu individual autônomo necessário para sociedades democráticas robustas.

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

Machine Translated by Google



## Referências

Esse, Charles. 2013. *Ética da mídia digital.* 2ª edição. Cambridge: Polity Press.

Ess, Charles e Hallvard Fossheim. 2013. Dados pessoais: Mudando eus, mudando a privacidade. No *Anuário da iluminação digital 2013: O valor dos dados pessoais,* eds. Mireille Hildebrandt, Kieron O'Hara e Michael Waidner, 40–55. Amsterdã: IOS Amsterdã.

Hestres, Luis. E. 2013. Neutralidade de aplicativos: loja de aplicativos da Apple e liberdade de expressão online. *Jornal Internacional de Comunicação* 7: 1265–1280.

Nissenbaum, Helen. 2010. *Privacidade no contexto: tecnologia, política e integridade da vida social.* Palo Alto: Stanford University Press.

Stahl, Bernd Carsten. 2004. *Gestão responsável de sistemas de informação.* Hershey: ideia Grupo.

Yuan, Elaine J. 2013. Uma crítica culturalista da 'comunidade online' nos estudos de novas mídias. *Novo Mídia e Sociedade* 15 (5): 665–679.

Machine Translated by Google

# Luciano Floridi – Comentário sobre o Onlife Manifesto

**Luciano Floridi**

§ 1.1 As transformações mencionadas neste parágrafo podem ser entendidas em termos de uma quarta revolução (Floridi 2012; Floridi Forthcoming) em nossa antropologia filosófica. Depois de Copérnico, Darwin e Freud (ou da neurociência, se preferir), as TIC (ou seja, Turing) estão a lançar uma nova luz sobre a nossa autocompreensão. Pode ser preferível falar de uma era *informacional* em vez de uma era *computacional ,* porque é o ciclo de vida cada vez mais difundido e cada vez mais importante da informação (desde a criação, passando pela gestão, até à utilização e consumo, ver (Floridi 2010) que afecta profundamente bem-estar individual e social. Num sentido técnico, os computadores e a computação são apenas uma pequena parte deste fenómeno mais vasto.

§ 1.2 Existem interpretações muito mais matizadas e equilibradas da Modernidade como fenómeno histórico e cultural, mas o objectivo aqui não é oferecer uma interpretação académica de uma fase na história das ideias. Em vez disso, entendo a palavra "modernidade" no manifesto como uma *mala de viagem* filosófica (ou mistura linguística) que combina numa palavra o conjunto de conceitos/fenómenos discutidos nesta e nas secções seguintes.

§ 1.3 Paradoxalmente, quanto mais as TIC avançam, mais a humanidade parece responsável pela forma como as coisas acontecem no mundo (inclusive em termos de previsão e prevenção de consequências e eventos futuros) e, ainda assim, mais difícil se torna identificar fontes específicas de responsabilidade. Níveis crescentes de responsabilidade e co-responsabilidade estão a gerar novos desafios. Claramente, há muita necessidade de compreender o novo fenómeno da chamada "moralidade distribuída" (Floridi 2013a

§ 2.1 A modernidade é também um projeto pedagógico: a ideia intelectualista (como no intelectualismo socrático: a visão de que as pessoas cometem erros porque não sabem melhor) de que mais informação (de todos os tipos, teórica, tecnológica, prática, etc., ver o projecto editorial da *Enciclopédia)* conduzirá a mais aprendizagem, o que por sua vez conduzirá a melhores escolhas e, portanto, a uma melhoria progressiva da condição humana.

L. Floridi **(ÿ)**
Oxford Internet Institute, Universidade de Oxford, 1 St Giles, Oxford, Reino Unido
e-mail: luciano.floridi@oii.ox.ac.uk

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI
10.1007/978-3-319-04093-6_4, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



§ 3.1 O que parece faltar, nas sociedades ricas, é o envolvimento fundamental com o projecto humano: a quantidade crescente de lazer parece encontrar a nossa cultura despreparada. É como se, tendo trabalhado arduamente para obter o direito de gozar férias, a humanidade pudesse então estar acriticamente despreparada para aproveitar ao máximo o seu recurso mais precioso, o tempo. As tecnologias são usadas primeiro para economizar tempo e depois para matá-lo. Assim, uma das questões políticas prementes que enfrentamos nas sociedades da informação avançadas é: em que tipo de projecto humano estamos a trabalhar?

§ 3.2 O leitor interessado em saber mais sobre a ideia de *onlife* pode desejar consultar (Floridi 2007).

§ 3.6 A distinção entre público e privado terá provavelmente de ser reconceitualizada, porque os quadros baseados em fronteiras físicas (a sempre difundida analogia da invasão) e na posse (as analogias igualmente difundidas da propriedade e do roubo) são módulos conceptuais desactualizados, na medida em que pois estão ligados a uma metafísica moderna ou "newtoniana" baseada em coisas inertes e interações mecânicas.

§ 4.1 O leitor interessado em saber mais sobre a ideia do eu relacional pode querer consultar (Floridi 2011).

§ 4.4 Sugeri a frase "Construir a jangada enquanto nadamos" para enfatizar a natureza radical da tarefa filosófica que temos pela frente, em vez de sublinhar qualquer filosofia antifundacionalista. Compreender a filosofia como design conceptual significa desistir não da sua vocação fundacionalista, mas sim da possibilidade de subcontratar a sua tarefa a qualquer combinação de abordagens lógico-matemáticas e empíricas. Esta não era a intenção de Nueurath quando introduziu pela primeira vez a metáfora da jangada na década de 1930. Como ele escreveu (Neurath 1959, p. 201): "Não há como tomar sentenças protocolares puras estabelecidas conclusivamente como ponto de partida das ciências. Não existe *tabula rasa* . Somos como marinheiros que têm de reconstruir o seu navio em mar aberto, nunca conseguindo desmontá-lo em doca seca e ali reconstruí-lo com os melhores materiais. Somente os elementos metafísicos podem desaparecer sem deixar vestígios. Conglomerados linguísticos vagos sempre permanecem, de uma forma ou de outra, como componentes do navio."

§ 4.5 Repensar e desenvolver novas formas de educação estão certamente entre os desafios mais emocionantes do nosso tempo. Existem grandes oportunidades, mas também um sério risco de perdê-las. Da mesma forma que nos falta uma forma pós-vestfaliana de abordar a política, também nos falta uma forma pós-Guttenberg de abordar a pedagogia. A dificuldade é ainda agravada pela restrição mental imposta pela presença autoritária do livro durante tantos séculos, o que torna difícil considerar formas alternativas de educação (pense, por exemplo, no procedimento de avaliação escrita); e pela omnipresença das TIC, que constantemente desviam a nossa reflexão para acreditar que a verdadeira questão diz respeito a quais soluções técnicas são ou serão mais viáveis para gerir processos de aprendizagem envolvendo nativos digitais, quando na verdade o problema fundamental não é como, mas sim o quê: que tipo de conhecimento será exigido e esperado ao viver a vida.

§ 4.6 O que é, em última análise, finito, precioso, não renovável e incompartilhável é, na verdade, o tempo. Ao falar de recursos de atenção finitos, devemos também preocupar-nos com o tempo de atenção dedicado a alguma coisa, porque este não é ilimitado nem substituível.

Machine Translated by Google



**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

## Referências

Floridi, L. 2007. Uma análise do impacto futuro das TIC nas nossas vidas. *A Sociedade da Informação* 23 (1): 59–64.

Floridi, L. 2010. *Informação – uma breve introdução.* Oxford: Imprensa da Universidade de Oxford.

Floridi, L. 2011. A natureza informativa da identidade pessoal. *Mentes e Máquinas* 21 (4): 549–566.

Floridi, L. 2012. As três lições filosóficas de Turing e a filosofia da informação. *Transações Filosóficas* A (370):3536–3542.

Floridi, L. 2013a. Moralidade distribuída em uma sociedade da informação. Ética em Ciência e Engenharia 19 (3): 727–743.

Floridi, L. 2013b. *A ética da informação.* Oxford: Imprensa da Universidade de Oxford.

Floridi, L. Em breve. *A quarta revolução – o impacto das tecnologias de informação e comunicação nas nossas vidas.* Oxford: Imprensa da Universidade de Oxford.

Neurath, O. 1959. Sentenças protocolares. Dentro *Positivismo lógico,* ed. AJ Ayer, 199–208. Glencoe: A Imprensa Livre.

Machine Translated by Google

# Comentário ao Manifesto Onlife

**Jean-Gabriel Ganascia**

§ 1.1. Uma atenção cuidadosa a alguns aspectos da sociedade atual mostra que a maioria dos impactos concretos da era computacional no espaço público foram inesperados. Isto não significa apenas que os computadores e as redes proliferaram mais rapidamente do que se imaginava anteriormente, mas também que o tipo de consequências sociais destes desenvolvimentos – por exemplo, redes sociais, microblogs, wikis, negociações de alta frequência, etc. esteve muito longe das concepções que muitas pessoas alertadas tinham antes. Como consequência, os decisores políticos precisam não só de estar abertos aos futuros desenvolvimentos das tecnologias e aos seus efeitos sociais, mas também de se prepararem para serem surpreendidos pelo futuro.

§ 1.2. Sem dúvida, a modernidade está enraizada na "Idade Moderna", mesmo que seja muito mais do que uma era temporal. Como tal, começa no final da "Idade Média" que corresponde quer a 1453, com a conquista de Constantinopla, quer a 1492, com a primeira viagem de Colombo às Américas. Além disso, a modernidade relaciona-se também com a filosofia iluminista, desde finais do século XVI, que colocava mais ênfase nos resultados das ciências experimentais do que no respeito pelas autoridades tradicionais. Por último, a modernidade corresponde a esse desenvolvimento social e industrial que teve origem no século XVIII na Europa Ocidental, especialmente na Grã-Bretanha, e que se caracterizou pela racionalização dos processos de produção.

Neste sentido, o fim da modernidade que afirmamos neste manifesto corresponde simultaneamente ao fim de um período da história, que esteve centrado na Europa Ocidental e nas Américas, e ao fim de um tipo de filosofia ao fim de uma sociedade social. e econômico que se caracterizava pela ilusão de que o próprio conhecimento poderia levar a um controle perfeito e total da natureza. Significará isso que estamos a entrar numa época que alguns filósofos dos anos oitenta e noventa, como Jean François Lyotard (1979) e Jean Baudrillard, qualificaram como "pós-modernidade"?

Esta é uma questão em aberto que certamente merece uma atenção cuidadosa e algumas discussões extensas, que vão muito além do propósito deste manifesto.

J.-G. Ganáscia **(ý)**
LIP6-CNRS, Universidade Pierre et Marie Curie, Sorbonne Universités, Paris, França
e-mail: jean-gabriel.ganascia@lip6.fr

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI
10.1007/978-3-319-04093-6_5, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



§ 2.1. Dizemos: *É digno de nota que a dúvida cartesiana e as suspeitas relacionadas sobre o que é percebido através dos sentidos humanos levaram a uma confiança cada vez maior no controlo em todas as suas formas.* Obviamente não é *para jogar fora o bebê junto com a água do banho.* A dúvida, tal como introduzida por Descartes, e todas as suspeitas sobre o que se percebe, contribuíram para construir e pensar o "eu consciente". Por exemplo, a fenomenologia husserliana está enraizada nesta dúvida, que corresponde a um momento crucial da reflexão. Isto não está directamente relacionado com a "confiança cada vez maior no controlo", que é uma consequência da racionalização dos processos de produção na modernidade do século XIX. Para abordar este ponto, precisamos distinguir a razão daquilo que Horkheimer chama, no *Eclipse da Razão,* de "razão instrumental", que se caracteriza como "meio para um fim" e que leva a razão ao colapso na irracionalidade (1947). .

§ 4.2 *Acreditamos que é hora de afirmar, em termos políticos, que somos livres e sociais.* Isto é obviamente verdade, mas, em si, esta ideia não é nova. Por exemplo, durante a Revolução Francesa, a oposição entre os *Montagnards,* cujos representantes mais prestigiosos eram Marat, Danton e Robespierre, e os *Girondinos* correspondia exactamente à tensão entre uma aspiração ao social, por um lado, e uma aspiração à liberdade e ao desenvolvimento económico. por outro lado. No entanto, a forma como esta tensão entre liberdade e fraternidade é resolvida depende dos artefactos tecnológicos que medeiam as nossas interações, o que explica a sua particular reviravolta no mundo atual.

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

## Referências

Horkheimer, M. 1947. *Eclipse da razão.* Nova York: Oxford University Press. (Reprint Continuum International Publishing Group, 2004).

Lyotard, J.ÿF. 1979. *La Condition postmoderne: rapport sur le savoir.* Paris: Minuit.

Machine Translated by Google

# O dualismo está morto. Viva a pluralidade (em vez da dualidade)

**Mireille Hildebrandt**

O que significa ser humano na era computacional? O Manifesto sugere, com razão, que embora tal questão não possa gerar respostas definitivas, deve ser abordada para chegar a um acordo com a experiência Onlife.

1. O Manifesto afirma que preferimos pares duais a dicotomias de oposição, explicando isto em termos de pares duais de controle e complexidade, *táxis* e *cosmos,* e público e privado. Isto é de particular interesse porque o conceito de pares duais tem um significado muito específico em matemática e é relevante para técnicas de aprendizagem automática, que estão no centro da infraestrutura computacional emergente.
2. Enquanto uma dicotomia foi definida como “um conjunto de duas alternativas mutuamente exclusivas e conjuntamente exaustivas”,1 um par dual foi definido como “um par de espaços vetoriais com uma forma bilinear associada”.2 Embora fosse interessante para investigar o que isso significa em relação ao controle, à complexidade, *aos táxis, ao cosmos,* ao público e ao privado, preferiria investigar como podemos proceder a partir do pensamento em termos de dicotomias e se isso exige pensar em termo
3. O primeiro problema com uma dicotomia é que ela requer definições mutuamente exclusivas, o que pressupõe que ajuda a particionar a realidade em pedaços discretos e separados. Embora as técnicas computacionais possam de facto exigir tal digitalização, a redução do fluxo analógico de vida a mordidas digitalizáveis tem as suas próprias desvantagens. Hayles (1999) descreveu as falhas e os custos da cibernética inicial em seu livro *Como nos tornamos pós-humanos,* focando na tentativa de descorporificar e desmaterializar a informação, abstraindo do conteúdo e da semântica para obter uma melhor visão de seu processamento e sintática.

[1] http://c2.com/cgi/wiki?FalseDichotomy.

[2] http://en.wikipedia.org/wiki/Dual_pair.

M. Hildebrandt **(ÿ)**
Radboud University Nijmegen, Nijmegen, Holanda
e-mail: hildebrandt@law.eur.nl

Vrije Universiteit Brussel, Bruxelas, Bélgica

Erasmus School of Law Rotterdam, Rotterdam, Holanda

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,*
DOI 10.1007/978-3-319-04093-6_6, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



4. Embora não possamos negar que esta tentativa produziu resultados sem precedentes, devemos também reconhecer que, em algum momento, a informação processada deve ser reintegrada no que Stiegler (pace Husserl) chamou de nossa própria retenção primária (memória individual), para adquirir significado e fazer parte do nosso mundo da vida (Stiegler 2013).
5. É importante, então, notar que a era computacional está enraizada no tipo mais extremo de pensamento dicotômico: o da construção de bits discretos e legíveis por máquina. Ser humano, aqui, significa lembrar que a vida é contínua, plural e experienciada, e não calculada.

6. O segundo problema com uma dicotomia é que ela pressupõe alternativas conjuntamente exaustivas, o que implica que os pares que formam a dicotomia cobrem tudo o que há a ser dito sobre tudo o que pretendem descrever. No seu fundamental "A dualidade da avaliação de risco", Ciborra (2004) elucidou como a presunção oculta de que, por exemplo, uma análise de risco descreve exaustivamente uma realidade em desenvolvimento, põe em perigo a resiliência de quem depende dessa análise para permanecer seguro.
7. As redes inteligentes, o policiamento, o tratamento médico ou a indústria alimentar nunca devem assumir que os dados derivados que informam as suas análises de risco cobrem tudo o que é relevante. Para evitar o tipo de destruição que assola o nosso sistema financeiro, devemos, em vez disso, manter a mente aberta, assumindo que os sistemas de decisão computacional que alimentam essas infra-estruturas críticas são tão tendenciosos e falíveis como qualquer sistema inteligente necessariamente deve ser. Ser humano, aqui, significa admitir tal falibilidade como núcleo da maravilhosa fragilidade da vida.
8. Um exemplo interessante de dicotomia que confunde em vez de esclarecer o que significa ser humano na era computacional, é o dualismo que permeia domínio da filosofia da mente. A ideia cartesiana de uma *res extensa* separada e de uma *res cogitans* separada que juntas descrevem a realidade deu origem a uma série de problemas inter-relacionados que ainda assombram grande parte da nossa compreensão, por exemplo, da responsabilidade e da prestação de contas num mundo de causalidade distribuída. Para superar a confusão que resulta deste tipo de dualismo, acredito que não deveríamos simplesmente recorrer à sobreposição em vez de pares duais mutuamente exclusivos, mas abandonar a ideia de que a realidade deveria necessariamente ser descrita em pares.

9. Se faz sentido pensar em pares ou noutros tipos de distinções deverá depender do contexto e do objectivo do nosso pensamento, e não da propensão para manter as coisas simples. Gostaria, portanto, de rearticular o título e falar de: *Além das dualidades. Viva a pluralidade.*

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

Machine Translated by Google



## Referências

Ciborra, C. 2004. “Tecnologias digitais e a dualidade do risco.” Tecnologias digitais e a dualidade do risco. Centro de Análise de Risco e Regulação, London School of Economics and Political Science. csrc.lse.ac.uk/idm/DualityOfRisk.pdf.

Hayles, NK 1999. *Como nos tornamos pós-humanos. Corpos virtuais em cibernética, literatura e informática.* Chicago: Universidade de Chicago Press.

Stiegler, B., Hildebrandt M., O'Hara K., Waidner M. (eds.) 2013. Die Aufklärung na Era da Engenharia Filosófica. Em *O valor dos dados pessoais. Anuário do Digital Enlightenment Forum 2013.* Amsterdã: IOS Press 2013, p. 29–39.

Machine Translated by Google

# Comentário de Yiannis Laouris

**Yiannis Laouris**

Trabalhar para este Manifesto foi uma experiência muito inspiradora; estando entre os filósofos deste think tank, inicialmente fiquei um tanto cético quanto à viabilidade de cientistas com opiniões bastante diferentes, alguns com opiniões muito fortes, conseguirem convergir para um texto que chamasse satisfatoriamente a atenção para conceitos-chave que requerem reengenharia. Gostei especialmente do facto de, tal como os antigos atenienses, tratarmos a filosofia, a ciência e a política como disciplinas fortemente interligadas. Mesmo que isto seja tudo o que aprendemos com o nosso trabalho, o mundo beneficiará tremendamente!

O Manifesto reflecte as minhas opiniões pessoais, razão pela qual o apoiei. No meu capítulo, discorre sobre a necessidade de reprojetar o conceito de vida e como a imortalidade emergente de artefatos e informações exerce pressão para alcançar a imortalidade da mente e/ou do ser humano; a confusão de conceitos como “ser humano” ou “estar vivo”. Neste breve comentário, contudo, optei por chamar especial atenção para os riscos criados pela viabilidade da democracia direta, tal como encapsulados no § 1.4, devido à sua urgência:

> § 1.4… Ao… abrirem novas possibilidades para a democracia direta, as TIC desestabilizam e exigem que se repensem as visões do mundo e as metáforas subjacentes às estruturas políticas modernas.

Na seção dos capítulos, desenvolvo os requisitos das tecnologias necessárias para reinventar a democracia na era digital, especialmente à luz da imortalidade virtual e da abundância de informação, que inevitavelmente resultam em sobrecarga cognitiva, conforme refletido aqui:

> § 2.3 A abundância de informações também pode resultar em sobrecarga cognitiva, distração…

A democracia no século XXI passou a referir-se quase exclusivamente ao direito de participar no processo político, ou seja, ao direito de voto. Dado que as TIC abrem enormes possibilidades para feedback em tempo real e sondagens frequentes, na opinião de muitos, votação extra equivale a mais democracia. “Democracia Direta” é um termo cunhado

Y. Laouris **(ÿ)**
Future Worlds Center, Instituto de Neurociência e Tecnologia de Chipre, Nicósia, Chipre
e-mail: Laouris@futureworldscenter.org

5 Promitheos, 1065 Lefkosia, Chipre

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI
10.1007/978-3-319-04093-6_7, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



recentemente, referindo-se a um modelo específico (um entre muitos) de participação democrática em que todos os membros têm igualdade de acesso, voto e voz em todas as questões. A adopção de tal abordagem na tomada de decisões políticas ou outras causaria sem dúvida o caos. Deve, portanto, ser rigorosamente distinguida e diferenciada da *participação democrática massiva mas autêntica.* Este último exige que todas as partes interessadas relevantes tenham a oportunidade de participar e tenham voz para discutir as questões que influenciam as suas vidas. Os votos devem ser ponderados de alguma forma, a fim de garantir que as decisões tirem partido do que chamamos de "sabedoria colectiva".
Este não é um problema trivial de resolver. Identificar quem são as partes interessadas "relevantes" e decidir quem deve ter um voto (ponderado) sobre determinados assuntos é extremamente complexo. Mesmo quando os desafios teóricos forem resolvidos, precisaremos desenvolver sistemas que implementem a teoria.

Os atenienses da Idade de Ouro estavam empenhados colectivamente na procura e no exame minucioso de significados e alternativas em conjunto através de um processo a que chamavam "deliberação". Pretendiam compreender plenamente os problemas subjacentes, esclarecer a situação discutível e alcançar consenso. Mais de dois milénios depois, precisamos de reinventar a democracia de tal forma que milhões de pessoas possam participar eficazmente. Devemos garantir que o indivíduo terá acesso a todas as informações relevantes, alternativas, argumentos e futuros previstos que possam surgir de acordo com as escolhas que fizer. Provavelmente precisaremos de inventar novas formas líquidas de democracia nas quais as ideias possam fluir das multidões e serem moldadas através de um processo de deliberação aberta. Os futuros cidadãos deveriam, de alguma forma, tornar-se capazes de escolher alternativas, colhendo a sua inteligência e sabedoria colectivas, em vez de permitir que os interesses pessoais e os comportamentos patéticos dos indivíduos prevaleçam no processo de tomada de decisões. Dado que a tecnologia será absolutamente essencial, a democratização dos processos de concepção e desenvolvimento destas novas tecnologias torna-se também um requisito fundamental. Além disso, devemos garantir o acesso e a simplicidade das interfaces.

Em suma, devemos conceber espaços e tecnologias e implementar políticas que respeitem as nossas restrições cognitivas, salvaguardem as nossas capacidades de atenção e garantam os nossos direitos humanos e liberdades individuais. Devemos desenvolver sistemas que garantam a participação autêntica daqueles cujas vidas possam ser influenciadas por quaisquer decisões tomadas. Os cursos de acção devem ser escolhidos com base na sua capacidade de facilitar a mudança em direcção a um estado futuro ideal definido colectivamente, desejado e acordado.

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

Machine Translated by Google

# Comentários ao Manifesto Onlife

**Ugo Pagallo**

§ 0. Adoro o “Manifesto Onlife”, embora ainda tenha alguns problemas com ele. Claro, isto é compreensível, uma vez que outros manifestos tiveram, digamos, apenas dois autores, como o de Friedrich Engels e Karl Marx, enquanto o nosso manifesto tem mais de doze mães e pais. Para ir direto ao assunto, deixe-me insistir em dois dos meus problemas.

§ 1.1 Em primeiro lugar, trata-se da nossa compreensão do passado e, portanto, da própria noção de “modernidade”. Concordo que alguns pressupostos da modernidade estão simplesmente mortos e, no entanto, pensando no trabalho de Spinoza, ou de Leibniz, em vez de Descartes e alguns defensores do Iluminismo, eu diria “A modernidade está morta” e, ainda assim, viva A modernidade e alguns dos seus veneráveis frutos! Em termos heideggerianos, deveríamos conceber o passado como uma questão de *Gewesenheit,* e não de *Vergangenheit: Zuhanden,* em vez de *passé depassé* (Heidegger 1996). Esta forma diferente de apreender o que se foi repercute na forma como pretendemos abordar e projetar o futuro, nomeadamente o segundo dos meus problemas: “este Manifesto pretende iniciar uma reflexão sobre a forma como um mundo hiperconectado apela a repensar o quadro referencial obras sobre as quais as políticas são construídas” (ver prefácio).

§ 4.6 Embora a conclusão do nosso Manifesto mencione a relevância das “configurações padrão e outros aspectos projetados de nossas tecnologias”, a fim de “respeitar e proteger as capacidades de atenção”, deveríamos ter insistido ainda mais neste ponto, de modo a testar a nossa dívida à Modernidade e, portanto, avaliar o que é específico da dimensão normativa do nosso exercício de reengenharia de conceito. A modernidade legou-nos a própria ideia de um governo limitado e responsável, tal como a noção de Estado de direito constitucional. Ainda assim, ao longo das últimas décadas, um número crescente de questões tornaram-se sistémicas e os poderes constitucionais dos governos nacionais foram unidos – e até substituídos numa espécie de *Aufhebung hegeliana – pela* rede de competências e instituições resumidas pelas ideias de governação. , boa governação e governação suficientemente boa. Este tem sido um tema quente da ONU desde a última década de 1990 e, correspondentemente, é por isso que reviso muitos destes desafios no meu capítulo deste volume: na verdade, é chegado o momento de abordar o que é específico do

U. Pagallo **(ÿ)**
Universidade de Torino, Torino, Itália
e-mail: ugo.pagallo@unito.it

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI
10.1007/978-3-319-04093-6_8, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



boa governança na vida, nomeadamente os processos evolutivos de ordens espontâneas e sistemas multiagentes que:

1. São dependentes das TIC e omnipresentes, ou seja, transnacionais; e,
2. Em última análise, não pode ser reduzido ao planeamento político tradicional, *ou seja,* ao planeamento político do lado dos táxis. da lei.

Além dos habituais instrumentos jurídicos de governação, rígidos e não vinculativos, tais como regras nacionais, tratados internacionais ou códigos de conduta, estou convencido de que deve ser dada especial atenção aos intervenientes na governação, subespécies de criadores de jogos: a governação *de* complexos sistemas multiagentes que interagem “na vida” dependem cada vez mais dos aspectos técnicos dos mecanismos de design (Pagallo 2012a, b).

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

## Referências

Heidegger, M. 1996. *Ser e tempo.* Trad. Joan Stambaugh. Albany: Universidade Estadual de Nova Imprensa de York.

Pagallo, U. 2012a. Sistemas complexos, leis simples: uma abordagem normativa às TIC e à Internet. Em *Politiques publiques, complexos de sistemas,* ed. Danièle Bourcier, Romain Boulet e Pierre Mazzega, 93–105. Paris: Hermann.

Pagallo, U. 2012b. Reprimindo a autonomia: três desafios para projetar na legislação de TI. *Ética e Tecnologia da Informação* 14 (4): 319–328.

Machine Translated by Google

# Comentário ao Manifesto

**Judite Simão**

Na seita. 2.1., o manifesto enfatiza corretamente as ligações entre conhecimento, poder e controlo – uma relação que tem ocupado filósofos desde Bacon até Michel Foucault. Historicamente, as igrejas e, mais tarde, os estados têm sido os principais agentes de informação, recolhendo dados sobre os seus membros e cidadãos desde a data de nascimento até à sua morte. Naturalmente, esta recolha de informação nunca parou nas fronteiras nacionais, uma vez que o conhecimento sobre os inimigos tem sido tão essencial como um meio de manter o controlo.

Hoje em dia, como correctamente observa o Manifesto, novos agentes informacionais, novos actores poderosos surgiram nos eixos do conhecimento/poder: grandes empresas da Internet, como o Facebook, o Google ou a Amazon, bem como as mais ocultas que controlam a espinha dorsal da Internet. tráfego. Estes actores ocupam nós extremamente poderosos e funcionam como "pontos de passagem obrigatórios" (Callon 1986) em questões epistémicas, tanto como em questões económicas e políticas.

O Manifesto parece sugerir que entrámos num mundo pós-Vestfaliano em que os Estados-nação parecem ter perdido muito do seu poder. À primeira vista, esta observação parece quase sensata: não só são necessários muitos desafios, como também enfrentamos esforços multinacionais – pensemos no Protocolo de Quioto como uma tentativa de enfrentar as alterações climáticas. Temos também várias autoridades transnacionais que impõem restrições à soberania dos Estados-nação.

No entanto, revelações recentes sobre Prism, Tempora e XKeystore, ou seja, a exposição de vigilância massiva através dos Serviços Secretos Americanos e Britânicos, parecem questionar este declínio de poder do Estado-nação. Pode-se dizer que os estados travam as suas batalhas finais. Contudo, parece muito mais plausível reconhecer que os antigos e os novos grandes intervenientes no eixo poder/conhecimento formam alianças e trabalham bem em conjunto. É como sempre foi: os poderosos arregimentam constantemente aliados para aumentar o seu poder: o que se buscou através dos casamentos nos tempos

J. Simão **(ÿ)**
Instituto de Filosofia, Universidade de Viena, Viena, Áustria
e-mail: judith.simon@univie.ac.at

IT University Copenhagen, Grupo de Tecnologias na Prática,
Copenhague, Dinamarca

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI
10.1007/978-3-319-04093-6_9, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



dos reinos tem agora simplesmente uma nova face: contratos oficiais e acordos ocultos entre Estados-nação e empresas multinacionais da Internet são usados para consolidar a supremacia daqueles que dominam o jogo do poder.

Contudo, culpar apenas os agentes poderosos e simplesmente solicitar novas leis e regulamentos não será suficiente para oferecer uma solução para estes jogos de poder. Em vez disso, precisamos de compreender o poder como um efeito de rede, o poder como resultado e uma causa de agência distribuída – e, portanto, aceitarmos nós próprios uma responsabilidade parcial pela situação das coisas. Como bem disse Evgeny Morozov, nós – todos e cada um de nós – também precisamos de enfrentar as tentações do consumismo da informação. Enquanto trocarmos voluntariamente os nossos dados por produtos gratuitos ou mais baratos, as regulamentações não resolverão os problemas: nós próprios somos coniventes no jogo. Morozov (2013) escreve: “Os políticos europeus podem tentar impor as leis que quiserem, mas enquanto o espírito consumista prevalecer e as pessoas não tiverem uma explicação ética clara sobre a razão pela qual não deveriam beneficiar da negociação dos seus dados, o problema seria persistir."

No nosso mundo hiperconectado, as alianças entre os poderosos dependem criticamente da submissão das massas. No entanto, também nunca foi tão fácil desistir de jogar junto, mudar o jogo através da acção colectiva distribuída. Em princípio, temos acesso a uma grande variedade de produtos e serviços e podemos e devemos ser mais cuidadosos nas nossas escolhas. Precisamos entender a relação entre comprar e ser vendido e agir de acordo. Como consumidores, precisamos de saber que, quando deixamos de estar dispostos a pagar por produtos e serviços, estamos a pagar simplesmente com uma moeda diferente – os nossos dados. Precisamos agir também como cidadãos. Precisamos de mobilizar os nossos políticos para enfrentarem a nossa defesa, para combaterem os ataques em curso à nossa privacidade e para cumprirem as suas responsabilidades como nossos representantes na elaboração e aplicação de leis e regulamentos para garantir a nossa liberdade.

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

## Referências

Callon, M. 1986. Alguns elementos de uma sociologia da tradução: Domesticação das vieiras e dos pescadores da Baía de St Brieuc. Em *Poder, ação e crença: Uma nova sociologia do conhecimento,* ed. J. Lei, 196–233. Londres: Routledge & Kegan Paul.

Morozov, E. 2013. O preço da hipocrisia. Frankfurter Allgemeine Zeitung. http://www.faz.net/aktuell/feuilleton/debatten/ueberwachung/information-consumerism-the-price-of hypocrisy-12292374.html. Acessado em 05 de agosto de 2013.

Machine Translated by Google

# May Thorseth: Comentário do Manifesto

**Maio Thorseth**

A *abundância de informação* e a *primazia das interacções sobre as entidades* são particularmente importantes para lidar com o problema do público, ou seja, a questão de como tornar o público bem informado. A importância de estar bem informado diz respeito a questões como a forma de combater a intolerância e o fundamentalismo em particular. Além disso, o problema do público diz respeito à educação: que focos e que tipo de metodologias aplicar no ensino das gerações mais jovens para alargar as suas perspetivas? Por exemplo, um exercício comum para crianças em idade escolar é utilizar a Internet para recolher informações para trabalhos. Até agora, o corpo docente muitas vezes parece não ter as competências relevantes para orientar os seus alunos.

Em contextos políticos, o problema da abundância de informação também precisa de ser resolvido: a tentação de recolher informações através da consulta de websites em vez de discutir ou interagir com adversários políticos é uma ameaça para o público, especialmente para torná-lo mais bem informado. O caso de 22 de Julho de 2011 na Noruega é apenas um exemplo da falta de interacção relevante entre extremistas e os seus opositores, ou seja, pessoas mais moderadas e democraticamente orientadas. Uma alegação após este evento foi que o público não levou a sério os pontos de vista extremos apresentados na Internet. Como resultado, tem havido debate público insuficiente.

Outra questão importante no Manifesto é sobre a *responsabilidade distribuída ou (falta de) partilhada.* Dado que nenhum órgão governamental ou não-governamental ou outras organizações são capazes de manter o controlo e os fluxos de informação são menos transparentes do que antes, isto parece ter um impacto negativo na responsabilidade: não é possível atribuir responsabilidades a nenhuma instituição ou indivíduo como anteriormente. -Tempos de TI. As tecnologias que estão gradualmente a substituir as responsabilidades humanas põem em perigo as liberdades democráticas dos indivíduos – portanto, é necessário que a investigação se concentre nos desenvolvimentos de capacitação/desempoderamento resultantes da escassez de interacções humanas.

Outra questão muito importante é *a distinção público-privado.* Em vez de falar em termos de distinção entre os dois, faz mais sentido falar *de*

M. Thorseth **(ÿ)**
Departamento de Filosofia, Universidade Norueguesa de Ciência e Tecnologia,
Trondheim, Noruega
e-mail: may.thorseth@ntnu.no

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI
10.1007/978-3-319-04093-6_10, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



*relações mentais* entre eles: a casa não é mais necessariamente um espaço privado, distinto dos espaços públicos. A título de ilustração, as negociações políticas e públicas não precisam necessariamente ocorrer num espaço público, uma vez que o Skype está disponível em quase todos os lugares. E vice-versa, quando se trata de conversas privadas, elas também podem ocorrer em espaços públicos. Além disso, o que é concebido como privado ou público parece ter mudado também. O que costumava ser considerado íntimo entre os jovens, como por exemplo as relações sexuais, é visto como muito menos privado em comparação com as ocupações dos pais ou as afiliações políticas de hoje. Assim, em vez de falar de privado versus público, há necessidade de enfatizar a importância do contexto: tudo o que é contestado no espaço público já não é puramente privado. A globalização, sobretudo devido à difusão da tecnologia da informação, implica a ruptura de qualquer distinção clara entre privado e público. Como consequência, há uma necessidade de redefinir os espaços públicos e privados, e mais importante ainda, o sentido que atualmente queremos d
Por exemplo, já não é óbvio que o consumo das famílias/
os indivíduos não são uma questão pública quando se discute, por exemplo, direitos e responsabilidades para bens comuns como os recursos naturais. O conhecimento também é um bem comum neste sentido e, portanto, precisamos questionar se deveria haver direitos e deveres associados a ele. O privado e o público já não são contrapartes, mas sim categorias complementares que são desafiadas pelas tecnologias de informação e comunicação.

Consequentemente, estar bem informado sobre assuntos sociais também é verdadeiramente um assunto público.

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

Machine Translated by Google

# Parte III
# A Iniciativa Onlife

Machine Translated by Google

# Documento de referência: Repensando o público Espaços na Transição Digital

**A Iniciativa Onlife**

> O que proponho a seguir é uma reconsideração da condição humana a partir do ponto de vista das nossas mais recentes experiências e dos nossos medos mais recentes. Isto, obviamente, é uma questão de pensamento, e a irreflexão – a imprudência desatenta, a confusão desesperada ou a repetição complacente de "verdades" que se tornaram triviais e vazias – parece-me uma das características marcantes do nosso tempo. O que proponho, portanto, é muito simples: nada mais é do que pensar o que estamos fazendo.
> Hannah Arendt, Prólogo de "A Condição Humana", 1958.

A implantação das TIC e a sua aceitação pela sociedade afectam radicalmente a condição humana, na medida em que modificam as nossas relações connosco próprios, com os outros e com o mundo. Esta transição digital abala os quadros de referência estabelecidos, que têm impacto no espaço público, na própria política e nas expectativas da sociedade relativamente à elaboração de políticas. A Iniciativa Onlife pretende explorar estes impactos no contexto político da Agenda Digital para a Europa.

## 1 O que queremos dizer com reengenharia de conceito?

Não existe uma apreensão neutra da realidade. A filosofia nos diz que compreendemos o mundo que nos rodeia por meio de conceitos. Mesmo quando pensamos que estamos a representar o nosso ambiente de uma forma especular ou objectiva, a nossa percepção é necessariamente mediada por conceitos, como se estes fossem os buracos da fechadura através dos quais inevitavelmente vemos e percebemos a realidade. Os conceitos mostram a sua eficácia ao fornecer-nos uma compreensão das realidades que nos rodeiam e um meio pelo qual somos capazes de compreender essas realidades.

O conhecimento agrega-se em torno de determinados conceitos e as mudanças paradigmáticas ocorrem quando novos conceitos são concebidos, adotados, adaptados ou readaptados, proporcionando assim uma nova base para a acumulação de conhecimento e para a produção de um novo sentido de significado (semantização).

A Iniciativa Onlife **(ÿ)**

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI
10.1007/978-3-319-04093-6_11, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



A reengenharia conceitual é uma atividade que visa nos colocar na melhor posição para refletir de forma significativa sobre o que nos acontece e, assim, ajudar-nos a visualizar o futuro em termos positivos. A predominância de projecções negativas sobre o futuro é muitas vezes a assinatura da inadequação da nossa actual caixa de ferramentas conceptuais. Tememos e rejeitamos aquilo que não conseguimos compreender e semantizar. Assim, o objectivo global deste exercício de reengenharia de conceitos é reconhecer essa inadequação e explorar conceptualizações alternativas que nos possam permitir repensar o futuro com maior confiança.

É reconhecido que, colectivamente, estamos a atravessar uma crise profunda, cuja expressão é evidente em termos económicos, sociais, ambientais e financeiros. De uma forma menos óbvia, mas igualmente, se não de forma ainda mais significativa, a crise afecta o espaço público, a própria política e a forma como conceptualizamos a nós próprios e o mundo, bem como as nossas interacções mútuas. Através do exercício de reengenharia de conceito, pretendemos focar na questão dos espaços públicos e colocar a filosofia em prática no âmbito da formulação de políticas.

As fontes de inspiração e referências serão múltiplas e diversas, mas a noção de espaço público subjacente a esta proposta é grandemente inspirada, se não emprestada, de Hannah Arendt. A sua visão assenta no facto de a política surgir da pluralidade e de o espaço público ser o espaço que existe entre nós, onde cada um de nós pode experimentar a liberdade. Se esse espaço entre nós entrar em colapso e se a política se tornar apenas um meio para um fim (seja qual for o bem que este fim pretende ser), então não estaremos longe do totalitarismo, argumenta ela. Ela nos convida a nos dissociarmos da ilusão de que a maneira mais eficiente de tornar a sociedade boa é fazer de cada um de seus membros uma boa pessoa. A Jonas, que tinha esta opinião, ela respondeu: “se isto fosse verdade, então estamos perdidos!”1 E de facto, como seres humanos, todos nós experimentamos o diálogo interno entre o bem e o mal. O facto de necessitarmos, por vezes, de tornar externa esta figura polarizada pode fazer parte da construção da nossa identidade colectiva, mas não devemos enganar-nos pensando que podemos realmente esforçar-nos, através da política, para tornar cada ser humano num ser inequivocamente bom. Por essa razão, este exercício centrar-se-á no que importa para o espaço público, e não no que importa para cada indivíduo, ou, por outras palavras, centrar-se-á nos meios e nas pré-condições necessárias para revigorar o sentido de pluralidade que é essencial se cada um de nós é experimentar a liberdade nesta era h

Tanto quanto sabemos, esta experiência de pôr a filosofia em prática é genuinamente nova, mas se não for esse o caso, serão tiradas lições de experiências passadas semelhantes. Isso também faz parte do exercício.

---

[1] Discussão sobre transmissão de TV, Toronto, 1972, relatada em “Edifier un monde, Interventions 1971–1975”, Hannah Arendt, pág. 98, Éditions du Seuil, Paris, 2007.

2 “Se os filósofos, apesar do seu necessário distanciamento da vida quotidiana dos assuntos humanos, algum dia chegassem a uma verdadeira filosofia política, teriam de fazer da pluralidade do homem, da qual surge todo o domínio dos assuntos humanos – na sua grandeza e miséria – o objeto de seu taumadzein. Biblicamente falando, eles teriam que aceitar – como aceitam com admiração muda o milagre do universo, do homem e do ser – o milagre de que Deus não criou o Homem, mas “homem e mulher os criou”. Eles teriam que aceitar, em algo mais do que a resignação da fraqueza humana, o fato de que 'não é bom que o homem fique sozinho.'" Arendt ( 1990).

Machine Translated by Google



## 2 O que queremos dizer com transição digital?

Chamemos de transição digital o processo social decorrente da implantação e aceitação das TIC. Num notável artigo *"O computador para o século XXI",* publicado na Scientific American em Setembro de 1991, Mark Weiser sugeriu que, depois do mainframe e do computador pessoal de secretária, o próximo passo será a computação ubíqua, ou seja, uma tecnologia que se tornou tão difundido que é invisível para nós e totalmente incorporado em nossas vidas. No seu livro recente, Dourish e Bell3 argumentam que já entrámos na era da computação ubíqua, em vez de a vermos como algo que pode acontecer no futuro. O projecto de investigação ETICA4 identificou uma lista de TIC emergentes5 que estão a trazer novas preocupações éticas. Na verdade, juntamente com o atual florescimento de dispositivos, sensores, robôs e aplicações, e estas tecnologias emergentes, entrámos numa nova fase da era da informação, uma fase em que a hibridização entre bits e outras formas de realidade é tão profunda que muda radicalmente a condição humana de maneiras profundas. A visão da computação omnipresente é uma visão assintótica razoável, que pode ser tomada como o contexto atual contra o qual a sociedade se esforça para atualizar as suas normas, valores e códigos de comportamento.

## 3 Por que tal exercício no âmbito da Agenda Digital?

A transição digital abala os quadros de referência estabelecidos, pelo menos de quatro maneiras:

a. confundir a distinção entre realidade e virtualidade;
b. ao confundir as distinções entre humano, máquina e natureza;
c. revertendo da escassez para a abundância, quando se trata de informação;
d. mudando da primazia das entidades sobre as interações para a primazia da inter ações sobre entidades.

Se não forem bem consideradas, estas questões empurram-nos para frente e para trás entre a desconfiança e a fé cega: nenhuma destas duas é capaz de fundamentar uma boa vida pública e proporcionar sentido. Como sociedade, somos confrontados com um desafio de aprendizagem sobre como moldar activamente as nossas vidas neste mundo mediado pela tecnologia.

Consideremos estas quatro questões separadamente.

---

3 Paul Dourish e Genevieve Bell, Adivinhando um futuro digital: bagunça e mitologia na computação ubíqua, MIT Press, 2011.

4 Questões éticas das aplicações emergentes das TIC. http://moriarty.tech.dmu.ac.uk:8080/index.jsp?page=10516.

5 Lista de tecnologias: computação afetiva, inteligência ambiental, inteligência artificial, bioeletrônica, computação em nuvem, internet do futuro, simbiose homem-máquina, neuroeletrônica, computação quântica, robótica, realidade virtual/aumentada.

Machine Translated by Google



## *3.1 A confusão da distinção entre realidade e virtualidade*

A alegoria da caverna de Platão, a distinção entre corpo e mente, ou entre fantasias internas e comportamentos reais são dicotomias fundamentais e ancestrais através das quais pensamos e agimos. São três entre muitas outras expressões do modo de pensar dualista. Os filósofos argumentaram que estas dicotomias são frágeis e mais ilusórias do que se possa pensar. No entanto, o pensamento dualista continua a ser um pilar do bom senso e da experiência moral e política. Ao tornar a virtualidade mais real do que nunca, a transição digital mina a divisão real/virtual e, portanto, todas as formas dualistas de pensamento. Isto exige novos enquadramentos de diversas questões, seja através do monismo, de um novo dualismo ou do pluralismo. As ciências cognitivas podem complementar de forma útil a perspectiva filosófica com uma explicação científica da ligação entre as diferentes formas de pensar (em termos pluralistas, dualistas ou monistas) e os comportamentos.

Em termos concretos, a exploração destas questões lançará luz, por exemplo, sobre o nível de continuidade em termos comportamentais e morais que deve ser esperado nos espaços públicos virtuais e físicos. Por exemplo, os antropólogos dizem-nos que é prática comum as pessoas mentirem sobre si mesmas na Internet, não necessariamente por más razões, mas sim como uma prática social: menores e adultos que namoram mentem sobre a sua idade, aparência, interesses, etc. adiante. Estará isto realmente a afectar a confiança ou, pelo contrário, faz parte da aculturação das ferramentas TIC pela sociedade, produzindo as áreas sombrias de que qualquer indivíduo necessita para viver como ser humano? Outra questão diz respeito a onde se deve traçar a linha entre o real e o virtual quando se trata de cometer crimes, como homicídio ou violação. No final físico, é e deve ser estritamente proibido e severamente punido. No final virtual, quando se trata de um mero jogo solitário, pode ser considerado como parte da esfera privada e tolerado como parte da própria intimidade profunda. No entanto, existe um meio-termo entre estes dois fins (jogos sociais, avatares, encontros na Internet, etc.), e não é trivial traçar a linha entre o espaço onde a moralidade pública deve ser aplicada e o espaço onde os diálogos internos e as negociações tomar lugar.

## *3.2 A confusão das distinções entre pessoas, natureza e artefatos*

Antigamente era fácil distinguir as pessoas dos artefatos e da natureza. A indefinição da distinção tem aumentado desde Darwin e a era industrial.
Depois de Darwin, reconhecemos que fazemos parte da natureza, em plena continuidade com os animais. Desde a era industrial, os artefactos e a natureza tornaram-se intrinsecamente ligados, através do metabolismo do desenvolvimento industrial, que recorre aos recursos naturais. Mais recentemente, com a utilização de dispositivos médicos, os seres humanos e os artefactos também se conectaram.

Machine Translated by Google



A transição digital funciona como um enorme acelerador do esbatimento destas distinções outrora eficazes. A multiplicação de sensores e próteses, o progresso das ciências cognitivas e da engenharia biológica obscurecem a distinção entre humanos e artefactos. A multiplicação dos artefactos, a intensificação do desenvolvimento industrial em todo o planeta e o aumento da monitorização significam que podemos não esgotar o planeta, que seguirá o seu curso no universo, mas certamente esgota a noção de natureza vazia ou de uma natureza vazia. reservatório sem fim.

Isto significa que a nossa caixa de ferramentas conceptual, ainda dependente destas distinções outrora eficazes entre humanos, natureza e artefactos, precisa de se adaptar a esta nova realidade, onde estas distinções já não existem. Que impacto isto tem na elaboração de políticas no domínio ético? Que impacto tem no enquadramento do desafio da sustentabilidade de uma forma prospectiva?

## *3.3 A inversão da escassez para a abundância, quando se trata de informação*

A visão do senso comum sobre conhecimento e informação é sublinhada pela utopia da omnisciência/onipotência. A suposição é que, se soubéssemos tudo o que há para saber, agiríamos perfeitamente ou, alternativamente, que erros e ações erradas poderiam ser atribuídos à falta de conhecimento. Isto, mais uma vez, tem sido desafiado por algumas escolas de pensamento há algum tempo, mas está agora a tornar-se comum. Na verdade, somos órfãos do ideal enciclopédico e sujeitos à nova experiência de que a restrição vinculativa não é o nosso conhecimento, mas sim a nossa capacidade de atenção. A informação, e mesmo o conhecimento, é como o que *costumava ser* um recurso natural: abundante. Mudámos o nosso sentido de ilimitação dos recursos naturais (agora reconhecidos como quantidades finitas) para a informação e o conhecimento.

Na verdade, com a transição digital, há cada vez menos atividades que não produzem uma "sombra digital". Todos os dispositivos eletrónicos com os quais interagimos (portáteis ou não) deixam um rasto gravado: onde estamos, o que lemos, o que compramos, sem falar nas informações que publicamos sobre nós próprios nas redes sociais ou blogs.

A informação é semelhante aos recursos naturais de um terceiro tipo, além do não renovável e do renovável, temos o exponencial. Em vez de visarmos uma visão geral global ou enciclopédica, precisamos de aprender a navegar em águas saturadas de informação e a dar sentido e a valorizar a abundância de informação através da prospeção de dados e de outras atividades de filtragem. Esta mudança mental radical tem consequências nos nossos comportamentos como conhecedores, na nossa representação colectiva do que são conhecimento e informação, na ligação entre conhecimento e acção (considere o véu da ignorância) e também, mais concretamente, no enquadramento do direito fundamental à privacidade, uma vez que os actuais princípios de controlo e minimização de dados sobre os quais se baseia o quadro de privacidade não conseguem compreender de forma óptima as novas preocupações sociais relativas à privacidade, reputação e imagem.

Machine Translated by Google



### *3.4 A inversão da primazia da entidade sobre as interações para a primazia das interações sobre as entidades*

Tendemos a prestar mais atenção ao que as entidades são, ou deveriam tornar-se, e a considerar as interações entre elas como secundárias. Por exemplo, concentramo-nos em definir o que a UE deveria ser, tentando "ultrapassar a fragmentação" – como (demasiadas) vezes dizemos – a fim de construir um todo coerente. Ao enquadrar a questão desta forma, consideramos a fragmentação como algo negativo e, como corolário, consideramos a unidade como superior à fragmentação. Da mesma forma, no enquadramento das nossas relações com os outros, falamos frequentemente em termos binários: barreiras (a serem levantadas) ou muros (a serem erguidos), por exemplo. Assim, deixamos de prestar a devida atenção à qualidade e salubridade das interações e relações entre as entidades.

Estamos muitas vezes inclinados a pensar que a solução para os nossos problemas reside numa maior liderança ou no aumento do poder ou do controlo. Na verdade, a retórica da sustentabilidade aponta para a necessidade de reequilibrar a relação consigo mesmo (foco na identidade) com a relação com o outro (foco nas interações). Alcançar mais integração e mais diversidade só pode ser feito com uma abordagem relaxada da identidade e uma abordagem construtiva da alteridade[6]. Com a transição digital, a importância das interfaces e da interoperabilidade é central. A primazia das interacções torna-se um facto e a identidade deve ser vista como o resultado de todas as interacções, em vez de como uma variável de controlo. Uma das implicações práticas desta mudança mental é prestar menos atenção à dimensão, minimizar as preocupações narcisistas, ir além do diagnóstico de fragmentação e analisar, em vez disso, como a qualidade e a eficiência das interacções podem ser melhoradas para servir o objectivo global.

## 4 Processo e Resultado

O objetivo do exercício é triplo:

1. verificar se houve exercícios semelhantes no passado e, se for caso disso, tirar lições deles;

2. validar ou adaptar o conjunto de questões que devem ser consideradas[7] ;
3. considerar cada questão validada, dando o seguinte relato:
   i. examinar as consequências das mudanças, prestando especial atenção aos exemplos sobre a noção de espaço público e sobre as expectativas em relação às autoridades públicas.
   ii. esboçar recomendações sobre novos enquadramentos de questões com vista a aumentar o controlo político sobre o que sustenta e revigora o espaço público e que realmente importa para os cidadãos.

---

6 Para uma apresentação extensa deste argumento, consulte Dewandre (2011).

7 A escolha das questões propostas na secção 3 é altamente contingente e não deve ser entendida como exaustiva nem exclusiva, mas antes como uma proposta para desencadear o processo.

Machine Translated by Google



O Grupo Onlife trabalhou ao longo de 2012 e optou por entregar o resultado deste processo na forma de um Manifesto Onlife. Na verdade, rapidamente se percebeu no processo que, embora a formação de cada membro fosse diferente, havia uma forte base comum, que valia a pena explicitar.

O *Manifesto Onlife* é o resultado central desta iniciativa, em torno da qual todos os membros membros reuniram e consideram uma peça útil para desencadear debates.

Como pode ser facilmente compreendido, chegar a acordo sobre um texto comum e envolvente não tem sido uma tarefa fácil para um grupo tão multidisciplinar! Para permitir que cada membro se posicionasse relativamente ao Manifesto, cada colaborador teve a possibilidade de escrever *Comentários* sobre o Manifesto. Isso gerou uma nuvem de nuances e desvenda as múltiplas perspectivas sob as quais este texto pode ser lido e compreendido.

Por fim, cada membro encerrou em um *Capítulo* sua contribuição ao debate.

Tal como sugerido pela flor na página web, o Manifesto, os Comentários e os Capítulos formam um resultado que reflecte tanto um forte terreno comum como uma rica diversidade. Esperamos que este material seja útil e talvez inspirador.

O resultado deste processo será o início de uma discussão mais ampla, tanto em reuniões como através do *Futurium. O Futurium* é uma ferramenta vital que visa incentivar a participação de uma ampla gama de atores, proporcionando um espaço aberto e interativo para um processo de pensamento inclusivo. É incentivada a participação de grupos da sociedade civil, de profissionais das TIC e de qualquer indivíduo que deseje participar no debate. Os interessados em organizar workshops para discutir este resultado são convidados a enviar propostas para nicole.dewandre@ec.europa.eu.

Manter a iniciativa em movimento e focada foi assegurada por Luciano Floridi, Professor de Filosofia e Ética da Informação na Universidade de Oxford, Pesquisador Sênior do Oxford Internet Institute e Fellow do St Cross College, Oxford; Charles Ess, Professor em Estudos de Mídia, Departamento de Mídia e Comunicação, Universidade de Oslo; e Nicole Dewandre, conselheira para questões sociais na Direcção Geral de Redes de Comunicações, Conteúdos e Tecnologia da Comissão Europeia, respectivamente presidente, editora e relatora. Ao mesmo tempo, isto não teria sido possível sem o notável envolvimento de todos os membros, nem com o apoio mais eficiente de Roua Abbas, Igor Caldeira e Nicole Zwaaneveld.

Esta iniciativa8 insere-se no projeto *Digital Futures* .

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

8 O conteúdo desta iniciativa não reflete a opinião oficial da União Europeia. A responsabilidade pelas informações e opiniões nele expressas cabe inteiramente aos membros do grupo Onlife.

Machine Translated by Google



## Referências

ARENDT, Hannah. 1990. Filosofia e política. *Pesquisa Social* 57 (1): 73–104.

Dewandre, N. 2011. O conceito de sustentabilidade: podemos ficar entre o catastrofismo e a negação? Na *investigação europeia para o desenvolvimento sustentável,* ed. Carlo Jaeger, Joan David Tabara e Julia Jaeger. Berlim: Springer.

Machine Translated by Google

# Parte IV
# Hiperconectividade

Machine Translated by Google

# Hiperhistória e Filosofia da Informação Políticas

**Luciano Floridi**

## 1 Hiperhistória

Mais pessoas estão vivas hoje do que nunca na evolução da humanidade. E mais de nós vivemos mais e melhor hoje do que nunca. Em grande medida, devemos isso às nossas tecnologias, pelo menos na medida em que as desenvolvemos e utilizamos de forma inteligente, pacífica e sustentável.

Às vezes, podemos esquecer o quanto devemos às pedras e às rodas, às faíscas e aos arados, aos motores e aos satélites. Somos lembrados dessa profunda dívida tecnológica quando dividimos a vida humana em pré-história e história. Esse limiar significativo existe para reconhecer que foi a invenção e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) que fizeram toda a diferença entre quem éramos e quem somos. Foi somente quando as lições aprendidas pelas gerações passadas começaram a evoluir de uma forma lamarckiana e não darwiniana que a humanidade entrou na história.

A história já dura 6.000 anos, desde que começou com a invenção da escrita no quarto milênio aC. Durante este período relativamente curto, as TIC forneceram a infra-estrutura *de gravação* e *transmissão* que tornou possível a escalada de outras tecnologias, com a consequência directa de aumentar a nossa dependência de cada vez mais camadas de tecnologias. As TIC amadureceram nos poucos séculos entre Guttenberg e Turing. Hoje, estamos a viver uma transformação radical nas nossas TIC que poderá revelar-se igualmente significativa, pois começámos a traçar um novo limiar entre a história e uma nova era, que pode ser apropriadamente chamada de hiper-história (Fig. *1 )* .

Deixe-me explicar.

A pré-história e a história funcionam como advérbios: dizem-nos *como* as pessoas vivem, não *quando* ou *onde.* Nesta perspectiva, as sociedades humanas estendem-se actualmente por três idades, como modos de vida. De acordo com relatos sobre um número não especificado de tribos isoladas na região amazônica (http://www.survivalinternational.org/), existem

L. Floridi **(ÿ)**
Oxford Internet Institute, Universidade de Oxford, 1 St Giles, OX1 3JS Oxford, Reino Unido
e-mail: luciano.floridi@oii.ox.ac.uk

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI
10.1007/978-3-319-04093-6_12, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



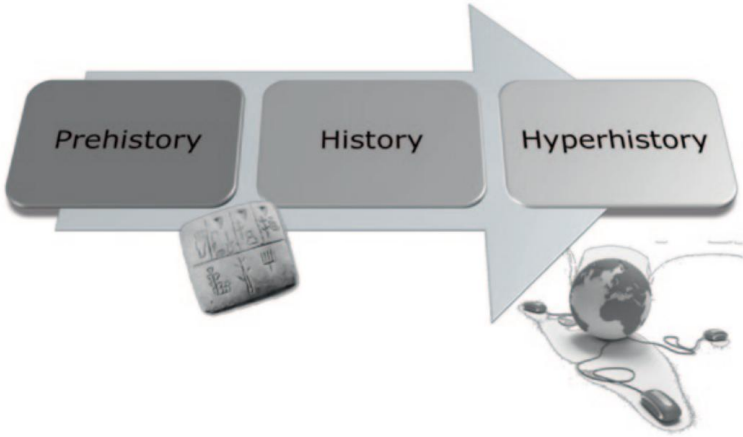



**Fig.1** Da pré-história à hiper-história

ainda algumas sociedades que podem viver pré-históricamente, sem documentos registrados.
Se um dia tais tribos desaparecerem, o final do primeiro capítulo do nosso livro evolutivo terá sido escrito. A grande maioria das pessoas hoje ainda vive historicamente, em sociedades que dependem das TIC para *registar* e *transmitir* dados de todos os tipos. Nessas sociedades históricas, as TIC ainda não ultrapassaram outras tecnologias, especialmente as relacionadas com a energia, em termos da sua importância vital. Além disso, há algumas pessoas em todo o mundo que já vivem de forma hiper-histórica, em sociedades ou ambientes onde as TIC e as suas capacidades *de processamento* de dados1 são a condição necessária para a manutenção e qualquer desenvolvimento adicional do bem-estar social, do bem-estar pessoal, bem como do florescimento geral. A natureza dos conflitos constitui um triste teste à fiabilidade desta interpretação tripartida da evolução humana. Somente uma sociedade que vive hiper-históricamente pode ser ameaçada de forma vital, informacionalmente, por um ataque cibernético. Somente aqueles que vivem pelo dígito podem morrer pelo dígito (Floridi e Taddeo no prelo).

Resumindo, a evolução humana pode ser visualizada como um foguete de três fases: na pré-história, não existem TIC; na história, existem TICs, elas *registram* e *transmitem*
dados, mas as sociedades humanas dependem principalmente de outros tipos de tecnologias relativas a recursos primários e energia; na hiper-história, existem as TIC, que registam, transmitem e, sobretudo, *processam* dados, de forma cada vez mais autónoma, e as sociedades humanas tornam-se vitalmente dependentes delas e da informação como recurso fundamental.
O valor acrescentado deixa de estar relacionado com as TIC e passa a ser dependente das TIC.

1 É assim que entendo a referência no Manifesto a uma virada computacional.

Machine Translated by Google



Se tudo isto estiver aproximadamente correto, a saída da sua era histórica representa um dos passos mais significativos dados pela humanidade desde há muito tempo. Certamente abre um vasto horizonte de oportunidades, bem como de desafios, todos essencialmente impulsionados pelos poderes de gravação, transmissão e processamento das TIC. Da bioquímica sintética à neurociência, da Internet das coisas às explorações planetárias não tripuladas, das tecnologias verdes aos novos tratamentos médicos, das redes sociais aos jogos digitais, das aplicações agrícolas às financeiras, dos desenvolvimentos económicos à indústria energética, as nossas atividades de descoberta , invenção, design, controle, educação, trabalho, socialização, entretenimento, cuidado e assim por diante seriam não apenas inviáveis, mas impensáveis num contexto histórico puramente mecânico. Eles são todos de natureza hiperhistórica.

Daqui resulta que estamos a assistir ao delineamento de um cenário macroscópico em que um crescimento exponencial de novas invenções, aplicações e soluções em TIC estão a separar rapidamente as gerações futuras das nossas. É claro que isto não quer dizer que não haja continuidade, tanto para trás como para frente. *Ao contrário,* porque muitas vezes acontece que quanto mais profunda é uma transformação, mais longas e mais amplamente enraizadas são as suas causas. É apenas porque muitas forças diferentes têm vindo a exercer pressão há muito tempo que mudanças radicais podem acontecer de repente, talvez inesperadamente. Não é o último floco de neve que quebra o galho da árvore. No nosso caso, é certamente a história que gera a hiper-história. Não existe ASCII sem o alfabeto.
*Avante,* porque é mais plausível que as sociedades históricas sobrevivam por muito tempo no futuro, não muito diferente das tribos amazônicas mencionadas acima. Apesar da globalização, as sociedades humanas não avançam uniformemente, em passos sincrónicos.

## 2 A Filosofia das Políticas de Informação

Dadas as novidades sem precedentes que o alvorecer da hiper-história está a causar, não é surpreendente que muitas das nossas visões filosóficas fundamentais, tão arraigadas na história e, acima de tudo, tão modernas (no sentido desta palavra explicada no Manifesto), possam precisar de ser ser atualizado, se não totalmente substituído. Talvez ainda não na academia, nos grupos de reflexão, nos centros de investigação ou nos gabinetes de I&D, mas claramente nas ruas e online, existe uma atmosfera de expectativas confusas, de mudanças excitantes, por vezes ingénuas, de baixo para cima nas nossas opiniões sobre (i) o mundo, (ii) sobre nós mesmos, (iii) sobre nossas interações com o mundo e (iv) entre nós.

Estes quatro pontos focais não são o resultado de programas de investigação, nem do impacto de pedidos de subvenção bem sucedidos. De forma muito mais realista e poderosa, mas também de forma mais confusa e hesitante, as mudanças na nossa *Weltanschauung* são o resultado dos nossos ajustamentos diários, intelectual e comportamentalmente, a uma realidade que está a mudar fluidamente diante dos nossos olhos e sob os nossos pés, de forma exponencial e gradual. menos. No Manifesto, descrevi esse estado em termos de "construir a jangada enquanto nadamos", hackeando a famosa analogia de Neurath. Estamos a encontrar o nosso novo equilíbrio moldando e adaptando-nos a condições hiper-históricas que ainda não se s

Machine Translated by Google



numa idade madura, e em que as novidades já não são perturbadoras, mas sim padrões estáveis de “mais do mesmo” (pense, por exemplo, na indústria automóvel ou na indústria do livro, e na estabilidade que proporcionaram).

É por esta razão que a terminologia que se segue é apenas provisória e provavelmente inadequada para captar a novidade intelectual que enfrentamos. Nosso próprio vocabulário conceitual e nossos modos de dar sentido ao mundo (nossos processos e práticas de semântica) precisam ser reconsiderados e redesenhados a fim de nos fornecer uma melhor compreensão de nossa era hiper-histórica e, portanto, uma melhor chance de moldá-la em a melhor maneira e lidar com seus desafios com sucesso. Com esta condição em mente, parece claro que uma nova filosofia da história, que tenta dar sentido à nossa época como o fim da história e o início da hiper-história, convida ao desenvolvimento de (ver os quatro pontos acima) (i) uma nova filosofia da natureza, (ii) uma nova antropologia filosófica, (iii) um e-ambientalismo sintético como ponte entre nós e o mundo, e (iv) uma nova filosofia da política entre nós.

Noutros contextos, argumentei que tal convite equivale a um pedido de uma nova filosofia da informação que possa trabalhar a 360 graus na nossa condição hiper-histórica (Floridi 2011 ). Procurei desenvolver uma filosofia da natureza em termos de uma filosofia da infosfera (Floridi 2003), e uma antropologia filosófica em termos de uma quarta revolução na nossa autocompreensão – depois da copernicana, da darwiniana e freudiana – que reinterpreta os humanos como organismos informacionais que vivem e interagem com outros agentes informacionais na infosfera (Floridi 2008, 2010). Finalmente, sugeri que uma expansão da ética ambiental a todos os ambientes – incluindo aqueles que são artificiais, digitais ou sintéticos –
deveria basear-se numa ética da informação para toda a infosfera (Floridi em breve). O que não fiz foi delinear uma filosofia da política consistente com esses passos iniciais. As observações a seguir representam o início deste novo esforço.

## 3 Apoptose Política: do Estado Histórico aos MAS Hiperhistóricos

A perspectiva de longo prazo, introduzida na secção anterior, deveria ajudar a explicar o processo de *apoptose* política[2] que estamos a atravessar, tomando emprestado um conceito da biologia celular: o Estado desenvolveu-se tornando-se cada vez mais uma Sociedade da Informação, mas de tal forma fazê-lo tornou-se cada vez menos *o* principal agente de informação, porque o que tornou o Estado possível e então predominante,

[2] A apoptose (também conhecida como morte celular programada) é uma forma natural e normal de autodestruição na qual uma sequência programada de eventos leva à eliminação de células. A apoptose desempenha um papel crucial no desenvolvimento e manutenção da saúde do corpo, eliminando células quando elas se tornam velhas, desnecessárias ou prejudiciais à saúde. Estou em dívida com Judith Simon por me ter alertado contra as implicações perigosas do conceito, com a sua potencial ligação às opiniões nazis sobre a pureza e a purificação biológicas. É claro que não é assim que o conceito deve ser entendido aqui, apenas não consegui encontrar uma maneira melhor de expressar a ideia até agora.

Machine Translated by Google



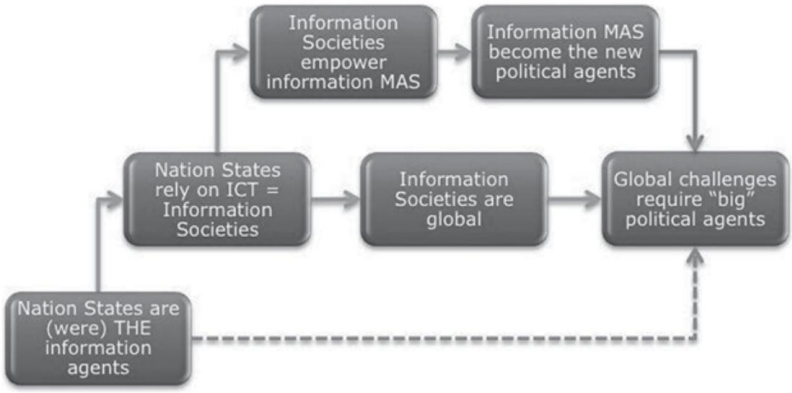



**Figura 2** Do Estado aos MASs

como força motriz histórica na política humana, nomeadamente nas TIC, é também o que a torna agora menos central, hiper-historicamente, na vida social, política e económica da humanidade em todo o mundo (Fig. 2) . Três razões relacionadas merecem ser destacadas a título de explicação.

1. *Poder:* As TIC "democratizam" os dados e o poder de processamento/controlo sobre eles, no sentido de que ambos tendem agora a residir e a multiplicar-se numa multiplicidade de repositórios e fontes, criando e capacitando assim um número potencialmente menor de entidades não estatais. agentes, desde o indivíduo individual até associações e grupos, desde macroagentes, como multinacionais, até organizações internacionais, intergovernamentais e não governamentais. O Estado já não é o único, e por vezes nem mesmo o principal, agente na arena política que pode exercer poder informativo sobre outros agentes informativos, em particular sobre (grupos de) organismos informativos humanos. A Comissão Europeia, por exemplo, reconheceu a importância destes novos agentes no *Acordo de Cotonou*[3] entre a União Europeia (UE) e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), ao reconhecer o importante papel exercido por uma vasta gama de organizações não governamentais intervenientes no desenvolvimento e reconhecendo formalmente a sua participação na cooperação para o desenvolvimento ACP-UE. De acordo com art. 6º do *Acordo de Cotonu,* esses intervenientes não estatais incluem: "o sector privado; parceiros económicos e sociais, incluindo organizações sindicais; sociedade civil em todas as suas formas, de acordo com as características nacionais".4 O fenômeno está gerando uma nova tensão entre poder e força, onde o poder é informativo e exercido através da elaboração e disseminação de normas, enquanto a força é física

3 Ver *Segunda Revisão do Acordo de Cotonou, Texto Consolidado Acordado,* 11 de Março de 2010. http://ec.europa.eu/development/icenter/repository/second_revision_cotonou_agreement_20100311.pdf.

4 Agradeço a Mireille Hildebrandt por chamar minha atenção para este documento.

Machine Translated by Google



e exercido quando o poder não consegue orientar o comportamento dos agentes relevantes e as normas precisam ser aplicadas.

2. *Espaço:* as TIC desterritorializam a experiência humana. Tornaram as fronteiras regionais porosas ou, em alguns casos, totalmente irrelevantes. Também criaram, e estão a expandir-se exponencialmente, regiões da infosfera onde um número crescente de agentes (não apenas pessoas, ver acima) opera e passa cada vez mais tempo.
Essas regiões são intrinsecamente apátridas. Isto está a gerar uma nova tensão entre a geopolítica, que é global e não territorial, e o Estado-Nação, que ainda define a sua identidade e legitimidade política em termos de uma unidade territorial soberana, como um País.

3. *Organização:* As TIC fluidificam a topologia da política. As TIC não apenas permitem, mas na verdade promovem a agregação, desagregação e reagregação ágil, temporária e oportuna de grupos distribuídos (Floridi no futuro próximo) em torno de interesses comuns através de fronteiras antigas e rígidas, representadas por classes sociais, partidos políticos, etnia, barreiras linguísticas , e assim por diante. Isto está a gerar novas tensões entre o Estado-nação, ainda entendido como uma importante instituição organizacional, mas já não monolítica, mas transformando-se cada vez mais num sistema multiagente (ver abaixo), e uma variedade de instituições igualmente poderosas, na verdade, por vezes, ainda mais influentes politicamente ( no que diz respeito ao antigo Estado-nação) e organizações não estatais poderosas (ver acima). O debate sobre a democracia direta é assim remodelado. Costumávamos pensar que se tratava de como o Estado-nação poderia reorganizar-se internamente, concebendo regras e dispondo de meios para promover formas de democracia em que os cidadãos pudessem votar directamente em iniciativas políticas, quase em tempo real. Pensamos nisso como uma alternativa complementar às formas de democracia representativa. A realidade é que a democracia directa se tornou uma democracia liderada pelos meios de comunicação social, na qual os sistemas multiagentes (entendidos como grupos distribuídos, temporários e oportunamente agregados em torno de interesses partilhados) multiplicaram-se e tornaram-se fontes de influência externas ao Estado-nação. Os cidadãos votam nos seus representantes e influenciam-nos através de sondagens de opinião.

Por causa de 1-3, a posição única do Estado histórico como *agente* de informação está sendo minada a partir de baixo e anulada a partir de cima pelo surgimento de sistemas multiagentes ou SMAs, que possuem os dados, o poder (e às vezes até a força, como no caso de ameaças cibernéticas), o espaço e a flexibilidade organizacional para minar a sua influência política, roubar a sua autoridade e, a longo prazo, torná-la redundante em contextos onde já foi o único ou o agente informativo predominante. A recente crise grega e os verdadeiros agentes envolvidos na sua gestão oferecem um bom modelo: o governo grego e o Estado grego tiveram de interagir “acima” com a UE, o Banco Central Europeu, o FMI, as agências de classificação, e assim por diante, e “abaixo” com os meios de comunicação gregos e as pessoas na praça Syntagma, os mercados financeiros e os investidores internacionais, a opinião pública alemã, e assim por diante.

Uma ideia muito mais interligada de interacções políticas torna possível um certo grau de tolerância e, na verdade, viabilidade de localismos, separatismos, bem como de movimentos e partidos que favorecem a autonomia ou a independência, o que teria sido inconcebível nos tempos modernos. Da Padânia (Itália) à Catalunha (Espanha), da Escócia (Grã-Bretanha) à Baviera (Alemanha), lembramos que quase

Machine Translated by Google



em qualquer país europeu, por exemplo, as tendências hiper-históricas podem assemelhar-se aos equilíbrios pré-vestfalianos.5

É claro que o Estado histórico não desiste do seu papel sem luta. Em muitos contextos, está a tentar recuperar a sua primazia como superagente da informação que governa a vida política da sociedade que organiza. Em alguns casos, a tentativa é flagrante: o plano falhado do Governo Trabalhista para introduzir a identificação obrigatória no Reino Unido6 deve ser lido nesta perspectiva. Em muitos casos, trata-se de uma "resistência histórica" furtiva, como quando uma sociedade da informação – definida pelo papel essencial desempenhado pelos activos intelectuais e intangíveis (economia baseada no conhecimento), pelos serviços intensivos em informação (serviços empresariais e imobiliários, finanças e seguros) e sectores públicos (especialmente educação, administração pública e cuidados de saúde) – é em grande parte gerido pelo Estado, que simplesmente mantém o seu papel de principal agente de informação, não mais apenas legalmente, com base no seu poder sobre a legislação e na sua implementação. , mas agora também economicamente, com base no seu poder sobre a maioria dos empregos baseados na informação. A presença intrusiva do chamado Capitalismo de Estado com as suas SOE (Empresas Estatais) em todo o mundo e especialmente na China é um sintoma óbvio.

Formas semelhantes de resistência parecem apenas capazes de atrasar a ascensão inevitável dos MAS políticos. Infelizmente, podem envolver riscos enormes, não só a nível local, mas também a nível global. Paradoxalmente, enquanto a humanidade caminha para uma era hiper-histórica, o mundo assiste à ascensão da China, actualmente um Estado Soberano muito "histórico", e ao declínio dos EUA, um Estado Soberano que, mais do que qualquer outra superpotência no passado, já tinha uma vocação hiper-histórica em sua organização federal. Isto é arriscado, porque o historicismo anacrónico de algumas políticas da China e o crescente hiper-historicismo da humanidade caminham para um confronto. Pode não ser um conflito, mas a hiper-história é uma força cuja hora chegou e, embora pareça muito provável que seja o Estado Chinês a emergir profundamente transformado, só podemos esperar que a fricção inevitável seja tão indolor e pacífica que possível.

A conclusão anterior é válida para o Estado histórico em geral: no futuro, veremos os MAS políticos adquirirem crescente proeminência, com o próprio Estado a abandonar progressivamente a sua resistência às mudanças hiper-históricas e a evoluir para um MAS ele próprio. Bons exemplos são fornecidos pela descentralização ou pela tendência crescente de tornar os bancos centrais, como o Banco de Inglaterra ou o Banco Central Europeu, organizações públicas independentes.

## 4 A Natureza e os Problemas do MAS Político

Chegou a hora de considerar mais de perto a natureza do MAS político e algumas das questões que o seu surgimento já coloca.

---

5 A entrada sobre "Lista de movimentos separatistas activos na Europa" na Wikipédia é ao mesmo tempo informativa e esclarecedora. http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_active_separatist_movements_in_Europe.

6 O Governo Trabalhista introduziu a primeira Lei dos Cartões de Identidade em Novembro de 2004. Depois de várias fases intermédias, a Lei dos Cartões de Identidade foi finalmente revogada pela Lei dos Documentos de Identidade de 2010, em 21 de Janeiro de 2011.

Machine Translated by Google



O MAS político é um sistema constituído por outros sistemas, que, como um único agente (Floridi e Sanders 2004), é

a. *teleológico,* o MAS tem um propósito, ou meta, que persegue através de suas ações;
b. *interactivo,* o SMA e o seu ambiente podem actuar uns sobre os outros;
c. *autônomo,* o MAS pode mudar seus estados sem resposta direta à interação: ele pode realizar transições internas para mudar seus estados. Isto confere ao MAS algum grau de complexidade e independência do seu ambiente; e finalmente

d. *adaptáveis,* as interações do MAS podem mudar as regras pelas quais o MAS muda seus estados. A adaptabilidade garante que o MAS aprenda o seu próprio modo de operação de uma forma que depende criticamente da sua experiência.

O MAS político é, portanto, um MAS *inteligente7* quando implementa características a-d de forma eficiente e eficaz, minimizando recursos, desperdícios e erros, ao mesmo tempo que maximiza os retornos das suas ações.

A emergência de MAS políticos e inteligentes coloca muitas questões sérias, que só podem ser rapidamente analisadas aqui.

## *4.1 Identidade e Coesão*

Ao longo da história, o Estado tem lidado com o problema de estabelecer e manter a sua própria *identidade ,* trabalhando na equação entre Estado=Nação, muitas vezes através dos meios legais da Cidadania e da retórica narrativa do Espaço (a Terra Mãe/Pai) e do Tempo. (História no sentido de tradições, celebrações recorrentes de eventos passados de construção da nação, etc.). Consideremos, por exemplo, a invenção do serviço militar obrigatório durante a Revolução Francesa, a sua crescente popularidade na história moderna, mas depois o número decrescente de Estados Soberanos que ainda hoje o impõem. É um sinal de anacronismo que, em momentos de crise, os Estados Soberanos ainda cedam à tentação de alimentar o nacionalismo. A equação entre Estado, Nação, Cidadania e Terra/História teve ainda a vantagem de fornecer uma resposta a um segundo problema, o da *coesão,* pois respondeu não apenas à questão de quem ou o que é o Estado, mas também à questão de quem ou o que pertence ao Estado e, portanto, pode estar sujeito às suas normas e ações.

O novo MAS político não pode confiar na mesma solução. Na verdade, enfrentam ainda o problema de terem de lidar com a dissociação entre a sua identidade e coesão políticas. A identidade política de um MAS pode ser muito forte e, no entanto, não estar relacionada com a sua coesão temporária e bastante frouxa, como é o caso do movimento Tea Party nos EUA. Tanto a identidade como a coesão de um MAS político podem ser bastante fracas, como no movimento internacional Occupy. Ou pode-se reconhecer uma forte coesão e, ainda assim, uma identidade política pouco clara ou fraca, como aconteceu com a população de indivíduos que tuitam e o seu papel durante a Primavera Árabe. Tanto a identidade como a coesão

7 Estou a utilizar aqui a palavra “inteligente” no mesmo sentido em que a encontramos na Inteligência Artificial, ou seja, como um equivalente a “inteligente”, quando utilizada em “tecnologias inteligentes”.

Machine Translated by Google



um MAS político é estabelecido e mantido através da partilha de informações. A Terra é virtualizada na região da infosfera em que o MAS opera. Assim, a Memória (gravações recuperáveis) e a Coerência (actualizações fiáveis) do fluxo de informação permitem a um MAS político reivindicar alguma identidade e alguma coesão e, portanto, oferecer um sentimento de pertença. Mas é, acima de tudo, o facto de as fronteiras entre o online e o offline estarem a desaparecer, o aparecimento da *experiência de vida on-line* e, portanto, o facto de a infosfera virtual poder afectar politicamente o espaço físico, que reforça o sentido do poder político. MAS como um verdadeiro agente. Se *anônimo*

tivesse apenas uma existência virtual, a sua identidade e coesão seriam muito menos fortes.
As ações constituem uma contrapartida vital ao fluxo de informação virtual para garantir a coesão. Uma ontologia de interações substitui uma ontologia de coisas (Floridi 2007).

### *4.2 Consentimento*

Uma consequência significativa da quebra da equação MAS político=Estado Nação=Cidadania=Terra=História e da dissociação entre identidade e coesão num MAS político é que o antigo problema teórico de como o consentimento para ser governado por surge uma autoridade política que está sendo virada de cabeça para baixo. No quadro histórico da teoria do contrato social, a suposta posição padrão é a de uma opção legal de exclusão: existe algum tipo (a ser especificado) de consentimento original *a priori ,* alegadamente dado por qualquer indivíduo sujeito ao Estado político, para ser regido por este último e pelas suas leis. O problema é entender como esse consentimento é dado e o que acontece quando o agente opta por não recebê-lo (o fora-da-lei). No quadro hiper-histórico, a posição padrão esperada é a de um opt-in social, que é exercido sempre que o agente se sujeita condicionalmente ao MAS político, para um fim específico.

A obtenção de consentimento em torno de questões políticas específicas torna-se um processo contínuo. O problema é compreender o que pode motivar ou mesmo forçar os agentes (novamente, não apenas seres humanos individuais, mas todos os tipos de agentes) a dar tal consentimento e a envolverem-se, e o que acontece quando tais agentes, descomprometidos por defeito (note-se, não descomprometidos , pois o desligamento pressupõe um estado prévio de engajamento) preferem ficar longe das atividades do MAS político. Não compreender a transformação anterior do opt-out histórico para o opt-in hiper-histórico significa ter menos probabilidade de compreender a aparente inconsistência entre o desencanto dos indivíduos com a política e a popularidade dos movimentos globais, das mobilizações internacionais, do ativismo, do voluntarismo e de outras formas sociais. forças com enormes implicações políticas. O que está moribundo não é a política *tout court,* mas a política histórica, aquela baseada em Partidos, Classes, Papéis Sociais fixos e no Estado, que pediu legitimidade política apenas uma vez e a gastou até ser revogada. A aproximação ao chamado centro por parte dos partidos nas democracias liberais em todo o mundo e as estratégias de “conseguir o voto” (GOTV, um termo usado para descrever a mobilização dos eleitores para garantir que aqueles que podem votar) são provas de que é necessário envolvimento. constantemente renovado e ampliado para vencer uma eleição. A filiação partidária (e também sindical) é uma característica moderna que provavelmente se tornará cada vez menos comum.

Machine Translated by Google



### *4.3 Espaço Social vs. Espaço Político*

Compreender a inversão anterior das posições inadimplentes significa enfrentar outro problema. Simplificando demasiado, na pré-história, os espaços sociais e políticos sobrepõem-se porque, numa sociedade sem Estado, não há diferença real entre as relações sociais e políticas e, portanto, as interacções. Na história, o Estado procura manter tal coextensividade ocupando politicamente todo o espaço social, estabelecendo assim a primazia do político sobre o social. Vimos acima que isto pode basear-se em estratégias normativas ou económicas, através do exercício do poder, da força, do controlo e da criação de regras. Na hiper-história, o espaço social é o espaço original e padrão a partir do qual os agentes podem se mover para (consentir) ingressar no espaço político. Não é acidental que conceitos como *sociedade civil, esfera pública* (também num sentido não-habermasiano) e *comunidade* se tornem cada vez mais importantes à medida que avançamos para um contexto hiper-histórico. O problema é compreender esse espaço social onde agentes de vários tipos deveriam interagir e dar origem ao MAS político.

Cada agente, conforme descrito na Seção. 4, possui alguns graus de liberdade. Com isto não quero dizer liberdade, autonomia ou autodeterminação, mas sim, no sentido robótico, algumas capacidades ou habilidades, apoiadas pelos recursos relevantes, para se envolver em ações específicas para um propósito específico. Para usar um exemplo elementar, uma máquina de café tem um grau de liberdade: pode fazer café, desde que sejam fornecidos os ingredientes e a energia certos. A soma dos graus de liberdade desses agentes é a sua “agência”. Quando o agente está sozinho, é claro que só existe agência, não há espaço social e muito menos espaço político. Imagine Robinson Crusoe em sua “Ilha do Desespero”. Contudo, assim que surge outro agente (sexta-feira na “Ilha do Desespero”), ou mesmo um grupo de agentes (os canibais nativos, os náufragos espanhóis, os amotinados ingleses), a agência adquire o valor adicional de multiagente ( isto é, interação social: as práticas e depois as regras de coordenação e restrição dos graus de liberdade dos agentes tornam-se essenciais, inicialmente para o bem-estar dos agentes que constituem o SMA, e depois para o bem-estar do próprio SMA. Observe a mudança no nível de abstração: uma vez surgido o espaço social, começamos a considerar o grupo como um grupo – por exemplo, como uma comunidade, ou como uma sociedade – e as ações dos agentes individuais que o constituem tornam-se elementos que levam aos recém-estabelecidos graus de liberdade ou agência do MAS.

O exemplo simples anterior ainda pode ajudar. Consideremos agora uma máquina de café e um cronômetro: separadamente, são dois agentes com agenciamento diferente, mas se estiverem devidamente unidos e coordenados em um MAS, então o agente emissor passa a ter a nova agência para fazer o café em um horário determinado. Agora é o MAS que tem uma capacidade mais complexa, e que pode ou não funcionar adequadamente.

Um espaço social é, portanto, a totalidade dos graus de liberdade dos agentes que se deseja levar em consideração. Na história, tal consideração – que na verdade é apenas um outro nível de abstração – foi em grande parte determinada pelo território e, portanto, por uma variedade de formas de vizinhança. No exemplo acima, todos os agentes levados em consideração são escolhidos devido às suas relações com a mesma “Ilha do Desespero”.

Vimos que as TIC mudaram tudo isto. Na hiper-história, onde traçar a linha para

Machine Translated by Google



incluir, ou mesmo excluir, os agentes relevantes cujos graus de liberdade constituem o espaço social tornou-se cada vez mais uma questão de escolha pelo menos implícita, quando não de decisão explícita. O resultado é que o fenómeno da moralidade distribuída, abrangendo o da responsabilidade distribuída, está a tornar-se cada vez mais comum (Floridi, no prelo). Em ambos os casos, história ou hiper-história, o que conta como espaço social pode ser um movimento político. A globalização é uma desterritorialização neste sentido político.

Se nos voltarmos agora para o espaço político em que operam as novas MAS, seria um erro considerá-lo um espaço separado, acima do social: ambos são determinados pela mesma totalidade dos graus de liberdade dos agentes. O espaço político surge quando a complexidade do espaço social – entendido em termos de número e tipos de interações e de agentes envolvidos, e do grau de reconfiguração dinâmica de agentes e interações – requer a prevenção ou resolução de potenciais divergências e a *coordenação* ou colaboração sobre potenciais *convergências. Ambos* são cruciais. E em cada caso é necessária mais informação, em termos de representação e deliberação sobre uma multiplicidade complexa de graus de liberdade.
O resultado é que o espaço social se politiza através da sua informatização.

## *4.4 Legitimidade*

É quando os agentes do espaço social concordam em como lidar com as suas divergências (conflitos) e convergências que o espaço social adquire a dimensão política a que estamos tão habituados.

Dois erros potenciais nos aguardam aqui. Uma delas, chamemos-lhe hobbesiana, é considerar a política meramente como a prevenção da guerra por outros meios. Este não é o caso, porque mesmo uma sociedade complexa de anjos *(homo hominis agnus)* ainda exigiria política para promover a sua harmonia. As convergências também precisam de política. Por metáfora, a política não se trata apenas de conflitos devido ao exercício do grau de liberdade dos agentes na prossecução dos seus objectivos. É também, ou pelo menos deveria ser, acima de tudo, a promoção da coordenação e da colaboração por outros meios que não a coerção e a violência. Em segundo lugar, e pode-se chamar este erro potencial de Rousseauiano, pode parecer que o espaço político é então apenas aquela parte do espaço social organizado pela lei. Neste caso, o erro é mais sutil. Costumamos associar o espaço político às regras ou leis que o regulam mas estas últimas não são constitutivas, por si só, do espaço político. Compare dois casos em que as regras determinam um jogo. No xadrez, as regras não apenas restringem o jogo, elas são o jogo porque não sobrevêm a uma atividade anterior: pelo contrário, são as *condições necessárias e suficientes* que determinam todos e apenas os movimentos que podem ser feitos legalmente. No futebol, porém, as regras são *constrangedoras* porque os agentes gozam de um grau prévio e básico de liberdade, que consiste na sua capacidade de chutar uma bola com o pé para marcar um golo, que as regras deveriam regular. Considerando que é fisicamente possível, mas não faz sentido, colocar dois peões na mesma casa de

Machine Translated by Google



num tabuleiro de xadrez, nada impediu que a “mão de Deus” de Maradona marcasse um gol,8 e que isso fosse permitido por um árbitro que não viu a infração.

Uma vez evitados os erros anteriores, é mais fácil perceber que o espaço político é aquela área do espaço social limitada pelo acordo para chegar a acordo sobre a resolução de divergências e coordenação de convergências. Isto leva a uma consideração adicional, relativa ao Estado Transparente.

## 5 O Estado Transparente

Existem dois sentidos em que o Estado pode ser transparente. Não é novidade que ambos provêm das TIC e da ciência da computação, mais um caso em que a revolução da informação está a mudar a nossa estrutura mental.

Por um lado, o Estado pode ser transparente no sentido de que passa de uma caixa preta a uma caixa branca. Os cidadãos não só podem ver os insumos e os resultados, por exemplo, os níveis de receitas fiscais e despesas públicas, como também podem monitorizar a forma como o Estado, enquanto MAS, funciona internamente. Isto não é uma novidade. Era um princípio já popularizado no século XIX, quando o Estado tal como o conhecemos ainda estava na sua infância. No entanto, tornou-se uma característica renovada da política contemporânea devido às possibilidades abertas pelas TIC. Esse tipo de transparência também é conhecido como *Governo Aberto.*

Por outro lado, e este é o sentido mais inovador que desejo sublinhar nesta contribuição, o Estado pode ser transparente no mesmo sentido em que uma tecnologia (por exemplo, uma interface) é: invisível não porque não esteja lá mas porque presta os seus serviços de forma tão eficiente, eficaz e fiável que a sua presença é imperceptível.
Quando algo funciona da melhor forma, por assim dizer nos bastidores, para garantir que podemos operar da forma mais fácil possível, então temos um sistema transparente. Este segundo sentido de transparência não deve ser visto como uma forma sub-reptícia de introduzir, com uma terminologia diferente, o conceito de “Estado Pequeno” ou “Governação Pequena”. Pelo contrário, neste segundo sentido, o Estado é tão transparente e tão vital como o oxigénio que respiramos. Ele se esforça para ser o mordomo ideal. Não existe uma terminologia padrão para este tipo de Estado transparente que só se torna perceptível quando está ausente. Talvez se possa falar de *Governo Gentil.* Parece que o Estado pode apoiar cada vez mais o tipo certo de infra-estrutura ética quanto mais transparente (isto é, aberta e gentilmente) jogar o jogo de negociação através do qual cuida da res publica .

8 No jogo Argentina x Inglaterra (Copa do Mundo FIFA de 1986), Maradona marcou um gol usando a mão. “A bola foi para o gol. O árbitro Ali Bin Nasser, da Tunísia, não percebeu a infração e permitiu o gol, para grande desgosto dos jogadores e da administração inglesa”, http://en.wikipedia.org/wiki/Argentina_v_England_(1986_FIFA_World_Cup)#.22Hand_of_God.22_goal

Machine Translated by Google



## 6. Conclusão

Há seis mil anos, uma geração de humanos testemunhou a invenção da escrita e o surgimento do Estado. Isto não é acidental. As sociedades pré-históricas não possuem TIC e são apátridas. O Estado é um fenômeno histórico típico. Surge quando grupos humanos deixam de viver em pequenas comunidades uma existência precária e começam a viver uma existência precária, em que grandes comunidades se tornam sociedades políticas, com divisão de trabalho e papéis especializados, organizados sob alguma forma. do governo, que gere recursos através do controlo das TIC. Dos impostos à legislação, da administração da justiça à força militar, do censo às infra-estruturas sociais, o Estado é o agente de informação final e, portanto, a história é a era do Estado.

Quase a meio caminho entre o início da história e agora, Platão ainda tentava dar sentido a ambas as mudanças radicais: a codificação das memórias através de símbolos escritos e as interacções simbióticas entre o indivíduo e a pólis-Estado . Dentro de 50 anos, os nossos netos poderão olhar para nós como a última das gerações históricas, governadas pelo Estado, não de forma tão diferente da forma como olhamos para as tribos amazónicas, como a última das sociedades pré-históricas e sem Estado. Pode levar muito tempo até que possamos compreender plenamente essas transformações, mas é hora de começar a trabalhar nisso.9

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

## Referências

Floridi, Luciano. 2003. Sobre o valor intrínseco dos objetos de informação e da infosfera. *Ética e Tecnologia da Informação* 4 (4): 287–304.

Floridi, Luciano. 2007. Um olhar sobre o impacto futuro das TIC nas nossas vidas. *A Sociedade da Informação* 23 (1): 59–64.

Floridi, Luciano. 2008. A nova fronteira da inteligência artificial: companheiros artificiais e a quarta revolução. *Metafilosofia* 39 (4/5): 651–655.

Floridi, Luciano. 2010. *Informações – Uma breve introdução.* Oxford: Imprensa da Universidade de Oxford.

Floridi, Luciano. 2011. *A filosofia da informação.* Oxford: Imprensa da Universidade de Oxford.

Floridi, Luciano. próximo. A ética da moralidade distribuída. *Ética em Ciência e Engenharia* 19 (3): 727–743.

Floridi, Luciano. próximo. *A ética da informação.* Oxford: Imprensa da Universidade de Oxford.

Floridi, Luciano e Jeff W. Sanders. 2004. Sobre a moralidade dos agentes artificiais. *Mentes e Máquinas* 14 (3): 349–379.

Floridi, Luciano e Mariarosaria Taddeo. edição. próximo. *A ética da guerra de informação.* Nova York: Springer.

[9] Muito obrigado a Massimo Durante, Charles Ess e Ugo Pagallo pelos seus valiosos comentários nas versões anteriores deste capítulo.

Machine Translated by Google

# Visualizações e exemplos sobre hiperconectividade

**Jean-Gabriel Ganascia**

## 1 Preliminar

Não há dúvida de que as tecnologias de informação e comunicação (TIC) impactam profundamente a sociedade humana. A dificuldade em avaliar o seu efeito e em antecipar as mudanças concomitantes reside na profundidade desse impacto. Numa tentativa de compreender as evoluções actuais, propomos descobrir a estrutura subjacente deste novo mundo, revisitando as suas dependências da hiperconectividade *em* que se baseia, e as consequências desta hiperconectividade, na modificação profunda da rede. das relações interindividuais. Onde tínhamos entre dez a cinquenta amigos próximos a viver perto de nós, com quem partilhávamos relações de convívio, podemos agora ter centenas de conhecidos a viver noutros continentes, com quem trocamos actualmente informações especializadas sobre as nossas principais áreas de interesse que podem ser profissional, artístico ou relacionado a qualquer tipo de hobby. Decorre naturalmente destas grandes mudanças na escala e na natureza das relações individuais que o tecido social está a evoluir dramaticamente. Portanto, citando Aristóteles, uma vez que “o homem é por natureza um animal social”, a humanidade está a mudar porque a sociedade está a mudar. Mas, como os humanos e a sociedade estão mudando? E o que significa ser humano nesta nova sociedade? Estas são as questões que gostaríamos de abordar.

Além disso, o mundo hiperconectado é também um mundo de *hipermemorização,* onde toda a informação é armazenada em enormes bases de dados e acessível a qualquer hora e em qualquer lugar, sem qualquer esquecimento. E é um mundo de *hiper-reprodutibilidade* e *hiper-difusibilidade,* onde todo o conhecimento, e mais genericamente, todas as obras da mente, ou seja, toda a música, todas as pinturas, todos os filmes, etc., podem ser livremente e massivamente reproduzido e difundido. Assim, tanto a forma como os indivíduos acessam o conhecimento quanto suas memórias internas são profundamente modificadas, o que transforma as capacidades cognitivas humanas.

J.-G. Ganáscia **(ÿ)**
LIP6, Universidade Pierre e Marie Curie,
Sorbonne Universités, Paris, França
e-mail: jean-gabriel.ganascia@lip6.fr

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI
10.1007/978-3-319-04093-6_13, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



No entanto, pensamos que a hiperconectividade é o principal factor de mudança, o que significa que, mesmo que enfrentemos enormes transformações cognitivas individuais, esta terá muito menos influência na sociedade do que a conectividade em rede. Nosso capítulo investiga esse ponto referindo-se a alguns exemplos concretos. Mais precisamente, mostra primeiro que a análise das redes sociais não pode ser reduzida a um estudo da topologia das ligações, mas deve ter em conta os processos e as suas dependências recíprocas, por exemplo, a sua sincronicidade ou relações de precedência. Em seguida, analisa a natureza das transformações actuais a partir de três exemplos que se referem respectivamente à mudança no nosso acesso ao conhecimento, à mudança na solidariedade e assistência entre as pessoas e, em terceiro lugar, ao estatuto e natureza do trabalho artístico. Em cada caso, a rede influencia as relações de poder. Velhas autoridades bem estabelecidas são questionadas enquanto surgem novas formas de dominação.

Em outras palavras, ao lado das três questões kantianas tradicionais, “O que posso saber?”, “O que devo fazer?” e “O que posso esperar?”, gostaríamos de responder a três questões atuais: “Como posso saber agora?”, “Como devo fazer agora?” e “Como posso ter esperança, agora?”, onde “como” se refere às formas como as coisas são feitas e, mais precisamente, às relações de poder que tornam as coisas possíveis ou impossíveis.

Lidamos com a primeira questão estudando a forma como o conhecimento comum é construído numa enciclopédia colaborativa, nomeadamente a Wikipédia, que aproveita enormemente as propriedades de hiperconectividade da rede. Note-se que, com os computadores e as redes de telecomunicações modernos, o papel e o estatuto das experiências estão a mudar, o que contribui para um avanço epistemológico (Ganascia 2008) e, portanto, na construção do conhecimento. No entanto, o que nos interessa aqui não é a forma como o novo conhecimento é construído pelos cientistas, mas a forma como o conhecimento comum é disseminado para toda a sociedade quando as autoridades tradicionais já não são válidas.

A segunda questão é ilustrada por um exemplo muito particular, que é a surpreendente evolução das associações dos pacientes com melhorias nas tecnologias de comunicação. Ilustra claramente as novas formas de solidariedade que emergem numa sociedade em rede. Por último, tratamos do reconhecimento social, que é a esperança última do ser humano, numa sociedade onde a abundância de informação confunde as contribuições e méritos de todos os tipos.

## 2 Democracia G-rid

### *2.1 Evolução do Tecido Social*

Com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, o entrelaçamento das relações interindividuais tornou-se progressivamente complexo e difícil de compreender.
Durante milhares de anos, as relações foram estruturadas principalmente hierarquicamente por famílias ou tribos, e mais ou menos ancoradas no território.

Machine Translated by Google



A invenção das escrituras, do transporte a cavalo, das técnicas de impressão, da bússola, da vela triangular, das máquinas a vapor, do telégrafo, do rádio, do telefone e agora da web contribuíram para a extensão das interações humanas em espaços mais amplos (Poe 2011 ) . As relações de autoridade expandiram-se em termos de família, grupo, tribo e cidade para reino, nação, império, continentes, etc. E as ferramentas de comunicação desempenharam um papel central nestas transformações políticas. Paralelamente ao alargamento do âmbito das interacções sociais, as sociedades têm muitas vezes admitido simultaneamente diferentes poderes, por exemplo, temporais versus espirituais, locais versus globais, corporativos versus centrais, etc., cuja concomitância tem sido facilitada pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação. Por exemplo, as técnicas de impressão desempenharam um papel importante na disseminação de ideias, o que contribuiu para a ascensão do protestantismo. Na mesma linha, o custo decrescente do papel e a industrialização dos processos de impressão no século XIX permitiram o surgimento de uma imprensa popular de amplo público.

Aqui, tentamos traçar um paralelo entre o tecido social, que resulta do entrelaçamento de relações individuais, e a computação distribuída. Mais precisamente, para registrar a estrutura das sociedades modernas, referimo-nos à topologia das redes de computadores e à arquitetura das máquinas paralelas. Esperamos que isto nos ajude a ver a condição humana “OnLife” de um ângulo novo e frutífero e que também possa ajudar a esclarecer a noção de hiperconectividade, referida acima.

## *2.2 Modos de Difusão*

Parece óbvio que as ligações entre os seres humanos dependem da sua capacidade de trocar informações e da forma como comunicam, ambas fortemente afetadas pelo desenvolvimento das TIC. Classicamente, os engenheiros de telecomunicações distinguem diferentes modos de difusão: *unicast,* onde a troca de informações vem de um ponto – o remetente – para outro – o receptor –, *broadcast,* onde um ponto – o remetente – envia simultaneamente para todos os outros pontos, e o *multicast,* onde a informação é distribuída de um ponto para um conjunto selecionado de receptores. Esses modos podem ser facilmente reutilizados para qualificar as comunicações humanas, que podem ser assimiladas quer a intercâmbios interindividuais, isto é, a unicast, quer a trocas colectivas, ou seja, multicast. Contudo, as comunicações naturais não permitem a troca de uma pessoa para todas, ou seja, em termos técnicos, a difusão de informação. Foi apenas com os meios de comunicação de massa, no final do século XIX, ou seja, com o desenvolvimento dos jornais, e, no século XX, com a rádio e com a televisão, que a radiodifusão descolou.

Note-se que, para além destes diferentes modos de difusão, que definem diferentes lógicas de comunicação, a proximidade espacial desempenha um papel importante, ou mais precisamente, desempenhou um papel crucial durante milhares de anos enquanto, hoje, com as comunicações electrónicas, desempenha um papel importante. nenhum papel. Mais precisamente, os avanços tecnológicos aumentam consideravelmente o âmbito e a velocidade das trocas de informações, tornando, em última análise, todas as comunicações quase instantâneas na superfície da Terra.

Machine Translated by Google



Por último, existem múltiplas redes de comunicação que podem coexistir simultaneamente, o que não significa que todos tenham acesso a todas estas redes. Na verdade, por diferentes razões relacionadas, por exemplo, com a proximidade física, a língua utilizada, o equipamento necessário, etc. entre redes são barreiras difíceis de ultrapassar. Contudo, com a Internet esta multiplicidade de redes coexistentes tende a ser reduzida. Para ilustrar isto, recordemos que a palavra Internet é uma abreviatura da locução inter-redes, o que significa que esta rede constituiu originalmente uma tentativa de ligar todas as redes anteriores existentes.

## *2.3 Topologia de Rede*

A topologia da rede corresponde à disposição dos nós através de conexões, ou seja, à estrutura da rede. Pode ser altamente ou fracamente conectado e mais ou menos centralizado, o que corresponde a diferentes formatos. Dentre as formas mais atuais, podemos incluir anéis, estrelas, barramentos, hierarquias, árvores, redes mesh, grafos parcialmente ou totalmente conectados, etc. Além da forma, a cardinalidade, ou seja, o tamanho, e o grau dos nós, caracterizam o rede. A forma depende muito do modo de difusão. Por exemplo, o unicast dá origem a topologias como anéis, enquanto o broadcast facilita o surgimento de estrelas e o multicast gera hierarquias. Parece também claro que as duas últimas características da rede, ou seja, a cardinalidade e o grau dos nós, são fortemente influenciadas pelo desenvolvimento das tecnologias, que aumentam consideravelmente o número de pessoas às quais cada uma pode estar ligada.

A topologia certamente impacta as relações de poder, que, por sua vez, influenciam as formas políticas de uma forma que ainda não é totalmente compreendida. Por exemplo, a escrita foi inventada na Mesopotâmia para o bem da administração real, que esperava centralizar a informação. Na viragem do século XVIII, o desenvolvimento das técnicas de impressão e dos serviços postais públicos baseados nos transportes modernos (carruagens postais e caminhos-de-ferro) contribuiu para a criação de redes hierarquicamente organizadas que reforçaram o poder das administrações. O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa no século XX, com a rádio, o cinema e a televisão, ajudou os regimes totalitários a prevalecer através da propaganda. No entanto, a escrita não foi utilizada apenas pelo poder central na Mesopotâmia e os poetas rapidamente aproveitaram a escrita para brincar com palavras e sinais (Glassner 2000). Além disso, no século XX, o único objectivo da radiodifusão não era permitir aos regimes totalitários impor o seu poder sobre os indivíduos.

Hoje, a web constitui uma rede totalmente conectada que cobre todo o plano. Sua topologia é estudada por uma nova ciência de redes que tenta compreender as propriedades de grandes grafos. Além da dimensão desta rede e da sua "desterritorialização" (ou seja, o facto de as ligações serem independentes da terra), o modo de difusão da Internet, que é principalmente unicast e multicast – em contraste com os meios de comunicação de massa, essencialmente transmitidos – muito transforma a forma da rede, quebrando topologias clássicas bem ordenadas como estrelas, anéis ou hierarquias, para se tornar uma enorme rede em malha.

Machine Translated by Google



A web certamente afetará as formas políticas; algumas pessoas afirmam que dará origem a uma nova democracia participativa, sob a qual a influência da nação diminuirá ou onde a soberania deixará de existir. No entanto, a recente emergência do populismo na Europa mostra a fraqueza destes pressupostos. O mesmo acontece com o reforço dos partidos islâmicos tradicionais após a Primavera Árabe, no Médio Oriente e em muitos países árabes (por exemplo, no Egipto, na Líbia, etc.) onde regimes autoritários foram derrubados. Para concluir, não podemos extrapolar a natureza exacta da transformação a partir de uma análise da topologia da rede, nem podemos utilizá-la para caracterizar melhor o estado da sociedade, uma vez que, em si, a topologia é estática e, consequentemente, não reflecte processos sociais. e o papel que desempenham na evolução da sociedade.

## *2.4 Instituições como Processadoras*

Para abordar a dinâmica social, proponho referir-me às instituições vistas como estruturas sociais formais relativamente estáveis, destinadas a desempenhar um papel na sociedade. Esta definição de instituições é suficientemente vaga para ser discutida, mas o objectivo aqui não é dar uma explicação precisa deste conceito. Queremos apenas examinar as estruturas sociais encarregadas de coordenar as atividades humanas, como a família, a escola, a universidade, a polícia, a justiça, etc. Cada uma dessas instituições tem uma função, por exemplo, a família está preocupada com a reprodução, a escola com a educação, a polícia com a repressão, a justiça com a punição das infrações à lei, etc. Para cumprir estas funções, as instituições podem ser vistas como processadoras que têm tarefas à sua disposição.
Por exemplo, as escolas oferecem ensino, a justiça considera as violações da lei e prende as pessoas ou obriga-as a pagar multas, a polícia prende criminosos, etc.

Antigamente, quando as pessoas eram agrupadas em tribos, cidades ou pequenos reinos, as decisões eram centralizadas num local único, a ágora, o senado ou o palácio do monarca. Utilizando uma metáfora informática, podemos então assimilar as instituições a processadores únicos, eventualmente a processadores multitarefa, quando a mesma instituição, por exemplo a ágora, tem funções diferentes.

Contudo, com a extensão geográfica das entidades políticas, o número crescente de pessoas e a multiplicação de tarefas, as instituições não podem funcionar indivisas num só lugar. Eles precisam se dividir e trabalhar em paralelo. Portanto, é possível analisar as instituições como processadores paralelos.

## *2.5 Computação Paralela*

Antes de entrarmos nos detalhes da análise das instituições como processadores paralelos, lembremo-nos de que as pessoas classicamente distinguem fluxo de dados e fluxo de instruções, sendo que ambos podem ser únicos ou múltiplos. Isso dá origem a quatro possibilidades: SISD (instrução única, dados únicos), SIMD (instrução única, dados múltiplos), MISD (instruções múltiplas, dados únicos) e MIMD (instruções múltiplas, dados múltiplos).
Além disso, juntamente com a computação em grade, surgiu recentemente a possibilidade de distribuir a computação em uma miríade de processadores distantes que estão disponíveis através da Internet.

Machine Translated by Google



Como dito anteriormente, as instituições clássicas podem ser equiparadas ao SISD, pois funcionam como um processador central, mas, à medida que a tarefa se torna complexa, as assembleias tendem a dividir-se em comissões especializadas e grupos de trabalho. Neste último caso, a instituição pode ser vista como MISD, porque diferentes algoritmos, baseados em diferentes conhecimentos prévios, trabalham em paralelo no mesmo conjunto de dados.

Pode acontecer que algumas instituições tenham de aplicar os mesmos procedimentos em dados diferentes, o que corresponde à arquitetura SIMD. Este é obviamente o caso das escolas que têm de ensinar as mesmas coisas a alunos diferentes, organizados em turmas diferentes. É também o caso da justiça, que tem de julgar todas as violações da lei com as mesmas regras.

Por último, algumas instituições modernas podem aceitar simultaneamente múltiplas instruções e múltiplos dados (MIMD). No entanto, qualquer que seja a arquitetura do processador correspondente às instituições, ela geralmente é bem ordenada de forma a evitar conflitos.

## *2.6 Computação em Grade e Democracia Moderna*

Como dito anteriormente, devido aos muitos computadores conectados na Internet, agora é possível distribuir computações para todos os processadores distantes disponíveis através da web. Isto corresponde à computação em grade, mencionada acima, que permite o compartilhamento livre de recursos heterogêneos e deslocalizados.

Com a Internet, as instituições tradicionais, e especialmente as instituições democráticas que contribuem para o governo, por exemplo, assembleias, votações, etc., tendem a ser altamente transformadas. A noção de representação política, que se tornou necessária devido às dificuldades de comunicação, tende, cada vez mais, a ser substituída por stakeholders, que podem ser organizações não governamentais, sociedades privadas, associações, etc. Consequentemente, a arquitetura geral que corresponde à nova paisagem social não é mais hierárquica, nem circular nem “estrelada”, mas emaranhada, porque as conexões são criadas mais ou menos aleatoriamente entre instituições, conforme necessário, não mais com informações geográficas, morais ou legais. restrições.

Além desta topologia malhada, as instituições realizam tarefas sob demanda, de acordo com sua agenda e sua disponibilidade. Isto resulta em um cenário totalmente distribuído e deslocalizado, correspondente ao modelo de computação em grade. Dito de outra forma, o modelo geral em que se baseia a democracia já não é uma democracia centralizada como na Grécia Antiga, com instituições como a ágora. Também não é uma democracia representativa baseada nas instituições legais da Idade Moderna com assembleias, votações, constituições, etc. Corresponde a uma nova forma de democracia que chamaremos de “Democracia em Grade”, porque a sua estrutura reflecte a arquitectura de computação em grelha, ou seja, uma topologia em malha e processos de decisão distribuídos e deslocalizados.

## *2.7 Democracia G-rid*

Para concluir, recordemos que os cientistas da computação sabem que mudar a arquitetura da máquina requer mudar os algoritmos. A introdução da computação paralela

Machine Translated by Google



obriga-nos a repensar os processos que resolvem as tarefas, de acordo com o tipo de paralelismo utilizado (SISD, MISD, …). Às vezes, isto pode levar a soluções muito eficientes, mas nem sempre; em qualquer caso, aconteça o que acontecer, precisamos reescrever totalmente os programas de acordo com o tipo de paralelismo implementado.

Parece ser o mesmo com a “democracia de rede”: os procedimentos que as instituições democráticas implementam, como votação, decisões, consulta pública, etc., precisam de ser repensados e reescritos. De certa forma, isto parece ser muito positivo, porque as antigas hierarquias e as relações autoritárias tradicionais parecem desaparecer, o que significa que com a “democracia de rede” a democracia se livra de restrições antigas e pesadas. Mas, desta forma, a democracia também elimina muitas instituições democráticas tradicionais e o receio é que isso possa levar à eliminação da própria democracia.

# 3 Wikipédia, uma utopia realizada

## *3.1 Evolução da Governança Editorial*

Com o desenvolvimento das TIC, os constrangimentos físicos relacionados com a produção e leitura de livros foram significativamente reduzidos. Muito em breve, muitos se alegraram com as novas possibilidades que pareciam estar se abrindo. Eles perceberam uma grande flexibilidade no desenvolvimento e atualização de enciclopédias e na sua consulta. Viram também a possibilidade de reduzir significativamente os custos de produção e distribuição, uma vez que já não era necessário recorrer à impressão em papel. Muito cedo, alguns esperavam explorar estas técnicas para transformar os procedimentos de validação e fazer com que o leitor desempenhasse um papel mais importante na criação de enciclopédias. Alguns até imaginaram que todos poderiam contribuir livremente para o conteúdo das enciclopédias.

Mais precisamente, a estrutura da Internet permite que os leitores participem no processo de escrita, dando a sua opinião e iniciando ou modificando artigos.
Os leitores tornam-se escritores e podem decidir por si próprios os itens que desejam. O papel dos editores é então transformado: eles não criam mais ordem. Eles arbitram conflitos entre autores/escritores e garantem que as regras básicas de ética, por exemplo a regra da neutralidade, sejam respeitadas.

Isto resultou em novas formas de governança editorial para corpus enciclopédicos caracterizadas por uma inversão, mais ou menos extensa, da hierarquia social para a administração destes projetos. Este texto dá conta da governança de alguns projetos editoriais enciclopédicos, notadamente o da Wikipédia.

Observe que no início muitos dos especialistas bem informados pensavam que era impossível fazer do leitor um escritor. Por exemplo, organizei um grupo de trabalho em 1995 sobre a evolução dos livros (Ganascia 1995). Embora alguns tenham sugerido a possibilidade, com a web, de construir uma enciclopédia aberta, o mais eminente especialista deste grupo, Sylvain Auroux, um famoso linguista e editor de muitos livros e enciclopédias colectivas, afirmou que uma enciclopédia precisa de um encerramento. O que é interessante no projeto Wikipédia é que ele negou tal

Machine Translated by Google



reivindicações autoritárias. Contudo, como veremos, substitui a antiga por uma nova organização social, o que é interessante de analisar.

## *3.2 Governança Tradicional de Projetos Editoriais*

Para compreender o que aconteceu, recordemos primeiro que a palavra “enciclopédia” vem etimologicamente de “ciclo”: uma enciclopédia pretende cercar e encerrar todo o conhecimento humano num determinado momento. Para tanto, recorre-se aos melhores especialistas em todas as áreas do conhecimento. A Enciclopédia de Diderot e d'Alembert, do século XVIII, é bastante ilustrativa desta ideia: recorreu a 160 colaboradores, com formações e empregos diversos. Juntos, eles escreveram 72.000 artigos.

Para implementar tal projeto, uma organização rigorosa foi erguida. Os Enciclopedistas distinguiram três funções entre as quais estabeleceram uma hierarquia estrita:

- Editora: responsável por recrutar autores, ordenar e monitorar seus trabalhar,
- Autores, nomeados e controlados pelos editores e
- Leitores, que não deveriam contribuir nem participar de qualquer forma para a elaboração da enciclopédia.

Os editores ordenaram que os autores escrevessem artigos sobre temas pré-especificados. Os autores fizeram suas cópias sob a autoridade dos editores e tiveram que revisar sua contribuição de acordo com os comentários dos editores. Por fim, os leitores ficaram felizes em obter o produto acabado, sem intervir em nenhum momento na sua realização.

## *3.3 Facilidades Induzidas pelas TICs*

Com a introdução das TIC, foram eliminadas muitas restrições técnicas que influenciaram a realização das enciclopédias tradicionais. Resumidamente, abaixo estão algumas dessas restrições que estão desaparecendo.

1. Não é mais necessário imprimir uma enciclopédia para difusão.
2. Como não há impressão em massa, o custo de distribuição da enciclopédia é extremamente pequeno, tornando-se, em última análise, quase insignificante.
3. A enciclopédia pode ser acessada a qualquer hora, em qualquer lugar, sem nenhum problema de roteamento. Como resultado, o público potencial é vasto, uma vez que todos os seres humanos que leem a língua em que a enciclopédia está escrita provavelmente a utilizarão.
4. Com a comunicação ponto a ponto, os leitores podem facilmente enviar comentários e trocam informações sobre os artigos que lêem. Eles também podem reescrevê-los.

Machine Translated by Google



Esses quatro pontos têm duas consequências principais:

1. Como os custos de produção e distribuição são praticamente nulos, podemos facilmente multiplicar as versões, ao ponto de fazer alterações locais sempre que achar conveniente, sem esperar por uma revisão global. Nada proíbe uma reescrita permanente ou mesmo uma escrita contínua da enciclopédia.
2. Como os leitores podem enviar os seus comentários, nada nos impede de aproveitar as suas contribuições e – porque não? – de lhes oferecer a oportunidade de escrever artigos e tornarem-se autores.

Tudo isso leva ao desenvolvimento da tríade clássica “autor-editor-leitor” (Ganascia e Lebrave 2002). Os resultados destas mudanças trouxeram novos modos de governança para o processo editorial. Contudo, a tecnologia não é determinista: não induz um modo único de governação; várias organizações editoriais enciclopédicas online coexistem hoje. Para não estender muito o texto desta contribuição, restringimo-nos aqui à descrição do modelo de governação da Wikipédia, mas há muitos outros (de Laat 2011).

## *3.4 Governança Editorial da Wikipédia*

O modelo da Wikipédia foi desenvolvido a partir de 2001. Mudou totalmente o jogo ao alegar recusar qualquer hierarquia social e qualquer forma de estratificação.

Para avaliar o impacto deste modelo, é difícil falar de sucesso ou alcançar mento, porque é um fenômeno social massivo.

Os números falam por si: mais de 4 milhões de artigos em inglês (setembro de 2012), mais de 22 milhões de artigos em 285 idiomas, 77 mil colaboradores ativos e cerca de 470 milhões de visitantes por mês (fevereiro de 2012).

Por trás deste sucesso surpreendente, existe um projeto social. Os criadores desta enciclopédia pretendem criar uma nova forma de democracia baseada num modelo de auto-organização completado por alguns princípios éticos básicos, por exemplo, a exigência de neutralidade e a proibição de intervenção num artigo sobre uma questão que nos preocupa. diretamente.

Mais precisamente, a enciclopédia Wikipédia envolve diferentes categorias de atores que desempenham funções diferentes, mas entre os quais afirma não estabelecer qualquer hierarquia, mas apenas regulamentos ou regras:

• Jimmy Wales, nominalmente em posição de autoridade máxima,
• O comitê de arbitragem (15–18 membros)
• Os “burocratas” (34)
• Os Administradores (700 vizinhanças),

Observe que os administradores, “burocratas” e o Comitê de Arbitragem deverão garantir que os princípios da enciclopédia sejam respeitados. Eles não intervêm no conteúdo do artigo.

Machine Translated by Google



- Editores temáticos (eleitos – taxa de aceitação de 70–80%), esses itens de apoio monitoram os desenvolvimentos
- Contribuintes (77.000 registrados)
- Leitores registrados que votam,
- Visitantes (15 milhões de visitas por dia em fevereiro de 2012), finalmente,
- Bots (ou seja, agentes artificiais inteligentes) que corrigem automaticamente erros ortográficos, sintaxe ou itens de apresentação.

Esta estrutura organizacional é completada por mecanismos de supervisão. Por meio deles, editores especializados examinam as correções dos itens que apoiam, de modo a localizar atividades anormais, que são principalmente correções recorrentes nos mesmos itens. Isto ajuda a combater o que os criadores desta enciclopédia costumam chamar de “vandalismo” e que consiste, na sua maioria, em grandes corporações ou associações que alteram artigos que lhes dizem respeito para melhorar a sua imagem.

Assim, regularmente há representantes de instituições, empresas, partidos políticos ou posições filosóficas (por exemplo, criacionistas), que tentam corrigir artigos sobre si próprios de forma mais ou menos direta, o que vai contra o princípio de neutralidade em que a Wikipédia se baseia. Considerados inconsistentes com as regras éticas básicas, tais comportamentos são estritamente condenados. Os usuários considerados culpados não têm mais acesso à enciclopédia. Mais precisamente, podem continuar a consultar a enciclopédia, mas não podem editar e modificar artigos relacionados com o seu negócio.

## *3.5 Um sucesso inesperado*

Concluindo, lembremos primeiro que o sucesso da Wikipédia foi muito inesperado.
Antes da Wikipédia, os modelos de enciclopédias colaborativas, que se baseavam em contribuições públicas gratuitas e espontâneas, surpreenderam a maioria dos especialistas em publicação de enciclopédias. Para eles, era mais uma visão utópica ingênua do que uma realidade possível.

Como consequência do sucesso dos novos modelos, parece que os modelos antigos, baseados no respeito pelas competências e conhecimentos, correm o risco de desaparecer. Além disso, os novos modelos, especialmente aquele que a Wikipédia representa, levantam muitas questões sobre o estatuto do conhecimento na sociedade, o seu financiamento e controlo, e sobre aqueles que podem e devem exercer o controlo. A este respeito, existe a preocupação de que grupos pouco qualificados, grupos financiados por governos ou grupos de pressão privados superem os especialistas.
Ou, inversamente, que as regras aplicadas com demasiado rigor restringem a liberdade dos autores.

Independentemente destas questões sobre o novo estatuto do conhecimento na sociedade, temos aqui um exemplo concreto de um modelo moderno de governação trazido pelo desenvolvimento das TIC. Este modelo de governação é interessante por si só. Mas também poderia ser generalizado para outras instituições online.

Machine Translated by Google



## 4 fortunas e infortúnios das associações de pacientes

### *4.1 Preliminar*

A seção anterior consistia em uma descrição da enciclopédia Wikipédia, uma ilustração concreta de um novo tipo de utopia realizada graças ao uso da tecnologia da informação. Esta nova seção confronta ideias desde maio de 1968, período propício a utopias sociais generosas, à evolução atual da sociedade. Consideramos aqui outra ilustração concreta que se centra não no processo editorial, como é o caso da Wikipédia, mas na evolução do sistema de saúde e na sua organização, em particular na evolução das associações de doentes. Ilustra como as relações de solidariedade podem subsistir na sociedade em rede e como algumas pessoas promovem novos princípios de ética.

### *4.2 Breve recordação histórica*

Há menos de meio século, em quase todos os países ocidentais, como no mundo socialista e nas nações em desenvolvimento, os papéis sociais estavam bem definidos: os professores estavam lá para ensinar, o médico para curar, a polícia para garantir a ordem pública, os políticos governar, etc. Durante o mês de Maio de 1968, em muitos estados desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos da América, a geração jovem contestou a legitimidade dos papéis sociais tradicionais e a genuinidade de todos os tipos de autoridade. O poder da polícia, dos juízes, dos médicos, dos professores etc. foi questionado e debatido. Nos anos que se seguiram, a sociedade foi atravessada por tentativas de alteração do tecido social, de uma forma que levou à diminuição do poder das autoridades tradicionais.

O desenvolvimento das redes de computadores teve origem na mesma época, no final dos anos 60, com a ARPANET, que foi apoiada pela DARPA (Defense Advanced Research Projects Agency). Não houve qualquer ligação directa entre os militares que financiaram a ARPANET e os activistas políticos que estiveram na origem dos acontecimentos de 1968. No entanto, alguns anos mais tarde, nas décadas de setenta e oitenta, pessoas que tinham sido fortemente influenciadas pelos As ideias de maio de 1968 em sua tenra idade contribuíram grandemente para o desenvolvimento das tecnologias de computadores e redes (Lyotard 1984). Em particular, alguns deles iniciaram o movimento do software livre, cujo objectivo era instituir uma nova ordem económica baseada numa utopia social característica daquele período (Turner 2006 ).

Destas considerações decorre naturalmente uma questão sobre a própria natureza e a origem da sociedade *OnLife ,* ou seja, sobre a sociedade que é moldada pelas tecnologias de informação e comunicação e, mais especificamente, pela web: Será que a estrutura desta sociedade correspondem ao espírito de livre circulação de Maio de 1968? Ou é fundamentalmente diferente e por quê? A favor da influência de Maio de 1968, pode-se notar que muitas instituições tradicionais e bem estabelecidas parecem perder o seu crédito. A web facilita retroações e relações interativas

Machine Translated by Google



entre atores, o que proíbe influências unidirecionais. Por exemplo, algumas aplicações como "avalie meu professor"1 , "avalie seu advogado"2 , "avalie MDs" (avalie médicos)3 etc. permitem que qualquer estudante, qualquer consumidor, qualquer paciente etc. autoridades. Além disso, o desenvolvimento de câmaras baratas e leves4 e a sua ligação à Internet permitem a qualquer pessoa captar e difundir informações sensíveis sobre autoridades, por exemplo, sobre um polícia que espanca pessoas numa plataforma de metro, sem a mediação de intermediários, como jornalistas. . Como consequência, as instituições estatais, os jornais, os meios de comunicação e as autoridades tendem a perder os seus privilégios exclusivos. De forma mais geral, o estatuto dominante do conhecimento oficialmente declarado pode ser publicamente desacreditado nas redes. Tudo isto pode levar-nos a concluir que a sociedade em rede concretiza o espírito de Maio de 1968. Contudo, contra esta tese, notamos que o poder desequilibrado do mercado nunca foi tão importante e que a solidariedade social e a generosidade pública parecem diminuir.

Para tentar responder à questão de forma relevante, exploramos aqui a questão específica da manutenção da saúde e os seus desenvolvimentos recentes. Em particular, estamos interessados na organização social dos sistemas de saúde, nas evoluções da autoridade dos médicos e das indústrias da saúde, e nas suas influências nos cuidados médicos.

## *4.3 Nêmesis Médico*

Como introdução a esta questão, consideremos a obra de um famoso ensaísta da década de setenta, Ivan Illich, que foi representante do estado da opinião nesse período. Ele escreveu muitos livros controversos sobre temas muito diferentes; por exemplo, ele questionou o papel da educação pública e da escola (Illich 1971), os benefícios da tecnologia (Illich 1974a, 1978a, 1995), a necessidade de trabalhar (Illich 1978a, 1978b), etc. denegriu a instituição médica num famoso livro intitulado "Medical Nemesis" (Illich 1974b) , onde denunciou a onipotência do conhecimento médico, o que era bastante incomum naquela época. Mais precisamente, disse que a maior parte dos sucessos dos quais os médicos prevaleceram na segunda metade do século XIX e no século XX eram ilusórios, porque não se deviam realmente à medicina moderna, mas aos progressos sociais, à higiene e à evolução do padrão de vida. Em contrapartida, culpou as autoridades médicas que, segundo ele, não eram apenas responsáveis pela indução de doenças *iatrogénicas ,* ou seja, de doenças resultantes de tratamentos ou terapias, mas também da engenharia humana, o que levou ao que chamou de "iatrogénese" social, ou seja, ao desenvolvimento de uma vida social e de uma economia sob controlo médico e sob o domínio de

[1] http://blog.ratemyprofessors.com/.

[2] http://www.avvo.com/review-your-lawyer ou.

[3] http://www.ratemds.com/.

4 Como ilustração, pode-se mencionar uma câmera vestível chamada nemoto™ (http://memoto.com/), ou outro nome autographer™ (http://www.autographer.com/), mas existem muitos outros.

Machine Translated by Google



a indústria da saúde. Ou seja, acusou o corpo médico de não ter em conta as reais necessidades dos pacientes, mas apenas os seus próprios interesses.

Ivan Illich propôs algumas soluções para tornar a organização social da saúde mais ao serviço da saúde do que à indústria. Entre eles, apoiou o reconhecimento de muitas profissões de saúde, como fitoterapeutas, massagistas ou instrutores de ioga, contra os quais chamou a "Máfia Profissional" dos médicos. Recomendou também a promoção da manutenção da saúde em vez de cuidados de saúde e o pagamento com um montante fixo per capita em vez de uma taxa por serviço. Mas a sugestão mais interessante para nós aqui foi estimular uma medicina orientada para o paciente, em vez de uma medicina centrada no meio. Em seguida, encorajou os pacientes a organizarem grupos para troca de informações sobre as suas doenças e como conviver com a doença, e também para pressionar os governos a concederem fundos públicos à investigação ou às indústrias para conceberem novas terapias, mais adaptadas aos seus casos.

Depois, nas décadas de setenta e oitenta, formaram-se associações de pacientes para doenças específicas, especialmente doenças crónicas, para ajudar os doentes a enfrentar as consequências da sua patologia, através da troca de informações sobre tratamentos e aspectos práticos da vida social e do sustento. Nesta altura não existia web, mas as associações de doentes aproveitaram o progresso das tecnologias de informação e comunicação, especialmente o telefone, para facilitar as trocas, e a rádio para divulgar as associações.

## *4.4 Quarenta anos depois*

Quarenta anos depois, existem dezenas de milhares de associações de pacientes[5], que todos usam tecnologias de informação e comunicação para garantir a sua promoção, para o intercâmbio de conhecimentos e para educar as pessoas. Estas associações não só ajudam os pacientes a obter informações práticas sobre a sua doença e os tratamentos mais adequados, mas também actuam como lobbies e intervenientes no domínio da saúde. Por exemplo, pressionam as autoridades públicas para financiar tratamentos e investigação específicos; incitam as indústrias farmacêuticas a desenvolver novos medicamentos; forçam os reguladores a acelerar os procedimentos de avaliação para facilitar a adoção de novos medicamentos; analisam protocolos de pesquisa; expõem os efeitos secundários dos tratamentos, etc. O caso da SIDA foi particularmente ilustrativo: associações muito fortes de pacientes forçaram as autoridades médicas, industriais e públicas a impulsionar a investigação e a acelerar os procedimentos administrativos, a fornecer novos tratamentos que mudaram totalmente o resultado da doença.

De um modo mais geral, as organizações de pacientes participam nas negociações entre autoridades estatais, organizações de investigação e indústrias farmacêuticas. São considerados atores oficiais, o que lhes confere poder e reconhecimento. Neste sentido, foi concedida a proposta de Ivan Illich, que era promover grupos de pacientes para impor o controle público sobre a organização da medicina. Poderíamos concluir

5 Por exemplo, a HAS francesa ("Haute Autorité de la Santéÿ") contabilizou mais de 14.000 associações de pacientes apenas na França.

Machine Translated by Google



foi disso que venceu o espírito de Maio de 1968. E, sem dúvida, as coisas mudaram consideravelmente devido, em parte, ao uso das modernas tecnologias de informação e comunicação, o que facilita muito a retroação das associações de pacientes nos debates públicos e a mobilização através da rede de pacientes disseminados, que podem agora exercer um papel forte pressão em caso de necessidade.

No entanto, recentemente, muitas pessoas (Colombo et al. 2012; Mosconi e Colombo 2010; Rothman et al. 2011) denunciaram a opacidade do financiamento das associações de pacientes, que provém em parte das indústrias. Para esclarecer este ponto, recordemos que, quando uma organização de pacientes cresce e aumenta a sua influência, necessita de empregar administradores a tempo inteiro, que rapidamente estabelecem uma espécie de burocracia, cujos objectivos estão muito distantes dos interesses dos pacientes: muito naturalmente, estes administradores ficam principalmente ocupados com a influência da sua organização, o que justifica o seu emprego e satisfaz as suas ambições pessoais. Como consequência, a sua preocupação prévia é que a sua organização seja considerada como uma parte interessada essencial, e depois que seja envolvida nas principais decisões, mesmo que esta actividade não tenha relação directa com os interesses e cuidados dos pacientes. Por exemplo, querem estar envolvidos em novos ensaios clínicos e na discussão com organizações de saúde sobre o reembolso de tratamentos. Pode então acontecer que as indústrias negociem secretamente com organizações de pacientes para constituir coligações de interesses contra organizações estatais ou contra organizações médicas. Nestes casos, as organizações de pacientes já não representam os interesses dos pacientes, mas sim os seus próprios interesses, que podem coincidir com os interesses das indústrias farmacêuticas, porque lhes concedem fundos. Daqui resulta que a situação actual parece estar longe do espírito de Maio de 1968, mesmo que as associações de pacientes se oponham ao corpo de médicos e ao seu domínio.

## *4.5 A destruição das instituições*

Como já mencionado, as associações de pacientes aproveitam a web para aumentar a sua influência e divulgar informação aos seus participantes. Como a web permite a mobilização direta das pessoas, certamente leva as associações de pacientes a aumentarem a sua influência. Isto é consistente com a ideia de que as instituições tradicionais, tal como as autoridades médicas, precisam agora de partilhar a sua influência com novos intervenientes. No caso das organizações de doentes, significa que as pessoas afectadas pela mesma doença podem agora estar ligadas através da rede e exercer uma forte influência, enquanto no passado teriam permanecido isoladas.

No entanto, com o desenvolvimento da web e, em particular, da web participativa, ocorrem novos fenómenos que dificultam o estatuto oficial das organizações de pacientes e de médicos.

Para compreender a situação actual, recordemos que, como dito anteriormente, à medida que crescem, as organizações de pacientes vão-se afastando dos interesses dos pacientes, para defenderem os seus próprios interesses, ou seja, aumentando a sua influência. Portanto, os pacientes individuais são cada vez menos motivados por essas organizações. Além disso, agora eles conseguem obter informações por si próprios, através da web, e entr

Machine Translated by Google



contactar diretamente, através das redes sociais, com outras pessoas afetadas pela mesma doença, com quem podem facilmente partilhar as suas experiências. Como consequência, observamos que muitos pacientes abandonam as organizações de pacientes. Paradoxalmente, estes últimos são sempre representantes oficiais dos pacientes nas negociações públicas, embora muitos pacientes não sejam afiliados. Por outras palavras, as organizações de pacientes que foram progressivamente reconhecidas como instituições oficiais desmoronam-se sob o efeito da Internet que permite aos pacientes ligarem-se e interagirem entre si, sem a sua mediação.

Paralelamente, alguns médicos, pouco reconhecidos pelos órgãos oficiais da sua profissão, têm aproveitado a web para se constituírem como conselheiros. Eles promovem, através da medicina 2.06 , novas abordagens da medicina que permitam aos próprios pacientes assumir o controle, sendo informados sobre a sua doença e possíveis terapias, e adaptando o seu tratamento às suas necessidades, de acordo com os seus próprios conhecimentos e escolhas pessoais. Sem entrar nos detalhes desta nova prática médica, que inclui a automedicação, ou seja, o processo de prescrever o tratamento por conta própria, note-se que muitas vezes ela se opõe à medicina institucional, ao mesmo tempo em que atende às necessidades dos pacientes que buscam informações na web . Além disso, vale ressaltar que hoje, devido ao acesso ao conhecimento científico através da Internet, muitos pacientes acometidos por doenças crônicas conhecem melhor sua patologia e o estado da arte no cuidado de sua condição do que seu próprio médico.

Segue-se daí que o corpo de médicos, que tinha sido forçado a negociar com diferentes actores, depois de ter dominado sozinho durante muito tempo todo o sistema de saúde, está agora dividido da mesma forma que as organizações de pacientes. Estes fenómenos correspondem a mudanças sociais recentes, inesperadas e imprevisíveis. Esta imprevisibilidade torna difícil responder à nossa questão inicial, que dizia respeito ao paralelismo entre a evolução recente da sociedade OnLife e a utopia de Maio de 1968. Por um lado, é certo que as tecnologias de informação mudaram profundamente a sociedade e contribuíram para destruir os privilégios das antigas instituições como os das academias médicas; por outro lado, não é óbvio que a evolução actual corresponda verdadeiramente aos ideais de Maio de 1968.

Concluindo, consideremos a configuração atual em que pacientes isolados buscam informações sobre sua doença na web, enquanto alguns médicos divulgam informações por si próprios, sem se referirem ao conhecimento dos melhores especialistas em sua área. As duas partes são obviamente complementares. Contudo, pode acontecer que circulem conhecimentos errados, enquanto as autoridades, mesmo quando transmitem conhecimentos correctos, sejam desacreditadas. Foi o que aconteceu há 2 anos, quando muitos clínicos gerais se opuseram à vacinação pública proposta pelo governo francês, porque não estavam envolvidos neste plano.
Disseminaram então conhecimentos enganosos sobre o perigo da vacinação através da web (Dupagne 2010), com o objectivo de provocar o fracasso do plano governamental. Rapidamente se tornou muito popular; por exemplo, um desses artigos foi

6 Os sites http://www.doctissimo.fr/ e http://www.atoute.org/ são excelentes exemplos dessa abordagem da medicina. Observe que Atoute.org menciona explicitamente a Medicina 2.0.

Machine Translated by Google



baixado mais de 1,5 milhão de vezes. Depois disso, o plano de vacinação pública proposto pelo governo fracassou completamente porque a população não o aceitou. É certo que estes clínicos gerais desempenharam um papel neste fracasso.

Isto ilustra o poder da Internet e a forma como ela muda a política estatal, ou seja, no nosso caso, a política de saúde. Isto também mostra como a Internet afecta o papel das autoridades, em particular das autoridades científicas. Por último, isto fornece provas da necessidade crucial da sociedade em rede, onde as instituições e organizações tendem a colapsar, de uma responsabilidade epistémica como a que é desenvolvida por Judith Simon, de condenar eticamente a disseminação de conhecimento errado, como foi o caso no caso acima.

# 5 A “aura” digital num mundo de abundância

## *5.1 Da Escassez à Abundância*

Há vinte anos tive um sonho que era viver dia e noite, principalmente a noite, numa biblioteca. Hoje, este sonho tornou-se realidade: todos vivemos numa enorme biblioteca, onde quase todos os livros escritos da literatura clássica são instantaneamente acessíveis, tanto de dia como de noite. A propósito, o mundo do conhecimento está mudando dramaticamente. Está se tornando um mundo de abundância onde todas as informações estão permanentemente à disposição de todos. Para apreciar a amplitude da evolução, olhemos para o passado. Até o final da Idade Média, os livros eram tão caros e tão difíceis de manipular que apenas uns poucos felizes tinham acesso a eles. Além disso, esse acesso não era permanente: era necessário que fosse através de uma biblioteca ou de um mosteiro, o que impedia o acesso durante as viagens, mesmo aos mais ricos.
Na era moderna, as técnicas de impressão permitiram a redução do custo e do tamanho dos livros e consequentemente a sua divulgação. Contudo, apesar destas melhorias na produção, os livros sempre foram caros e inconvenientes, o que restringia o seu acesso a uma pequena parte da população. Foi apenas com a industrialização das técnicas de impressão, no final do século XIX, que a literatura, os jornais, os ensaios filosóficos e científicos e, mais genericamente, todos os tipos de escritos começaram a difundir-se amplamente em toda a sociedade. Paralelamente, as técnicas de litografia, inventadas no final do século XVIII, mas que tiveram um desenvolvimento considerável durante o século XIX, facilitaram consideravelmente a reprodução de imagens, que foi largamente utilizada para enriquecer livros, jornais e cartazes. Por último, a fotografia, inventada no segundo quartel do século XIX, e depois o fonógrafo e a cinematografia, ambos inventados no final do século XIX, permitiram progressivamente a reprodução automática de imagens, sons e movimentos.

Hoje em dia, com o desenvolvimento das tecnologias de informação, o movimento de reprodução mecânica parece ter sido consideravelmente ampliado. Não é surpreendente nem novo: isto já havia sido antecipado no século XX por

Machine Translated by Google



pensadores como Paul Valery em 1931 em um pequeno texto intitulado “La conquête de l'ubiquité” (Valéry 1928). Porém, hoje, a quantidade de conteúdos disponíveis ultrapassa, muito mais do que nunca, as nossas capacidades cognitivas. Resulta em modificações na nossa percepção das obras da mente em geral e das obras de arte em particular. Estas transformações simplesmente prolongam e ampliam o movimento iniciado no século XIX com a reprodução mecânica ou constituem um novo passo qualitativo que caracteriza a entrada num mundo de abundância? Essa é a questão que gostaríamos de discutir aqui.

## *5.2 A Perda da Aura*

As consequências económicas, políticas e estéticas da reprodução mecânica da escrita e das imagens tiveram efeitos consideráveis nas sociedades modernas durante o século XX. Não foi apenas o acesso às obras da mente e, em particular, às obras de arte que foi facilitado, mas a natureza do seu conteúdo intelectual e a forma como influenciam os humanos que foi transformada (Benjamin 2006) . Por um lado, os objectos de arte físicos, por exemplo o suporte físico de imagens, estavam a tornar-se muito menos valiosos devido à sua fácil reprodutibilidade. Assim, aquilo que antes estava ligado a peças únicas e singulares, que pela sua insubstituibilidade lhes conferiam algumas propriedades mágicas, foi desaparecendo, o que fez evoluir a natureza da arte. Um famoso ensaio escrito por Walter Benjamin no segundo quartel do século XX e intitulado “A Obra de Arte na Era da sua Reprodutibilidade Tecnológica” (Benjamin 2008) constituiu uma tentativa de abordagem à natureza destas mudanças. Tem sido muito influente durante os últimos 60 anos, especialmente, mas não só, na estética. Segundo Walter Benjamin, com a reprodução mecânica das obras de arte, em especial com a fotografia, a participação do humano na confecção da arte foi bastante reduzida, pois a captura não exigia mais a intervenção da mão humana, uma vez que a máquina era automatizada. registrando automaticamente a luz. Como consequência, as obras de arte, que testemunhavam uma herança e uma tradição desde a origem da humanidade, tanto pelas técnicas artísticas utilizadas, que exigiam a aprendizagem dos gestos, como pelas referências simbólicas associadas aos conteúdos quase sempre convencionais ou alegóricos, tornaram-se, com essas novas invenções, mais próximos das investigações científicas do que do sagrado e do sobrenatural. Segue-se que os objetos prosaicos da vida cotidiana passaram a ser cada vez mais referentes de obras de arte. Baudelaire, que descreveu as ruas de Paris, e Stéphane Mallarmé atestam esta evolução na poesia (Benjamin 2006). Mas poderia ter sido possível ver muitas outras manifestações em diferentes artes. Além disso, a recepção das obras de arte foi evoluindo com a sua enorme reprodutibilidade: tornou-se colectiva e simultânea, com fotos ou filmes, enquanto antes era essencialmente individual e contemplativa.

Um conceito-chave proposto por Walter Benjamin para abordar essas transformações foi a noção de aura, que ele definiu como “o fenômeno único de uma distância, por mais próxima que esteja”. A noção de aura também estava ligada ao involuntário

Machine Translated by Google



memória (Benjamin 2006), que foi introduzida por Marcel Proust e Henri Bergson (Bergson 1926) para caracterizar um tipo de lembrança que é ao mesmo tempo contemplativa e inconsciente, e que contrasta com um acesso intelectual e ativo que é implementado na memória voluntária .

Segundo Benjamin, as obras de arte são recebidas e valorizadas em diferentes planos que se situam entre dois pólos opostos; por um lado, a ênfase é colocada principalmente no valor de culto, que está associado à contemplação, que exige concentração; no segundo, a ênfase é colocada no valor expositivo das obras de arte que se destinam a distrair a massa de espectadores e que já não exigem que sejam absorvidas. Com a reprodução mecânica, o valor de culto das obras de arte que requerem concentração e esforços tende a diminuir enquanto o valor de exposição, que distrai a massa, torna-se cada vez mais proeminente. Como consequência, a aura que está ligada ao valor do culto e às tradições desaparece.

Esta perda da aura não é apenas negativa. Tem consequências estéticas. Estão surgindo novas formas de arte que não remetem mais às tradições e que eliminam o valor de culto, entre as quais se destacam a poesia de Baudelaire, o cubismo ou o dadaísmo. Mas também teve consequências menos positivas que levaram os regimes políticos – especialmente os regimes totalitários do século XX – a utilizar os novos meios de comunicação e as obras de arte para a sua propaganda. Por último, tem consequências económicas que levam as obras de arte a concentrarem-se apenas no valor expositivo.

## *5.3 A “Aura” Digital*

Como recordamos, Walter Benjamin anunciou a perda da aura consecutiva à reprodução mecânica das obras de arte. A questão, então, é a seguinte: o desenvolvimento da tecnologia da informação leva a uma perda definitiva e total da aura? Por outras palavras, serão as tecnologias de informação apenas a procura de técnicas mecânicas? Eles estão simplesmente amplificando seus efeitos? Ou introduzem uma ruptura?
No caso da aura, a questão diz respeito ao seu estado atual: desapareceu definitivamente? Ou persiste alguma forma de ressurgimento da aura?

Sem dúvida, as tecnologias digitais aperfeiçoam os processos de reprodução das obras de arte. Graças a estes, a reprodução é quase gratuita: hoje em dia, não custa muito dinheiro, nem grandes quantidades de energia, duplicar informação. Poderíamos caracterizar esta facilidade de reprodução da corrente como sendo um estado de hiper-reprodutibilidade por analogia ao estado de hiper-condutividade da condutividade elétrica.

Além disso, a difusão também é praticamente gratuita e acessível a todos. Atualmente, é possível que qualquer pessoa divulgue em todo o mundo literatura, imagens ou sons sem precisar pedir autorização e sem possuir nenhuma infraestrutura, exceto um PC. Como consequência, hoje a informação está a tornar-se eminentemente difusível em quase toda a superfície da Terra. Por exemplo, em 2011, durante a Primavera Árabe, jovens estudantes enviaram, sem qualquer apoio, vídeos de eventos públicos na Tunísia ou no Egipto, enquanto 20 anos antes, na China, ou em muitos outros países autoritários, tinha sido impossível enviar imagens do evento dramático

Machine Translated by Google



que estavam acontecendo nas ruas. Sempre com referência à morfologia da hipercondutividade, caracterizaremos este estado como uma hiperdifusibilidade.

Por último, quaisquer imagens e sons podem ser facilmente captados com equipamento muito barato, como um telemóvel, e depois memorizados em dispositivos de armazenamento electrónico pequenos e baratos. Como resultado, e da mesma forma que anteriormente, podemos dizer que entramos num mundo de hipermemorização.

Todas as técnicas de reprodução, difusão e memorização que tanto contribuíram para o desaparecimento da aura foram melhoradas de forma tão considerável que o resultado excede as nossas capacidades cognitivas. Como consequência, as nossas faculdades de discernimento são insuficientes. Todo o conteúdo disponível não pode ser consumido pela mente humana, mesmo auxiliada por máquinas poderosas. Por outras palavras, está a tornar-se cada vez mais difícil filtrar o fluxo de dados que assalta cada um de nós, todos os dias, e concentrar-se na informação relevante. Portanto, temos que fazer escolhas, decidir em que objeto focaremos a nossa atenção e depois selecionar, entre as muitas informações que dizem respeito ao nosso objeto de interesse, quais preferiríamos explorar. Porém, essas diferentes escolhas não podem ser bem informadas, porque são anteriores à nossa posse de conhecimento. Como consequência, escolhemos de acordo com alguns critérios inconscientes que constituem uma espécie de halo – ou nuvem – envolvendo os objetos e atraindo a nossa mente. Tais critérios correspondem à memória involuntária acima mencionada; portanto, chamamos isso de halo digital ou aura digital.

Note-se que, como demonstrámos anteriormente no nosso trabalho sobre vigilância (Ganascia 2009, 2010), esta aura digital torna-se cada vez mais importante porque, no nosso mundo de abundância excessiva de informação, o poder é muito mais frequentemente dado àqueles que são vistos do que para quem assiste.

Nossa hipótese aqui é que podemos traçar alguns paralelos entre esse *halo digital* e a aura de Benjamin. Entre eles, observe que embora a aura exija concentração, o mesmo acontece com o *halo digital.* Além disso, como dissemos anteriormente, embora a aura estivesse diretamente relacionada com a memória involuntária, também acontece que o halo digital é em grande parte inconsciente.

Contudo, como referimos anteriormente, para Benjamin a noção de aura estava diretamente relacionada com o valor de culto, com o apego às tradições e com uma atitude contemplativa. Pode parecer surpreendente e até estranho afirmar que, com as tecnologias digitais, adoptamos uma atitude contemplativa orientada para as tradições. Para ser mais preciso, a primeira hipótese, traçando um paralelo entre a aura de Benjamin e o halo digital, precisa ser complementada por uma segunda hipótese que afirma que, enquanto a aura de Benjamin estava ligada a um valor de culto, orientado para as tradições, a aura digital é vinculado a um valor especular, que abre novas oportunidades.
Por outras palavras, enquanto o valor de culto estava orientado para um passado imemorial, o valor especular está orientado para um futuro acessível, livre e cheio de possibilidades.

Esta noção de aura digital em relação a um valor especular seria útil para interpretar muitos dos movimentos contemporâneos da arte, especialmente a arte generativa, que não pode ser avaliada em relação ao seu valor expositivo e não mais em relação a um valor de culto, mas apenas no que diz respeito ao número de possibilidades que um

Machine Translated by Google



programa pode gerar. Seria adequado seguir com alguns exemplos precisos, que justificariam as duas hipóteses anteriores, mas isso iria muito além deste capítulo.

Lembremos também que a definição de Benjamin da aura como “o fenômeno único de uma distância, por mais próxima que esteja” poderia ser aplicada diretamente à *aura digital.* No entanto, enquanto no caso da aura de Benjamin, elementos próximos e concretos das obras de arte ajudaram a dar acesso, através da contemplação, a um passado distante, anterior ao que pode ser fornecido por qualquer memória voluntária, com a aura digital, próxima e concreta os elementos de informação ajudam a dar acesso a um futuro distante que se abre a novas perspectivas, apesar de todos os perigos e medos percebidos.

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

## Referências

Benjamin, W. 2006. *O escritor da vida moderna: Ensaios sobre Charles Baudelaire.* (MW Jennings, Ed.) Cambridge: Harvard University Press.

Benjamin, W. 2008. *O trabalho da idade na era de sua reprodutibilidade tecnológica e outros escritos na mídia.* Cambridge: Harvard University Press.

Bergson, H. 1926. *Matière et mémoire.* Paris: Félix Alcan.

Colombo, C., P. Mosconi, W. Villani e S. Garattini 2012. Financiamento de organizações de pacientes por parte de empresas farmacêuticas: A divulgação é clara, completa e acessível ao público? Uma pesquisa italiana. *PLoS UM* 7 (5): e34974.

PB de Laat. 2011. Produção de enciclopédias de código aberto: políticas editoriais na intersecção da confiança organizacional e epistemológica. *Epistemologia Social* 26:71–103.

Dupagne, D. 2010. Faut-il ou non se faire vacinar contra a gripe? Recuperado em http://www.atoute.org: http://www.atoute.org/n/article134.html.

Ganascia, J.ÿG. 1995. Récupéré sur Rapport sur le livre électronique — relatório em E-book. http://www-poleia.lip6.fr/GIS.COGNITION/livr.html.

Ganascia, J.ÿG. 2008. Experimentos in silico: Rumo a uma epistemologia informatizada. (P. Boltuc, Ed.). *Boletins informativos da Associação Filosófica Americana. Boletim Informativo sobre Filosofia e Informática* 2:11–15.

Ganascia, J.ÿG. 2009. *Voir et pouvoir: qui nous surveille?* Paris: Éditions du Pommier.

Ganascia, J.ÿG. 2010. *A ética da vigilância generalizada.* ETHICOMP 2010. Tarragona: Universidade versita Rovira e Virgili.

Ganascia, J.-G., e J.-L. Lebrave Éds. 2002. De volta ao futuro, gestão do conhecimento, passado e presente. Diógenes, Vol. 49, No. 4. (1 de abril de 2002), pp. Publicação Blackwell.

Glassner, J.-J. 2000. *Escrito no verão.* Paris: Editions du Seuil.

Illich, I. 1971. *Desescolarização da sociedade.* Nova York: Harper & Row.

Illich, I. 1974a. *Energia e equidade.* Nova York: Harper & Row.

Illich, I. 1974b. *Inimigo médico.* Londres: Calder & Boyars.

Illich, I. 1978a. *O direito ao desemprego útil.* Nova York: Marion Boyars Publishers Ltd.

Illich, I. 1978b. *Rumo a uma história de necessidades.* Nova York: Pantheon Books.

Illich, I. 1995. *Blasfêmia: Uma crítica radical de nossa cultura tecnológica.* Morristown: Aaron Imprensa.

Machine Translated by Google



Lyotard, J.ÿF. 1984. *A condição pós-moderna: um relatório sobre o conhecimento.* (GB Massumi, trad.) Minneapolis: Universidade de Minnesota Press.

Mosconi, P. e C. Colombo. 2010. Promover uma aliança estratégica entre associações de pacientes e profissionais de saúde. (M. Norbert Goldfield, Ed.). *Journal of Ambulatory Care Management* 33 (3): 223–230.

Poe, M. 2011. *Uma história das comunicações: mídia e sociedade desde a evolução da fala até a Internet.* Cambridge: Cambridge University Press.

Rothman, S., V. Raveis, A. Friedman e D. Rothman. 2011. Organizações de defesa da saúde e a indústria farmacêutica: Uma análise das práticas de divulgação. *American Journal of Public Health* 101 (4): 602–609.

Turner, F. 2006. *Da contracultura à cibercultura. Stewart Brand, toda a rede terrestre e a ascensão do utopismo digital.* Chicago: Universidade de Chicago Press.

Valéry, P. 1928. *La conquête de l'ubiquité. Obras, tomo II, Pièces sur l'art.* Paris: NRF Galli mard, Bibiothèque de la Pléiade.

Machine Translated by Google

# Parte V
# Identidade, individualidade e atenção

Machine Translated by Google

# O Manifesto Onlife: Filosófico Antecedentes, usos da mídia e o futuro da democracia e da igualdade

**Charles Esse**

## 1. Introdução

Começo por discutir três desafios que enfrentamos para definir o nosso contexto Onlife. Primeiro mostro como esses desafios foram prefigurados e abordados em desenvolvimentos filosóficos anteriores, incluindo a fenomenologia, a ética das virtudes, a ética kantiana e outros. Esta discussão apresenta-nos então as características primárias e os contrastes entre: o sentido mais *individual* de individualidade racional-autônoma característico do pensamento ocidental moderno e elevado, e; sentidos mais *relacionais* de individualidade em contextos e teorias históricas e contemporâneas (Bakardjieva 2005).

Estas duas noções de individualidade são ainda mais iluminadas por considerações de incorporação e desenvolvimentos na filosofia contemporânea e nos estudos da Internet. Isto leva-nos ao ponto central: a mudança de eus mais individuais para mais relacionais nas sociedades "ocidentais" contemporâneas, tal como manifestado, em primeiro lugar, nas nossas práticas e teorias de "privacidade" em mudança, corre o risco de uma mudança em direcção a estruturas sociais mais *hierárquicas* . e políticas não democráticas – e, portanto, *longe* dos processos e normas democráticas modernas, incluindo a igualdade e a igualdade de género (Bakardjieva 2009) .

Em seguida, examino até que ponto os processos e normas democráticos podem ser preservados na Onlife, com base em noções de eus híbridos, "privacidade parcial" e "privacidade contextual" (Nissenbaum 2010) e "subativismo" (Bakardjieva 2009). Em contraste, as democracias confucionistas emergentes, por assentarem em concepções fortemente relacionais de individualidade, parecem ameaçar directamente os compromissos com a igualdade e a igualdade de género.

Estas descobertas teóricas e empíricas realçam a urgência das nossas escolhas contemporâneas relativamente à *utilização dos meios de comunicação social.* Especificamente, onde a escrita e as competências de *alfabetização-impressão* (como modalidade de comunicação da alta modernidade, em contraste com a *oralidade secundária* dos meios de comunicação eléctricos em geral e da comunicação online em particular) estão historicamente correlacionadas com noções modernas de indivíduo

C. Esse **(ÿ)**
Departamento de Mídia e Comunicação, Universidade de Oslo, Oslo, Noruega
e-mail: cmess@media.uio.no

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI
10.1007/978-3-319-04093-6_14, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



autonomia, democracia e igualdade – apelo a uma ênfase contínua na escrita como “uma tecnologia de si” (Foucault 1988) em prol da sustentação da democracia e da igualdade (Baron 2008).

## 2 O Eu Relacional e a Iniciativa Onlife: Descartes, Fenomenologia e a era analógico-digital

Esta secção mostra como três dos quatro desafios que destacamos no Manifesto Onlife – começando com a indefinição da distinção entre realidade e virtualidade – foram explorados, fundamentados e prefigurados na filosofia moderna, mais especialmente na fenomenologia. O material nesta seção fornece, portanto, um importante contexto histórico e fundamentos filosóficos para as análises e reivindicações do Manifesto Onlife.

O nosso documento de referência sublinhou quatro desafios aos enquadramentos recebidos evocados pela transição digital:

a. Ao confundir a distinção entre realidade e virtualidade;
b. Ao confundir as distinções entre humano, máquina e natureza;
c. Ao reverter da escassez para a abundância, quando se trata de informação;
d. Ao passar da primazia das entidades sobre as interações para a primazia das interações sobre as entidades. (Broadbent et al. 2013, p. 30)

Três delas foram exploradas, fundamentadas e prefiguradas na filosofia moderna, mais especialmente na fenomenologia. Uma breve olhada em como isso acontece pode ser útil para adicionar contexto histórico adicional e substância filosófica ao nosso entendimento compartilhado.

Para isso, ofereço a seguir

(2.1) Um breve resumo de como o dualismo cartesiano está subjacente especialmente à difícil distinção entre o real e o virtual na década de 1990, e as diversas maneiras pelas quais o trabalho do final da década de 1990 em vários domínios, incluindo a neurociência, muda do dualismo cartesiano;
(2.2) Algumas notas sobre desenvolvimentos significativos na fenomenologia que prefiguram e fundamentam tais relatos não-dualistas, focando no trabalho de Maurice Natanson (1970) como exemplo, seguidos de breves comentários sobre filósofos mais recentes que ampliam análises fenomenológicas e diretamente associe-os à neurociência contemporânea;
(2.3) Comentários resumidos que ligam estes antecedentes fenomenológicos e insights às nossas noções orientadoras de “onlife” como, em primeiro lugar, articulando apenas a refutação do dualismo cartesiano dos anos 90 entre o real e o virtual, seguido por
(2.4) Indicações sobre como estes desenvolvimentos também prefiguram e apoiam especialmente “b” e “d” na nossa lista.

### *2.1 De Norbert Wiener ao Enativismo e à Mente Incorporada*

Precisamos primeiro lembrar que as duras distinções entre o real e o virtual, mapeadas em distinções igualmente difíceis entre o offline e o online, foram especialmente reveladas nas literaturas relevantes sobre virtualidade, mundos virtuais, etc.

Machine Translated by Google



como pode ser visto em numerosas fontes, estas distinções baseiam-se diretamente num dualismo cartesiano – um dualismo que divorcia radicalmente um corpo não-cognitivo (e com ele, toda a natureza como "substância estendida") de um corpo não-estendido e, portanto, totalmente disem. mente corpórea. Apenas como um exemplo: Katherine Hayles (1999, p. 288) discerniu este dualismo em ação na disciplina fundamental da cibernética desenvolvida por Nor bert Wiener (1950). De forma mais ampla, este dualismo reitera os antigos dualismos gnósticos e gregos que, por sua vez, enraízam o ensinamento Ortodoxo Ocidental do Pecado Original - cuja linguagem agostiniana é, de facto, explicitamente invocada num dos documentos-chave das primeiras concepções do ciberespaço, nomeadamente, o Neuromancer de William Gibson - *o* romance de ficção científica que impulsionou o termo "ciberespaço" na cultura popular e no discurso acadêmico (Ess 2012b, pp. 5–7). Noções correlatas de uma "libertação desencarnada no ciberespaço" atraíram tanto os "ciber-libertários" como John Perry Barlow (1996) como também algumas feministas e outras pessoas legitimamente interessadas em superar a objetificação e a subordinação e violação correla Outras feministas, no entanto, levantaram desde cedo alertas contra o "velho truque cartesiano" de procurar esquecer o corpo (Stone 1991). Finalmente, no final da década de 1990, este dualismo foi cada vez mais refutado ao longo de uma série de pesquisas e reflexões, incluindo o trabalho de Katherine Hayles, bem como o de Pierre Lévy (1998) .

Ao mesmo tempo, os modelos epistemológicos de inspiração cartesiana subjacentes a grande parte do trabalho em Inteligência Artificial na segunda metade do século XX – grosseiramente agrupados sob o nome de cognitivismo – também estavam a retroceder face às evidências emergentes nas neurociências. que destacou as interações inextricáveis entre os vários mecanismos e processos do "corpo" e aqueles tradicionalmente afiliados à consciência e à percepção. Estas visões mais recentes e radicalmente não dualistas são capturadas sob noções de "mente incorporada", "cognição incorporada" e "enactivismo" (por exemplo, Horst 2011).

## *2.2 Fenomenologia*

De uma perspectiva histórica, contudo, estas visões não-dualistas são prefiguradas e desenvolvidas dentro dos quadros da fenomenologia dos séculos XX e XXI. A fenomenologia pode ser brevemente resumida como "o estudo das estruturas da consciência vivenciadas do ponto de vista da primeira pessoa" (Smith 2011).
Por exemplo, em 1970, Maurice Natanson, baseando-se nos trabalhos anteriores de Edmund Husserl, Jean-Paul Sartre e Alfred Schutz, articula uma descrição fenomenológica do self como inextricavelmente envolvido com o mundo momento a momento. Em primeiro lugar, afirmam os fenomenologistas, nunca *experienciamos* a "consciência" como tal, como abstrata – mas sempre como uma consciência concreta e específica *de* (X). Natanson escreve: "Ser consciente é estar consciente *de* algo, algo que então representa a atividade da consciência como o significado de seu desempenho" (1970, p. 3). Tal consciência, além disso, é a de um eu *unitário :* "No meio da ação, as escolhas que fazemos e os resultados da nossa escolha devem ser entendidos de forma unitária, como envolvendo um ser para quem a percepção, avaliação e definição da situação são aspectos de um eu integral, um ser no centro e fonte de um

Machine Translated by Google



mundo" (1970, p. 3). Desta forma, a consciência experiencial é sempre *relacional* – seja em relação a si mesmo como um "objeto" de reflexão e/ou qualquer outro conteúdo de consciência, incluindo outros seres humanos e o mundo em geral.
Para Natanson, esta relacionalidade é capturada precisamente no erótico como o exemplo de um inter-relacionamento totalmente engajado – e totalmente incorporado:

> [o self é] um ser cuja presença no mundo é uma realidade unitária na qual o self e o objeto são considerados integralmente fundamentados na consciência, entendido como uma força direcional que sustenta toda a gama da vida perceptiva. Indivíduo e acção, eu e situação, pessoa e mundo estão então ligados entre si não apenas nas suas implicações mútuas, mas na sua estrutura fundamental. O homem [sic] está "no" mundo como o amante está em relação com aquele que ama, e não como os rolamentos estão "dentro" do motor. (1970, pág. 4)

Em contraste, então, com um eu e um corpo abstratos, mais ou menos universais, localizados em uma grade objetiva, mas externa (cartesiana) de tempo e espaço – fenomenologicamente, nós constantemente nos experienciamos como um "eu" único, alguém que experimenta o mundo. ao nosso redor do nosso ponto de vista único, em primeira pessoa. Natanson contrasta noções "objectivas" de tempo e espaço com as nossas experiências de estar sempre num determinado Aqui e Agora – definido pelos nossos pontos de vista distintos como enraizados nos nossos corpos individuais. Em particular, Natanson usa o termo "corporeidade" para se referir às nossas experiências de primeira pessoa de nós mesmos como um eu corporificado distinto:

> Não estou "em" meu corpo nem "apegado" a ele; não me pertence nem vai comigo.
> *Eu sou meu corpo.* Não há distância entre minha mão e seu aperto. [….] Em vez da maneira sensata de pensar o corpo no espaço em algum momento, sou uma corporeidade Aqui e Agora cujo ser no mundo me é revelado como *meu.* (1970, pág. 11)

Natanson salienta que estes esforços de descrição são difíceis de empreender, difíceis de articular e difíceis de assumir, em parte devido a três séculos de filosofia cartesiana que, ao contrário das abordagens fenomenológicas, insiste que "o homem pode ser compreendido qualitativamente no mesmos termos que todos os outros objetos e eventos na ordem natural. (1970, pág. 4). Isto quer dizer: a fenomenologia resiste resolutamente à subordinação dos seres humanos, das nossas experiências e da nossa autocompreensão às polaridades do início da modernidade entre conhecimento "subjetivo" versus conhecimento "objetivo". Pelo contrário, a fenomenologia partilha com o existencialismo a insistência na legitimidade epistemológica da experiência da primeira pessoa, *contrariamente* à sua denigração como "mera subjetividade" no início da modernidade.

Esta refutação fenomenológica do dualismo cartesiano mente-corpo é ainda mais elaborada no trabalho de Merleau-Ponty, que inspirou, por exemplo, o neologismo desenvolvido pela filósofa alemã Barbara Becker, Leibsubjekt – "Body subject" ( 2001 ) . Mais recentemente, Susan Stuart também se baseou no trabalho de Merleau-Ponty (e outros) na sua conjunção do enativismo com a fenomenologia. O ativismo coloca em primeiro plano como "… através de uma dinâmica sensório-afetiva e sentida, construímos expectativas intencionais não conscientes sobre como o nosso mundo continuará a ser" (2008, p. 256). Stuart vê esta visão da cognição corporificada como uma ligação direta com relatos fenomenológicos da nossa experiência do mundo como conhecedores e agentes corporificados. Especificamente, o agente encarnado retratado no enativismo é "essencialmente

Machine Translated by Google



antidualista” já que este agente é “...acoplado dinamicamente ao mundo em que está inserido; assim, agente, mundo e ação estão necessariamente intrinsecamente entrelaçados, e o corpo, a experiência, a ação e o mundo do agente moldam a maneira como ele lida com suas preocupações pragmáticas cotidianas” (2008, p. 256 ) .

Stuart prossegue explorando possíveis ligações entre as descobertas contemporâneas do enativismo e da epistemologia kantiana. Eu e May Thorseth nos baseamos no trabalho de Stuart (entre outros) para destacar essas ligações entre visões não-dualistas de cognição e individualidade na antropologia filosófica que desenvolvemos em nosso trabalho sobre confiança e mundos virtuais, por exemplo (Ess e Thorseth 2012 , pág. xviii e segs.).

## *2.3 Resumo*

Estas análises fenomenológicas enfatizam noções radicalmente não dualistas e fortemente relacionais de individualidade e incorporação no nosso conhecimento e navegação no mundo. Assim, prefiguram e complementam as viragens semelhantes que vimos no final do século XX, incluindo as literaturas da virtualidade e dos mundos virtuais (Lévy 1998), os estudos da Internet de forma mais ampla e as visões neurocientíficas emergentes do enativismo e da mente corporificada.

## *2.4 Como Esses Desenvolvimentos Prefiguram e Apoiam Nossas Caracterizações*

Espero que agora seja bastante simples ver como a fenomenologia apoia diretamente a nossa primeira caracterização da vida na era (analógica) digital, começando com:

a. Ao confundir a distinção entre realidade e virtualidade;

Mais uma vez, na década de 1990, esta distinção mapeou distinções rígidas entre o offline e o online, entre o que Barlow, com base em Gibson, caracterizou como “espaço de carne” vs. , e gnósticos) dualismos. A dissolução desses dualismos -

no enativismo, no feminismo e, mais especialmente, na fenomenologia no século XX – significa, portanto, também a dissolução de uma dura distinção entre realidade e virtualidade. Em particular, o neologismo Leibsubjekt de Barbara Becker – “corpo-sujeito”1 – antecipa e reforça claramente o nosso neologismo definidor de “onlife” como uma forma primária de capturar estas dissoluções.

[1] Leibsubjekt une Leib (corpo) e subject (sujeito), onde este último se refere ao espectro completo de facilidades e ações que normalmente associamos à “subjetividade”, incluindo consciência e autoconsciência, identidade e autoidentidade, intencionalidade, afetividade, agência, e assim por diante. Becker desenvolveu o termo em conjunto com a sua crítica mais ampla ao dualismo e às versões radicais do construtivismo social, a fim de reafirmar a materialidade intransigente do corpo, precisamente tão inextricavelmente entrelaçada com a nossa subjetividade. Para isso, ela se baseou na fenomenologia e em suas próprias lutas contra o câncer. (Infelizmente, o câncer acabou tirando sua vida em 2009.)

Machine Translated by Google



Estes desenvolvimentos apoiam diretamente duas das restantes caracterizações, nomeadamente,

b. Ao confundir as distinções entre humano, máquina e natureza;

E

c. Ao passar da primazia das entidades sobre as interações para a primazia das inter-relações, ações sobre entidades

*No que diz respeito a* "b": seria útil recordar e resumir aqui as extensas análises fenomenológicas de como os seres humanos experienciam as diversas ferramentas que desenvolvemos e utilizamos – a mais famosa, começando com o conceito de Heidegger de "prontidão para manusear". Para nós, a questão é apenas que, em nossas experiências de uso de nossas ferramentas de maneira engajada e familiar – no exemplo de Heidegger, um carpinteiro usando um martelo – não os experienciamos como objetos estranhos radicalmente separados da nossa subjetividade . Pelo contrário, "não há sujeitos nem objetos; existe apenas a experiência da tarefa contínua (por exemplo, martelar)" (Wheeler 2011).

Tanto quanto posso perceber, esta linha de análise fenomenológica combina ainda mais com visões mais contemporâneas de "cognição incorporada e incorporada". Steven Horst coloca desta forma:

> A percepção, a ação e mesmo a imaginação e o raciocínio são "corporificados", não apenas no sentido de serem realizados através de algum sistema físico, mas no sentido mais forte de que envolvem processos corporais que se estendem além do cérebro, no sistema nervoso e até mesmo em outros tecido e aos processos bioquímicos no corpo. Ao mesmo tempo, mesmo os processos cerebrais envolvidos na cognição envolvem habilidades não representacionais e não computacionais de conhecimento corporal. A mente também está "incorporada" no seu ambiente, não apenas no sentido de interagir causalmente com ele através de "entradas" perceptivas e "saídas" comportamentais, mas no sentido mais radical de que as coisas fora do organismo físico – desde ferramentas a próteses até livros e sites – são parte integrante da própria cognição. Como diz Andy Clark, já somos "ciborgues natos". (Horst 2011)

A figura do ciborgue – "organismo cibernético" – aqui é importante. Pelo menos algumas das primeiras imaginações de ciborgues expressaram precisamente o grande *medo* de que tais seres representassem ostensivamente o colapso e a violação de uma forte dicotomia natureza-máquina. Pelo menos na época do famoso "Manifesto Ciborgue" de Donna Haraway (1991), no entanto, o pensamento feminista rejeitou tais medos, pois repousavam sobre um (mais um) binário equivocado (cf. Lennon 2010) .

Finalmente, estas percepções fenomenológicas e enativistas estão igualmente presentes na Teoria dos Meios em que me baseio, começando com o princípio definidor de Marshall McLuhan em *Understanding Media.* Mais simplesmente, criamos as nossas tecnologias, incluindo as nossas tecnologias de comunicação, como ferramentas que nos ampliam de várias maneiras: mas a utilização que fazemos dessas ferramentas, por sua vez, remodela-nos. Assim, ele diz, por exemplo: "Fisiologicamente, o homem, no uso normal da tecnologia (ou seu corpo diversamente estendido), é perpetuamente modificado por ela e, por sua vez, encontra sempre novas maneiras de modificar sua tecnologia" (1964, p. 46). Como documentou Richard Cavell, McLuhan desenvolveu esta compreensão da tecnologia, incluindo a comunicação *enquanto* tecnologia, precisamente no âmbito de uma aceitação fundamental do corpo e da rejeição correlativa do dualismo cartesiano (2003, pp. 83-85). *No que diz respeito a* "c": aqui, novamente, o foco na relacionalidade – em oposição, digamos, a uma espécie de foco hobbesiano no indivíduo concebido n

Machine Translated by Google



de um atomismo (bruto) – é temática na fenomenologia, bem como em outras correntes de pensamento do século XX.

Apenas como um exemplo em fenomenologia: em suas análises e descrições de várias formas de experiência sexual, Sara Ruddick critica antes de tudo compreensões mais dualistas da sexualidade – isto é, como algo que ocorre apenas entre “corpos” como de alguma forma radicalmente separados dos “donos” de seus “donos”. ”senso de individualidade e identidade (1975). Em vez disso, um relato fenomenológico das nossas experiências mais intensas (tais como experiências de prática de desporto) mostra como, em tais experiências, não existe um dualismo mente-corpo sentido, mas antes uma unidade imediata do eu e do corpo. Nem todas as experiências sexuais contam (ou precisam contar) para Ruddick como envolvendo tal unidade direta: mas ela argumenta que aquelas que o fazem são moralmente preferíveis, antes de tudo, porque em tais experiências, nossa própria personalidade e autonomia não podem ser separadas de nossos corpos, e portanto, essas experiências promovem o dever kantiano de respeito pelo Outro como pessoa. Ruddick argumenta ainda que tais experiências sexuais promovem assim duas virtudes adicionais – nomeadamente, a norma da igualdade e a virtude do amor (Ruddick 1975, p. 98 e seguintes; cf. Ess 2014). Para recordar Natanson, finalmente, o nosso envolvimento erótico com um Outro é ao mesmo tempo o exemplar e uma instanciação primária da nossa relacionalidade inextricável uns com os outros como co-constituição das nossas identidades como seres corporificados (1970, p. 47 e seg. ) .

Ao mesmo tempo, pelo menos até certo ponto, este foco nas interações, mais do que em entidades isoladas, já está em ação na epistemologia de Kant. Em termos gerais, Kant deixa claro que a ciência, por se basear em fundamentos matemáticos e empíricos, concentra-se assim nas relações semelhantes a leis *(Verhältnisse)* entre entidades. Isto torna-se talvez mais proeminente na sua *Crítica do Julgamento,* com o seu foco no *sensus communis* como um sentido intersubjectivamente partilhado de julgamento estético (Thorseth 2012).

Ainda como outro exemplo: em sua “teoria da ação comunicativa”, Habermas desenvolve uma noção fenomenológica de um “mundo da vida”, um “mundo limitado pela totalidade das interpretações pressupostas pelos membros como conhecimento de fundo” (1985, p. 13 ) . ). Tal mundo da vida, com o seu pano de fundo de pressupostos partilhados, é então o contexto para as práticas comunicativas que Habermas toma como paradigmáticas da racionalidade. Tal como caracterizado pelo seu expositor, Thomas McCarthy, Habermas centra-se na moralidade como entrelaçada com uma intuição socializada que põe ainda em jogo o reconhecimento (igualmente aristotélico) de que a auto-identidade, tal como moldada pela sociedade em que alguém se encontra, “…é de o início entrelaçado com relações de reconhecimento mútuo” (1994, p. 47). Além disso, esta interdependência “…traz consigo uma vulnerabilidade recíproca que exige garantias de consideração mútua para preservar tanto a integridade das pessoas individuais como a rede de relações interpessoais em que as suas identidades são formadas e mantidas”. *(ibid.)*

A frase “a teia de relações interpessoais”, finalmente, ecoa e reforça ênfases especialmente feministas na tomada de decisões éticas dentro da “teia de relacionamentos”, começando com o trabalho de Carol Gilligan (1982) . Ao mesmo tempo, como exploraremos mais detalhadamente a seguir, uma das mais significativas teorias filosóficas contemporâneas sobre privacidade – a saber, a explicação de Helen Nissenbaum sobre a privacidade como “integridade contextual” (2010) – baseia-se precisamente em tais noções relacionais de privacidade.

Machine Translated by Google



individualidade: Nissenbaum baseia-se no relato dos seres humanos desenvolvido por James Rachels – um relato que começa (novamente) com um relato da individualidade como inextricavelmente entrelaçado com os papéis e relacionamentos específicos nos quais nos envolvemos (1975) .

Nada disso é acidental para o nosso projeto. Como documentei anteriormente, a ontologia da informação de Luciano Floridi, como ele mesmo enfatiza, "baseia-se na ênfase na interconexão entre todas as coisas familiares das recentes filosofias ambientais e feministas – e, mais importante, de visões não-ocidentais como o Budismo e o Confucionismo". pensamento" (Ess 2009, p. 161). Isto quer dizer: a ontologia da informação de Floridi, entre as suas muitas outras virtudes, apresenta precisamente as formas pelas quais as tecnologias computacionais e as *redes* de computadores facilitam e permitem, antes de mais nada, o nosso sentido de individualidade como seres relacionais. Mas, ao fazê-lo, reitera pelo menos compreensões paralelas da individualidade *enquanto* relacional encontradas tanto no feminismo, na ecologia e na fenomenologia modernos (ocidentais) - se não em pelo menos alguma versão de Kant - bem como tanto no antigo Ocidente como no Ocidente. Quadros orientais.

Na medida em que isto é verdade, então o nosso foco na era (analógica) digital nas interacções e na relacionalidade destaca correctamente estas como apresentadas de formas novas e surpreendentes. Mas pode ser mais correto dizer que este é um foco renovado , que vem fermentando há algum tempo na filosofia ocidental moderna (se não em Kant, então certamente na fenomenologia) – e que não pareceria estranho aos antigos em mundos ocidentais ou orientais.

## 3 Mídia Digital-Analógica e a (re)emergência dos Eus Relacionais

Esta seção começa com uma advertência contra focarmos excessivamente no "digital" em nossas análises, na medida em que o análogo – mais especialmente na forma de sensação e percepção incorporadas pelos humanos – não desaparece na era das realidades hiperconectadas. (3.1). A incorporação analógica correlaciona-se ainda mais com uma insistência teimosa na filosofia contemporânea e nos estudos da Internet em identidades singulares (3.2). Ao mesmo tempo, há fortes evidências que sugerem mudanças fundamentais para ênfases mais relacionais e afectivas da individualidade e da identidade nas sociedades ocidentais – juntamente com mudanças correlativas nos nossos entendimentos e expectativas de "privacidade" (3.3). Estas mudanças têm enormes consequências *políticas :* mais simplesmente, onde as ênfases racionais individuais da (alta) modernidade ocidental se correlacionam com instituições liberal-democráticas e normas fundamentais como a igualdade – historicamente, as ênfases relacionais (e mais afectivas) correlacionaram-se com questões menos igualitárias. e formas mais autoritárias de poder e controle (3.4).

### *3.1 Mídias Digitais e Futuros Digitais?*

Uma "vida on-line" europeia em desenvolvimento implica pelo menos duas tecnologias de base digital. A primeira (a) inclui as múltiplas formas de mídia digital (analógica), onde

Machine Translated by Google



'mídia' refere-se a (i) tecnologias familiares, como câmeras digitais e tecnologias similares de gravação/armazenamento, muitas vezes incorporadas em smartphones, para a produção e distribuição de diversas formas de mídia enquanto conteúdo, à medida que esse conteúdo é (ii ) distribuído através de mídia digital (analógica) *como* canais (computadores e redes de computadores, mas também transmissões mais “tradicionais” de rádio e TV, filmes, mídia impressa, etc.) e dispositivos (incluindo dispositivos “locativos móveis”, como smartphones, tablets, e outros dispositivos portáteis conectados à Internet/Web e habilitados para GPS). Nestas direcções, a “revolução da mobilidade” (melhor, na minha opinião, “evolução”) é um locus primário dos tipos de desenvolvimentos que podemos antecipar como centrais para a evolução futura da vida on-line.

Penso que é cada vez mais crítico notar, no entanto, que estas tecnologias continuam a ser tecnologias *analógicas ,* começando pelos seus inputs (voz, luz, etc.) e outputs (som, imagem, etc.). Isto é importante por duas razões: (a) assim como nos preocupamos corretamente com as *possibilidades* das tecnologias digitais *enquanto* digitais – também precisamos de atender às possibilidades dos componentes analógicos destas tecnologias, ou de outra forma corremos o risco de uma miopia potencialmente enganosa em nosso foco, e (b) destacar o lado analógico dessas tecnologias, destacando assim o caráter *incorporado* de seus designers, consumidores e usuários - ou seja, como seres humanos cujo envolvimento sensorial e equinestésico com o mundo permanece profundamente analógico (cf. Massumi 2002 ). (À medida que vários esquemas de aprimoramento e reengenharia humana forem implementados, tudo isso poderá mudar.)

As mídias (analógicas) digitais estão em ação em outros aspectos da vida contemporânea e futura, incluindo (b) o desenvolvimento de “robôs sociais”, como os “telenóides”. Um telenoide é concebido para transmitir formas *incorporadas* de comunicação, incluindo “abraços”, ao mesmo tempo que é controlado remotamente através da Internet e de outras formas de ligações digitais. Robôs em várias formas – incluindo “care-bots”, “warrior-bots” e, claro, “sex-bots” – tornar-se-ão aparelhos cada vez mais comuns num futuro analógico-digital, para o bem e para o mal (Turkle 2011 ) .

## *3.2 Confiança, Identidade e Política*

Uma síntese das abordagens filosóficas da confiança resultou numa antropologia filosófica que destaca o papel da corporificação no nosso conhecimento e navegação no mundo, incluindo uma ênfase fenomenologicamente enraizada no “eu” husserliano ou na perspectiva da primeira pessoa (indexicalidade) como ancoragem. nosso senso de experiência no mundo (Ess e Thorseth 2012). Surge aqui uma teimosa insistência na identidade singular como enraizada no corpo, bem como numa epistemologia kantiana que destaca o papel de uma unidade transcendental de apercepção na construção de uma experiência coerente a partir do fluxo de dados de outra forma fragmentado e incoerente. —uma unidade expressa na frase e na exigência epistemológica do “eu penso”.
Trabalhos mais recentes em filosofia sobre “identidade pessoal online” reforçaram estas

[2] Por exemplo, <http://spectrum.ieee.org/automaton/robotics/humanoids/telenoid-r1-hiroshi-ishiguro mais novo-e-strangest-android>. Os telenoides foram utilizados num projeto piloto sobre cuidados de idosos na Dinamarca, por exemplo, com resultados iniciais promissores.

Machine Translated by Google



concepções de identidade, especificamente no que diz respeito aos compromissos comunicativos online (Ess 2012a). Uma ampla gama de descobertas empíricas de Estudos da Internet ao longo da última década também destaca a primazia de uma identidade singular – uma que abrange precisamente a distinção cada vez mais confusa entre online e offline, como sugere a nossa frase “Onlife” (Ess e Consalvo 2011 ; Ess e Dutton 2013).

## *3.3 Mudando eus, mudando privacidades*

Por outro lado, as ênfases particulares que definem esses eus e identidades parecem estar em constante mudança. Nas sociedades “ocidentais”, as possibilidades do que McLuhan e outros chamam de “mídia elétrica”, incluindo as TIC contemporâneas, parecem promover uma mudança da ênfase ocidental moderna no eu como principalmente racional, individual e, portanto, um agente moral eticamente *autônomo* em direção *a* maior ênfase (e classicamente “oriental” e pré-moderna) no self como principalmente *emotivo* e *relacional – isto é,* como constituído exclusivamente em termos dos múltiplos relacionamentos de alguém, começando com a família e estendendo-se através da sociedade mais ampla e (super) ordens naturais. Isto pode ser visto, em primeira instância, no movimento, especialmente entre os jovens, de noções fortemente individuais de privacidade para “público-privado/

compartilhamento privado público” de informações em sites de redes sociais (Facebook et al.), bem como no compartilhamento ilegal de materiais protegidos por direitos autorais. Estas medidas são seguidas por mudanças correlativas nas leis de privacidade e direitos de autor, ou seja, afastamento das leis construídas em torno dos meios de comunicação anteriores e de sentimentos fortemente *individuais* e *exclusivos* de privacidade e propriedade.

Assim, por exemplo, Helen Nissenbaum constrói a sua descrição da privacidade como “integridade contextual” no sentido claramente relacional de individualidade articulado por James Rachels, como vimos. Esta explicação é ainda mais coerente com a linguagem e as conceptualizações de “privacidade” na Dinamarca e na Noruega, por exemplo. É certo que aqui os direitos individuais à privacidade são fortemente protegidos – em parte, porque estes países cumprem rigorosamente as regulamentações da União Europeia em matéria de protecção da privacidade de dados individuais.
Ao mesmo tempo, porém, a “privacidade” é discutida aqui mais em termos de *vida privada.*
(“vida privada”) e o *intimsfære* (“esfera íntima”). Estes são compreendidos em *ambos*
termos individuais e relacionais. Em particular, as diretrizes de ética em pesquisa da Noruega tornam explícita a exigência de que os pesquisadores não apenas protejam a privacidade de indivíduos *individuais ,* mas também a de seus relacionamentos próximos, ou seja, aqueles que constituem a esfera íntima e a vida privada do indivíduo (NESH 2006; Ess e Fossheim 2013). Comentários semelhantes são válidos em relação às noções de propriedade. O programa político do Partido Pirata, por exemplo, critica os actuais regimes de direitos de propriedade intelectual como demasiado individuais e demasiado exclusivos e, portanto, como já não adequados às atitudes e práticas contemporâneas de partilha de ficheiros digitais – mais notavelmente, materiais de entretenimento como música e filmes (Ess 2013, p. 92).

*Por outro lado,* especialmente nas sociedades do Norte da Ásia, as mudanças vão na direção oposta – nomeadamente, de ênfases fortemente *relacionais* na individualidade e na identidade para ênfases cada vez mais *individuais* (Yan 2010; Hansen e Svarverud 2010).
Estas mudanças reflectem-se não apenas em mudanças radicais nas práticas sociais, tais como

Machine Translated by Google



jovens que exigem privacidade individual (Japão, Tailândia), bem como a mudança de "privacidade" de um conceito originalmente negativo para um conceito mais ocidental de privacidade como um bem positivo (China): reflectem-se ainda mais na mudança das leis de privacidade, incluindo a codificação dos direitos individuais à privacidade na constituição chinesa nos últimos anos – tanto, na verdade, que inclui discussões sobre a introdução de direitos ao devido processo (Sui 2011; Greenleaf 2011). (E isto depois de uma década de *perda* dos direitos ao devido processo nos EUA e na UE: Cohen 2012.)

## *3.4 Mudando eus, mudando políticas?*

Dada a importância fundamental do indivíduo racional-autónomo não só para as concepções clássicas de privacidade, mas também para as concepções ocidentais modernas de democracias liberais, estas mudanças são também de enorme importância *política* . Especificamente, como destacado novamente na Teoria do Meio, os eus classicamente *relacionais* correlacionam-se com estruturas sociais hierárquicas e regimes não democráticos.

Dadas advertências importantes,3 uma questão-chave é até que ponto essas correlações irão aparecer – talvez nas formas hibridizadas sugeridas pela noção de Walter Ong (1988) da "oralidade secundária" da mídia elétrica (ou seja, aquela que hibridiza a oralidade primária com a comunicação subseqüente). modalidades de alfabetização e impressão – onde estas duas últimas se correlacionam com a ascensão do indivíduo racional moderno e da governança liberal-democrática)? Por um lado, o movimento "Oriental" (pelo menos no Norte da Ásia, juntamente com, talvez, movimentos análogos no mundo islâmico, como se manifestou de forma mais dramática nas "Primaveras Árabes" de 2011) parece de facto estar no sentido de uma abordagem mais democrática. formas de governança, como correlatos de concepções mais racionais-individuais-autônomas de si mesmo e concepções *individuais* mais fortes de privacidade. Por outro lado, o movimento "ocidental" em direcção a ênfases mais relacionais (e emotivas) da individualidade está correlacionado, por exemplo, com a erosão dos direitos ao devido processo para a privacidade, bem como com o aumento das hierarquias económicas e políticas nas sociedades ocidentais.

Estes desenvolvimentos podem apontar para uma *convergência* entre as sociedades "ocidentais" e "orientais" de pressupostos básicos relativos à identidade e à individualidade. Esta convergência pode aparecer, por exemplo, em noções recentemente desenvolvidas de *autonomia relacional* (Mackenzie 2008) e no que Luciano Floridi circunscreveu como *moralidade distribuída* e *responsabilidade distribuída* (2012) . Estas noções sobrepõem-se ainda mais ao trabalho da nossa colega da Onlife, Judith Simon, sobre "Responsabilidade epistémica distribuída", incluído aqui. Tudo isso considerado em conjunto representa novos desenvolvimentos importantes em nossa compreensão de como podem ser a agência moral e a responsabilidade para a individualidade e a identidade que une ênfases afetivas racionais-individuais e relacionais - e onde a relacionalidade em jogo aqui inclui os múltiplos relacionamentos compartilhados e incorporadas nas redes online que constituem grande parte da nossa realidade hiperconectada.

---

3 A nossa colega da Onlife, Mireille Hildebrandt, partilhou generosamente uma riqueza de referências relevantes que oferecem um refinamento cuidadoso e uma revisão importante sobre a melhor forma de caracterizarmos as relações de poder em sociedades não estatais.

Machine Translated by Google



Idealmente, esses eus híbridos individuais-relacionais serão capazes de sustentar os processos e normas democráticos – incluindo a igualdade – que se correlacionam com as fases modernas dos eus individuais racionais, tal como cultivadas através das tecnologias de comunicação da alfabetização e da impressão. Mas a ascensão do eu relacional e o afastamento das noções individuais de privacidade evocam necessariamente uma questão crítica: até que ponto poderão a igualdade e os processos democráticos sobreviver nas sociedades futuras, constituídas por eus cada vez mais relacionais?

## 4 Eus Relacionais, Democracia e Igualdade?

Exploro esta questão inicialmente por meio de uma revisão de trabalhos recentes na literatura (ocidental) Estudos da Internet que destacam diferentes expressões de "terceiros espaços" de comunicação partilhada em locais online – ou seja, aqueles que pressupõem um sentido de grupo em vez de privacidade individual. Ao mesmo tempo, estes terceiros espaços sustentam a privacidade individual de formas significativas e, assim, facilitam formas de activismo político, pelo menos a nível local ou micro, e de democratização da cidadania (4.1). Este trabalho traz à tona, no entanto, uma tensão central entre os compromissos ocidentais modernos com os valores da igualdade, incluindo a igualdade de género, e os valores dos eus mais relacionais nas sociedades modernas tardias (4.2). Finalmente, (4.3) o trabalho recente sobre as tradições confucionistas ajuda: *a reiterar* esta tensão central entre estas tradições (enraizadas em concepções relacionais de individualidade) e os compromissos ocidentais com regimes fortemente democráticos e um valor moderno central de *igualdade,* incluindo a igualdade de género (enraizada em concepções mais individuais de individualidade) e, portanto; *apontam* para o que a "democracia" pode parecer para seres mais relacionais (e, talvez, mais emotivos) –

tanto na *prática* no Norte da Ásia contemporâneo como, portanto, como um exemplo concreto de como a "democracia 2.0" pode ser também nos contextos ocidentais.

### *4.1 Trabalhos recentes em estudos da Internet (ocidental)*

Há uma espécie de reconhecimento nos Estudos da Internet de que os locais de comunicação on-line promovem o que poderia ser chamado de "terceiros espaços", ou seja, aqueles moldados por um senso de compartilhamento e intimidade de grupo que não é nem individualmente privado em um sentido forte, nem público em sentido estrito. algum sentido geral. Assim, por exemplo, Elizabeth Bassett e Kate O'Riordan descreveram as interações em uma lista dedicada à participação e discussão LGBT em termos de "privacidade parcial".

> … porque os participantes construíram enunciados que afirmaram que não transmitiriam a determinados públicos, como a sua família. Isto facilitou a ilusão dos participantes de que o Gay girls.com era um espaço sobre o qual exerciam algum controlo e no qual podiam esperar níveis bastante elevados de confidencialidade, segurança e liberdade. (2002, pág. 241)

Essa sensação (embora ilusória) de um espaço comunicativo parcialmente privado também caracteriza múltiplos fenômenos comunicativos na era da Web 2.0, por exemplo,

Machine Translated by Google



no relato de Patricia Lange sobre como os jovens que usam o Facebook são capazes de criar estratégias de comunicação “pública privada” e “pública privada” (2007). Ao mesmo tempo, tais espaços são estreitamente coerentes com a descrição de Helen Nissenbaum da privacidade como “contextual” (2010). Mais brevemente, Nissenbaum define privacidade em termos de um direito a um fluxo “apropriado” de informação, onde esta adequação, por sua vez, depende de um contexto específico, como o mercado, a educação, a vida política, e assim por diante. O que é crítico aqui é que esta adequação é definida principalmente pelas expectativas dos agentes humanos cujos papéis e relacionamentos específicos constituem um determinado contexto. Seguindo o exemplo de Nissenbaum: quando duas pessoas—
um como paciente, o segundo como médico – constituem assim um contexto informativo médico, o paciente espera que certas normas de privacidade em relação aos seus detalhes médicos sejam respeitadas. Por um lado, estes detalhes são devidamente partilhados com outros profissionais médicos imediatamente preocupados com o seu caso. Por outro lado, o médico poderia, em vez disso, operar de acordo com as normas informativas do mercado, de modo a colocar os seus dados à venda, por exemplo, a uma empresa farmacêutica ou de publicidade. Embora esta utilização mais pública das suas informações médicas possa ser perfeitamente apropriada num contexto de mercado – dentro do contexto médico, o paciente sentiria, com razão, que as suas expectativas de privacidade tinham sido violadas de forma inadequada (2010,

Seguindo o relato de Nissenbaum, é portanto perfeitamente apropriado que os agentes humanos, ao interagirem uns com os outros através de uma série de relações e papéis possíveis, estabeleçam e negociem dentro de contextos específicos noções de “privacidade” que são “parcialmente públicas”, isto é, como partilhadas. terceiros espaços entre uma concepção estritamente individual de privacidade e um espaço totalmente público e não privado. Como vimos, tais concepções já estão em jogo e articuladas na Dinamarca e na Noruega nos termos *privatlivet* e *intimsfære,* e nas directrizes norueguesas de ética na investigação. Ainda mais concretamente, Stine Lomborg analisou um proeminente blogue dinamarquês *(Huskeblog gen,* “The Memory Blog”) como constituindo um exemplo online de *intimsfære – um* espaço comunicativo partilhado que se situa entre a estrita privacidade individual e a publicidade generalizada. A análise de Lomborg destaca detalhes sutis da “comunicação fática” entre a blogueira principal e seu público, comunicação que sinaliza “escuta, reciprocidade, disponibilidade para conversação, preocupação e empatia, e isso, por sua vez, enquadra o blog como uma atividade pessoal”. espaço” (2012, p. 428). Especificamente,

> Para manter o blog como um espaço pessoal, a auto-revelação desempenha um papel importante através das experiências e emoções pessoais, até mesmo íntimas, reveladas na conversa do blog. Dessa forma, tanto o autor quanto os leitores equilibram uma linha tênue entre, por um lado, a pressão para revelar questões pessoais como um preâmbulo para o desenvolvimento de relacionamentos entre os participantes e, por outro lado, uma norma de não intrusividade para proteger uns aos outros. indivíduo] privacidade. (2012, pág. 432)

O resultado, finalmente, é uma sensação de espaço pessoal ou íntimo partilhado que se correlaciona com a descrição de Georg Simmel do “eu sociável” – um eu envolvido numa rede de relacionamentos, onde sociabilidade significa “destacar semelhanças e desvalorizar a individualidade na conversa”. “ocultando” tópicos íntimos e potencialmente desconfortáveis porque uma discussão séria perturba e ameaça a continuidade da conversa.” (ibid.).

Machine Translated by Google



Esta capacidade de reter algum elemento de privacidade individual enquanto participa num espaço íntimo ou pessoal partilhado com outras pessoas correlaciona-se com o que vimos acima como a construção de uma "privacidade pública" em locais online, como um terceiro espaço entre a privacidade puramente individual e a privacidade indiscriminada. publicidade. Além disso – e como seria de esperar à luz das correlações históricas e filosóficas entre a privacidade individual e a agência, por um lado, e os processos democráticos, por outro – este terceiro espaço abre possibilidades políticas distintas, conforme descrito por Maria Bakardjieva em termos de "subativismo" e "cidadania mundana" (2009).
Bakardjieva reconhece o que podemos considerar como "as grandes narrativas" de conceituação dos potenciais da Internet e da Web para ajudar a concretizar e expandir os processos democráticos: estas incluem estruturas comunitárias e habermasianas que, na minha perspectiva, tendem a dominar o discurso e a investigação. na década de 1990 e no início do século XXI. Além disso, essas grandes versões da democracia são frequentemente confrontadas com visões distópicas igualmente grandiosas –
talvez de forma mais dramática, os cenários orwellianos do "Big Brother" que a "transparência total" online parece inevitavelmente implicar (Jensen 2007). Mas Bakardjieva, proeminente pelas suas diversas explorações sobre "a Internet e a vida quotidiana" (2005), aponta para uma linha mais recente, um pouco mais modesta, que corre directamente entre estas grandes polaridades:

> Uma característica comum destas obras é a insistência em que devemos procurar germes e projecções do mundo político e público nos bairros privados e nas relações quotidianas dos indivíduos. Os pensamentos, conversas e atividades quotidianas têm influência na política democrática (ver Couldry et al. 2007). Algumas das condições necessárias para uma democracia funcional existem ao nível da experiência vivida, dos recursos e das disposições subjectivas (Dahlgren 2003). Juntos, estes argumentos marcam uma "virada cultural" (Dahlgren 2003) no estudo da democracia e da comunicação política. (Bakarjieva 2009, p. 92)

Baseando-se em fontes feministas clássicas, bem como no trabalho de Lefebvre (1971), Beck sobre "subpolítica" (1997) e na noção de "política da vida" de Giddens (1991) como focos mais apropriados para um segundo estágio ou modernidade tardia, Bakardjieva descreve o subativismo primeiro em termos de seu locus em

> …a esfera privada ou o pequeno mundo social. Mistura ética e política, ou oscila em torno daquela fronteira difusa onde uma se funde na outra. Está enraizada no sujeito, mas envolve necessariamente identidades colectivas, muitas vezes numa forma imaginada – recordemos as comunidades imaginadas de Anderson (1983) . É constituída por numerosos atos de posicionamento – muitas vezes no imaginário face a confrontos políticos, morais e culturais em grande escala, mas também no que diz respeito a microinterações e conversas contínuas. *Não se trata de poder político em sentido estrito, mas de empoderamento pessoal visto como o poder do sujeito de ser a pessoa que deseja ser de acordo com os padrões morais e políticos escolhidos reflexivamente.* (Bakarjieva 2009, p. 96; grifo nosso, CE)

Embora fundamentado, podemos dizer, num mundo da vida quotidiana não imediatamente focado na democracia nas formas mais amplas e proeminentes (por exemplo, as Primaveras Árabes) – este subativismo contém, no entanto, o potencial para atividade e impacto políticos não insignificantes:

> O subativismo pode ou não escapar do pequeno mundo social e tornar-se publicamente visível, o que significa que os seus atos e produtos, embora múltiplos, podem permanecer isolados no mundo privado.

Machine Translated by Google



> esfera. Isto, no entanto, não condena o subativismo à inconsequência. O potencial para que seja mobilizado por eventos desencadeadores e transformado em activismo público aberto está sempre presente. É a base essencial contra a qual a capacidade de participação dos cidadãos individuais nas subpolíticas ou nas instituições políticas formais do mundo público é moldada e nutrida. *(ibid.)*

Em suma, esta concepção de subativismo coloca em primeiro plano as possibilidades políticas associadas a uma "cidadania mais mundana", centrada principalmente em esforços de nível micro como o empoderamento enraizado em interesses individuais e de pequenos grupos. Embora não seja uma democracia em grande escala (habermasiana ou comunitária), também não é a perda completa da autonomia individual e da democracia, tal como ameaçada em visões mais orwellianas. Ao mesmo tempo, os espaços comunicativos online que facilitam e fomentam esse "subativismo" partilham assim as mesmas estruturas e características do terceiro ou "espaço pessoal" descrito por Lomborg, ou seja, um que equilibra entre uma privacidade individual (ainda protegida) e uma publicidade indiscriminada. Esses terceiros espaços, mais uma vez, são melhor descritos em termos de "privacidade parcial" (Bassett e O'Riordan 2002) e "privacidade contextual" (Nissenbaum 2010). Em particular, tais espaços, ao permitirem que os participantes individuais negociem o que partilham em prol da sociabilidade e do subativismo ao nível micro, preservam assim um sentido ocidental moderno clássico de privacidade individual como proteção da agência e da autonomia individuais – precisamente por uma questão de do projeto de ser/tornar-se "a pessoa que queremos ser" (Bakardjieva 2009, p. 96).

Em termos mais amplos, isto significaria que os eus relacionais ou sociáveis da modernidade tardia, embora totalmente enredados nas redes comunicativas facilitadas pelas tecnologias da Web 2.0, podem de facto emergir como eus híbridos, que preservam pelo menos algumas das ênfases modernas clássicas no indivíduo. autonomia e agência – incluindo os seus correlatos democráticos, pelo menos em escala local ou em pequena escala.

## *4.2 Tensão Central: Igualdade e Igualdade de Género*

Ao mesmo tempo, porém, existe um ponto-chave de tensão no apelo à abordagem de Giddens sobre a "política da vida" – em contraste com a "política emancipatória" da modernidade ocidental clássica. Como Pak Wong caracterizou estes:

> … onde o primeiro procura a libertação individual de restrições (pré-)existentes e visa "reduzir ou eliminar a exploração, a desigualdade e a opressão" através dos "imperativos de *justiça, igualdade e participação" (Giddens* 1991, p. 211 f.), a última é "uma política de estilo de vida" que se preocupa com a questão de 'como devemos viver?' (Wong 2012, p. 86)

Wong vincula ainda a política emancipatória ao relato de Charles Taylor sobre o self racional e autônomo desengajado como o sentido de self que emergiu do Iluminismo e promoveu concepções ocidentais de democracia e de estado liberal (Taylor 1989) . Tal eu é ainda marcado por compromissos de valores específicos:

> Valores como *o conhecimento, a autonomia* e *a igualdade* estão a ser defendidos para libertar as pessoas de quaisquer ordens naturais e sociais pré-dadas. Esses valores são importantes porque dizem respeito às oportunidades de vida das pessoas. Uma vez libertadas destas restrições, as pessoas são impulsionadas

Machine Translated by Google



> considerar as questões relativas à sua auto-realização. Como tal, a política da vida representa uma ênfase crescente em valores como *a autenticidade, a individualidade e a diversidade.*
> (Wong 2012, p. 86 e seguintes)

O ponto crítico aqui é: até que ponto a transição para a modernidade tardia – e, nos nossos termos, a mudança para um eu mais relacional (e talvez emotivo), facilitada pelos "meios eléctricos" de uma forma mais ampla e pelos meios digitais em particular – envolve:

> *Ou – um* abandono dos valores fundamentais da política emancipatória – incluindo a autonomia, a igualdade e a igualdade de género – numa "política de vida" que sublinha valores diferentes,
> *E/Ou –* " política da vida" como presunção, construção sobre e, portanto, sempre necessariamente incorporação dos valores fundamentais – e concepção de si mesmo – da política emancipatória?

A força desta questão pode ser iluminada explorando-a no âmbito da filosofia confucionista contemporânea e dos contextos políticos do mundo real – ou seja, a República Popular da China (RPC) e o seu governante Partido Comunista Chinês (PCC).

### *4.3 Trabalhos Recentes sobre Tradições Confucionistas e Contemporâneas Tecnologias de Comunicação*

Mais brevemente, a tese de Wong apresenta uma análise excepcionalmente refinada das mudanças na concepção de individualidade que são centrais aqui – tanto nas tradições ocidentais como orientais, especificamente nas tradições confucionistas. Por um lado, como acabamos de ver, Wong encontra uma tensão aberta entre o sentido de identidade e os valores fundamentais da política emancipatória da modernidade ocidental clássica e os da "política da vida" característica daquilo que é variadamente caracterizado como "tardio, " "segunda etapa" ou "modernidade radicalizada".

Em particular, depois de analisar cuidadosamente uma série de críticos e proponentes proeminentes das tecnologias da Web 2.0, Wong argumenta que a linha divisória entre críticos e proponentes, em grande medida, reside precisamente nas suas concepções preferidas de individualidade. Simplesmente, os críticos (incluindo Nicolas Carr (2010), Sherry Turkle (2011) e Jaron Lanier (2010)) veem as tecnologias de mídia contemporâneas como uma ameaça ao eu moderno descomprometido (racional-autônomo) e/ou expressivo (romântico), conforme explicado para no trabalho de Taylor. Em contraste, os proponentes (por exemplo, Clay Shirky 2009, 2010) vêem estas tecnologias como promotoras precisamente do sentido mais relacional (e talvez emotivo) do eu no trabalho na "política da vida" (Wong 2012, pp. 102-114).
Para Wong, este continua a ser um debate aberto – um debate que nos deixa (ainda) com algum espaço de *escolha* em termos de quais literacias digitais, talvez em conjunto com literacias mais clássicas, enraizadas na *literacia impressa,* iremos abordar, precisamente à luz de quais tipos de estruturas sociais e regimes políticos preferimos, ou seja, mais igualitários vs.
Mais hierárquico e mais democrático versus mais não democrático (2012, p. 123 e seguintes).

Tal escolha é claramente consistente com o que podemos chamar de terceiros espaços de subativismo como uma abreviatura para os relatos de comunicação online e cidadania mundana no trabalho de Lomborg e Bakardjieva. Especificamente, uma escolha a favor da sustentação da igualdade e da democracia favoreceria, assim, a alfabetização e a mídia.

Machine Translated by Google



usos que preservam a autonomia individual e a privacidade dos agentes que ao mesmo tempo participam de forma sábia na construção desses terceiros espaços.

Quando Wong se volta para o pensamento confucionista e para a Internet chinesa (conforme explorado tanto através de documentos do PCC como de pronunciamentos de jornais oficiais), contudo, a tensão entre a política emancipatória e a política da vida torna-se pronunciada e irresolúvel.

Para começar, o pensamento confucionista está enraizado em estruturas familiares hierárquicas e patriarcais, sublinhando antes de tudo a virtude da piedade filial. Este modelo familiar torna-se o modelo para a sociedade mais ampla, resultando numa estrutura claramente hierárquica de um regime paternalista (se não francamente autoritário) responsável pelo bem-estar de um povo claramente subordinado, cujas virtudes primárias são fundamentais para sustentar a harmonia (te ) . dentro da comunidade mais ampla (Wong 2012, pp. 141 ss.).

Isto significa, em particular, que o pensamento confucionista coloca em primeiro plano *o* privacidade em relação à sociedade em geral. Isto está de acordo com a sensação – pelo menos antes das últimas décadas – no Japão, na Tailândia e na China, de que a privacidade *individual deve* ser algo negativo. *Ao mesmo tempo, podemos ver nesta concepção de privacidade confucionista familiar ou de grupo, enraizada numa concepção relacional do eu, uma contrapartida ou análogo aos tipos de terceiros espaços "parcialmente privados" descritos acima como característicos dos usos ocidentais contemporâneos. de tecnologias de mídia digital.*

Esta analogia com os contextos ocidentais contemporâneos é ainda mais fortalecida em termos do sentido de *individualidade* em ação aqui. Wong descreve uma cultura "bicultural" ou *dual* sentido de individualidade que emergiu na tradição confucionista desde a exposição às culturas ocidentais - nomeadamente, o de um pequeno eu (semelhante à noção ocidental do indivíduo que persegue interesses e desejos individuais, etc.) vis-à-vis "o grande eu" como relacional e, portanto, preocupado em primeiro lugar com o bem-estar do país (Wong 2012, p. 167).
Mas, novamente, se houver conflito entre o grande eu e a harmonia da comunidade maior versus o pequeno eu e os seus interesses estritamente individuais, então o pequeno eu deve capitular. Nos termos desenvolvidos acima, a autonomia individual e a privacidade (do pequeno eu), por mais que possam ser sustentadas em contextos ocidentais em terceiros espaços e no subativismo, serão sacrificadas para um bem maior num contexto fortemente confucionista.

Mas isto significa ainda que, neste contexto confucionista, *a igualdade* fundamental – tanto a igualdade individual como a igualdade de género – é simplesmente um valor insustentável, se não francamente indesejável. Wong salienta que este ponto foi abordado no trabalho de Mary Bockover, que conclui que "os valores ocidentais de liberdade de expressão, igualdade e comércio livre, bem como a ideia de autonomia pessoal e política são incompatíveis com os valores confucionistas" (2010, p . 170; citado em Wong 2012, p. 168).
Embora Wong argumente de forma persuasiva que algumas formas de liberdade de expressão e de livre troca económica poderão sobreviver (ou mesmo prosperar) no contexto contemporâneo (e futuro) China confucionista – a igualdade (entre indivíduos e entre géneros) desaparecerá sempre na subordinação geral do "povo" ao governo, uma subordinação praticada voluntariamente como uma virtude do "grande eu".

Tanto a tese de Wong como as próximas publicações oferecem relatos muito úteis da política confucionista emergente como compatível com os "terceiros espaços" e o "subativismo" que exploramos. Esses relatos sugerem que, na medida em que o Ocidente

Machine Translated by Google



Embora os desenvolvimentos possam emergir de maneiras significativamente análogas às tradições confucionistas (e budistas) do Norte da Ásia, podemos ser cautelosamente otimistas de que alguma forma de processos democráticos e pelo menos alguns valores democráticos característicos possam sobreviver e prosperar à medida que as tecnologias de mídia digital continuam a interagir com nossos sentidos. de individualidade, “política de vida”, etc.

Seja como for, estas e outras considerações (por exemplo, as formas como o “retorno do corpo” no desenvolvimento das tecnologias de comunicação traz consigo o retorno e o reforço dos estereótipos de género nas nossas auto-apresentações online) sugerem que o clássico moderno a concepção de si mesmo como uma autonomia individual, os seus compromissos democráticos e, especificamente, os compromissos com a privacidade individual e os valores da igualdade e da igualdade de género podem muito bem estar em perigo na transição da política emancipatória para a “política da vida” da modernidade tardia. Isto é, na medida em que este último – e a sua concepção do eu como essencialmente relacional (e, talvez, mais emotivo do que racional) – já não é visto como enraizado e dependente do primeiro, mas antes como um substituto completo do primeiro. : então, como os exemplos confucionistas chineses contemporâneos deixam claro, a igualdade e a igualdade de género serão sacrificadas – juntamente com o indivíduo ou “pequeno eu” – em prol de uma maior harmonia numa sociedade francamente hierárquica.

## 5 Observações Finais

Esta análise das sociedades confucionistas pretende, em primeiro lugar, indicar que os eus híbridos podem muito bem reter algumas dimensões da individualidade individual juntamente com outras mais relacionais – suficientes para sustentar alguns aspectos dos processos e compromissos democráticos, mas não necessariamente suficientes para sustentar as altas normas ocidentais modernas. da igualdade, incluindo a igualdade de género.

Nada disto pretende sugerir que as sociedades confucionistas devam ser julgadas como necessariamente deficientes pela sua falta (até agora) de compromissos com a igualdade e com normas de igualdade de género. Dada a analogia que as sociedades confucionistas podem oferecer às futuras sociedades democráticas constituídas por eus mais relacionais, o objectivo é antes sugerir que a mudança para uma individualidade mais relacional parece pôr em risco as altas normas ocidentais modernas de igualdade e igualdade de género.

Na medida em que isto seja verdade, a Teoria Média argumentaria que estamos agora num lugar único de *escolha* tanto nas sociedades “orientais” como nas sociedades “ocidentais” – nomeadamente, a escolha de determinar o peso relativo ou a ênfase no indivíduo vis-à-vis. aspectos relacionais da individualidade e da identidade. Mais simplesmente: se optarmos por sustentar sociedades democráticas fortes, incluindo compromissos com normas de igualdade e igualdade de género – tal escolha implicaria a manutenção de elevados níveis de competências e habilidades associadas à alfabetização impressa .

Isto é, para recordar Foucault (1988), a escrita, em particular, é uma tecnologia de um tipo particular de self, nomeadamente, o tipo de self (mais) individual-racional da alta modernidade – o sujeito autónomo, agente e, portanto, cidadão. requisito que justifica e exige sociedades modernas, liberais-democráticas ocidentais e suas normas fundamentais

Machine Translated by Google



da igualdade e da igualdade de género. Nossas escolhas para uso futuro da mídia parecem claras. Se não quisermos arriscar as normas de igualdade e os processos democráticos, então devemos apoiar a continuação, se não a expansão, da ênfase na aquisição e cultivo das competências associadas à alfabetização impressa. Esse cultivo não precisa ocorrer ao custo da diminuição da atenção às habilidades de mídia digital (elétrica). Mas permitir que este último eclipse o primeiro corre o risco muito grande, na minha opinião, de perdas em toda a sociedade das nossas capacidades para cultivar os tipos de identidades necessários para democracias e igualdades fortes.

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

## Referências

Anderson, Benedito. 1983. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão da nação alismo.* Londres: Versão.

Bakardjieva, Maria. 2005. *Sociedade da Internet: A Internet na vida cotidiana.* Londres: sábio.

Bakardjieva, Maria. 2009. Subativismo: Mundo da vida e política na era da internet. *A Sociedade de Informação* 25:91–104.

Barão, Noemi. 2008. *Always on: Linguagem em um mundo online e móvel.* Oxford: Universidade de Oxford Versidade Imprensa.

Bassett, Elizabeth H. e Kathleen O'Riordan 2002. Ética da pesquisa na Internet: Contestando o modelo de pesquisa em seres humanos. *Ética e Tecnologia da Informação* 4 (3): 233–247.

Beck, Ulrich. 1997. *A reinvenção da política: Repensando a modernidade na ordem social global.* Cambridge: Polity Press.

Becker, Bárbara. 2001. O desaparecimento da materialidade? Em *O sujeito múltiplo e mutável,* edição. V. Lemecha e R. Stone, 58–77. Winnipeg: St. Norbert Arts Center.

Bockover, Mary I. 2010. Confucionismo e ética na tradição filosófica ocidental I: Foun conceitos dacionais. *Bússola de Filosofia* 5 (4): 307–316.

Broadbent, Stefana, Nicole Dewandre, Charles Ess, Luciano Floridi, Jean-Gabriel Ganascia, Mireille Hildebrandt, Yiannis Laouris, Claire Lobet-Maris, Sarah Oates, Ugo Pagallo, Judith Simon, May Thorseth e Peter-Paul Verbeek. 2013. Documento de base: Repensando os espaços públicos na transição digital, The Onlife Initiative, 26–34. Bruxelas: Comissão Europeia. https://ec.europa.eu/digital-agenda/sites/digital-agenda/files/Onlife_Initiative.pdf. Acessado em 1º de julho de 2013.

CARR, Nicolau. 2010. *Os baixios: o que a Internet está fazendo com nossos cérebros.* Nova York: Guerra Mundial Norton.

Cavell, Ricardo. 2003. *McLuhan no espaço: uma geografia cultural.* Toronto: Universidade de Toronto Imprensa.

Cohen, Julie. 2012. *Configurando o eu em rede: lei, código e o jogo da prática cotidiana.* New Haven: Imprensa da Universidade de Yale.

Couldry, Nick, Sonia Livingstone e Terry Markham. 2007. Conexão ou desconexão? Acompanhando a esfera pública mediada na vida cotidiana. Em *Mídia e esferas públicas,* ed. R. Butsch, 28–42. Nova York: Palgrave-Macmillan.

Dahlgren, Peter. 2003. Reconfigurando a cultura cívica no novo ambiente midiático. Dentro *Mídia e estilo político: Ensaios sobre representação e cultura cívica,* eds. J. Corner e D. Pels, 151–170. Londres: sábio.

Machine Translated by Google



Esse, Charles. 2009. Filosofia da informação e ética da informação de Floridi: Perspectivas atuais, direções futuras. *A Sociedade da Informação* 25:159–168.

Esse, Charles. 2012a. Nas intersecções entre os estudos da internet e a filosofia: “Quem sou eu online?” *Filosofia e Tecnologia* 25 (3 de setembro): 275–284. doi:10.1007/s13347-012-0085-4.

Esse, Charles. 2012b. Auto, comunidade e ética em mundos midiatizados digitais. Em *Confiança e mundos virtuais: perspectivas contemporâneas,* eds. C. Ess e M. Thorseth, 3–30. Oxford: Peter Lang.

Esse, Charles. 2013. *Ética da mídia digital.* 2ª edição. Oxford: Polity Press.

Esse, Charles. 2014. Ética nas fronteiras do virtual. No *manual de virtualidade de Oxford,* ed. Mark Grimshaw, 683–697. Oxford: OUP.

Ess, Charles e Mia Consalvo. 2011. O que são estudos da Internet? No *manual do garanhão da internet sim,* eds. M. Consalvo e C. Ess, 1–7. Oxford: Wiley-Blackwell.

Ess, Charles e May Thorseth. 2012. Introdução. In *Trust e mundos virtuais: Contemporâneo perspectivas,* eds. C. Ess e M. Thorseth, vii-xxiv. Nova York: Peter Lang.

Ess, Charles e William Dutton. 2013. Estudos da Internet: Perspectivas em um campo em rápido desenvolvimento. *Novas Mídias e Sociedade* 15 (5): 633–643.

Ess, Charles e Hallvard Fossheim. 2013. Dados pessoais: Mudando eus, mudando privacidades. No *Anuário da iluminação digital 2013: O valor dos dados pessoais,* eds. Mireille Hildeb randt, Kieron O'Hara e Michael Waidner, 40–55. Amsterdã: IOS Amsterdã.

Floridi, Luciano. 2012. Moralidade Distribuída em uma sociedade da informação. *Ética em Ciência e Engenharia.* doi:10.1007/s11948-012-9413-4.

FOUCAULT, Michel. 1988. Tecnologias do eu. Em *Tecnologias do eu: um seminário com Michel Foucault,* eds. LH Martin, H. Gutman e P. Hutton, 16–49. Amherst: Univ. Imprensa de Mas Sachusetts.

GIDDENS, Anthony. 1991. *Modernidade e autoidentidade: Eu e a sociedade no final da era moderna.* Stanford: Stanford University Press.

Gilligan, Carol. 1982. *Com uma voz diferente: Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher.* Câmera ponte: Harvard University Press.

Folha Verde, Graham. 2011. Privacidade de dados na Ásia-Pacífico: 2011, ano da revolução? Artigo de pesquisa jurídica da UNSW nº 2011-29, 2011. http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?Abstract_id=1914212. Acessado em 1 de julho de 2013.

Habermas, Jurgen. 1985. *A teoria da ação comunicativa, vol. 1: A razão e a racionaliza ção da sociedade.* Boston: Beacon Press.

Hansen, Mette Halskov e Rune Svarverud, eds. 2010. *A ascensão do indivíduo na modernidade sociedade chinesa.* Copenhague: Instituto Nórdico de Estudos Asiáticos.

Haraway, Dona. 1999. Um manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. Em *Símios, ciborgues e mulheres: A reinvenção da natureza,* 149-181. Nova York: Routledge.

Hayles, Katherine. 1999. *Como nos tornamos pós-humanos: corpos virtuais na cibernética, literatura, e informática.* Chicago: Universidade de Chicago Press.

Horst, Steven. 2011. A teoria computacional da mente. A enciclopédia de filosofia de Stanford, Edward N. Zalta (ed.). http://plato.stanford.edu/archives/spr2011/entries/computational-mind/. Acessado em 1 de julho de 2013.

Jensen, Jakob Linaa. 2007. O omnipticon da internet. Em *Novos públicos sem/ sem democracia,* eds. H. Bang e A. Esmark, 351–380. Copenhague: Samfundslitteratur.

Lange, Patricia G. 2007. Público privado e público privado: redes sociais no youtube. *Journal of Computer-Mediated Communication,* 13 (1), artigo 18. http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/lange.html. Acessado em 1 de julho de 2013.

LANIER, Jaron. 2010. *Você não é um gadget: um manifesto.* Londres: Allen Lane.

LEFEBVRE, Henri. 1971. *Cotidiano no mundo moderno.* Nova York: Harper & Row.

Lennon, Kathleen. 2010. Perspectivas feministas sobre o corpo. A enciclopédia de filosofia de Stanford, Edward N. Zalta (ed.). http://plato.stanford.edu/archives/fall2010/entries/feminist body/. Acessado em 1 de julho de 2013.

Lévy, Pierre. 1998. *Tornando-se virtual.* Nova York: Livros Básicos.

Machine Translated by Google



Lomborg, Stine. 2012. Negociando privacidade por meio da comunicação fática: um estudo de caso do blogando sozinho. *Filosofia e Tecnologia* 25 (2012): 415–434.

Mackenzie, Catriona. 2008. Autonomia relacional, autoridade normativa e perfeccionismo. *Journal of Social Philosophy* 39 (4, Inverno): 512–533.

Massumi, Brian. 2002. *Parábolas para o virtual: Movimento, afeto, sensação.* Durham: Universidade Duke Versidade Imprensa.

McCarthy, Thomas. 1994. Construtivismo e Reconstrutivismo Kantiano: Rawls e Habermas em Diálogo" *Ethics* 105 (outubro de 1994): 44-63.

Natanson, Maurício. 1970. *O eu viajante: um estudo em filosofia e papel social.* Leitura: Addison-Wesley.

Nissenbaum, Helen. 2010. *Privacidade no contexto: tecnologia, política e integridade da vida social.* Palo Alto: Stanford University Press.

Obrigada, Walter. 1988. *Oralidade e alfabetização: A tecnologização da palavra.* Londres: Routledge.

Rachels, James. 1975. Por que a privacidade é importante. *Filosofia e Relações Públicas* 4 (4): 323–333.

RUDDICK, Sara. 1975. Sexo melhor. Em *Filosofia e sexo,* eds. R. Baker e F. Elliston, 280–299. Amherst, NY: Prometheus Books.

Shirk, Clay. 2009. *Aí vem todo mundo: como a mudança acontece quando as pessoas se unem.* Londres: Pinguim.

Shirk, Clay. 2010. *Excedente cognitivo: Criatividade e generosidade em uma era conectada.* Londres: Allen Lane.

Smith, David Woodruff. 2011. Fenomenologia. A enciclopédia de filosofia de Stanford, Edward N. Zalta (ed.). http://plato.stanford.edu/archives/fall2011/entries/phenomenology/. Acessado em 1 de julho de 2013.

Stone, Allucquere R. 1991. O corpo real, por favor, se levantará? Histórias de fronteira sobre culturas virtuais. No *Ciberespaço: primeiros passos,* ed. M. Benedikt, 81–118. Cambridge: MIT Press.

Stuart, Susana. 2008. Da agência à apercepção: da cinestesia à cognição e criação. *Ética e Tecnologia da Informação* 10 (4): 255–264.

Sui, Suli. 2011. A lei e regulamentação sobre privacidade na China. Artigo apresentado na conferência Rising Pan European and International Awareness of Biometrics and Security Ethics (RISE), de 20 a 21 de outubro de 2011. Pequim, China.

Taylor, Carlos. 1989. *Fontes do eu: a construção da identidade moderna.* Cambridge: Cambridge Jornal universitário.

O Comité Nacional [norueguês] de Ética na Investigação nas Ciências Sociais e Humanas (NESH). 2006. Forskningsetiske retningslinjer for samfunnsvitenskap, humaniora, juss og teologi [Diretrizes de ética em pesquisa para ciências sociais, humanidades, direito e ologia]. http://www.etikkom.no/Documents/Publikasjoner-som-PDF/Forskningsetiske%20retningslinjer%20for%20samfunnsvitenskap,%20humaniora,%20juss%20og%20teologi%20%282006%29.pdf. Acessado em 1 de julho de 2013.

Thorseth, maio. 2012. Virtualidade e confiança no pensamento ampliado online. Em *Confiança e mundos virtuais: perspectivas contemporâneas,* eds. C. Ess e M. Thorseth, 162–171. Oxford: Peter Lang.

Turkle, Sherry. 2011. *Sozinhos: Por que esperamos mais da tecnologia e menos uns dos outros.* Boston: Livros Básicos.

Wheeler, Michael. 2011. Martin Heidegger. A enciclopédia de filosofia de Stanford, Edward N. Zalta (ed.). http://plato.stanford.edu/archives/win2011/entries/heidegger/. Acessado em 1 de julho de 2013.

Wiener, Norberto. 1950. *O uso humano dos seres humanos: Cibernética e sociedade.* Boston: Hough Olá, Mifflin.

Wong, Pak. 2012. Recomendação líquida: Avaliações prudenciais da mídia digital e da boa vida. Tese de doutorado, Departamento de Filosofia, Universidade de Enschede, Enschede, Holanda.

Yan, Yun Xiang. 2010. O caminho chinês para a individualização. O britânico. *Revista de Sociologia* 61 (3): 489–512.

Machine Translated by Google

# Rumo a uma ecologia cinzenta

**Stefana Broadbent e Claire Lobet-Maris**

## 1 Economia da Atenção: Da Abundância à Escassez

Referimo-nos frequentemente à sociedade digital como uma sociedade de abundância no que diz respeito aos recursos informacionais, em contraste com épocas anteriores em que a informação era escassa, difícil de aceder e de difundir. Contudo, do ponto de vista humano, esta evolução pode ter transformado o que era abundante no passado – a capacidade de atender à informação – num bem muito mais escasso e amplamente distribuído. Se seguirmos o modelo cognitivista de atenção predominante, que postula uma arquitetura mental que possui extenso poder computacional, mas significativas limitações intrínsecas na capacidade de atender à informação, a formidável multiplicação do conteúdo informacional está inevitavelmente determinando uma visão competitiva da alocação deste conteúdo. recurso mental. Seguindo a lógica social e económica de todos os recursos escassos, assistimos, portanto, à criação de um mercado de atenção.

Segundo KESSOUS e alii (2010), o termo “economia da atenção” foi cunhado por MH Goldhaber (1997) como uma forma mais apropriada de discutir os modelos económicos da sociedade da informação do que as abordagens industriais e monetárias tradicionais. Mas o conceito não era novo. No início dos anos 70, Herbert Simon já havia sugerido que

> ⋯ num mundo rico em informação, a riqueza de informação significa a escassez de outra coisa: a escassez de tudo o que a informação consome. O que a informação consome é bastante óbvio: ela consome a atenção dos seus destinatários. Portanto, uma riqueza de informação cria uma pobreza de atenção e uma necessidade de alocar essa atenção de forma eficiente entre a superabundância de fontes de informação que a podem consumir… (Simon 1971, pp. 40-41).

O principal princípio deste modelo económico é que, num ecossistema em que a atenção é escassa e a informação abundante, ser capaz de atrair a atenção dos utilizadores tem um enorme impacto.

S. Broadbent **(ÿ)**
Faculdade Universitária de Londres, Reino Unido
e-mail: stefana.broadbent@ucl.ac.uk

C. Lobet-Maris
Universidade de Namur — Bélgica, Namur, Bélgica
e-mail: claire.lobet@unamur.be

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI
10.1007/978-3-319-04093-6_15, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



valor. O valor é, portanto, criado não pela informação em si, mas pela criação de um ambiente capaz de chamar a atenção do maior número de pessoas durante o maior período de tempo.

Esta estratégia está na base do modelo de negócios da maioria dos negócios bem-sucedidos na Internet. O diferencial crucial não é a produção e distribuição de conteúdo, mas a filtragem, contextualização e organização da informação. É a estruturação do conteúdo e a capacidade de tornar a informação mais visível e, portanto, mais propensa a ser atendida, que apoia o desenvolvimento de ambientes capazes de chamar a atenção. Quando isto é acompanhado por técnicas para medir, quantificar e monetizar a atenção, novos mecanismos de negociação podem ser desenvolvidos. Embora este tenha sido o caso de negócio dos meios de comunicação social no último século, os meios interactivos permitem um nível muito maior de granularidade e precisão na medição do foco da audiência. A quantidade e a complexidade dos dados produzidos por sistemas interativos, acompanhadas de capacidades de autoaprendizagem, também permitem uma escala de análise completamente nova – como é óbvio nos debates em torno de big data. Temos, portanto, um movimento simultâneo em direção a uma identificação cada vez mais granular e individual de padrões de atenção e à acumulação de conjuntos massivos agregados de comportamentos de usuário. Juntos, eles geram uma mercadoria excepcionalmente valiosa para quem tem acesso a ela. Existe, portanto, um impulso empresarial definido e inquestionável para criar ambientes digitais capazes de atrair públicos e mantê-los lá o maior tempo possível.

Juntamente com as novas economias construídas mais ou menos explicitamente sobre a monetização dos processos de atenção, existe uma preocupação crescente relativamente à percepção subjectiva de perda ou distorção da atenção. Alguns autores conhecidos como N. Carr (2011), S. Turkle (2011), J. Laniar (2011), articularam o desconforto emergente sentido por muitos daqueles regularmente imersos em atividades digitais que estão a perder a capacidade de concentração. A sensação de perda de agência quando absortos em atividades digitais e uma sensação cada vez menor de controle sobre a atenção são relatados por muitos usuários (Zeldes et al. 2007 ; Misra e Stokols 2012; Marulanda e Jackson 2012). Mais uma vez, a maioria das explicações deste fenómeno invoca os limites da capacidade humana de lidar com uma superabundância de informações e dispositivos. Este mal-estar está demasiado difundido para ser descartado como um argumento distópico de intelectuais envelhecidos que se agarram a modelos antiquados de aprendizagem e de trabalho. Em nossa opinião, há uma verdadeira batalha travada em torno da atenção, com crescentes desafios económicos, políticos e sociais, e vale a pena analisar alguns dos seus fundamentos conceptuais.

Acreditamos que o primeiro passo é ir além de uma perspectiva puramente cognitiva, que, a nosso ver, esquece os séculos de técnicas sociais para controlar e gerir a atenção, e encurrala a questão num quadro excessivamente individualista. Nós nos esforçamos para colocar esta questão não apenas num quadro sócio-histórico, mas também político. Acreditamos que a questão não pode ser reduzida a uma questão de abundância versus escassez, e que o relatado sentimento subjetivo de perda de foco e controle que muitos usuários da mídia digital experimentam pode não ser devido ao simples fato de estarem expostos a muito muita informação em muitas telas, mas à transformação e privação dos ambientes sociais que sustentam a atribuição de significado.

Machine Translated by Google



Olhando para trás, sempre vivemos em ambientes excessivamente estimulantes, tanto em termos sociais como físicos, e os processos de atenção permitiram-nos operar com sucesso nesses espaços. Nossos ambientes materiais e físicos são tão ricos e complexos quanto os digitais, provavelmente ainda mais. Tivemos sucesso no espaço físico porque, entre outras razões, os artefactos e as normas sociais têm sustentado os processos cognitivos de atenção, orientando e reduzindo significativamente a procura de atenção dos nossos ambientes físicos. Tradicionalmente, construímos espaços que orientam a nossa atenção para uma determinada direção – púlpitos, tribunas, plataformas e palcos indicam a quem devemos ouvir e atender; museus e galerias significam o que vale a pena ver. Ordenamos, classificamos e organizamos artefatos para sinalizar sua posição. Na esfera social, elaboramos sinais culturalmente compartilhados que norteiam a atenção, indicadores de status social que dão pistas sobre quem devemos atender com prioridade. Por outras palavras, juntamente com as respostas fisiológicas que orientam a nossa atenção de forma automática (por exemplo, quando há ruídos súbitos e ameaçadores ou movimentos rápidos), temos ambientes gerados social e colectivamente que orientam e apoiam o nosso foco. Se adoptarmos um modelo de cognição que distribua (Hutchins 1995) o fardo do processamento entre artefactos, pessoas e organizações, a atenção pode ser vista como um processo apoiado por ambientes socialmente construídos.

Gostaríamos de argumentar que os novos modelos económicos, que tentam cada vez mais exercer controlo sobre o que é atendido, juntamente com a opacidade e fragmentação dos ambientes digitais, têm um efeito prejudicial conjunto no sentido de foco e agência dos utilizadores. Pela sua natureza e pela sua novidade, os sistemas digitais estão despojados dos sinais tradicionais de inteligibilidade e relevância, que geralmente nos ajudam a navegar no mundo material. Isto significa que, em muitos casos, perdemos os nossos suportes cognitivos e sociais e, portanto, a competição pela atenção tornou-se muito mais primitiva e brutal, e muito mais dependente de técnicas de atenção muito básicas (como a limitação das alternativas). Esta brutalidade é reforçada pelo que Z. Bauman (2005, 2007) e R. Sennett (2005) descrevem como as difíceis condições da existência social moderna, que impõem um fardo maior ao indivíduo como consequência do enfraquecimento da nossa cultura tradicional. instituições de socializ

## 2 Desincorporação e *Dataificação* de Experiências

Há muitas maneiras pelas quais os ambientes digitais parecem ter despojado os ambientes materiais de sua “legibilidade”, empurrando assim para o indivíduo o esforço de decidir o que deve ser atendido: a excessiva complexidade dos sistemas computacionais que criam hierarquias e classificações opacas na sua constituição (como é óbvio no big data); a crescente padronização e fragmentação das atividades para obedecer a uma lógica de codificação; a expansão das redes de atores e o distanciamento de seus traços de qualquer identidade específica. Todas estas são facetas diferentes de um fenómeno semelhante que poderíamos chamar de desincorporação ou datação de experiências.

Machine Translated by Google



Os sistemas algorítmicos, actuando como novas membranas epistémicas, parecem aumentar a opacidade de muitos fenómenos sociais. Estão também a mudar a forma como os indivíduos são (automaticamente) identificados, rastreados, traçados ou avaliados, muitas vezes em tempo real, acrescentando opacidade (invisibilidade) aos sistemas tradicionais de identificação, avaliação e, portanto, de "governo". Sistemas algorítmicos automatizados estão cada vez mais lendo e editando comportamentos, rastreando emoções e calculando e medindo corpos, a fim de traçar o perfil dos usuários e selecionar a informação mais adequada a exibir ou as decisões a propor. No entanto, ao contrário dos mecanismos sociais mais clássicos de socialização e controlo, estes sistemas são invisíveis e ininteligíveis no que diz respeito aos seus actores e aos seus quadros normativos. O que é certo é que estes processos desafiam a noção de "alteridade", uma vez que funcionam com base num princípio de semelhança – traçando perfis sobre o que é comum entre indivíduos e outros semelhantes. Ao fazê-lo, levantam a questão da possibilidade de uma "ágora" como espaço de diferença e múltiplos "outros".

O controle da atenção é abertamente disputado na arena do consumo. Para que as empresas tenham sucesso, é vital dominar e antecipar as intenções dos consumidores. Compreender e prever intenções desloca o objectivo tecnológico do mundo actual, que precisa de ser organizado e estruturado, para o futuro, que precisa de ser descoberto e possivelmente fabricado e controlado. Os vestígios que os consumidores deixam, e que se combinam constantemente com os vestígios de indivíduos semelhantes, permitem esta reconfiguração do futuro. Eles não apenas ajudam a gerar perfis de consumidores, mas também, mais significativamente, orientam o acesso e a percepção da informação pelos consumidores e, portanto, a gama de decisões que podem tomar.

Estas novas técnicas para atrair e canalizar a nossa atenção visam moldar as nossas intenções numa espécie de loop prospectivo ou virtual. Isto tem duas consequências: a primeira reflete-se no tempo e a segunda nas relações sociais. A temporalidade do consumo é diferente da temporalidade da produção. Na maioria das organizações, a digitalização de operações e processos tem sido vista como uma fonte de rigidez e até de fossilização de práticas, congelando todos os intervenientes numa jaula digital. No mundo do marketing a lógica é diferente: o objetivo é criar em tempo real e renovar constantemente os perfis dos consumidores. Estes sistemas de informação foram concebidos não para suportar o ritmo lento do processo produtivo, mas para reflectir o tempo fugaz da atenção dos consumidores, que deve ser constantemente renovada e estimulada.

As identidades e relações sociais que emergem destes perfis são voláteis e fragmentadas; criam categorias que mais individualizam e separam do que vinculam e geram solidariedades. A impossibilidade epistemológica de determinar o que está por trás dos agrupamentos de indivíduos impede qualquer forma de pertencimento coletivo, porque as categorias e classes sociais são essencialmente estatísticas e flutuantes. Além disso, nenhuma destas categorias é estável; pelo contrário, estão em permanente flutuação. Corresponde ao que TH Eriksen (2001) lindamente chamou de "l'hégémonie des fragments", a "hegemonia dos fragmentos".

Juntamente com a sua opacidade, os sistemas computacionais, por definição, reduzem e padronizam as ações. Os sistemas binários esforçam-se por aumentar as semelhanças em vez das diferenças, fragmentando as experiências em partes e processos comuns. Isto é verdade tanto "nos bastidores", na lógica da codificação, quanto na interface do usuário, à medida que as tentativas

Machine Translated by Google



disfarçar levemente as entidades subjacentes com interfaces gráficas não pode transformar completamente as operações comuns a serem executadas. A manipulação de elementos simbólicos em interfaces de usuário que muitas vezes carregam a mesma lógica em uma grande variedade de tarefas (manipular o registro de um cliente em um call center é análogo a manipular a configuração do nível de temperatura no controle de um processo industrial, o que não é diferente do preenchimento de um formulário médico) significa que, do ponto de vista cognitivo, os usuários operam em um nível extremamente alto de abstração e generalidade. Este tipo de fragmentação da informação, combinada com os processos exigidos pelos modelos computacionais disponíveis, muitas vezes descontextualiza elementos únicos da informação e contribui para o sentimento de distanciamento dos utilizadores. Finalmente, o facto de muitas actividades serem realizadas como unidades altamente separadas e em isolamento social também aumenta a sensação de desincorporação.

Até certo ponto, o que observamos é o domínio progressivo de um regime específico, que Boltanski e Thevenot (1991) qualificariam como um regime industrial, baseado em previsões, gestão de risco, práticas baseadas em evidências e “ismo processual”. O virtual e o real são questionados, uma vez que o que observamos nesta evolução faz parte do que Kallinikos (2011) chama de a longa jornada de distanciamento humano do contexto imediato, social e vivo através da sua abstração em sistemas e categorias formais ou da dataificação. da vida. Além disso, a maioria destes sistemas considera cada vez mais o corpo e os seus atributos biométricos como a única fonte objectiva ou autêntica de “verdade pessoal”, com base na hipótese central de que “o corpo não mente” (FK AAS 2006) . O outro lado desta suposição é uma clara falta de confiança nas pessoas, na sua subjetividade e na sua agência.

Da mesma forma, Merzeau (2009) observa que cortar os rastros digitais de seus proprietários os transforma em entidades disponíveis para exploração administrativa ou comercial. Desvinculados da pessoa a quem pertencem e identificam, esses vestígios estão abertos a uma interminável “refabricação à medida que surgem novas estratégias e requisitos”. (pág. 24). Esse mesmo fenômeno de distanciamento e objetificação é o que H. Nissenbaum (2010) aborda quando fala sobre “a perda de integridade contextual” para descrever os riscos associados a ignorar a identidade ao seguir rastros na Web.

Em resumo, estamos a assistir a sistemas computacionais que desenvolvem técnicas para contornar as intenções individuais em favor de estados corporais e médias estatísticas, e uma transformação simultânea de todas as experiências em elementos fragmentados de dados. A combinação destas duas tendências amplifica a dificuldade dos indivíduos em atribuir categorias significativas à informação que estão a assistir e aumenta a sua dependência de mediadores externos para filtrar e estruturar o conteúdo a que estão expostos.

## 3 Interação e Agência

A fragmentação das atividades que descrevemos acima, e que Bolter diz encorajar os utilizadores a “processualizar o seu comportamento” (2012, p. 45), influencia as tarefas e ações dos agentes. Mais significativamente, confunde os limites entre as ações do agente

Machine Translated by Google



e as ações do sistema, de tal forma que se torna impossível aos agentes distinguir entre as suas intenções e as do sistema. Na sua interação com os ambientes digitais, portanto, os pedidos de atenção dos sistemas são mais do que um simples apelo à consciência dos utilizadores; constituem um pedido urgente de participação na acção. No entanto, este tem sido o caso desde a introdução de sistemas parcialmente automatizados. O que é novo, e pode ter um efeito ainda mais distintivo na definição do eu, é a fragmentação da informação e das atividades entre redes de pessoas através dos sistemas digitais. As actividades colaborativas online que caracterizam agora a maior parte do "trabalho do conhecimento" e que estão a ser descritas em termos de enxames, inteligência colectiva, massa crítica, etc., são talvez a manifestação mais forte da mudança dos limites do eu. Quando reunimos uma rede de agentes que são individualmente fragmentados pela sua interação com as suas ferramentas e que organizam as suas atividades mútuas em torno desses fragmentos, existe uma expansão ou diluição da agência? Será o constante apelo recíproco para contribuir com pequenas informações, tarefas, trocas, apenas uma forma mais recente de subdivisão do trabalho, ou altera fundamentalmente a relação do eu com os outros? Estaremos a observar uma crescente instrumentação de relações que transforma outras pessoas em dados ou, pelo contrário – como afirmaram muitos visionários da Internet (Rheingold 2002; Shirky 2008; Weinberger 2008) – a emergência de novas formas de inteligência colectiva? O Centro de Inteligência Coletiva do MIT tem a seguinte questão de pesquisa, que resume muito bem a questão: "Como as pessoas e os computadores podem ser conectados de modo que—

coletivamente – eles agem de forma mais inteligente do que qualquer indivíduo, grupo ou computador já fez antes?".

Se for esse o caso, abrir mão da atenção ao fluxo coletivo não é um problema. Defender a atenção individual, como criticam muitos comentadores populares como Nicholas Carr (2011) , é contraproducente, porque a atenção deve ser renegociada constantemente para que a inteligência colectiva funcione. Fenomenologicamente, muitas pessoas já experimentam uma sensação de redefinição dos limites entre o eu e o outro quando estão online (Gergen 2000). As experiências descritas por jogadores, programadores e, recentemente, simplesmente por pessoas que estão fortemente envolvidas em trocas de e-mail, sugerem todas uma sensação de fluxo e participação que é descrita por alguns como uma perda de agência, e por outros como uma estimulante extensão de meios.

Para compreender como tudo isto está a acontecer, temos de nos referir à nossa capacidade excepcional, específica da espécie (como demonstrou Tommasello 2008 ), de nos juntarmos à atenção de outras pessoas. A capacidade de imaginar que outras pessoas têm um estado de espírito diferente do seu; a capacidade de ler as intenções de outras pessoas; e, finalmente, a inclinação para aderir aos estados de atenção de outras pessoas, são competências que fundamentam a linguagem, a cultura e a co-construção humanas. A atenção conjunta é vista pelos psicólogos do desenvolvimento como um pré-requisito para a aquisição da linguagem e é potencialmente o que explica por que os humanos são a única espécie que desenvolveu a linguagem e formas avançadas de colaboração. É também potencialmente o que torna a hiperconexão própria do mundo digital uma faca de dois gumes. Somos extraordinariamente capazes de colaborar com o mínimo de informação em canais de comunicação muito deficientes (pense no Twitter ou no SMS), porque os nossos poderes de empatia estão muito desenvolvidos e a nossa capacidade de inferir e projectar significados e intenções é muit

Machine Translated by Google



apoiado por processos pragmáticos de relevância (Sperber e Wilson 1995), que, novamente, dependem do compartilhamento de espaços de atenção. É precisamente esta capacidade de atenção conjunta que nos faz sentir perdidos no fluxo desordenado de pedidos, mensagens, instruções e informações tão bem descrito por Gergen (2000).

A nossa capacidade de nos juntarmos aos espaços de atenção dos outros, ler intenções a partir de vestígios mínimos, atribuir significado e coordenar-nos em torno de supostos estados mentais partilhados, significa que somos capazes de colaborar nos fragmentos reduzidos de dados porque podemos preencher as lacunas. É evidente que quando a experiência é empobrecida ou as intenções do outro são demasiado opacas e é difícil assumir que o sistema está realmente a funcionar com um princípio de relevância, o processo comunicacional torna-se extremamente dispendioso. Esse custo pode fazer parte do sentimento subjetivo de perda e cansaço. Nesse caso, a questão do desgaste atencional não é de sobrecarga ou excesso, mas de empobrecimento, ininteligibilidade e incompletude.

## 4 Controle e Autoapresentação

Não é nossa intenção opor uma visão distópica da revolução digital a uma era idealizada de autenticidade e de agência pessoal aprimorada, caracterizada pela riqueza da interação face a face e pela gestão autônoma do foco e da atenção por parte dos indivíduos. A natureza social da atenção e o seu papel na cultura, na língua e na colaboração significam que o controlo da atenção é uma pedra angular das relações sociais.
O modelo computacional de organização da informação é simplesmente o passo mais recente numa longa história de gestão institucional deste recurso.

Em muitas instituições, o domínio da atenção tem sido há muito tempo um dos eixos da dinâmica social, utilizado para extrair valor, dominar, criar lealdade, estratificar e dar poder. É a esta natureza relacional da gestão da atenção que Broadbent (2011) chamou “atenção”, tentando mudar o discurso de um discurso puramente cognitivo para um discurso social, onde a atenção é um processo que cria valor. Ensinar as crianças a controlar a sua atenção tem sido um objectivo significativo do sistema educativo desde que o ensino público está em funcionamento. No local de trabalho, a equação entre produtividade e atenção está profundamente enraizada nos modelos gerenciais. Esta hipótese é confirmada por T. Davenport e J. Beck (2001) quando afirmam que a alocação eficaz da atenção dos colaboradores é um factor chave na competitividade empresarial. Se olharmos para esta questão numa leitura algo marxista, foucaldiana e partidária, ela pode ser vista como um passo no longo caminho da história do capitalismo, como a página contemporânea das condições disciplinares de vida. A primeira página tratava do corpo e da formação de uma força de trabalho; a segunda página focou no conhecimento e no desenvolvimento da organização científica do trabalho. E agora estamos na terceira página, que tem como objeto a atenção. Canalizar, monitorar e controlar a atenção está enraizado em processos de trabalho, regras, artefatos e agora em ferramentas digitais1 .

1 Os desafios políticos e económicos em torno da gestão da atenção manifestam-se pela forma como diferentes organizações reagem e regulam o acesso aos canais de comunicação pessoal, tais como

Machine Translated by Google



A concepção de interfaces de utilizador eficazes, sob os auspícios de princípios ergonómicos e de utilização, assegura a eliminação de perspectivas ou visões potencialmente alternativas e centra as acções e a leitura nos elementos de informação prescritos, deixando muito pouco para a actividade autónoma.

As formas como diferentes organizações regulam o acesso a canais de comunicação pessoal, como telemóveis ou Facebook, normalmente revelam ideologias institucionais mais profundas. Em termos gerais, descobrimos que uma maior liberdade de acesso tende a ser concedida aos membros de uma organização dos quais se espera que sejam "empreendedores de si mesmos". Na verdade, fornecer ou negar acesso ilimitado a fontes potencialmente perturbadoras enquadra-se perfeitamente no movimento mais amplo de tornar cada indivíduo um "empreendedor de si mesmo".

Nas décadas de oitenta e noventa, N. Aubert e V. de Gaulejac (2007) argumentaram que a "ética da excelência" na gestão de pessoas criou a base moral de um sistema que luta para controlar a totalidade de uma pessoa. Ao convencer os colaboradores de que, ao trabalharem para a empresa, trabalhavam para si próprios, confundiu-se completamente as ambições profissionais e pessoais, e as empresas surgiram como instituições capazes de mediar os destinos individuais, apoiar o autodesenvolvimento, objectos de verdadeiro amor, e, no final, o único instrumento capaz de satisfazer a necessidade de imortalidade do eu.

Esta ética de trabalho cria interações particulares entre as pessoas, interações marcadas pela necessidade constante de se tornarem visíveis. Esta busca pela visibilidade assume a forma de um novo jogo social em que todos se esforçam para captar a atenção dos outros. Numa espécie de "desfile" goffmaniano, auto-proclamar-se e "noticiar-se" são formas de ocupar o espaço mental dos outros e de permanecer no topo da concorrência. Para as empresas, estar sempre presente nos canais de comunicação pessoal, nas plataformas web, etc., é uma forma de colonizar a mente dos seus gestores e reduzir a sua capacidade de imaginar outro mundo.

## 5 Intimidade como defesa

Os novos padrões de interação que estão a emergir em ambientes altamente digitalizados incluem a indefinição das fronteiras entre o eu e o sistema e entre o eu e os outros, e parecem gerar uma nova tipologia de patologias, das quais a maioria

---

como os telemóveis ou o Facebook, e revelam algumas dinâmicas sociais significativas em torno do controlo deste processo. Regras e procedimentos são elaborados nas organizações para excluir dispositivos pessoais ou atividades digitais pessoais durante o trabalho (bloqueando sites externos, ou acesso à Internet, ou telefones celulares). A vigilância digital de todas as atividades online, através de software de vigilância específico, pode dar origem a sanções ou à eliminação de espaços digitais potencialmente perturbadores. No extremo oposto, obter "confiança digital" ou "independência digital" é um sinal de status, de confiabilidade, de promoção e aceitação social. Ter acesso a toda a gama da web, a dispositivos e serviços de comunicação pessoal, ou em geral ter a "liberdade" de autodeterminar quando e onde colocar a atenção na realização das suas actividades, é o sinal máximo de socialização. reconhecimento e de status social mais elevado.

Machine Translated by Google



comum é o que está sendo descrito como 'esgotamento'. Isto é caracterizado pela sensação paradoxal de estar permanentemente exausto, sobrecarregado, sob pressão, e ainda assim não conseguir alcançar o que se espera e perder produtividade. Embora não sejam novos como conjunto de sintomas, as expectativas de disponibilidade permanente e de autopromoção associadas ao modelo profissional do “empreendedor de si” aumentaram a sensação de desorientação. Controlar a atenção dos outros e lidar com as solicitações constantes dos outros é acompanhado por uma sensação dramática de perda de autodireção, intencionalidade e planejamento.

A expressão francesa for intérieur pode ajudar-nos a compreender as questões humanas que estão aqui em jogo. Em latim, 'for' significa jurisdição. O entendimento comum (não o eclesiástico) do for intérieur é a jurisdição que cada pessoa aplica a si mesma; corresponde ao que nas ciências sociais é chamado de senso de agência.
Gestores e funcionários de organizações que dependem fortemente de ambientes digitais, como bancos, administrações públicas, grandes empresas, descrevem uma espécie de indefinição permanente entre a sua vida interior e a sua vida online. Eles descrevem a dificuldade de fazer com que seu for intérieur exista vividamente em suas vidas diárias. Eles falam em queimar por dentro. Esta sensação de desorientação não é exclusiva dos locais de trabalho e parece estar a emergir em casa. A sensação de perder o sentido de controlo quando envolvido com dispositivos digitais é descrita igualmente por jogadores, compradores online, consumidores de vídeo ou participantes nas redes sociais. Invariavelmente, os usuários falam de seus dispositivos como “uma droga de tempo”, como ambientes nos quais perdem suas intenções e agênci

Outra faceta do mesmo problema é o que R. Sennett (1977) descreve como a atual tirania da intimidade – isto é, a posição central das relações íntimas na percepção da autorrealização. Em contraste com os padrões tradicionais de interacções sociais, organizadas através de papéis distintos, onde os indivíduos eram mais facilmente categorizados como trabalhadores, amantes, pais, cidadãos, observamos agora uma maior fluidez e confusão de fronteiras. Hoje em dia, observa Sennett, o rei está nu. As distâncias sociais, as máscaras e os abrigos desapareceram. Os indivíduos não têm santuários para onde se refugiar e esconder-se do escrutínio dos outros, mas sentem-se sempre visíveis e transparentes... levantando questões óbvias para a pluralidade de identidades sociais. Até certo ponto, isto explica a crescente posição do lar e do círculo íntimo da família como um casulo protector e o sucesso crescente de actividades como cozinhar e jardinagem, que restauram o sentido de duração, agência e privacidade.

No lado digital, também temos evidências de um recuo para o privado, íntimo e controlável. Existem amplas evidências que mostram que todos os novos canais de comunicação digital, desde mensagens de texto ao Skype, do Facebook às mensagens instantâneas, estão a ser usados para fortalecer as relações mais próximas e íntimas das pessoas (Baym 2010; Broadbent 2011; Madianou e Miller 2012 ) . Ao contrário do discurso público comum, as pessoas não ampliaram enormemente a sua rede social nem passam muito tempo a comunicar com conhecidos digitais desconhecidos. Um exame minucioso do que as pessoas realmente fazem, com todos os canais que têm à sua disposição, mostra uma intensificação das trocas com alguns laços estreitos, muitas vezes menos de cinco, levando ao fortalecimento destas relações. Um inquérito recente realizado a 3.000 adolescentes na Bélgica (Gallez e Lobet-Maris 2011) confirmou os resultados de estudos semelhantes nos EUA (Ito 2010), mostrando que a maioria dos participantes tinha uma conectividade “entre nós”.

Machine Translated by Google



baseado em intensas conversas e mensagens com o pequeno círculo de amigos que eles têm na 'vida real'. A confusão entre as suas vidas off-line e on-line leva-os a considerar o mundo virtual apenas como mais um espaço social onde podem manter contacto contínuo com um grupo íntimo de amigos e familiares. Esta ligação constante e omnipresente entre os indivíduos e os seus entes queridos é emocionalmente intensa, e a sensação de estar sempre ao seu alcance pode proporcionar uma profunda sensação de segurança e conforto. Contudo, concentrar-se tão intensamente num pequeno conjunto de relações – especialmente quando também funcionam como filtros de informação, como acontece cada vez mais nos serviços de redes sociais – reduz drasticamente a exposição a "outros".

As redes sociais desempenham um papel significativo na filtragem da informação: as notícias e os conteúdos são escolhidos e filtrados pelos amigos. O tão aclamado princípio de partilhar conteúdos interessantes e relevantes com amigos, um princípio alardeado como forma de participar activamente na produção de notícias, está também, por um simples princípio de homofilia, a reduzir a nossa exposição à diversidade. A homogeneidade dos grupos sociais que compõem a maioria das ligações pessoais próximas das pessoas garante que a informação que circula na rede é altamente consensual e apoia os valores do grupo.

Concluindo, observamos esse recuo para o íntimo como uma tentativa de recuperar um senso de domínio da atenção e da agência. Esta tentativa é marcada pela procura de um "casulo protetor", que corresponde a uma forma extrema de filtragem de informação social e relacional. Quando os ambientes digitais se tornam demasiado opacos e as experiências demasiado abstratas e remotas, a solução é recorrer ao que é extremamente familiar.

## 6 Ecologia Cinzenta como Ecologia de Agência e Alteridade

O termo "ecologia cinzenta" foi introduzido por P. Virilio em 2010, como forma de refletir sobre os efeitos que os subprodutos da revolução digital têm na mente humana. No seu trabalho sobre a dromosfera (o espaço da aceleração tecnológica), Virilio argumentou que, tal como os acidentes são intrínsecos à inovação tecnológica, a poluição é o efeito colateral do progresso e, em certa medida, a sua companheira "normal", mas inaceitável. Embora muitos dos riscos da era digital sejam bem conhecidos – a invasão da privacidade, a vigilância extrema do Estado, os ataques virais, os colapsos das redes, o roubo de dados, etc. – existe um envolvimento activo por parte dos especialistas, das instituições e do público. para encontrar soluções técnicas e políticas para limitar o seu impacto, há muito menos preocupação com a poluição digital. Na verdade, a poluição na era computacional evoca imagens de lixo eletrónico, computadores antigos espalhados em lixões ao ar livre, parques de dados sobreaquecidos e minas de silício. Mas a ecologia não se refere simplesmente ao consumo excessivo, à toxicidade e ao desperdício; também se refere ao equilíbrio e à diversidade. O que queremos sugerir aqui é que um dos preços sociais pagos pelo aumento exponencial da informação é uma redução na diversidade de perspectivas. O rastreio generalizado e obscuro da nossa vida digital e a sua transformação em tempo real numa miríade de perfis fragmentados e contextualizados criam uma espécie de membrana

Machine Translated by Google



o que torna a identidade social e o pertencimento social menos compreensíveis e mais complexos.

Na mesma linha, D. Quessada (2007) defende que a hegemonia das diferenças dinâmicas faz desaparecer lentamente a figura do Outro: “Parece que vivemos agora numa proliferação de diferenças. Não é a mesma coisa que a alteridade (l'altérité). A ampla exaltação contemporânea da diferença é talvez o sinal mais claro do desaparecimento da alteridade. Quando os humanos evitam ser atravessados por uma divisão fundadora, […] o cenário necessário para a existência do Outro desaparece e todas as figuras desaparecem uma após a outra – seja na forma teológica, política ou ontológica.” (p. 5) A brutalidade ou a violência deste processo pode estar relacionada com o desaparecimento progressivo do habitus social (Bourdieu 1979), devido à extrema individualização e opacidade dos mecanismos de definição de perfis e de canalização de atenção. O habitus era tanto uma garantia de uma episteme do mundo socialmente partilhada (de classe) como uma protecção colectiva contra a complexidade e a incerteza do mundo. Dito isto em termos goffmanianos: estamos a perder os rituais e os códigos que, ao interagirmos com outras pessoas que são diferentes de nós, nos ajudam a preservar o nosso rosto, preservando ao mesmo tempo o rosto do outro – uma habilidade e um processo que está na base. raiz dos laços sociais.

Sem ir tão longe como A. Touraine (1993), para quem a racionalização da vida destruiu progressivamente a correspondência tradicional entre organização social e vida pessoal, conduzindo a uma dessocialização massiva, acreditamos que existe uma tensão em torno da agência. nos ambientes digitais.

Segundo Virilio (1995), a transformação no sentido de agência leva a uma perda dramática de orientação, a uma perturbação significativa na relação consigo mesmo, com os outros e com o mundo, o que por sua vez tem consequências tremendas para o sentido de alteridade e para democracia: “O aspecto negativo específico das superestradas da informação é justamente a perda de orientação em relação à alteridade (o outro), uma perturbação na relação com o outro e com o mundo. É óbvio que esta perda de orientação, esta não situação, vai dar início a uma crise profunda que afectará a sociedade e, portanto, a democracia” (p. 1).

Na anterior era industrial de “modernidade sólida” (Bauman 2001), a exploração, a pobreza e os conflitos de classe desencadearam e sustentaram o estabelecimento de movimentos colectivos, tornando possível uma democracia industrial. Na era da pós-modernidade digital, qualquer movimento colectivo (ex pluribus unum) é difícil de operar devido à opacidade do “agenciamento digital” e à extrema individualização das nossas vidas digitais. E isso, como já foi apontado, leva à perda de uma figura clara da alteridade. Para A. Gorz (1993), “A análise clássica de classe não pode fornecer uma resposta à questão de quais forças sociais seriam capazes de alcançar essas transformações. Não existe uma frente central onde as batalhas decisivas possam ser vencidas através do confronto de classes. Em outras palavras, a frente está em toda parte, porque o poder do capital é exercido de forma difusa em todas as áreas da vida” (p. 62). Sugerimos que o conceito de ecologia cinza de Virilio pode nos ajudar a refletir sobre como proteger nossa atenção. ção e como restaurar nosso senso de identidade, agência e orientação social. A ecologia cinzenta pode ser considerada um convite à politização das nossas preocupações sobre os nossos recursos humanos e mentais, tal como a ecologia verde está a fazer com os recursos naturais. A

Machine Translated by Google



A ecologia cinzenta poderia abrir a porta a novas formas de solidariedade, estabelecendo uma nova frente de envolvimento colectivo e interesse geral. Para entender o que esta frente estaria defendendo, poderíamos traçar um paralelo com o que aconteceu com os 'artesãos' no final do século XIX. Há mais de cem anos, as competências e os gestos dos artesãos foram incorporados num regime organizacional científico e depois automatizados. Mais recentemente, são os nossos dados pessoais, a história e os vestígios digitais que estão a ser capturados. Portanto, agora, como no passado, assistimos ao processo de expropriação das prerrogativas humanas. A defesa da atenção pode assim ser situada numa longa tradição de movimentos humanistas e conceptualizada como uma preocupação política e colectiva e uma nova frente de solidariedade e resistência.

Duas observações principais legitimam esta referência à "ecologia". Primeiro, como afirma A. Gorz (1993), a ecologia representa a tensão entre o "mundo da vida" e a "quantificação e valoração monetária da vida". Opõe-se à substituição da autonomia e capacidade de autodeterminação dos indivíduos por relações mercantis, dependentes e de clientela. E em segundo lugar, a ecologia como movimento social e cultural é possivelmente o meio mais relevante de "resistência" à fragmentação digital e à sua opacidade. Como afirma S. Rodota (1999) , a ecologia é um caminho cultural e político promissor porque diz respeito às atitudes e estilos de vida das pessoas, e assim permite uma reflexividade partilhada sobre as tecnologias digitais e a poluição que elas geram, evitando assim debates estéreis a favor e contra. A ecologia é também um meio de difusão de formas de vigilância cultural que podem ser promovidas nas escolas e nos meios de comunicação. E, finalmente, pode orientar as autoridades políticas e industriais para ações e pesquisas que promovam "tecnologias limpas" – isto é, tecnologias que sejam sustentáveis no que diz respeito à nossa atenção e à nossa capacidade de autodeterminação e responsáveis pelos processos que executam para fabricar identidades e diferenças. Em certa medida, um passo nesta direcção já foi dado pelo Regulador Europeu quando decidiu introduzir o conceito de 'Minimização de Dados' no projecto de regulação de dados pessoais, a fim de proteger os cidadãos europeus do tratamento descontrolado dos seus dados pessoais. .

Hannah Arendt alertou-nos há muito tempo que "milagres e catástrofes são as duas faces da mesma moeda". Em linha com o seu conceito de natalidade, poderá a ecologia cinzenta ser a possibilidade de um novo começo?

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

## Referências

AAS, FK 2006. 'O corpo não mente': Identidade, risco e confiança na tecnocultura. *Mídia Criminal Cultura* 2 (2): 143–158.
Aubert, N. e V. De Gaujelac. 2007. *Le coût de l'excellence.* Seuil: Paris.
Bauman, Z. 2001. *A sociedade individualizada.* Cambridge: Política. ISBN 0-7456-2506-1.
Bauman, Z. 2005. Franchir les frontières -ou avoir de nombreux chez-soi? *Tumultos* 24:79–89.

Machine Translated by Google



Bauman, Z. 2007. *O presente líquido. Peurs sociales et obsessions sécuritaires.* Le Seuil: Paris.

Baym, N. 2010. *Conexões pessoais na era digital.* Cambridge Polity Press: Cambridge.

Beck, U. 2001. *Risikogesellschaft.* Francfort: Suhrkamp Verlag. Edição francesa: 2001. *La Société du risque. Sur la voie d'une autre modernité* (trad: L. Bernardi). Edições Aubier: Paris.

Boltanski, L. e L. Thévenot. 1991. *De la justificação. As economias da grandeza.* Garota Limard: Paris.

Bolter, J D. 2012. Procedimento e desempenho na era da mídia digital. Dentro *Produzindo teoria em um mundo digital: A interseção de públicos e produção na teoria contemporânea,* ed. Rebecca Ann Lind, 33–50. Peter Lang: Nova York.

Bourdieu, P. 1979. *A distinção.* Paris: Les éditions de Minuit.

Boyd, D. 2007. Por que sites de redes sociais para jovens (coração): O papel dos públicos em rede na vida social dos adolescentes. Na *série da Fundação MacArthur sobre aprendizagem digital - volume de jovens, identidade e mídia digital,* ed. David Buckingham, 119–142. Cambridge: MIT Press.

Broadbent, S. 2011. *L'intimité au Travail.* Paris: Edições FYP.

Burk, D. 2011. Comentários sobre P. Virilio. http://www.ctheory.net/articles.aspx?id=681. Acessado 15 de março de 2014.

Carr, N. 2011. *As águas rasas: o que a Internet está fazendo com nossos cérebros.* Nova York: Norton e Empresa.

Castel, R. 1995. *Les Métamorphoses de la question sociale, une chronique du salariat.* Paris: Fayard.

Chambers, D. 2013. *Mídias sociais e relacionamentos pessoais: intimidades online e amizade em rede.* Hampshire: Palgrave Macmillan.

Davenport, TH e JC Beck. 2001. A economia da atenção. Onipresença. http://doi.acm. org/10.1145/376625.376626. Acessado em 15 de março de 2014.

Dubet, F. e D. Martuccelli. 1988. *Dans quelle société vivons-nous?* Paris: Éditions du Seuil.

Eriksen, TH (2001) *Tirania do momento: tempo rápido e lento na era da informação.* Londres: Imprensa Plutão.

Gallez, S. e Lobet-Maris, C. 2011. Les jeunes sur Internet. Construa outro lugar. Comunicação 28/2. http:// communication.revues.org/index1836.html. Acessado em 15 de março de 2014.

Gergen, K. 2000. *O eu saturado.* Nova York: Livros Básicos.

Goldhaber, MH 1997. A economia da atenção na rede. Primeira segunda-feira. doi: http://dx.doi. org/10.5210%2Ffm.v2i4.519. Acessado em 15 de março de 2014.

Gorz, A. 1993. Ecologia política: Expertocracia versus autolimitação. *Nova Revisão Esquerda* 202:55–67.

Harvey, D. 2008. *Geografia da dominação.* Paris: Les prairies ordinaires.

Hutchins, E. 1995. *Cognição na natureza.* Imprensa do MIT. ISBN 0-262-58146-9.

Kallinikos, J. 2011. *Governando por meio de artefatos de informação tecnológica e práticas sociais.* Baixo Ingresso: Palgrave Macmillan.

Kessous, E., K. Mellet e M. Zouinar. 2010. L'économie de l'attention. *Sociologia do trabalho* 52:359–373.

Lanier, J. 2011. *Você não é um gadget.* Nova York: Livros Antigos.

Madianou, M. e Miller, D. 2012. *Migração e novas mídias: famílias transnacionais e polimídia.* Londres: Routledge.

Marulanda-Carter, L. e TW Jackson. 2012. Efeitos do vício em e-mail e interrupções em funcionários. *Jornal de Sistemas e Tecnologia da Informação* 14 (1): 82–94.

Misra, S. e D. Stokols. 2012. Resultados psicológicos e de saúde da informação percebida sobrecarga. *Meio Ambiente e Comportamento* 44 (6): 737–759.

Nissenbaum, H. 2010. *Privacidade no contexto: tecnologia, política e integridade da vida social,* Palo Alto, CA: Stanford University Press.

Quessada, D. 2007. La mort de l'Autre. *Bibliografia Obs:* 4–12. http://bibliobs.nouvelobs.com/es sais/20071204.BIB0428/ la-mort-de-l-039-autre.html. Acessado em 15 de março de 2014.

Rheingold, H. 2002. *Smartmobs: A próxima revolução social.* Nova York: Livros Básicos.

Rodota, S. 1999. *La démocratie électronique.* Paris: Edições Apogée.

Ros, A. e S. De La Fuenta Vilars. 2011. Pela webcam: mulheres imigrantes bolivianas em Barcelona comunicando-se com suas famílias em seu país de origem. Anais da Conferência sobre Diásporas Digitais, Cambridge.

Machine Translated by Google



Sennett, R. 1977. *Les tyrannies de l'intimité.* Paris: Le Seuil.

Shirky, C. 2008. *Aí vêm todos: O poder: O poder de organizar sem organizar ções.* Westminster: Penguin Press.

Simon, HA 1971. *Projetando organizações para um mundo rico em informações,* em Martin Greenberg er, Computadores, Comunicação e Interesse Público, Baltimore, MD: The Johns Hopkins Press. ISBN 0-8018-1135-X.

Sperber, D. e D. Wilson. 1995. *Relevância: Comunicação e cognição.* 2ª edição. Oxford: Editores Blackwell.

Tommasello, M. 2008. *Origens da comunicação humana.* Cambridge: MIT Press.

Touraine, A. 1993. A crise do progresso. *Revisão Europeia* 1 (2): 117–123.

Turkle, S. 2011. *Sozinhos, juntos, por que esperamos mais da tecnologia e menos uns dos outros.* Nova York: Livros Básicos.

Virilio, P. 1995. Velocidade e informação: Alarme do mundo cibernético. www.ctheory.net. Acessado em 27 de agosto 1995.

Virilio, P. 1999. La vitesse de l'information. http://www.ctheory.net/articles.aspx?id=72. Acessado em 15 de março de 2014, *Août.*

Virilio, P. 2010. *Ecologia cinzenta.* Tradução: D. Burk. Nova York: Átropos Press.

Weinberger, D. 2008. *Tudo é diverso: O poder da nova desordem digital.* Nova Iorque: Henry Holt e Companhia Inc.

Zeldes, N., A. Sward e S. Louchheim. 2007. Infomania porque não podemos mais ignorá-lo. Primeira segunda-feira. doi: http://dx.doi.org/10.5210%2Ffm.v12i8.1973.

Machine Translated by Google

# Reengenharia e reinvenção da democracia e do conceito de vida na era digital

**Yiannis Laouris**

## 1 A necessidade de reinventar a democracia na era digital

### *1.1 Democracia Direta; Uma receita para o caos*

A democracia do século XXI refere-se quase exclusivamente ao direito de participar no processo político (ou seja, o direito de voto). No entanto, as percentagens de cidadãos que optam por exercer este direito humano básico caíram na Europa para uma média inferior a 80% (Polónia e Suíça perto de 50%) e nos EUA para cerca de 60% (Comissão Europeia 2013) . Ao mesmo tempo, o sistema político-económico europeu não consegue garantir emprego a 26 milhões de pessoas (ca.
12%), (Comissão Europeia 2013). É, no mínimo, vergonhoso que alguns políticos culpem os jovens pelo seu reduzido interesse na política e pela diminuição da participação nos assuntos sociais, quando foram os políticos que não conseguiram implementar mecanismos e processos responsáveis, transparentes e eficientes para garantir um dos direitos humanos mais básicos: o direito ao trabalho. A par da corrupção, das crises sem precedentes de instituições e valores e da falta de responsabilização, uma das causas profundas subjacentes ao fracasso dos actuais sistemas de governação em responder aos desafios é o facto de aqueles que elegemos como nossos representantes não conseguirem exercer pressão e promover as questões para as quais foram escolhidos. Numa série de laboratórios colaborativos que utilizaram o Processo de Diálogo Democrático Estruturado (SDDP) (Future Worlds Center 2012) com 20 a 25 participantes em cada um a trabalhar em colaboração durante 3 a 7 dias, observou-se repetidamente que os inibidores de raiz dos actuais sistemas de governação incluem principalmente: O facto de os sistemas políticos não terem evoluído como tudo o que nos rodeia; Falta de responsabilização dos que estão no poder; Corrupção

Y. Laouris **(ÿ)**
Future Worlds Center, Instituto de Neurociência e Tecnologia de Chipre, Nicósia, Chipre
e-mail: Laouris@futureworldscenter.org

5 Promitheos, 1065, Lefkosia, Chipre

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI
10.1007/978-3-319-04093-6_16, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



e conflitos de interesse; Controle corporativo dos meios da democracia. Co-laboratórios de acompanhamento que exploram opções de design para futuros ideais revelaram como fatores mais poderosos mecanismos como: Leis votadas diretamente pelas pessoas; Inclusão, diálogo, co-decisão nas comunidades locais e sua representação na tomada de decisões; Participação passiva e ativa contínua no processo político através de plataformas online; Mídia interativa independente criada por cidadãos para cidadãos e até sugestões para o fim dos partidos políticos como instituições. Não deveria ser surpresa que os cidadãos se concentrem em ideias que procuram implementar melhores controlos sobre aqueles que gerem o poder e ligações directas entre as pessoas e os legisladores e/ou ou processos de tomada de decisão. É uma tese amplamente aceite que a era digital tornou obsoletos a maioria dos tipos de intermediários ou os substituiu pela tecnologia; porque não usar a tecnologia para também contornar os nossos representantes ou até acabar com os partidos políticos como instituições (Petridou et al. 2012)1 ?

Dado que a era digital abre enormes possibilidades para feedback em tempo real, sondagens frequentes e votação online para praticamente qualquer assunto, em qualquer lugar do planeta, na mente de muitos, mais votação equivale a mais democracia. A democracia direta, um termo recentemente cunhado, refere-se a um modelo específico (um entre muitos) de participação democrática em que todos os cidadãos têm igual acesso, igual voz e igual poder de voto em todas as questões. Argumentamos que se adotássemos tal abordagem ao tomar decisões políticas ou outras decisões importantes de grupo, muito provavelmente criaríamos o caos. O paradigma *da democracia direta* deve, portanto, ser rigorosamente distinguido e diferenciado de um paradigma que exige uma participação democrática massiva, mas ao mesmo tempo *autêntica .* O termo “autêntico” refere-se à exigência de que todas as partes interessadas *relevantes* tenham a oportunidade de participar de uma forma genuína e a voz para argumentar de forma estruturada e documentada sobre questões que possam potencialmente influenciar as suas vidas. Por mais simples que isto possa parecer, atualmente não temos os fundamentos teóricos nem os meios técnico Os desafios se espalham em múltiplas dimensões. Por exemplo, como identificamos e envolvemos aqueles cujas vidas serão influenciadas por tudo o que está a ser discutido ou será decidido para cada situação particular? Como podemos dar peso à sua voz sem violar os princípios da democracia? Por outras palavras, como concebemos e implementamos sistemas que garantam que os resultados da votação se baseiem sempre na sabedoria e, ao mesmo tempo, sejam justos para todos os envolvidos? Além disso, como protegemos a autenticidade das opiniões dos cidadãos e o seu anonimato? Mais importante ainda, como alcançamos uma igualdade verdadeira e não indescritível (vide infra)?

Crozier, Huntington e Watanuki no seu livro “The Crisis of Democracy” de 1975 (Crozier et al. 1975) relatam que Willy Brandt acreditava que “a Europa Ocidental tem apenas mais 20 ou 30 anos de democracia; depois disso, deslizará, sem motor e sem leme, sob o mar circundante da ditadura, e se o ditado vem de um politburo ou de uma junta, não fará muita diferença.” Segundo os mesmos autores, um alto funcionário britânico afirmou que “Se a Grã-Bretanha continuar a ser

1 Este factor acabou por ser uma das ideias mais influentes no SDDP “Reinventar a Democracia na Era Digital”, co-organizado com o Grupo de Trabalho para Futuros Digitais da Comissão Europeia com participantes do Fórum Europeu da Juventude.

Machine Translated by Google



incapaz de resolver os problemas aparentemente insolúveis da inflação associada à depressão prospectiva, observou, a democracia parlamentar acabaria por ser substituída por uma ditadura. E Takeo Miki alertou nos seus primeiros dias no cargo que "a democracia japonesa entrará em colapso a menos que grandes reformas possam ser realizadas e a confiança do povo na política seja restaurada".

Muitos autores contemporâneos, utilizando indicadores de cidadania e de défices democráticos, também sugerem que o actual sistema de governação não é nada democrático e que problemas abrangentes e generalizados ameaçam a legitimidade e a estabilidade do sistema político (Dalton 2006; Durant 1995 ; Macedo e outros 2005; Rimmerman 2001). Vários séculos depois de Rousseau, os autores atuais concordam que a democracia não existe em nenhum lugar do mundo, e mesmo hoje (Rousseau 1923) ela de fato nunca existiu (Magas 2013); exceto uma vez em Atenas, logo após Efialtes2 inventá-lo, e durou apenas cerca de 140 anos. Efialtes (Wikipedia 2013) foi literalmente o pesadelo dos monarquistas daquela época, e seu nome em grego se traduz como 'pesadelo'. Ousamos sugerir que isso é mais verdadeiro hoje do que nunca. Apresentamos a tese de que é por isso que os sistemas de governação deveriam e estão prestes a mudar!

A verdadeira democracia é o pesadelo dos nossos políticos contemporâneos.

As questões acima referidas constituem grandes desafios dos nossos tempos que precisam de ser abordados com elevada prioridade antes que os actuais sistemas de governação entrem em colapso total. Alguns dos desafios mais relevantes, centrais para as estratégias do horizonte 2020 da CE, para a UNESCO, para a ONU e para praticamente todas as organizações viradas para o futuro no planeta, são discutidos na secção seguinte.

## *1.2 Grandes desafios para a reengenharia ou mesmo para a reinvenção da democracia*

### 1.2.1 Desafio nº 1: Identificar e envolver as partes interessadas certas

O primeiro desafio exige que todos os intervenientes numa situação tenham o direito de participar em qualquer diálogo, deliberação ou decisão sobre assuntos que lhe digam respeito. Na verdade, a ciência do design dialógico estruturado prevê que *"a capacidade de uma comunidade de partes interessadas para implementar eficazmente um plano de acção depende fortemente do verdadeiro envolvimento de todos cujas vidas possam ser afectadas" ( Flanagan* e Christakis 2009; Laouris et al. 2008 ). ). Ignorar a sua participação não é apenas antiético, mas também quaisquer planos feitos estão fadados ao fracasso (Laouris et al. 2008). Precisamos, portanto, de desenvolver sistemas que garantam a autenticidade

[2] Embora Efialtes tenha sido assassinado em 461 aC e, portanto, não tenha vivido para participar da Idade de Ouro de Atenas (480 aC-404 aC), ele é considerado um dos fundadores da verdadeira democracia.

Machine Translated by Google



envolvimento daqueles cujas vidas podem ser influenciadas por quaisquer decisões tomadas. Na era da globalização e da hiperconectividade, estes não são problemas triviais. Deverão os europeus (ou quaisquer outros) ter uma palavra a dizer sobre o que acontece em África? Os cidadãos de um Estado-Membro Europeu são partes interessadas nas decisões relativas à gestão da economia de outro Estado-Membro? Os actuais impasses políticos, económicos e ambientais têm desafiado noções anteriormente amplamente aceites sobre quem são as partes interessadas numa determinada situação. Mesmo que admitamos que as partes interessadas possam estender-se para além das fronteiras geográficas previamente bem definidas, como concebemos sistemas em que o seu poder de voto seja de alguma forma ponderado de forma justa e equitativa para todos? Além disso, e se as decisões afetarem as "vidas" de entidades sem voz (vivas ou não vivas)? Como garantimos a sua "participação" num diálogo (Maio de 2011; Wasilewski 2007) que os "preocupa"?

### 1.2.2 Desafio nº 2: Votação leva a resultados justos e sábios

A tomada de decisões baseada na votação por maioria tem sido o modelo predominante e inquestionável de democracia durante séculos. Sabemos que a opinião da maioria nem sempre é justa para todos nem sempre certa. Muitas sociedades, incluindo a União Europeia, bem como o direito das sociedades, desenvolveram políticas e mecanismos para proteger os direitos das minorias. No entanto, agora que a tecnologia actual permite, teoricamente, que todos possam votar a qualquer momento sobre qualquer questão, enfrentamos uma nova ameaça: a de criar o caos. Curiosamente, de acordo com Özbekhan, Jantsch e Christa kis, que conceituaram o prospecto original do Clube de Roma intitulado "A situação da humanidade" (Christakis 2006), a seleção prematura de ações corretivas para os problemas (ou seja, votação prematura) com base em o voto popular leva a um futuro extrapolado, que difere significativamente de uma visão ideal. Isto acontece porque não conseguimos captar e abordar as inter-relações, inter-conexões e interacções entre aspectos individuais (subproblemas) da situação problemática, que estamos a tentar melhorar. A votação popular sobre questões complexas resulta frequentemente em prioridades erradas ("EPE: The Erroneous Priorities Effect: (Dye e Conaway 1999)). Contudo, sem um modelo melhor disponível, questionar a validade do voto popular abre a caixa de Pandora. No entanto, a era da hiperconectividade encoraja-nos a reconsiderar conceitos como os de justiça e igualdade e a reestruturar o conceito de democracia.

A democracia tem as suas raízes na antiga Atenas. Contrariamente à crença geral, esse modelo não se baseava inteiramente no voto popular. Os atenienses da Idade de Ouro estavam empenhados colectivamente na procura e no exame cuidadoso de significados e alternativas através de um processo a que chamavam "deliberação". Pretendiam compreender plenamente os problemas subjacentes, esclarecer a situação discutível e alcançar consenso. Eles justificaram a correção da sua decisão porque confiaram na sua sabedoria coletiva. O curso de acção acordado colectivamente foi apoiado por todos e foi considerado impensável ou mesmo antiético ir contra ele, não porque fosse uma decisão eventualmente ordenada pelo seu rei, mas uma decisão tomada democraticamente e partilhada pela grande maioria daqueles. considerado

Machine Translated by Google



partes interessadas. Este modelo era viável porque o número de cidadãos participantes era relativamente pequeno.

Mais de dois milénios depois, precisamos de reinventar a democracia de forma a que milhões de pessoas possam participar eficazmente. Para conseguir isso, devemos garantir que o indivíduo tenha acesso a todas as informações relevantes, alternativas e argumentos necessários para que ele possa votar de forma responsável. Os cursos de acção devem ser escolhidos com base na sua capacidade de facilitar a mudança no sentido de um estado futuro ideal desejado, colectivamente definido e acordado. Em suma, os votos não devem apenas ser ponderados de alguma forma, para envolver de forma justa todas as partes interessadas relevantes; além disso, o processo que precede a votação deve capitalizar o que chamamos de *sabedoria colectiva.*

Cientistas agora associados ao Instituto das Ágoras do século XXI têm desenvolvido metodologias ("Gestão Interativa"; (Alexander 2003; Warfield e Cárdenas 1994)), algoritmos de Modelagem Estrutural Interpretativa (Warf ield 1982) e software (Christakis 2000; Warfield 1994 ) há quase 30 anos. O uso de software especial é fundamental para liberar os participantes do foco na logística, no fornecimento de documentação em tempo real e, mais importante, na tomada de decisões sobre a escolha ideal das questões a serem tratadas, a fim de minimizar o tempo de envolvimento para produzir resultados significativos (Christakis e Tintura 2008). O Grupo de Trabalho para o Futuro Digital da Comissão Europeia também lançou recentemente um dos motores online mais ambiciosos de sempre, convidando a consultas públicas em grande escala denominada FU TURIUM (Grupo de Trabalho para o Futuro Digital 2012) (ver políticas abaixo ) .

### 1.2.3 Desafio nº 3: Proteger o anonimato e a autenticidade das opiniões

É experiência comum que os repórteres de workshops ou diálogos não só sejam incapazes de registar tudo o que está a ser dito, mas ainda pior, na maioria das vezes distorcem o significado e/ou a intenção do proponente, contribuindo assim para a sensação de que as suas ideias não são apreciados (Laouris 2012). A tecnologia permite a conservação com alta fidelidade e alta resolução das palavras, sons, vídeos exatos, mas também dos significados semânticos do que é dito. Depois de digitalizadas, as ideias podem ser processadas de várias maneiras. As inovações na digitalização de ideias conduzirão provavelmente a uma nova revolução na nossa luta para explorar a nossa inteligência colectiva. De uma forma muito semelhante, embora se presuma que a votação é confidencial e uma questão de escolha individual, especialmente em pequenas comunidades, os partidos políticos podem estimar quem votou em quê, reconstruindo puzzles simples compostos por redes de pessoas, declarações públicas e interesses pessoais. . Na era da hiperconectividade digital e com o desaparecimento da privacidade digital, haverá uma maior necessidade de proteger os pensamentos, opiniões, julgamentos e, eventualmente, escolhas e decisões.

### 1.2.4 Desafio nº 4: Alcançar uma igualdade verdadeira e não ilusória

Três palavras, *liberté, égalité, fraternité* (francês para liberdade, igualdade, fraternidade, fraternidade), capturaram a essência da Revolução Francesa. Aqueles que sacrificaram as suas vidas sonhando por um mundo melhor não o fizeram em nome de uma ideia abstracta.

Machine Translated by Google



significado da democracia, mas por uma visão concreta da verdadeira liberdade, da autêntica igualdade e da verdadeira fraternidade entre todos os povos. Mais de dois séculos se passaram e seria pouco justificado reivindicar liberdade, igualdade e fraternidade entre os cidadãos do século XXI. A expectativa do milénio de que o surgimento das tecnologias de informação serviria para colmatar lacunas económicas, educacionais, democráticas, digitais e sociais no nosso planeta não se confirmou (Laouris e Laouri 2008 ). A transição de Alvin Toffler (Toffler e Toffler 1995) para a Era da Informação, definida como o ponto em que “o progresso depende mais da mente do que dos músculos”, aconteceu há muito tempo, mas as pessoas ainda trabalham muito mais do que 8 horas por dia ou eles permanecem irremediavelmente desempregados. Da mesma forma, o sonho de Marx de uma sociedade sem Estado e sem classes, que ele chamou de comunismo, onde todos possam ter o que precisam, desapareceu com o Muro de Berlim.

O nosso futuro digital desafia não só conceitos como as relações entre humanos e tecnologia, presença, amizade, responsabilidade, agência, responsabilidade e capacidade, mas também conceitos básicos da nossa existência, como liberdade, igualdade, mortalidade (ver secção seguinte) e até mesmo propósito. O que significa ser livre ou ser igual na era digital? Alcançar a verdadeira liberdade e igualdade são enormes desafios que, a menos que sejam abordados no contexto do horizonte de 2020, o nosso mundo não terá futuro.
A concepção de tecnologias e a implementação de políticas para salvaguardar os verdadeiros direitos humanos e liberdades individuais constituem provavelmente os maiores desafios para as nossas sociedades futuras.

## *1.3 Implicações políticas*

### 1.3.1 Participação Autêntica

Como sugerimos acima, os votos provavelmente não deveriam ser ponderados apenas para envolver de forma justa todas as partes interessadas relevantes; além disso, o processo que precede a votação deve ser concebido de forma estruturada e apoiado por tecnologias inovadoras para ajudar os participantes a capitalizarem aquilo a que chamamos inteligência colectiva (Malone 2006) e sabedoria colectiva (Christakis 1996; Flanagan e Christakis 2009). A investigação nestes domínios está a aumentar rapidamente. Cientistas do Centro de Inteligência Coletiva do MIT (Malone 2006) , fundado por Thomas Malone em 2006, concentram-se na questão básica da pesquisa: como as pessoas e os computadores podem ser conectados de modo que – coletivamente – atuem de forma mais inteligente do que quaisquer indivíduos, grupos? , ou os computadores já fizeram antes? A Pesquisa de Sabedoria da Universidade de Chicago (2007–
2011) liderado por John Cacioppo (Cacioppo 2007) aspirava definir sabedoria, explorar a relação entre expertise e sabedoria e descobrir como a experiência poderia aumentar a sabedoria. O Instituto para Ágoras do Século XXI, fundado em 2003 por Aleco Christakis (Christakis 2003), é líder em aplicações mundiais de sua metodologia de Processo de Design Dialógico Estruturado (SDDP) (originalmente desenvolvida por John Warfield e Alexander N. Christakis em no início da década de 1970 (Christakis 1996; Christakis 1973; Warfield e Cárdenas 1994).O SDDP permite que um grupo diversificado de partes interessadas se envolva num diálogo democrático e estruturado, alcance um

Machine Translated by Google



chegar a consenso e tomar medidas, especialmente quando os participantes representam pontos de vista diversos, interesses conflitantes e origens diferentes. Na Europa ainda há muito pouca investigação sobre estas questões. As iniciativas mais visíveis vêm da CE.

A Iniciativa Onlife provavelmente criou algum impulso no sentido de identificar os conceitos que podem exigir reengenharia na era digital. O conceito de liberdade tem sido central no Manifesto Onlife: “nós mesmos somos *livres* e sociais, ou seja, que a liberdade não ocorre num vácuo, mas num espaço de possibilidades e restrições: juntamente com a liberdade, nós mesmos derivamos de e aspiram a relacionamentos e interações com outros eus, artefatos tecnológicos e o resto da natureza. Como tal, os seres humanos são “livres com elasticidade”, para usar uma noção económica.” O desafio é como gerir e ajustar esta elasticidade. O FUTURIUM, também uma iniciativa do Grupo de Trabalho Digital, convida cidadãos de toda a Europa a refletir sobre as futuras políticas europeias e a propor e discutir futuros ideais. O objetivo é *projetar* e não antecipar ou prever o futuro. Será que esta iniciativa se tornará um novo padrão na Europa? Além disso, irá o FUTURIUM expandir-se para incluir algoritmos sofisticados para garantir uma participação autêntica? A análise das partes interessadas, a votação ponderada, a inteligência colectiva, a sabedoria colectiva e a gestão de problemas sistémicos sociais complexos são apenas algumas das disciplinas que precisam de ser apoiadas e desenvolvidas. Mesmo quando os desafios teóricos forem resolvidos, precisaremos de desenvolver sistemas tecnossociais como os que estão a ser desenvolvidos pelo Grupo Agoras, que implementam a teoria de acompanhamento.

### 1.3.2 Respeite as Limitações Cognitivas Humanas

Desde a época em que o psicólogo cognitivo George Miller (Miller 1956) descobriu que nossa memória de curto prazo só pode conter sete, mais ou menos dois itens e John Warfield (Warfield 1988) propôs que esse número caia para três itens quando somos esperados para realizar quaisquer operações neles (como compará-los), os cientistas estão cientes desta eminente limitação cognitiva. O bombardeio esmagador da juventude de hoje (e não só) com informações através de telas digitais que exigem a sua atenção durante uma parte significativa do dia (de acordo com a pesquisa EUKIDS Online, o tempo médio gasto online por crianças de 9 a 16 anos é de 88 minutos por dia em frente aos computadores; (Livingstone et al. 2011) trouxe à luz outra grande limitação de nossas habilidades cognitivas: *nossas habilidades de atenção também são bastante limitadas!* Portanto, não deveria ser surpresa que a prevalência da síndrome de déficit de atenção (ou seja, TDAH ) aumentou significativamente nas últimas duas décadas da revolução da informação. Além disso, com o aumento do número de opções e o impacto das nossas escolhas a tornar-se menos previsível, precisamos de acesso a agentes artificialmente inteligentes para nos apoiar na avaliação de opções. Ao mesmo tempo Ao mesmo tempo, com o número de criaturas digitais “inteligentes” e “vivas” que nos rodeiam também aumentando exponencialmente, poderemos até ter que lutar por atenção e personalização.

Portanto, não é acidental que o Manifesto Onlife recomende: “As sociedades devem proteger, valorizar e nutrir as capacidades de atenção dos seres humanos” e conclui que “deveria ser dada mais atenção colectiva à própria atenção”.

Machine Translated by Google



### 1.3.3 Tecnologias para melhorar as limitações cognitivas humanas

Os futuros cidadãos terão de tomar muito mais decisões do que tomam hoje e terão de o fazer com muito mais frequência. As alternativas estão a tornar-se não só progressivamente mais complexas e as suas características ocultas e complicadas, mas, além disso, a experiência, a percepção do mundo e até a própria realidade de cada um tornam-se cada vez mais diminuídas e sujeitas a manipulação. Se os cidadãos de hoje se sentem impotentes para participar no processo de tomada de decisão e a sua voz não tem possibilidade razoável de ser ouvida, como se sentiriam os cidadãos do futuro se não resolvermos estes problemas? A questão é o que seria necessário para conceber novos sistemas de governação nos quais os desejos autênticos e reais das pessoas possam ser tidos em conta. Os futuros cidadãos deveriam, de alguma forma, tornar-se capazes de colher a sua inteligência colectiva e a sua sabedoria colectiva, em vez de permitir que os interesses pessoais e os comportamentos patéticos dos indivíduos prevaleçam no processo de tomada de decisão.

Na próxima década deveremos desenvolver ferramentas que nos permitam navegar e interagir não apenas com informações, mas também com simulações e previsões de futuros que possam surgir dependendo das escolhas que possamos fazer. Certamente seremos forçados a confiar quase exclusivamente na tecnologia. Novas formas de vulnerabilidades sistémicas surgirão da crescente dependência de infra-estruturas informacionais. Os jogos de poder nas esferas online também podem levar a consequências indesejáveis, incluindo a perda de poder das pessoas através da manipulação de dados. A repartição do poder e da responsabilidade entre autoridades públicas, agentes empresariais e cidadãos deve ser mais equilibrada. A investigação e as ferramentas para combater estas ameaças tornam-se uma prioridade absolut

Por fim, como a tecnologia será essencial, a democratização dos processos de concepção e desenvolvimento de novas tecnologias torna-se uma exigência. Devemos garantir o acesso e a simplicidade das interfaces.

## 2 Devemos reprojetar o conceito de vida na era computacional

A distinção entre a vida e a morte, entre o vivo e o não-vivo, sempre foi confusa nas esferas do divino e da imaginação. Em contraste, a biologia ofereceu uma definição distinta que funcionou bem durante muitos séculos e serviu aos avanços e desenvolvimentos da pesquisa. Esta definição simples distingue os seres vivos pela sua capacidade de crescer (através do metabolismo), responder (a estímulos), adaptar-se (através da seleção natural) e reproduzir-se. Uma definição mais precisa descreve a vida com sete propriedades: (a) composta de células; (b) capaz de reprodução; (c) com base no código genético; (d) apresentar crescimento e desenvolvimento; (e) necessidade de materiais e energia; (f) responsivo ao seu ambiente; e g) manutenção do equilíbrio interno. Curiosamente, o conceito de morte inevitável geralmente não está incluído nas propriedades da vida; no entanto, está implícito.

Embora os pesquisadores operem com a definição acima, eles também usam frequentemente termos que retratam algo como se estivesse vivo, mesmo sabendo que talvez não exista.

Machine Translated by Google



atender a todos os critérios acima. Os investigadores fazem isto com a compreensão consciente de que a distinção é conhecida e que as pessoas estão conscientes dela. Há uma série de exemplos arquetípicos, que apresentaremos brevemente nos próximos parágrafos.

*As sementes ou o DNA estão vivos?* As sementes são feitas de células. Podem, em princípio, desenvolver-se em organismos vivos que metabolizam e crescem; eles têm um código genético; e eles mantêm seu equilíbrio interno. De muitas maneiras, uma semente pode ser considerada viva. Existe um período definido de viabilidade em que, se não for plantada e germinada, a semente acabará por morrer. Algumas sementes sobrevivem apenas alguns dias, enquanto as sementes recuperadas de turfeiras frias germinaram após milhares de anos. No entanto, as sementes não crescem e não respondem a estímulos (pelo menos não de forma detectável). Portanto, eles não estão vivos como tais, mas estão *potencialmente vivos.* De maneira análoga, o ácido desoxirribonucléico (DNA), como código da vida, também só está potencialmente vivo porque também não atende a vários dos critérios acima para organismos vivos.
Por exemplo, não se desenvolve nem cresce e não metaboliza. No entanto, consegue replicar-se e propagar-se e, assim, garantir a continuação da vida. Em ambos os casos, estas duas entidades carregam vida dentro de si, mas não estão vivas como tal.
No entanto, o recente sequenciamento completo do DNA de um cavalo que viveu há 780.000 anos por Ludovic Orlando e Eske Willerslev (Orlando e Willer slev 2013 ) abre a porta para trazer de volta à vida humanos pré-históricos, desafiando assim os conceitos de vida e morte.

*Platão está vivo hoje?* Muitos poderão argumentar que Platão (como inúmeros outros) está vivo hoje, pelo menos nas mentes dos milhões de pessoas que leram , *internalizaram* e *reproduziram* as suas ideias e filosofia. Em certo sentido, ele poderia, portanto, ser considerado vivo. Falando mais precisamente, as suas ideias estão vivas, mas ele próprio não. As suas ideias continuam a desenvolver-se e a crescer no sentido de que “metabolizam” ideias provenientes de autores contemporâneos e as utilizam para crescer. As suas ideias *respondem* de forma inegável quando confrontadas com os desafios actuais; algumas de suas ideias *se adaptam* às realidades contemporâneas e, portanto, sobrevivem por mais tempo, sendo continuamente *reproduzidas.* Pode-se argumentar que eles poderiam ser codificados e que conseguem manter a sua coesão interna. Onde, então, está traçada a linha na distinção entre vivos e mortos? Embora as suas ideias cumpram muitas das condições de vida, não podem ser consideradas um organismo vivo, porque não estão confinadas a um corpo finito feito de células, entre outras razões. Não é na mente de Platão que as suas ideias continuam vivas. Em vez disso, eles evoluem e se propagam apenas nas mentes de muitos outros.

A distinção feita implicitamente acima é que quaisquer que sejam os processos que sejam objetos de estudo, eles devem ocorrer dentro da entidade original (no caso acima, na mente de Platão). Mas será este um requisito necessário na nossa era? Clark e Chalmers, defensores da hipótese da mente estendida (Clark e Chalmers 1998), argumentariam que o recipiente das ideias de Platão (isto é, a sua mente) simplesmente mudou (para as mentes de muitos). E se a tecnologia permitir que a mente de uma pessoa funcione dentro de um hospedeiro diferente (por exemplo, um circuito de silício restrito ou uma rede distribuída) depois que o corpo dessa pessoa morrer? Essa entidade atenderia aos critérios usados para descrever algo como vivo? Seria a mesma mente, e para todas as considerações práticas

Machine Translated by Google



capaz de aprender, reagir, desenvolver e se adaptar eternamente. No entanto, violará a exigência de que um organismo vivo seja composto de células. Se decidirmos manter este requisito, poderemos adiar a necessidade de reprojetar os nossos conceitos.

A tecnologia informática e as TIC, em particular, criaram condições para que os artefactos digitais e físicos não só permanecessem "vivos" por períodos muito longos (virtualmente indefinidos), mas também, mais importante ainda, fossem capazes de expressar muitas das propriedades anteriormente existentes. reservado apenas para os vivos. A invenção da Internet desencadeou transformações irreversíveis em pelo menos duas dimensões. Numa dimensão, criou uma rede que liga pessoas, conhecimento e máquinas. A internet das coisas adicionou o não-vivo, o meio ambiente e até mesmo a natureza em geral a essa grade. Numa outra dimensão, a internet facilitou o desenvolvimento de novas tecnologias e novos espaços. Dados, informações e conhecimentos virtualmente ilimitados, bem como os produtos de pensamentos (por exemplo, pegadas digitais) e ações (por exemplo, vestígios de ações durante a navegação ou interação no ciberespaço), são, para todos os efeitos práticos, imortais. Mais cedo do que muitos imaginam, versões rudimentares de "mentes humanas" serão capazes de continuar as suas próprias vidas, "interagindo" com outras pessoas ou seres e ambientes e aprendendo com as suas ações. Estes desenvolvimentos convidam a humanidade a repensar muitos dos conceitos anteriormente considerados invariáveis, conforme resumidos nas questões seguintes e discutidos com mais detalhes nas secções seguintes:

- O que significa estar vivo? (O conceito de vida precisa ser revisitado?)
- O que significa ser humano? (O humano é realmente algo mais do que apenas informação? Se sim, então o que?)
- Se os processos responsáveis pelo surgimento da mente se tornarem imortais, pode a mente será então separada do seu recipiente?
- Se os humanos se tornarem imortais, quais serão as consequências para a sustentabilidade?

### *2.1 O que significa estar vivo?*

Esta questão fundamental não pode receber uma resposta definitiva utilizando os conceitos actuais, mas abordá-la é útil para lidar com os desafios. No entanto, continuar a ensinar as sete propriedades da vida como se fossem suficientes para descrever a vida não é apenas contraproducente, mas também enganoso.

### *2.2 O que significa ser humano?*

O filme Bicentennial Man, de 1999, baseado na novela de Isaac Asimov publicada em 1975, e o filme AI, escrito, dirigido e produzido por Steven Spielberg em 2001, já provocaram as pessoas a repensarem não apenas se um oid humano está vivo, mas também, mais importante ainda, se um humanóide deveria receber direitos reservados apenas para humanos. Além disso, assumindo a tarefa de Hannah Arendt de

Machine Translated by Google



reconsiderando “a condição humana do ponto de vista de nossas mais recentes experiências e medos mais recentes”, a descoberta de que os humanos podem ser nada mais do que informação exige precisamente uma reengenharia do conceito do que significa ser humano no sistema computacional. era. Esta discussão convida-nos a refletir sobre nós mesmos e não apenas a definir o que nos torna humanos, mas também, mais importante, a identificar aquelas características especiais que nos distinguem claramente dos não-humanos e que gostaríamos de preservar (Laouris 2013) .

## *2.3 Mente e Corpo*

A mente pode existir sem corpo? Aristóteles propôs que a mente (alma) não pode existir fora do corpo e morre com ele, enquanto Descartes manteve uma distinção rígida entre os domínios da mente e da matéria. Os cientistas hoje descrevem a luz como sendo ondas e partículas, e a mecânica quântica questionou os fundamentos da física como a conhecíamos durante séculos, propondo que as partículas existem em todos os estados ao mesmo tempo (em superposição coerente) e que um gato pode estar vivo ou morto. ao mesmo tempo! As deliberações que levaram ao Manifesto Onlife também encorajaram os membros deste think tank a favorecer as dualidades em detrimento das clássicas dicotomias de oposição. Conseqüentemente, se conseguirmos carregar uma mente humana em uma máquina (ou na rede) por um dia, isso significará que a mente pode ser separada do corpo, mas ao mesmo tempo será uma admissão de que a mente requer um corpo, embora um diferente. Mesmo assim, os desafios e implicações serão objeto de muitos estudos pa
vir.

## *2.4 Imortalidade e Sustentabilidade*

Poder-se-ia argumentar que se os humanos vivessem mais tempo ou mesmo se tornassem biologicamente imortais, isso seria devastador para o ambiente e para a sustentabilidade. Além disso, surgem muitas questões éticas, tais como se os humanos têm o direito de viver mais tempo do que outras criaturas, se as pessoas devem estabelecer regras e condições para terminar a vida ou concordar com a eutanásia, e como determinar quem ou o que deve viver e morrer.

## *2.5 Grandes Desafios para Alcançar a Imortalidade*

Cientistas e tecnólogos aspiram alcançar imortalidades de diferentes tipos usando bases teóricas e tecnologias completamente diferentes. Cada abordagem apresenta diferentes desafios conceituais.

Machine Translated by Google



### 2.5.1 Desafio nº 1: Desacelerar ou parar o envelhecimento biológico

Os cientistas trabalham em muitos caminhos diferentes para desacelerar ou encerrar completamente o processo de envelhecimento biológico. Para começar, utilizamos diferentes definições para o envelhecimento, o que naturalmente impõe diferentes pontos de intervenção. Estes, por sua vez, têm efeitos diferentes na necessidade de reconsiderar conceitos relevantes. Por exemplo, se o envelhecimento e a morte celular são pré-programados, então a quebra desse código levanta questões sobre se alguém colocou esse código ali por uma razão e se a quebra desse código nos aproxima desse criador. Por outro lado, se o envelhecimento é simplesmente um processo de esgotamento e uso excessivo metabólico e celular, talvez não precisemos reconsiderar quaisquer conceitos. Além disso, se encararmos o envelhecimento como um processo multidimensional de mudanças físicas, psicológicas e sociais, então todas estas mudanças precisam de ser tidas em consideração quando se fala em envelhecimento. Por exemplo, de acordo com Kyriazis (Kyriazis 2003, 2005), a teoria do caos e a entropia implicam que mais informação levará a mais complexidade intelectual, bem como a mais redundância biológica, ou seja, a menos risc

### 2.5.2 Desafio nº 2: Substituir tecidos biológicos por tecidos manufaturados

Isto já começou, com pacemakers cardíacos, articulações metálicas, membros biónicos, transplantes de olhos e ouvidos, etc. exoesqueletos. Os ciborgues emergentes ou, eventualmente, os robôs ainda são humanos? Deveríamos traçar um limite ou aceitar, como sugeriu Minsky (Minsky 2004) , “os robôs herdarão a Terra, mas serão nossos filhos”?

### 2.5.3 Desafio nº 3: Medicina Regenerativa

Termo atribuído a William Haseltine (fundador da Human Genome Sciences; (Viola et al. 2003)), a medicina regenerativa refere-se ao “processo de substituição ou regeneração de células, tecidos ou órgãos humanos para restaurar ou estabelecer a função normal” (Mason e Dunnill 2008). As abordagens teóricas e tecnológicas vão desde tentativas de regenerar tecidos e órgãos danificados no corpo e/ou estimular os próprios mecanismos de reparação do corpo para curar tecidos ou órgãos anteriormente irreparáveis, até à substituição de tecidos ou órgãos danificados, quer através do seu cultivo (fabricação) no laboratório usando tecnologias de andaimes ou “imprimindo” (veja também abaixo) camada por camada.

*Reparando o corpo por dentro* À primeira vista, a ideia de que os nanorrobôs dentro do nosso corpo repararão tudo o que precisa ser reparado não afeta nossos conceitos de vida, de ser humano ou de identidade. E se esses robôs forem controlados de fora?
E o conceito de livre arbítrio, por exemplo?

*Fabricação de órgãos* Os órgãos são projetados usando a descelularização de um órgão vivo (removendo células para deixar uma estrutura extracelular limpa) para manter apenas o esqueleto. As células-tronco são cultivadas dentro da estrutura e recriam o órgão. Criado artificialmente

Machine Translated by Google



estruturas adaptadas também estão sendo usadas como andaimes para projetar, por exemplo, válvulas cardíacas ou bexigas. As impressoras de órgãos 3D também não são mais ficção científica. Por exemplo, Anthony Atala, do Wake Forest Institute for Regenerative Medicine (ver, por exemplo, (Nakamura et al. 2005; Xu et al. 2009)) tem tentado imprimir válvulas cardíacas, rins, fígados e outros tecidos usando um tecnologia análoga às impressoras a jato de tinta, injetando células humanas em vez de gotículas de tinta de tamanho nanométrico. A ideia de fabricar ou "imprimir" órgãos humanos para substituir aqueles que envelhecem ou apresentam mau funcionamento abre novos desafios conceituais no que diz respeito ao que significa para um órgão estar vivo, à constância da identidade do receptor e até mesmo à relação mente-corpo. pergunta. Além do mais, a ideia de que algum dia poderemos desenvolver impressoras que "imprimam" impressoras (ou seja, reprodução) desafia o próprio conceito de vida.

#### 2.5.4 Desafio nº 4: Transferir a mente para uma máquina

Geralmente se refere ao processo de transferência ou cópia de uma mente consciente de um cérebro para um substrato não biológico. Embora ainda seja considerada por muitos uma ficção científica absurda, em alguns aspectos ela já começou. Num futuro não muito distante, os agentes digitais poderão representar-nos até certo ponto, comportando-se e agindo como nós. Com a funcionalidade adicional de aprender com seus erros, eles terão vida própria. Assim, um eu rudimentar continuará a viver no ciberespaço mesmo após a nossa morte. Uma vez alcançado o ponto em que um eu inteiramente consciente possa ser transferido, teremos conseguido transferir a mente humana para uma máquina. Nesse ponto, enfrentaremos novas questões, tais como: o que acontece se o equivalente biológico continuar a viver?

## *2.6 Implicações Políticas*

#### 2.6.1 Extensão da Vida

Num mundo em que os artefactos e a informação sobrevivem por muito mais tempo do que o corpo humano, haverá uma pressão crescente para também prolongar a vida humana. Como observa Floridi (Capítulo "Comentário de Ganascia"), "há mais pessoas vivas hoje do que nunca", enquanto, ao mesmo tempo, cerca de 100.000 pessoas morrem todos os dias devido ao envelhecimento. Antecipar um prolongamento significativo da vida humana ou desejar a imortalidade abre uma caixa de Pandora de inúmeros desafios relacionados com a evolução e a sustentabilidade. A investigação que visa o prolongamento da vida expande-se em diferentes direcções, desde manipulações de ADN até substituições de órgãos biológicos ou biónicos fabricados, até tratamentos baseados na nanotecnologia e na tecnologia de células estaminais. Os desafios éticos e de sustentabilidade que acompanham estes desenvolvimentos requerem não apenas investigação relevante, mas também atenção e políticas apropriadas (Hildebrandt: Capítulo "A Hiperhistória e a Filosofia das Políticas de Informação").
Talvez tenhamos de reconsiderar o direito de viver mais do que outras criaturas na terra (ou no universo), o direito de interferir na natureza e o direito de tomar a evolução nas mãos humanas.

Machine Translated by Google



### 2.6.2 Participação Autêntica na Tomada de Decisão e Governança

As tecnologias atuais permitem que muito mais pessoas vivam mais e melhor e, portanto, possam interagir umas com as outras por períodos mais longos. Tais tecnologias também lhes permitem partilhar e interagir em múltiplos espaços públicos (reais e virtuais).
Esta maior conectividade, em conjunto com um maior acesso à informação e ao conhecimento, permite inevitavelmente que mais pessoas participem em debates e decisões.
Contudo, tais desenvolvimentos também aumentam as possibilidades de desacordos e conflitos. A ciência do design dialógico estruturado discutida na primeira parte deste capítulo prevê que a capacidade de uma comunidade de partes interessadas para implementar eficazmente um plano de ação depende fortemente do envolvimento genuíno de todos aqueles cujas vidas podem ser afetadas (Flanagan e Christakis 2009 ; Laouris 2012) e que desconsiderar a sua participação não é apenas antiético, mas também significa que quaisquer planos feitos estão fadados ao fracasso (Laouris et al. 2008). Portanto, o conceito e os meios para essa participação autêntica terão de ser reconsiderados e redefinidos.
Precisamos urgentemente de tecnologias que permitam uma colaboração massiva para acelerar a tomada de decisões (Laouris e Christakis 2007) e, consequentemente, mudanças sociais positivas. A luta para alargar os espaços públicos, nos quais os seres humanos interagem e aumentam as possibilidades e as liberdades, deve ser acompanhada por desenvolvimentos paralelos em metodologias e tecnologias que possam efetivamente garantir que a sabedoria prevalecerá sempre nas nossas escolhas e ações.

### 2.6.3 Acesso às Tecnologias

A inteligência, o tamanho e todas as outras características físicas e mentais de todas as espécies seguem distribuições normais com desvios-padrão restritos. Os desenvolvimentos tecnológicos que melhoram significativamente os seres humanos poderão, mesmo a curto prazo, distorcer significativamente estas distribuições, especialmente se as disparidades económicas, sociais, educacionais e outras entre os ricos e os pobres no planeta permanecerem tão grandes como são. Apesar do progresso tecnológico, os idosos e as pessoas com deficiência (Acção COST-219ter 2010; Laouris e Michaelides 2007) , bem como o público em geral (Acção COST-298 2007; Laouris et al. 2007) não beneficiam suficientemente.
Por conseguinte, as sociedades necessitam de prestar cada vez mais atenção às questões de acesso, acessibilidade e ampla participação.

### 2.6.4 Privacidade num mundo globalmente conectado

A imortalidade dos dados e da informação coloca enormes desafios ao conceito de privacidade. A privacidade tem dois aspectos: o poder de controlar quais informações o indivíduo deseja revelar e o poder de apagar informações que pertencem ou dizem respeito ao indivíduo. Embora a primeira se torne cada vez mais complicada, a segunda é virtualmente impossível hoje em dia devido a restrições legais e tecnológicas. Por exemplo, como os futuros humanos serão protegidos de manipulações invisíveis que podem ocorrer

Machine Translated by Google



através de extensões ou apegos ao seu corpo e mente? Nada permanece estritamente privado ou público. A privacidade depende das circunstâncias ou mesmo do calibre financeiro de cada um. Como é definida a privacidade quando se trata de agentes artificiais ou interfaces que conectam cérebros humanos a outros cérebros ou sistemas? O sistema jurídico e a sabedoria das pessoas em geral terão de acompanhar a evolução da tecnologia se quiserem ser capazes de enfrentar questões de tomada de decisões e privacidade num mundo globalmente conectado.

#### 2.6.5 O direito à eutanásia digital

A viabilidade do prolongamento da vida aumenta os desafios à privacidade porque as probabilidades de um indivíduo desejar eliminar algo sobre si mesmo da rede aumentam, sem dúvida, com o aumento da esperança de vida. Tentar resolver este problema, que à primeira vista parece bastante técnico, cria novos e enormes desafios. O poder de decidir apagar qualquer tipo de informação da Internet é uma das maiores controvérsias nas discussões sobre a regulamentação da proteção de dados na UE. Além disso, o aspecto técnico é muito mais complicado do que se imagina. Isto porque, para poder rastrear e apagar dados que um indivíduo criou, seria necessário que os dados produzidos por qualquer indivíduo (humano ou não humano) contivessem algum tipo de assinatura e/ou deixassem pegadas, mesmo quando os dados são copiados, movidos ou de outra forma processados por terceiros em qualquer fase posterior. Isto abre uma caixa de Pandora de questões sobre privacidade e anonimato.

Além disso, consideremos o caso de criaturas digitais mais complexas, originalmente criadas por alguém. Se um agente digital evolui e adquire novos conhecimentos, experiências e habilidades, ele passa a se tornar algo independente de seu criador. Tais futuros possíveis nos forçam a reconsiderar as visões de mundo populares e o conceito do que significa para um ser estar vivo ou morto (ou algo entre os dois) ou para um ser existir ou não existir (ou algo intermediário), bem como quem tem o direito de decidir sobre a vida, morte, existência ou extermínio de tais formas de vida/informação.

### *2.7 O que é humano?*

Com a confusão entre o vivo e o não-vivo, entre os artefactos produzidos biologicamente pela natureza e os artefactos produzidos tecnologicamente pela natureza, surge uma necessidade urgente de identificar explicitamente as características verdadeiras e profundas que definem o humano e distinguem as pessoas do não-humano. Por exemplo, apenas os humanos estão preocupados com o significado da vida e a inevitabilidade da morte. Além disso, a procura de gratificação e a capacidade de criar condições para desenvolver direitos e códigos de ética são encontradas apenas em humanos, embora existam versões rudimentares em alguns primatas e golfinhos. Pelo que sabíamos até recentemente, apenas os humanos têm sonhos enquanto dormem, têm uma teoria da mente e expressam e compreendem o humor e a ironia. Estes são apenas alguns exemplos de características geralmente reservadas aos humanos. A questão

Machine Translated by Google



A questão é se investimos o suficiente em pesquisas para compreender os efeitos da hiperconectividade e da extensão de espaços públicos com espaços virtuais paralelos praticamente infinitos sobre essas propriedades presumivelmente humanas. Quantas políticas governamentais ou prioridades sociais cuidam e protegem as características que são fundamentais para o conceito de ser humano? Deve ser prioridade máxima não apenas pesquisar e compreender, mas, mais importante ainda, nutrir e salvaguardar tudo o que realmente distingue os humanos de tudo o mais neste universo.

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

## Referências

Alexander, GC 2003. Gestão interativa: Uma metodologia emancipatória. *Prática de Sistemas e Pesquisa-Ação* 15:111–122.

Cacioppo, J. 2007. Definindo projeto de sabedoria. http://wisdomresearch.org. Acessado em 30 de junho de 2013.

Christakis, AN 1973. Um novo paradigma da ciência política. *Futuros* 5:43–558.

Christakis, AN 1996. Uma ciência popular: A abordagem do sistema CogniScope. *Sistemas: Journal of Transdisciplinary Systems Sciences* 1:16–19.

Christakis, AN 2000. Software Cogniscópio. http://www.globalagoras.org/what-wedo/agoras process/structured-dialogic-design-software/. Acessado em 30 de janeiro de 2014.

Christakis, AN 2003. Instituto para Ágoras do século XXI. http://www.globalagoras.org/about. Acessado em 30 de janeiro de 2014.

Christakis, AN 2006. Uma investigação estrutural retrospectiva da situação difícil da humanidade; prospecto do clube de Roma. No *Volume 1: Resgatando a iluminação de si mesma,* eds. JP van Gigch e Janet McIntyre-Mills, 93–122. EUA: Springer.

Christakis, AN e K. Dye. 2008. As lições do CogniscopeTM aprendidas na Arena. Em *Diálogo como meio coletivo de conversação sobre design,* eds. PM Jenlink e BH Banathy, 187–203. EUA: Springer.

Clark, A. e DJ Chalmers. 1998. A mente estendida. *Análise* 58:7–19.

CUSTO Ação-219ter. 2010. Acessibilidade para todos aos serviços e terminais das redes móveis da próxima geração. Na Comissão Europeia: Gabinete COST. http://www.tiresias.org/cost219ter/. Acessado em 30 de janeiro de 2013.

Ação CUSTO-298. 2007. Participação na sociedade de banda larga! Na Comissão Europeia: COST Escritório. http://www.cost298.org. Acessado em 30 de junho de 2013.

Crozier, MJ, SP Huntington e J. Watanuki. 1975. *A crise da democracia.* Nova York: Imprensa da Universidade de Nova York.

Dalton, RJ 2006. *Política cidadã: Opinião pública e partidos políticos em democracias industriais avançadas.* Washington, DC: CQ Press.

Força-Tarefa de Futuros Digitais. 2012. Futuro. Na Comissão Europeia. http://ec.europa.eu/digital agenda/futurium/. Acessado em 30 de junho de 2013.

Durant, RF 1995. O déficit de democracia na América. *Ciência Política Trimestral* 110:25–47.

Dye, KM e DS Conaway. 1999. *Lições aprendidas em cinco anos de aplicação do Cog* Abordagem *niScopeTM para a administração de alimentos e medicamentos.* Paoli: CWA Ltd.

Comissão Europeia E. 2013. Estatísticas de desemprego. http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statis tics_explained/index.php/Unemployment_statistics. Acessado em 30 de junho de 2013.

Machine Translated by Google



Flanagan, TR e AN Christakis. 2009. *O ponto de discussão: Criando um ambiente para explorar significados complexos.* Charlotte: Publicação da Era da Informação.

Centro dos Mundos Futuros. 2012. Reinventando_democracia. http://www.futureworlds.eu/wiki/Reinventing_democracy. Acessado em 30 de junho de 2013.

Kyriazis, M. 2003. Aplicações práticas da teoria do caos à modulação do envelhecimento humano: A natureza prefere o caos à regularidade. *Biogerontologia* 4:75–90.

Kyriazis, M. 2005. Estratégias herméticas clínicas anti-envelhecimento. *Pesquisa de Rejuvenescimento* 8:96–100. doi:10.1089/rej.2005.8.96..

Laouris, Y. 2012. O ABC da ciência do design dialógico estruturado. *Revista Internacional de Estudos Sistêmicos Aplicados* 4:239–257.

Laouris, Y. 2013. *O que significa ser humano* (em preparação).

Laouris, Y. e A. Christakis. 2007. Aproveitando a sabedoria coletiva em uma fração do tempo usando Processo de Design Dialógico Estruturado em um contexto de comunicação virtual Int. J. *Estudos Sistêmicos Aplicados, 1(2),* 131–153.

Laouris, Y. e R. Laouri. 2008. Podem as tecnologias de informação e móveis servir para colmatar as lacunas económicas, educacionais, digitais e sociais e acelerar o desenvolvimento? *Futuros Mundiais* 64:254–275. doi:10.1080/02604020802189534..

Laouris, Y. e M. Michaelides. 2007. Que obstáculos impedem que aplicações práticas de banda larga sejam produzidas e exploradas? Em *Rumo a um futuro inclusivo: Impacto e potencial mais amplo das tecnologias de informação e comunicação,* ed. R.Patrick, 281–299. Bruxelas: COST.

Laouris, Y., M. Michaelides e B. Sapio. 2007. Quais são os obstáculos que impedem o grande público de beneficiar e participar na sociedade de banda larga? *Em Inovando para e pelos usuários,* eds. J. Ierson, E. Mante-Meijer, E. Loos e B. Sapio, 171–180. Luxemburgo: Gabinete COST.

Laouris, Y., R. Laouri e A. Christakis. 2008. Práxis de comunicação para a responsabilização ética: A ética da árvore da ação: Diálogo e derrubada do Muro em Chipre. *Pesquisa de Sistemas e Ciência Comportamental* 25:331–348.

Livingstone, S., L. Haddon, A. Görzig e K. Ólafsson. 2011. *Riscos e segurança na Internet: A perspectiva das crianças europeias: conclusões completas e implicações políticas do inquérito EU Kids Online a jovens dos 9 aos 16 anos e aos seus pais em 25 países.* EU Kids Online, Entregável D4. Londres: Rede Europeia Kids Online.

Macedo, S., A. Alex-Assensoh, JM Berry, M. Brintnall, DE Campbell, LR Fraga, et al. 2005. *Democracia em risco: como as escolhas políticas prejudicam a participação dos cidadãos e o que podemos fazer a respeito.* Washington, DC: Brookings Institution Press.

Magas, G. 2013. Comentário no TEDTalk: Rory Stewart: Por que a democracia é importante. http://www.ted.com/talks/rory_stewart_how_to_rebuild_democracy.html?c=589811. Acessado em 30 de janeiro de 2014.

Malone, T. 2006. O centro de inteligência coletiva do MIT. http://cci.mit.edu. Acessado em 30 de janeiro de 2014.

Mason, C. e P. Dunnill. 2008. Uma breve definição de medicina regenerativa. *Medicina Regenerativa cinema* 3:1–5.

Miller, GA 1956. O número mágico sete, mais ou menos dois: Algumas limitações em nossa capacidade de processar informações. *Revisão de Psicologia* 63:81–97.

Minsky, ML 2004. *Os robôs herdarão a Terra? Sim, mas eles serão nossos filhos.* Canadá: Scientific American (outubro).

Nakamura, M., A. Kobayashi, F. Takagi, et al. 2005. Técnica de impressão a jato de tinta biocompatível para semeadura projetada de células vivas individuais. *Engenharia de tecidos* 11:1658–1666. doi:10.1089/dez.2005.11.1658..

Orlando, L. e E. Willerslev. 2013. Os primeiros cavalos surgiram há 4 milhões de anos. http://www.natureza.com/news/primeiros-cavalos-surgiram-4-milhões-de-anos-1.13261. Acessado em 30 de junho de 2013.

Petridou, E., E. Michail, M. Georgiou e D. Psilla. 2012. *Reinventando a democracia na era digital.* Nicósia: Future Worlds Center http://www.futureworlds.eu/wiki/SDDP_Reinventing_De mocracy_in_the_Digital_Era. Acessado em 30 de janeiro de 2014.

Rimmerman, CA 2001. *A nova cidadania: política não convencional, ativismo e serviço.* 2ª edição. Pedregulho: Westview Press.

Rousseau, J.-J. 1923. *O contrato social e os discursos.* Pág. 1761. Londres: Dent.

Machine Translated by Google



Thorseth, M. 2011. Direitos para um Futuro Verde Incerteza, Direitos Humanos Intergeracionais e Caminhos para a Realização (ENRI-Futuro). Um programa de rede de investigação do FSE. http://www.greenrights.nl. Acessado em 30 de janeiro de 2014.

Toffler, A. e H. Toffler. 1995. *Criando uma nova civilização: A política da terceira onda.* No Lanta: Turner Publishing.

Viola, J., B. Lal e O. Grad. 2003. *O surgimento da engenharia de tecidos como campo de pesquisa.* Arlington: Fundação Nacional de Ciência.

Warfield, JN 1982. Modelagem Estrutural Interpretativa. *In: Planejamento de Grupo e Métodos de Resolução de Problemas em Engenharia,* ed. SA Olsen, 155–201. Nova York: Wiley.

Warfield, JN 1988. O número mágico três, mais ou menos zero. *Cibernética e Sistemas* 19:339–358.

Warfield, JN 1994. Software de Modelagem Estrutural Interpretativa (ISM). http://www.gmu.edu/depts/t-iasis/ism/ism.htm. Acessado em 30 de janeiro de 2014.

Warfield, J. e A. Cárdenas. 1994. *Um manual de gestão interativa.* Palm Harbor: Editora Ajar.

Wasilewski, J. 2007. Diálogo para a reconciliação e a gestão de questões complexas: A coevolução das comunidades MIID (comunidades multicêntricas, interligadas, inclusivas e discursivas). *Relatórios de Paz: Boletim 5:3–4, 6 do ICU Peace Research Institute (PRI) .*

Wikipédia. 2013. Efialtes. http://en.wikipedia.org/wiki/Ephialtes. Acessado em 30 de janeiro de 2014.

Xu, T., J. Rohozinski, W. Zhao, et al. 2009. Transfecção genética mediada por jato de tinta em células vivas combinada com entrega direcionada. *Engenharia de tecidos Parte A* 15:95–101. doi:10.1089/dez.chá.2008.0095.

Machine Translated by Google

# Parte VI

## Complexidade, Responsabilidade e Governança

Machine Translated by Google

# Responsabilidade Epistêmica Distribuída em uma Era Hiperconectada

**Judite Simão**

## 1. Introdução

Para explorar o que pode significar ser humano numa realidade hiperconectada, podemos começar com o desafio de Hannah Arendt de reconsiderar "a condição humana do ponto de vista das nossas experiências mais recentes e dos medos mais recentes" (Arendt 1958), como foi sugerido na nota de fundo para a Iniciativa ONLIFE. Uma experiência central no nosso mundo da vida sociotécnico contemporâneo – muitas vezes resultando em medo – diz respeito à responsabilidade e à responsabilização: nomeadamente, a dificuldade de atribuir responsabilidade e de localizar a responsabilização em sistemas sociotécnicos cada vez mais distribuídos e emaranhados. Pense pequeno: nas dificuldades de encontrar e chegar à pessoa a quem responsabilizar no caso de uma ligação à Internet não funcionar? Pense grande: quem é responsável – responsável e responsável – pela crise financeira?

A tecnologia informática e as TIC, em particular, aprofundaram e agravaram estas questões. Pensemos em agentes artificiais, em algoritmos de motores de busca, no tratamento de dados pessoais em sites de redes sociais; pense em drones, robôs militares e de saúde ou veículos não tripulados, pense em negociação algorítmica: quem é o responsável e especialmente se as coisas derem errado - quem é o culpado: os designers, os usuários, as tecnologias ou melhor, os sistemas sociotécnicos distribuídos e emaranhados sistemas? Quais são as implicações normativas e quem é responsável e capaz de definir os quadros regulamentares?

Por um lado, estas são questões a serem abordadas pelos decisores políticos: são necessárias regulamentações para o comércio algorítmico, para a implantação de drones, para a concepção de sistemas de registos electrónicos de pacientes – e para uma superabundância de novas questões constantemente emergentes relacionadas com a atribuição ou suposição de responsabilidade em ambientes sócio-técnicos. Por outro lado, existem ações e decisões a serem tomadas por cada um de nós no dia a dia. Ao navegar pela Web, onde p

J. Simão **(ÿ)**
Instituto de Filosofia, Universidade de Viena, Viena, Áustria
e-mail: judith.simon@univie.ac.at

Grupo de Tecnologias na Prática, IT University Copenhagen, Copenhague, Dinamarca

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI 10.1007/978-3-319-04093-6_17, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



depositamos confiança e onde devemos estar vigilantes? Como podemos e como devemos assumir nós mesmos a responsabilidade e como podemos atribuí-la aos outros?

Nesta contribuição concentro-me especificamente nas responsabilidades nos processos de conhecimento. Defendo que, no que diz respeito a estas chamadas *responsabilidades epistémicas* , estamos também a enfrentar novos desafios numa realidade hiperconectada, que exige pensamento e acção tanto a nível macroscópico como a nível microscópico. Ao reconsiderar as noções de responsabilidade recebidas, é aconselhável distinguir duas perspectivas relevantes:

1) a perspectiva individualista, com foco em indivíduos que atuam como conhecedores dentro de sistemas epistêmicos sociotécnicos cada vez mais complexos e dinâmicos. A questão principal aqui é: o que significa ser responsável no conhecimento?
2) a perspectiva da governação, centrando-se na questão de como os sistemas e ambientes devem ser concebidos para que os indivíduos possam agir de forma responsável. A questão principal aqui é: o que é necessário para permitir a responsabilidade no conhecimento?

Claramente, essas duas perspectivas estão relacionadas. Os intervenientes que actuam nos ambientes moldam esses ambientes através da sua acção, tal como aqueles com um mandato de governação explícito muitas vezes fazem parte dos ambientes que pretendem conceber e governar. No entanto, a distinção permite concretizar diferentes tarefas e deveres – diferentes responsabilidades – relacionadas com a actuação dentro dos sistemas ou com a concepção e gestão de sistemas.

## 2 Conhecendo hoje

As nossas formas de saber, seja na investigação ou na vida quotidiana, são, por um lado, altamente sociais: muito do que sabemos, sabemos através das palavras faladas ou escritas de outros; a investigação consiste não apenas na colaboração, mas também na construção de conhecimentos prévios, na comunicação de informação, na avaliação comunitária da qualidade dos agentes ou conteúdos científicos (por exemplo, revisão por pares), etc. e moldar essas práticas de conhecimento em extensões profundas. Verificamos a Wikipédia para encontrar informações sobre uma cidade que pretendemos visitar ou alguma informação sobre um incidente histórico, contamos com motores de busca para fornecer informações relevantes sobre um tópico específico, usamos classificações de outros agentes explicitamente para avaliar a qualidade dos produtos antes de comprar ou implicitamente, aceitando a ordem dos resultados da pesquisa ou recomendações. Assim, as práticas epistêmicas contemporâneas devem ser concebidas como práticas epistêmicas sociotécnicas.

Dentro destes emaranhados processos sociotécnicos de conhecimento, contamos de inúmeras maneiras mais ou menos transparentes com outros agentes, tanto agentes humanos como agentes não-humanos, infra-estruturas e tecnologias. No entanto, o que isto significa para as duas principais questões abordadas neste artigo, ou seja, quais são as implicações deste emaranhado epistêmico sociotécnico para (1) ser responsável por conhecer

Machine Translated by Google



(perspectiva individual) e (2) para permitir a responsabilidade no conhecimento (perspectiva de governança/design)?

Embora a primeira questão seja relevante para todos e cada um de nós, a última é de especial preocupação para os decisores políticos. Casos particularmente interessantes para a perspectiva da governação são as chamadas iniciativas *de Investigação e Inovação Responsáveis* , que foram propostas por vários conselhos nacionais de investigação na Europa (por exemplo, no Reino Unido, nos Países Baixos e na Noruega), bem como pela Comissão Europeia.

## 3 Pesquisa e Inovação Responsável

A estratégia *de Investigação e Inovação Responsáveis* da Comissão Europeia faz parte do futuro Programa-Quadro da UE Horizonte 2020 como sucessor da vertente *Ciência na Sociedade* do actual Programa-Quadro 7.º PQ. Ao combinar a palavra *responsável* com *investigação* e *inovação* como dois domínios particularmente intensivos em conhecimento, poder-se-ia esperar que a RRI fornecesse pelo menos algumas respostas aos desafios anteriormente mencionados relativos à responsabilidade – particularmente à responsabilidade epistémica – numa era hiperconectada.

Então, do que se trata o RRI? De acordo com um folheto recente da Comissão Europeia: "Investigação e Inovação (r)responsáveis significa que os intervenientes sociais trabalham em conjunto durante todo o processo de investigação e inovação, a fim de alinhar melhor tanto o processo como os seus resultados, com os valores, as necessidades e expectativas da sociedade europeia. A RRI é um desafio ambicioso para a criação de uma política de Investigação e Inovação impulsionada pelas necessidades da sociedade e envolvendo todos os intervenientes sociais através de abordagens participativas inclusivas."1

Mais especificamente, o quadro RRI consiste em seis áreas principais: (1) envolvimento, (2) igualdade de género, (3) educação científica, (4) acesso aberto, (5) ética e (6) governação, sendo a última um termo abrangente para as primeiras 5 áreas.2 No site do European Foundation Centre, as mesmas cinco primeiras áreas de relevância fundamental para RRI também são identificadas; a área (6) sobre governança, no entanto, está faltando enquanto eles listam *comunicação científica* e *carreira* como duas áreas-chave adicionais de RRI. Neste último website, cada área-chave é seguida de uma breve explicação. Por exemplo, *o envolvimento público* refere-se ao "envolvimento das pessoas e das organizações da sociedade civil no processo de investigação e inovação e a integração da sociedade na ciência é um processo" e as *carreiras* referem- se a "tornar as carreiras em ciência e tecnologia atractivas para os jovens estudantes".3

Duas observações podem ser esclarecedoras: em primeiro lugar, parece que a maior parte destas orientações se centra no que pode ser considerado *ética profissional* ou *ética empresarial,*

---

[1] http://ec.europa.eu/research/science-society/document_library/pdf_06/responsible-research and-innovation-leaflet_en.pdf (Acessado em 28 de junho de 2013).

[2] http://ec.europa.eu/research/science-society/document_library/pdf_06/responsible-research and-innovation-leaflet_en.pdf (Acessado em 28 de junho de 2013).

[3] http://www.efc.be/news_events/Pages/From-Science-in-Society.aspx (Acessado em 28 de junho de 2013).

Machine Translated by Google



ou seja, comportamento profissional adequado em práticas como contratação ou comunicação. O que parece bastante negligenciado, em contraste, são as implicações éticas das *próprias práticas epistémicas na investigação e inovação.* Em segundo lugar, apesar de ocupar um lugar importante no título da iniciativa, o termo responsabilidade está surpreendentemente subrepresentado nas descrições das principais áreas e objectivos da RRI. No resumo do site do Centro Europeu de Fundações a palavra "responsabilidade" não se encontra de todo. No folheto da Comissão Europeia, isso aparece em dois momentos: na secção sobre educação científica, argumenta-se que a educação científica é necessária para "equipar os futuros investigadores e outros intervenientes sociais com o conhecimento e as ferramentas necessárias para participarem plenamente e assumirem responsabilidades". no processo de investigação e inovação"[4] enquanto na secção sobre governação se diz que "os decisores políticos também têm a responsabilidade de prevenir desenvolvimentos prejudiciais ou antiéticos na investigação e inovação".

Se a RRI tiver alguma utilidade para enfrentar os desafios relativos à responsabilidade epistémica numa era hiperconectada, então precisamos de a melhorar em duas frentes. Primeiro, precisamos de acrescentar alguma substância à noção de responsabilidade, para preencher o termo "responsável" em Investigação e Inovação Responsáveis com algum conteúdo. Em segundo lugar, ao abordar a responsabilidade epistémica na investigação e inovação, precisamos de nos concentrar na ética das próprias práticas epistémicas, ou seja, nas responsabilidades dos agentes epistémicos *enquanto* agentes epistémicos.

Ao perguntar o que pode significar agir de forma responsável como um agente epistêmico dentro de sistemas sociotecnicamente emaranhados, tornarei óbvio que a responsabilidade epistêmica é um tópico que liga a epistemologia à ética. Portanto, não fazemos apenas uma subsecção sobre ética na Investigação e Inovação Responsáveis: precisamos de compreender e reconhecer – tanto em termos epistémicos como políticos – que as práticas epistémicas são práticas inerentemente éticas.

Nas próximas secções, começarei a abordar alguns dos desafios que enfrentamos no que diz respeito à responsabilidade epistémica numa era hiperconectada.

## 4 Abordando a Responsabilidade Epistêmica Distribuída

Existem várias áreas de pesquisa que forneceram insights inestimáveis sobre aspectos cruciais de ser responsável no conhecimento dentro de sistemas epistêmicos sociotécnicos emaranhados. Para abrir este tópico, nas seções seguintes apresentarei brevemente insights cruciais de três campos diferentes de pesquisa: pesquisa sobre *responsabilidade epistêmica em epistemologia (social),* pesquisa sobre *responsabilidade moral (distribuída) em filosofia da computação* e pesquisa sobre responsabilidade *distribuída . ou responsabilidade emaranhada na teoria feminista.*

[4] http://ec.europa.eu/research/science-society/document_library/pdf_06/responsible-research and-innovation-leaflet_en.pdf (Acessado em 28 de junho de 2013).

Machine Translated by Google



## *4.1 Responsabilidade Epistêmica: Insights de (Social) Epistemologia*

A responsabilidade epistêmica pode ser entendida em termos dos deveres dos conhecedores em dar e aceitar razões. Dentro da epistemologia analítica, por exemplo, discute-se se e em que medida a responsabilidade epistêmica é uma condição para a justificação e o conhecimento epistêmicos. Alguns teóricos concentram-se em questões muito básicas relativas aos nossos deveres de rever crenças à luz de novas evidências, fundamentalmente relacionadas com o tópico do voluntarismo doxástico, ou seja, a questão de saber se podemos controlar voluntariamente as nossas crenças. Outros abordam a questão do que implica ser um bom informante (Craig 1990), concentram-se em conceitos de louvabilidade epistêmica e culpabilidade e relacionam a responsabilidade epistêmica à responsabilidade moral (Corlett 2008), ou avaliam quais são as nossas responsabilidades na concessão de autoridade às fontes de informação. (Origgi 2008). Embora o tema da responsabilidade epistêmica possa ser abordado em relação a diferentes fontes de conhecimento, como a memória ou a percepção, é mais interessante no contexto das práticas de conhecimento testemunhal, ou seja, práticas relacionadas ao recebimento de conhecimento por meio de palavras faladas ou escritas de outra

Nos últimos anos, o testemunho emergiu como um tema central na epistemologia social, a disciplina filosófica que aborda as várias formas pelas quais o conhecimento é social. Em contraste com a abundância de publicações sobre testemunho (por exemplo, Coady 1992; Fricker 2007; Adler 1994) e tópicos relacionados, como confiança epistêmica (por exemplo, Origgi 2004; Simon 2010), autoridade epistêmica (por exemplo, Origgi 2008), injustiça epistêmica (especialmente Fricker 2007), a própria responsabilidade epistêmica só muito recentemente atraiu a atenção dentro da epistemologia social analítica.5

Embora os insights da epistemologia social, em particular aqueles que abordam práticas epistêmicas em contextos mais aplicados, sejam altamente cruciais para uma noção de responsabilidade epistêmica para o século 21, existem várias deficiências: Em primeiro lugar, devido a esta origem nos debates em torno do Na epistemologia do testemunho, o foco da atenção neste discurso da responsabilidade epistêmica também está principalmente nas interações epistêmicas entre agentes humanos, ou seja, nas responsabilidades dos falantes e dos ouvintes nas trocas de testemunhos. No entanto, tendo em conta que os processos de conhecimento ocorrem em sistemas cada vez mais emaranhados que consistem em agentes humanos e não humanos, sistemas em que o conteúdo de múltiplas fontes é processado, aceite, rejeitado, modificado de várias maneiras por estes diferentes agentes, a noção de a responsabilidade epistêmica precisa ser modificada e expandida para dar conta de tais processos epistêmicos sociotécnicos. Duas questões precisam ser abordadas com mais detalhes do que acontece atualmente na maioria das explicações analíticas da responsabilidade epistêmica: (a) o papel da tecnologia e (b) a relação entre poder e conhecimento.6 Para

5 Confira, por exemplo, a conferência sobre “Epistemologia Social e Responsabilidade Epistêmica”, que ocorreu no Kings College em maio de 2012. http://www.kcl.ac.uk/artshums/depts/philosophy/events/kclunc2012.aspx (acessado em 18 de setembro de 2013).

6 Seria inadequado argumentar que o papel da tecnologia ou o papel do poder foram totalmente negligenciados na epistemologia social. Por um lado, tem havido tentativas de dar conta das TIC

Machine Translated by Google



Se colocarmos a tecnologia em geral e as TIC em particular na equação, deveríamos recorrer à filosofia da tecnologia e à filosofia da computação. No que diz respeito à relação entre poder, conhecimento e tecnologia, foram as teóricas feministas, em particular, que forneceram insights altamente valiosos. As reflexões de ambos os campos serão brevemente apresentadas nas próximas duas seções.

## *4.2 Responsabilidade e TIC: Insights da Filosofia da Computação*

A complexidade e o emaranhado de compostos sociais e técnicos em muitos sistemas digitais levaram a dificuldades na localização de agência, responsabilização e responsabilidade, que vários filósofos da computação e especialistas em ética da computação pretendem resolver. Não é de surpreender que haja uma quantidade crescente de pesquisas sobre responsabilidade moral e legal na computação (cf. Coleman 2004), sendo os focos específicos os agentes autônomos (por exemplo, Coeckelbergh 2009) e a robótica (por exemplo, Pagallo 2010). No que diz respeito à responsabilização, o artigo de Nissenbaum (1997) sobre a responsabilização numa sociedade informatizada é certamente uma peça seminal inicial, na qual já foram elaboradas diferentes causas para as dificuldades contemporâneas na atribuição de responsabilização: o problema de muitas mãos, o problema dos bugs, usar o computador como bode expiatório e ser proprietário sem responsabilidade.

De particular importância para os objetivos deste artigo são as primeiras considerações de Floridi e Sander (2004) sobre *a moralidade dos agentes artificiais ,* bem como as análises mais recentes de Floridi sobre a *moralidade distribuída* (Floridi 2012). De acordo com Floridi e Sanders (2004) algo se qualifica como agente se mostra *interatividade, autonomia* e *adaptabilidade,* ou seja, nem o livre arbítrio nem as intenções são considerados necessários para a agência. Tal conceito de “moralidade irracional” (Floridi e Sander 2004, p. 349) permite abordar a agência de entidades artificiais (como algoritmos), bem como de coletivos, que podem formar entidades próprias (como empresas ou organizações). Outro mérito da sua abordagem reside na separação entre agência moral e responsabilidade moral: uma entidade não-humana pode ser responsabilizada se se qualificar como agente, ou seja, se agir de forma autónoma, interactiva e adaptativa. No entanto, não pode ser responsabilizado, porque a responsabilidade exige intencionalidade.

Isto é, embora a agência e a responsabilização não exijam intencionalidade, a responsabilidade exige. Portanto, parece que os agentes não humanos – desde que a) não exibam intencionalidade eb) sejam considerados separadamente – não podem ser responsabilizados, *mesmo* que sejam *responsáveis* por determinadas ações.

---

(por exemplo, alguns trabalhos de Alvin Goldman (2008) e Don Fallis (2006), a edição especial da revista EPISTEME (2009, volume 6, número 1, na Wikipédia). Além disso, o livro de Fricker sobre “Injustiça Epistêmica” (2007) tem também despertou muito interesse na relação entre poder e conhecimento. No entanto, estes desenvolvimentos são bastante recentes e a avaliação clássica dos processos testemunhais permanece focada na comunicação entre humanos, muitas vezes ainda concebida como um sujeito incondicionado e associal S, quem sabe que p.

Machine Translated by Google



Embora estas considerações sobre responsabilidade e responsabilização em sistemas sociotécnicos estejam altamente desenvolvidas, o problema específico da responsabilidade *epistémica* nas TIC ainda não tem estado no foco de atenção na filosofia da computação. Portanto, parece valer a pena tirar o melhor de ambos os campos de investigação para desenvolver uma noção sólida de responsabilidade epistémica dentro de ambientes epistémicos sócio-técnicos emaranhados. No entanto, em vez de começar do zero, olhar para a teoria feminista revela-se altamente esclarecedor, porque diferentes teóricas feministas não se concentraram apenas nas responsabilidades dos conhecedores em ambientes complexos. Eles também enfatizaram a importante relação entre conhecimento e poder.

### *4.3 Responsabilidade Epistêmica em Sistemas Sócio-Técnicos Emaranhados: Insights da Teoria Feminista*

Apesar do fato de que a responsabilidade epistêmica só muito recentemente atraiu a atenção dentro da epistemologia analítica, o próprio termo já foi usado em 1987 como título de um livro de Lorraine Code (Code 1987 ). Neste livro, Code aborda os conceitos de responsabilidade e prestação de contas a partir de uma perspectiva decididamente feminista e argumenta que, na compreensão dos processos epistêmicos em geral, e da responsabilidade e prestação de contas epistêmicas em particular; precisamos relacionar epistemologia com ética. Criticando o sujeito incondicionado S que sabe que p, "o indivíduo abstrato e intercambiável, cujos monólogos foram falados do nada, em particular, para uma audiência de espectadores sem rosto e geralmente desencarnados" (Code 1995, p. xiv), Code enfatiza o social , ou seja, aspectos cooperativos e interativos do conhecimento, bem como a "cumplicidade em estruturas de poder e privilégio" relacionada (Código 1995, p. xiv), "as ligações entre poder e conhecimento, e entre estereótipos e autoridade testemunhal" (Código 1995, p. xv).

Embora o trabalho de Code destaque a relação entre conhecimento e poder, a pesquisa de Karen Barad e Lucy Suchman acrescenta tecnologia à equação e, portanto, parece particularmente adequada para explorar a noção de responsabilidade epistêmica dentro de sistemas sociotécnicos emaranhados e distribuídos:

O "realismo agencial" de Barad (Barad 1996; Barad 2007) oferece uma "[...] estrutura epistemológica-ontológica-ética que fornece uma compreensão do papel dos fatores humanos e não-humanos, materiais e discursivos, e naturais e culturais na ciência e outros fatores. práticas sócio-materiais" (Barad 2007, p. 26).

A abordagem de Barad é teoricamente baseada na desconstrução do dualismo cartesiano de objeto e sujeito feita por Niels Bohr, ou seja, na afirmação de que dentro do processo de medição física, o objeto e o observador, as "agências de observação" de Barad são constituídas por e dentro de o próprio processo de observação e não são entidades pré-definidas. Os resultados das medições não são, portanto, totalmente constituídos por qualquer realidade que seja independente da sua observação, nem apenas pelos métodos ou agentes de observação. Pelo contrário, todos eles, o observado, o observador e as práticas, métodos e instrumentos de observação, estão emaranhados no processo do que chamamos de "realidade". Para Barad, a realidade em si não é nada pré-definido, mas al

Machine Translated by Google



que se desenvolve e muda através de práticas epistêmicas, através das interações de objetos e agentes de observação no processo de observação e medição.
A realidade, neste sentido, é um verbo e não um substantivo.

No entanto, interação é um termo problemático na medida em que pressupõe a interação de duas entidades separadas. Assim, para evitar este suposto dualismo, ela introduz o ne ologismo da "intra-ação", para denotar os processos que ocorrem dentro do objeto observador-composto, o emaranhado de objeto e observador no processo de observação. Esta inovação terminológica pretende desafiar discursivamente os dualismos predominantes de sujeito-objeto, natureza-cultura, humano-tecnologia, e visa abrir compreensões alternativas e não dicotômicas das práticas tecnocientíficas.

Uma preocupação crucial de Barad é a reavaliação da *matéria.* Opondo-se ao foco excessivo no *discurso* em algumas outras teorias feministas, Barad enfatiza a relevância da matéria e da materialidade dos nossos mundos. Levar a questão a sério e descrevê-la como ativa significa permitir formas de agência não humanas ou híbridas, um passo que já foi dado com o princípio da simetria generalizada na Teoria Ator-Rede. No entanto, se atribuirmos agência a entidades não humanas, podem e devem ser responsabilizadas e responsabilizadas? Além disso, isso não é um convite, uma carta branca para fugir da responsabilidade dos humanos? Será que nos deixamos escapar facilmente e desperdiçamos qualquer esperança de ações responsáveis e responsáveis?

Parece que a visão de Barad sobre a agência não-humana e a sua posição em relação à simetria ontológica entre humanos e não-humanos mudou das articulações anteriores (Barad 1996) para as posteriores (Barad 2007). Em 1996, ela ainda destaca o papel humano na representação, ao afirmar que "[a] natureza tem agência, mas não fala sozinha com o paciente, observador discreto que escuta seus gritos – há uma assimetria importante no que diz respeito à agência: nós representamos e, no entanto, a natureza não é uma tábula rasa passiva à espera de nossas inscrições, e privilegiar o material ou discursivo é esquecer a inseparabilidade que caracteriza os fenômenos" (Barad 1996, p. 181 ) .

No entanto, parece que este tratamento especial dispensado aos humanos e especialmente a noção de *representação* não corresponde bem à sua performatividade pós-humanista, tal como retratada alguns anos mais tarde (Barad 2003). Finalmente, em "Meeting the Universe Halfway" Barad oferece uma dissolução mais matizada da distinção entre agência humana e não-humana. Ao afirmar que "[a]gência é uma questão de intra-atuação; é uma encenação, não algo que alguém ou algo tem" (Barad 2007, p. 261), Barad move o locus de agência de entidades singulares para aparatos material-discursivos emaranhados Mas mesmo que a agência não esteja vinculada a entidades individuais, está vinculada à responsabilidade e à prestação de contas, como Barad deixa muito explícito: "Aprender a agir intra-responsavelmente dentro e como parte do mundo significa compreender que não somos os únicos activos. seres humanos – embora isso nunca seja justificativa para desviar essa responsabilidade para outras entidades. O reconhecimento da "agência não-humana" não diminui a responsabilidade humana; pelo contrário, significa que a responsabilização exige muito mais atenção às assimetrias de poder existentes (Barad 2007, p. 218 f).

Assim, a possibilidade de compreender a agência não essencialista como uma característica (humana), mas como algo que é antes *atribuído* a certos fenômenos dentro

Machine Translated by Google



redes emaranhadas *poderiam* ser consideradas como um convite para fugir da responsabilidade. Mas este não é claramente o objectivo de Barad. Ao desenvolver a sua ética pós-humanista, Barad conclui que, mesmo que não sejamos os únicos que somos ou podemos ser responsabilizados, a nossa responsabilidade é ainda maior do que seria se fosse apenas nossa. Ela afirma: "Nós (mas não apenas "nós, humanos") já somos sempre responsáveis perante os outros com quem ou com os quais estamos emaranhados, não através da intenção consciente, mas através dos vários emaranhados ontológicos que a materialidade acarreta. O que está do outro lado do corte agencial não está separado de nós – separabilidade agencial não é individuação. A ética, portanto, não se trata de uma resposta correta a um outro radicalmente exterio/izado (sic!), mas de responsabilidade pelas relacionalidades vivas do devir, das quais fazemos parte" (Barad 2007, p. 393 ) .

Este foco na responsabilidade e na prestação de contas remete ao enquadramento inicial do realismo agencial de Barad como uma "estrutura epistemológica-ontológica-ética", um termo pelo qual ela enfatiza a "[...] inseparabilidade fundamental das considerações epistemológicas, ontológicas e éticas" ( Barad 2007, p. 26). Barad insiste que somos responsáveis pelo que sabemos e – como consequência da sua onto-epistemologia pelo que *é* (Barad 2003, p. 829). A prestação de contas e a responsabilidade devem ser pensadas em termos do que é importante e do que é excluído da importância, do que *é conhecido* e do que não é, do que *é* e do que não é.

Este reconhecimento de que o conhecimento implica sempre responsabilidade não só torna indispensáveis as questões de ética e política de tais processos de criação de conhecimento e de realidade. Também se relaciona diretamente com a ênfase de Barad na performatividade: práticas epistêmicas são produtivas e práticas diferentes produzem fenômenos diferentes. Se as nossas práticas de conhecimento não representam apenas o que existe, mas moldam e criam o que existe e o que existirá, falar sobre até que ponto o conhecimento é poder ou implica responsabilidade adquire um sabor totalmente diferente.

Lucy Suchman compartilha muitas preocupações de Karen Barad e seus insights prometem ser de particular importância para considerações relativas a ambientes mediados computacionalmente devido à experiência de Suchman em Interação Humano-Computador. Reconhecendo a natureza relacional e emaranhada do sociomaterial, Suchman afirma que a agência não pode ser localizada em entidades individuais, mas antes distribuída em conjuntos sociomateriais. Ressonando com Barad, ela observa que "[...] as agências – e as responsabilidades associadas – não residem nem em nós nem nos nossos artefactos, mas nas nossas intra-ações" (Suchman 2009, p. 285 ) .

A questão, contudo, permanece como *exatamente* ser responsável, como responsabilizar ou ser responsabilizado se a agência for distribuída. Como podemos manter a responsabilidade e a prestação de contas numa matriz tão interligada, dinâmica e relacional? Embora eu pense que Suchman vai na direcção certa, ela permanece bastante vaga sobre isto nas suas observações finais de *Human-Machine-Reconfigurations,* afirmando que "a responsabilidade nesta perspectiva não é cumprida nem através do controlo nem da abdicação, mas sim através de uma atitude prática, crítica e contínua". e atos geradores de engajamento. A questão, no final, não é atribuir agência a pessoas ou coisas, mas identificar a materialização de sujeitos, objetos e as relações entre eles como um efeito, cada vez menos durável e contestável, de práticas sociomateriais contínuas" (Suchman 2009, pág. 285).

Machine Translated by Google



## 5 Enfrentando a responsabilidade epistêmica distribuída

Para compreender as responsabilidades epistémicas dos conhecedores no nosso mundo contemporâneo e hiperconectado, penso que todas as ideias descritas acima precisam de ser tidas em conta. No entanto, ainda tem de ser explorado e discutido em detalhe: a) se, como e em que medida podem ser alinhados eb) quais poderiam ou deveriam ser as implicações, tanto a nível individual como a nível de governação. Isso significa que precisamos de avanços conceptuais, bem como de soluções práticas e de orientação, tanto para os indivíduos como para os decisores políticos. Antes de abordar ambas as tarefas, permitam-me recapitular os desafios relativos à responsabilidade epistémica na nossa era hiperconectada.

Como conhecedores, movemo-nos e agimos dentro de sistemas epistêmicos sociotécnicos altamente emaranhados. Nas nossas tentativas de saber, precisamos de decidir permanentemente quando e em quem confiar e quando reter a confiança, quando permanecer vigilantes. Os locais de confiança nestes ambientes emaranhados e altamente complexos não são apenas outros seres humanos, mas também tecnologias, empresas ou organizações – e geralmente não podem ser concebidos de forma separada, mas apenas como compostos sociotécnicos. Isto vale para a nossa vida diária, imagine apenas o caso de alguém que reserva um voo online. Isto é ainda mais verdadeiro para ambientes científicos, onde a aquisição e o processamento de informações envolvem vários agentes e instituições hiperconectados.

Os sistemas epistémicos sociotécnicos são sistemas altamente emaranhados, mas também altamente diferenciados, constituídos por entidades humanas, não humanas e compostas ou colectivas, cada uma equipada com quantidades de poder muito diferentes. Para entender isso, os motores de busca são um exemplo útil. Em termos altamente simplificados, os motores de busca podem ser concebidos como códigos escritos, geridos e utilizados por agentes humanos e não humanos incorporados em infra-estruturas sociotécnicas, bem como em ambientes organizacionais, económicos, sociais e políticos. Embora existam potencialmente muitas formas de entrar na World Wide Web, os motores de busca surgiram como principais pontos de entrada e os motores de busca específicos funcionam hoje em dia como “pontos de passagem obrigatórios” (Callon 1986), exercendo uma enorme quantidade de recursos não só económicos, mas também epistémicos . poder.

Isto quer dizer que o facto de entidades humanas e não humanas poderem qualificar-se como agentes não implica que tenhamos entrado num estado de harmonia e igualdade: existem enormes diferenças de poder entre os diferentes agentes. Para usar a terminologia de Barad, alguns agentes *são* muito mais importantes do que outros. E - para melhor ou para pior - aqueles que mais importam não precisam necessariamente ser agentes humanos.

Na Teoria Ator-Rede (por exemplo, Latour 1992; Law e Hassard 1999), o poder é concebido como um *efeito de rede – uma* visão que é altamente plausível e útil no contexto de motores de busca, sistemas de recomendação ou sites de redes sociais, porque o O poder de mecanismos de busca específicos não decorre de nenhuma vantagem a priori, mas é antes o resultado de práticas epistêmicas sócio-técnicas coletivas nas quais todos estamos envolvidos: são nossas práticas de conhecer, de confiar e usar informações que influenciam e moldam as distribuições de energia em nosso ambiente.

É nestes sistemas sociotécnicos, hiperconectados e emaranhados, que a noção de responsabilidade epistémica está a tornar-se um desafio fundamental tanto para os decisores políticos como para nós, enquanto agentes epistémicos individuais, que processamos informação na investigação, tanto como na nossa vida quotidiana.

Machine Translated by Google



## *5.1 Reconceitualizando a Responsabilidade Epistêmica*

Responsabilidade é um conceito rico, um conceito com muitas nuances, um substantivo que muda de significado se acoplado a verbos diferentes. Há uma diferença entre *ser responsável* e *assumir responsabilidades:* podemos ser responsáveis por algo, mas negamos assumir responsabilidade por isso. Esta tentação de fugir à responsabilidade é provavelmente tão antiga como a humanidade e conduziu a técnicas sofisticadas de redução de cadeias de responsabilidades no direito ou no sector dos seguros. Por outro lado, podemos também aceitar a responsabilidade total por alguma coisa, mesmo que não sejamos, ou pelo menos apenas parcialmente responsáveis. Se uma ministra recua, por causa de alguma má conduta no seu ministério da qual ela nem tinha conhecimento, ela assume a responsabilidade, ela responde. Além disso, a responsabilidade pode ser assumida por si mesmo ou atribuída a outra pessoa.

Todos estes diferentes significados de responsabilidade e as suas intersecções são cruciais para a compreensão do que é necessário para ser epistemicamente responsável em ambientes sociotécnicos constituídos por agentes humanos e não humanos. Por exemplo, antes de pedir critérios sobre *como exactamente* a responsabilidade pode ser assumida ou atribuída e ainda como *deve* ser assumida ou atribuída, podemos começar por colocar estas duas questões básicas relacionadas, mas distintas, que são de relevância crescente na nossa era computacional: ( 1) A responsabilidade epistêmica pode ser *assumida* apenas por agentes humanos ou também por outros agentes? (2) A responsabilidade epistêmica pode ser *atribuída* apenas a agentes humanos ou também a agentes não humanos?

Como primeiro passo para apreender estas questões, sugiro desvendar com mais cuidado as noções de agência, responsabilização e responsabilidade. Tanto Barad como Tal homem parecem usar os termos responsabilidade e responsabilização de forma intercambiável. No entanto, tendo em conta algumas ideias filosóficas, parece frutífero manter uma distinção entre estas duas noções. Como observado anteriormente, para Floridi e Sanders (2004), a agência requer interatividade, autonomia e adaptabilidade, mas não é necessária intencionalidade. A responsabilização está vinculada apenas à agência e, portanto, também não requer intencionalidade dos agentes. Contudo, a responsabilidade difere da prestação de contas exatamente por exigir intencionalidade. Assim, se concordarmos com Floridi e Sanders (2004) que a responsabilidade, em oposição à agência e à responsabilização, requer intencionalidade, então não faz sentido falar sobre responsabilidade no que diz respeito a artefactos técnicos. Um carro não pode ser responsabilizado por um acidente, a culpa é do motorista – por negligência ou má vontade – ou talvez do fabricante, se uma falha técnica causou o acidente. Se um veículo não tripulado que se desloca de forma autónoma, interativa e adaptativa causou um acidente, este carro pode ser responsabilizado pelo acidente, mas não pode ser responsabilizado. Observe que se trata apenas do artefato técnico *isoladamente,* que não pode ser responsabilizado. Para os compostos sociotécnicos, a possibilidade de atribuir responsabilidades ainda seria dada, portanto esta perspectiva pode, no final, ser compatível com o realismo agencial de Barad (Barad 2007 ).

Na minha opinião, a distinção entre responsabilização e responsabilidade é crucial e penso que precisamos de um conceito forte de responsabilidade reservado a agentes intencionais para realmente dar conta dos insights de Barad sobre o emaranhado entre (a) o social, o técnico e o epistêmico, bem como bem como (b) entre epistemologia, ontologia e ética. Reconsidere a distinção fundamental entre *ser responsável* e

Machine Translated by Google



*assumir responsabilidades:* embora Barad enfatize corretamente as nossas interdependências (ou melhor, intradependências), o emaranhado de agentes humanos e não-humanos no saber, no ser e no fazer, o processo de *assumir responsabilidades* é e continua a ser um ato intencional.

Para a responsabilidade epistémica, isto significa que, como agentes epistémicos responsáveis, assumimos intencionalmente a responsabilidade por aquilo que afirmamos saber. Com plena consciência do nosso emaranhado epistémico sócio-técnico, aceitamos ser desafiados pelo que afirmamos saber, comprometemo-nos a fornecer provas das nossas afirmações e a rever as nossas crenças à luz de novas provas. Assim, para compreender e melhorar os nossos processos de conhecimento, para sermos conhecedores responsáveis como indivíduos, precisamos primeiro de reconhecer tanto os profundos emaranhados entre o social, o técnico e o epistémico, como entre a epistemologia, a ética e a ontologia. Contudo, a única reacção adequada a esta consciência deve ser assumir a responsabilidade como um acto intencional. Somente nós, humanos (até agora?) podemos assumir esta postura, portanto é nosso dever assumir a responsabilidade pelas nossas formas inter-relacionadas de saber, ser e fazer.

Contudo, o que também é claro é que a facilidade com que a responsabilidade epistémica pode ser assumida difere entre diferentes ambientes sociotécnicos: em alguns ambientes, assumir a responsabilidade pelo que se sabe é bastante fácil, noutros é muito mais difícil. O acesso a vários tipos de evidências, a informações que apoiem ou contradigam, é essencial para se tornar epistemicamente responsável pelo conhecimento.
É neste sentido que apoiar o acesso aberto é um aspecto muito importante e válido da Investigação e Inovação Responsáveis. De um modo mais geral, significa que os nossos esforços individuais devem ser complementados com políticas apropriadas que apoiem ambientes em que a assunção de responsabilidade epistémica seja possibilitada, promovida e incentivada.

## *5.2 Governança para Responsabilidade Epistêmica*

Com base no trabalho conceptual relativo ao significado básico de conceitos como responsabilidade, prestação de contas, acção ou intencionalidade, precisamos de encontrar soluções práticas para apoiar a assunção e atribuição de responsabilidades na nossa realidade hiperconectada a partir de uma perspectiva de governação. Precisamos de desenvolver quadros políticos que permitam e apoiem um comportamento epistemicamente responsável.

Como tais estruturas seriam conceituadas? Vejamos o exemplo que dei anteriormente, Investigação e Inovação Responsáveis (RRI), que se destina claramente a oferecer orientação para conceber e governar ambientes que elicitem e apoiem práticas epistémicas responsáveis. No entanto, apesar do seu nome, a Investigação e Inovação Responsáveis, tal como concebida actualmente, não pode cumprir estas tarefas adequadamente porque não consegue enfrentar desafios importantes definidos nesta contribuição, nomeadamente a) reconhecer adequadamente o emaranhado sociotécnico dos conhecedores, b) reconhecer adequadamente a interdependência dos aspectos epistémicos, ontológicos e éticos da ciência, c) apoiar a assunção e atribuição de responsabilidades e d) estar atento às assimetrias de poder dentro de ambientes sócio-técnicos emaranhados.

Machine Translated by Google



Assim, para realmente permitir e apoiar a responsabilidade epistémica, seria essencial rever e alterar as actuais directrizes do RRI, adicionando novas *ideias orientadoras* , como as seguintes:

1. Reconhecer a inter-relação entre epistemologia, ética e ontologia: conhecer, fazer e ser estão inter-relacionados, ou seja, os nossos processos de conhecer têm efeitos sobre o que pode ser feito e o que somos – e vice-versa.
2. Tenha em mente o profundo emaranhado sociotécnico das práticas epistêmicas contemporâneas: dentro das nossas práticas de conhecimento, dependemos de outros agentes humanos e não humanos tanto quanto esses outros agentes dependem de nós.
3. Tenha em mente que as relações epistêmicas são relações de poder: Dentro dos sistemas epistêmicos sociotécnicos, diferentes agentes epistêmicos, humanos e não-humanos, como algoritmos, estão equipados com diferentes quantidades de poder.
4. … etc.

Assim, se for devidamente revisto, o RRI poderá fornecer orientações sobre como agir de forma responsável na investigação e inovação como domínios particularmente intensivos em conhecimento. No entanto, as práticas epistémicas existem para além da investigação e da governação, apoiando a responsabilidade epistémica que, consequentemente, tem de ser expandida para além dos conselhos ou regulamentos relativos à investigação e inovação. Cada um de nós também deve assumir a responsabilidade epistêmica pelas coisas que afirmamos saber em nossa vida cotidiana. Quando e em quem devemos confiar para saber sobre as alterações climáticas, sobre a guerra contra o terrorismo ou apenas sobre os últimos números do desemprego? Quão vigilantes devemos estar ao aceitar informações recebidas de diversas fontes online e offline

Embora estes sejam desafios que todos enfrentamos diariamente, eles também colocam desafios à governação dos sistemas epistémicos sociotécnicos. Numa era computacional caracterizada por técnicas de personalização e criação de perfis cada vez mais poderosas, assumir a responsabilidade epistémica torna-se muito mais difícil, porque podemos não ser capazes de decidir que informação recebemos nem que informação é recebida sobre nós. Afinal, como podemos ser conhecedores responsáveis se não podemos avaliar até que ponto são confiáveis as nossas fontes de conhecimento?

Sem negar a utilidade dos serviços personalizados, para agirmos epistemi camente responsáveis numa era de extensa definição de perfis e personalização, precisamos da possibilidade de aceder, compreender e até enganar os sistemas que nos acedem, compreendem e potencialmente nos enganam. Como Mireille Hildebrandt sublinha na sua contribuição, precisamos de desenvolver “primeiro (…) interfaces homem-máquina que nos dêem acesso intuitivo e discreto à forma como estamos a ser traçados e, em segundo lugar, uma nova hermenêutica que nos permita rastrear, a nível técnico, como os algoritmos podem ser 'lidos' e contestados” (Hildebrandt 2013). Precisamos de políticas que abordem de forma mais ampla os desafios relacionados com a responsabilidade epistémica distribuída numa realidade hiperconectada, políticas que estabeleçam os parâmetros para um ambiente onde os indivíduos possam agir de forma responsável, ou seja, onde possam assumir e atribuir responsabilidades, mesmo que sejam profundamente sócio-técnicos. emaranhado.

Para concluir: a longo prazo, será essencial desenvolver um *conceito de responsabilidade epistémica* que possa dar conta das responsabilidades de vários agentes com diferentes poderes dentro de sistemas epistémicos sociotécnicos emaranhados. Além disso,

Machine Translated by Google



precisaremos de desenvolver *quadros políticos* que forneçam orientação tanto para o indivíduo que procura agir de forma responsável no conhecimento, como para a concepção e governação de ambientes que apoiem um comportamento epistemicamente responsável. Além dos objetivos que Pagallo descreveu para a sua noção de "governança Onlife suficientemente boa" (Pagallo 2013), estes quadros devem implicar *apoio aos indivíduos* (por exemplo, educação e apoio à literacia digital), bem como *incentivos à investigação e concepção de sistemas epistemicamente benéficos* (por exemplo, transparência desde a concepção, investigação sobre um melhor design de interface, desenvolvimento de ferramentas para extração e visualização de argumentação, etc.).7

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

## Referências

Adler, J. 1994. Testemunho, confiança, conhecimento. *O Jornal de Filosofia* 91 (5): 264–275.

Arendt, H. 1958. *A condição humana Chicago.* Chicago: Imprensa da Universidade de Chicago.

Barad, K. 1996. Encontrando o universo no meio do caminho. Realismo e construtivismo social sem contradição. Em *Feminismo, Ciência e Filosofia da Ciência,* ed. LH Nelson e J. Nelson, 161–194. Dordrecht: Kluwer.

Barad, K. 2007. *Encontrando o universo a meio caminho: física quântica e o emaranhado de matéria e significado.* Durham: Duke University Press.

Barad, K. 2003. Performatividade pós-humanista: Rumo a uma compreensão de como a matéria chega matéria. *Sinais: Jornal de Mulheres na Cultura e Sociedade* 28 (3): 801–831.

Callon, M. 1986. Alguns elementos de uma sociologia da tradução: Domesticação das Vieiras e dos Pescadores da Baía de St Brieuc. Em *Poder, Ação e Crença: Uma Nova Sociologia do Conhecimento,* ed. J. Lei, 196–233. Londres: Routledge & Kegan Paul.

Coady, CAJ 1992. *Testemunho. Um estudo filosófico.* Oxford: Claredon Press.

Código, L. 1987. *Responsabilidade epistêmica.* Hanover: University Press da Nova Inglaterra.

Code, L. 1995. *Espaços retóricos: Ensaios sobre locais de gênero.* Nova York: Routledge.

Coeckelbergh, M. 2009. Agência moral virtual, responsabilidade moral virtual: Sobre o significado moral da aparência, percepção e desempenho de agentes artificiais. *IA e Sociedade* 24 (2): 181–189.

Coleman, KG 2004. Computação e responsabilidade moral. Enciclopédia de filosofia de Stanford. http://plato.stanford.edu/entries/computing-responsibility/. Acessado em 28 de junho de 2013.

Corlett, JA 2008. *Revista Internacional de Estudos Filosóficos* 16 (2):179–200

Craig, E. 1990. Conhecimento e o Estado da Natureza: Um Ensaio em Síntese Conceitual. Claredon Imprensa, Oxford.

Fallis, D. 2006. Epistemologia social e ciência da informação. *Revisão Anual da Ciência da Informação Ciência e Tecnologia* 40:475–519.

Floridi, L. 2012. Moralidade distribuída em uma sociedade da informação. *Ética em Ciência e Engenharia,* 19 (3): 727–743.

7 Esta pesquisa foi apoiada pelo Fundo Austríaco para a Ciência (P23770) e pelo Instituto de Tecnologia de Karlsruhe.

Machine Translated by Google



Floridi, L. e JW Sanders. 2004. Sobre a moralidade dos agentes artificiais. *Mentes e Máquina* 14:349–379.

Fricker, M. 2007. *Injustiça epistêmica. O poder e a ética do saber.* Oxford, Universidade de Oxford Imprensa.

Goldman, AI 2008. A epistemologia social dos blogs. Em *Tecnologia da Informação e Filosofia Moral,* ed. J. vd Hoven e J. Weckert, 111–122. Nova York: Universidade de Cambridge Imprensa.

Hildebrandt, M. 2013. Onlife, o(s) público(s) e proteção legal desde a concepção. O manifesto onlife. https://ec.europa.eu/digital-agenda/sites/digital-agenda/files/Contribution_Mireille_Hildeb randt.pdf. Acessado em 28 de junho de 2013.

Law, J. e J. Hassard, Eds. 1999. *Rede de Atores e Depois.* Oxford: Blackwell.

Latour, B. 1992. Onde estão as massas faltantes? A sociologia de alguns artefatos mundanos. Em *Moldando a Tecnologia/ Construindo a Sociedade: Estudos em Mudança Sociotécnica,* ed. WE Bijker e J. Law, 225–258. Cambridge: MIT Press.

Nissenbaum, H. 1997. Responsabilidade em uma sociedade informatizada. Em *Valores humanos e o design da tecnologia computacional,* ed. B. Friedman, 41–64. Cambridge: Cambridge University Press.

Origgi, G. 2004. A confiança é uma noção epistemológica? *Episteme* 1 (1): 1–12.

Origgi, G. 2008. Confiança, autoridade e responsabilidade epistêmica. *Teoria* 61:35–44.

Pagallo, U. 2010. Robotrust e responsabilidade legal. *Conhecimento, Tecnologia e Política* 23 (3–4): 367–379.

Pagallo, U. 2013. Boa governança na vida: sobre lei, ordens espontâneas e design. https://ec.europa.eu/digital-agenda/sites/digital-agenda/files/Contribution_Pagallo.pdf. Acessado em 28 de junho de 2013.

Simon, J. 2010. O emaranhado de confiança e conhecimento na Web. *Ética e Tecnologia da Informação* 12 (4): 343–355.

Suchman, LA 2009. *Reconfigurações homem-máquina. Planos e ações situadas.* Cambridge: Cambridge University Press.

Machine Translated by Google

# Boa governança na vida: na lei, espontânea Pedidos e Design

**Ugo Pagallo**

## 1. Introdução

A revolução da informação está a afectar a nossa compreensão sobre o mundo e sobre nós próprios: somos organismos informacionais interligados que partilham com organismos biológicos e artefactos de engenharia "um ambiente global feito, em última análise, de informação", ou seja, o que Luciano Floridi chama de "infosfera" ( Floridi 2013). Uma característica crucial deste novo ambiente tem a ver com as formas complexas pelas quais os sistemas multiagentes (humanos/ artificiais) interagem. Esta complexidade informacional desafia conceitos e formas de raciocínio através dos quais, até agora, apreendemos princípios básicos do direito e da política. O ponto de partida da análise diz respeito à utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC): enquanto, ao longo dos últimos séculos, as sociedades humanas estiveram relacionadas com as TIC, mas principalmente dependentes de tecnologias que giram em torno da energia e dos recursos básicos, as sociedades de hoje estão cada vez mais dependentes de tecnologias que giram em torno da energia e dos recursos básicos. dependente das TIC e, além disso, da informação como recurso vital. Em suma, estamos a lidar com sociedades impulsionadas pelas TIC (Floridi Forthcoming).

O que esta enorme transformação significa, do ponto de vista jurídico e político, pode ser ilustrado pela natureza omnipresente da informação na Internet. O fluxo desta informação transcende as fronteiras convencionais dos sistemas jurídicos nacionais, como mostram os casos que os académicos abordam como parte do seu trabalho quotidiano nas áreas da tecnologia da informação (TI)-Direito, ou seja, protecção de dados, crimes informáticos, direitos de autor *digitais* , comércio eletrônico e assim por diante. Este fluxo de informação põe em risco os pressupostos tradicionais do pensamento jurídico e político, ao aumentar a complexidade das sociedades humanas. As sociedades impulsionadas pelas TIC são, de facto, caracterizadas por um comportamento colectivo, que emerge de grandes redes de componentes individuais, sem controlo central ou regras simples de funcionamento. Além disso, estes sistemas apresentam uma sinalização e processamento de informação tão sofisticados, através dos quais se adaptam às

U. Pagallo **(ÿ)**
Universidade de Torino, Torino, Itália
e-mail: ugo.pagallo@unito.it

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI
10.1007/978-3-319-04093-6_18, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



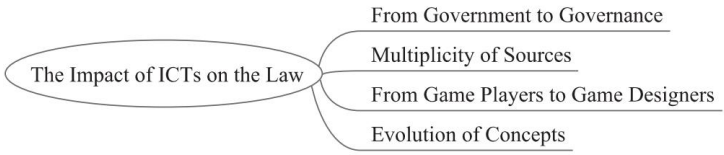



**Fig. 1** A complexidade jurídica das sociedades movidas pelas TIC

ambiente e, além disso, as ordens espontâneas evoluem através dessa complexidade informacional. Embora, em seu livro seminal *The Sciences of the Artificial* (nova edição, 1996), Herbert Simon costumava alertar que a complexidade é "um assunto muito geral para ter muito conteúdo", ele apontou casos em que essa abordagem da complexidade do assunto pode ser particularmente frutífero: "particularmente classes de sistemas complexos que possuem propriedades fortes que fornecem um fulcro para teorização e generalização podem servir como focos de atenção" (Simon 1996, p. 181).

Aqui, podemos começar a apreciar como a complexidade das sociedades movidas pelas TIC afecta os princípios canónicos do pensamento jurídico e político, de quatro maneiras diferentes. Figura 1 ajuda-me a ilustrar esta abordagem informativa à complexidade dos sistemas jurídicos atuais.

Primeiro, a ideia da lei como um conjunto de regras aplicadas através da ameaça de sanções físicas *(por exemplo,* Kelsen 1949) muitas vezes fica aquém dos novos desafios jurídicos e políticos da revolução da informação: roubos de identidade, spam, phishing, vírus e os ataques cibernéticos aumentaram na última década, independentemente das duras leis nacionais, como a lei anti-spam dos EUA de 2003. Além disso, uma série de questões, como a segurança nacional, o ciberterrorismo, a disponibilidade de recursos e a conectividade, são sistémicos, ou seja, dizem respeito a todas as infra-estruturas e ao ambiente das actuais sociedades movidas pelas TIC e, por conseguinte, estas questões têm de ser abordadas a nível internacional e transnacional. Não é de surpreender que o activismo legislativo nacional esteja com falta de fôlego, e é por isso que os poderes constitucionais dos governos nacionais foram unidos – e até substituídos – pela rede de competências e instituições resumidas pela ideia de governação. Deixando de lado o modo como esta transformação profunda afecta a soberania dos Estados nacionais, bem como os processos democráticos e os modelos de legitimidade política, deveria chamar-se a atenção para a frequência com que o monopólio do poder e da violência legítima do Estado moderno termina neste contexto. Os Estados nacionais soberanos, embora ainda relevantes, devem ser concebidos como um dos agentes na "formação e administração das regras formais e informais que regulam a esfera pública", isto é, como Hyden, Court e Mease definem a noção de governação (em Grindle 2005, p. 14).

Em segundo lugar, o cenário das sociedades impulsionadas pelas TIC parece cada vez mais complexo à medida que a quantidade de informação cresce e a sua compressão teórica diminui (Chaitin 2005). Para ser justo, esta tendência não é nova: alguns resumiram-na com o próprio processo através do qual as comunidades pré-modernas se converteram em sociedades industriais e relacionadas com as TIC, até às actuais sociedades pós-industriais, ou impulsionadas pelas TIC (di Robilant 1973). Outros atribuíram esta complexidade ao surgimento de

Machine Translated by Google



ordens espontâneas com múltiplas fontes políticas e legais: por exemplo, no Capítulo 2 do primeiro volume de *Law, Legislation, and Liberty* (1973), Hayek afirma que “uma das nossas principais alegações será que ordens muito complexas, compreendendo ordens mais específicas fatos que qualquer cérebro poderia apurar ou manipular, só podem ser realizados por meio de forças que induzem a formação de ordens espontâneas” (Hayek 1982, p. 38). Embora esta última análise se debruçasse sobre as forças dos costumes locais, dos usos internacionais e dos mercados transnacionais, o que é original hoje diz respeito aos processos evolutivos de ordens espontâneas que são dependentes das TIC, omnipresentes e, bem, “complexas”. Contemple a relevância política, jurídica e económica daquilo que os estudiosos apresentam como efeito de rede (Pagallo 2006; Pagallo e Ruffo 2007; Ormerod 2012). Nesta base, os legisladores, os decisores políticos e, em geral, os actores da governação devem compreender preventivamente a natureza do campo em que pretendem intervir ou, talvez, interferir: numa palavra, *o cosmos* de hoje e a evolução das ordens espontâneas “na vida” . ”em oposição às *táxis* da governação e ao construtivismo do planeamento político.

Terceiro, a política de informação das sociedades movidas pelas TIC é muito mais complexa do que as relacionadas com as TIC porque os actores da governação não devem ser apenas entendidos como determinando as regras do jogo através de leis, estatutos, acordos, e assim por diante. Além dos instrumentos tradicionais de governação, hard e soft law, como as regras nacionais, os tratados internacionais, os códigos de conduta, as directrizes ou a normalização das melhores práticas, os novos cenários da revolução da informação têm sugerido cada vez mais o objectivo de governar as atuais sociedades movidas pelas TIC através de mecanismos de design, códigos e arquiteturas. É certo que algumas destas medidas tecnológicas não são necessariamente digitais e, no entanto, os actuais avanços tecnológicos obrigaram os legisladores e os decisores políticos a criar formas mais sofisticadas de pensar sobre a aplicação da lei. Em suma, a maior parte dos actuais desafios jurídicos e políticos da revolução da informação têm a ver com as duas características das “tecnologias generativas”. (Zittrain 2008), como, por exemplo, os computadores pessoais e as formas como os PCs transmitem informações de forma ubíqua na Internet. Embora esta tecnologia permita a inovação, a experimentação e a Web aberta da anarquia criativa, os PCs permitem a propagação de spam, vírus e violações de direitos de autor, que põem em causa a noção acima mencionada da lei como (i) feita de comandos; (ii) aplicada através de sanções físicas; (iii) dentro do território de um Estado soberano. Alguns países, como a China, criaram sistemas de filtros e reencaminhamentos, desvios e becos sem saída, para manter os utilizadores da Internet no caminho online aprovado pelo Estado. Outros estados, como a França ou a Coreia do Sul, endossaram a chamada doutrina das “três greves”, como parte do sistema graduado que termina com a desconexão da Internet do utilizador após três advertências de alegadas violações de direitos de autor. No final das contas, devemos avaliar os actores da governação como designers de jogos que lidam com as duas características das TIC generativas, de acordo com os diferentes objectivos que o design pode ter, nomeadamente o objectivo de mudar o comportamento das pessoas, o objectivo de diminuir o impacto de condutas geradoras de danos; ou, ainda, para evitar que tais condutas geradoras de danos ocorram.

Finalmente, a crescente complexidade das sociedades actuais orientadas pelas TIC afecta o significado dos conceitos jurídicos tradicionais, tais como previsibilidade razoável, responsabilidade, responsabilidade e “causalidade legal”. Considere o uso de sistemas aéreos não tripulados

Machine Translated by Google



tems (UAS), e o actual debate sobre se e como devemos alterar o Regulamento da UE 216/2008 e mesmo a Convenção de Chicago de 1948 sobre Aviação Civil Internacional, de modo a permitir o voo (semi) autónomo dos drones. Aqui, temos que estar atentos à responsabilidade dos operadores de UAS, fabricantes, prestadores de serviços de manutenção e segurança, controladores de tráfego aéreo ou partes contratantes, que interagem com máquinas autônomas ou semiautônomas, de evitar danos ao solo, colisões ar-ar , interferências na comunicação, pirataria, preocupações ambientais, buscas ilegais no direito constitucional, até violação do direito do proprietário da terra e alegações de incômodo e transgressão no direito civil. A crescente capacidade das máquinas de serem "independentes da entrada de controle do piloto UAS em tempo real", de acordo com a definição de voo autônomo dos Padrões de Defesa do Reino Unido (2011), impacta a capacidade tradicional dos filósofos (e advogados) de romper a cadeia de responsabilidade. dade por meio de noções de causalidade e "culpa". Em seu artigo de 1996, *Liability for Distributed Artificial Intelligence,* Curtis Karnow (Karnow 1996) propôs o exemplo de "um hipotético ambiente de programação inteligente que lida com o controle de tráfego aéreo", como "Alef". O avanço da tecnologia de IA e, em geral, dos agentes artificiais autónomos acabaria por quebrar a "análise clássica de causa e efeito". Além disso, parece problemático determinar os tipos de danos que podem sobrevir ao funcionamento de todo um sistema de processamento como o de Alef.

Na frase de Karnow:

> Nenhum juiz pode isolar as causas "legais" da lesão do zumbido eletrônico generalizado em que operam, nem separar as causas do universo digital que lhes dá sua forma mutável e seu sentido mutável. O resultado é um emaranhado de causa e efeito tão impossível de sequestrar quanto os ventos do ar ou as correntes do oceano *(op. cit.).*

As diferentes maneiras pelas quais esse fluxo de informações compromete pressupostos básicos do direito e da política são enfatizadas ao longo deste volume. Luciano Floridi apela a "uma nova filosofia de política entre nós" Yiannis Laouris chama a atenção para como "as sociedades futuras terão de conceber e implementar tecnologias e políticas para salvaguardar os verdadeiros direitos humanos e liberdade individuais" Sarah Oates debruça-se sobre a natureza da ágora pública que "deve ser conceituada e protegida de uma forma que desvie a balança das elites e em direção aos cidadãos" May Thorseth insiste na possibilidade de uso público da razão no domínio da transição digital, uma vez que "uma realidade virtual pode muito devemos ser comunicativos no sentido habermasiano"
Charles Ess e Mireille Hildebrandt lançaram luz sobre as concepções ocidentais modernas de democracias liberais e relações de poder em sociedades não estatais, de modo a "iluminar questões de confiança e experiências virtuais como componentes críticos da 'vida on-line' de novas maneiras". Embora estas questões estejam interligadas com o impacto da digitalização "nos nossos processos de conhecimento", Judith Simon apresenta questões como "as responsabilidades epistémicas em ambientes digitais emaranhados".

Neste capítulo o objectivo é reavaliar estas ideias em relação ao conceito de "governação" e, em particular, de "governança suficientemente boa" tal como desenvolvido pelas Nações Unidas ao longo das últimas décadas, ou seja, a partir do discurso de posse de Kofi Anan como Secretário-Geral da ONU em Julho de 1997, para trabalho de Merilee Grindle (2002, 2005 e 2010; no entanto, referir-me-ei apenas a Grindle 2005). Consequentemente, este capítulo é apresentado em quatro seções: como nos primeiros diálogos de Platão, parece frutífero começar com

Machine Translated by Google



algumas definições na Seção. 2, nomeadamente as diferentes formas como os estudiosos se referem à ideia de "governança". Em seguida, chama-se a atenção para três diferentes níveis de análise que dizem respeito à noção de "boa governação na vida", ou seja, os desafios éticos, legais e tecnológicos da revolução da informação, conforme examinados na Secção. 3. Em seguida, o foco está no *lado cosmos* da "experiência de vida" através da abordagem de rede ilustrada na Seção. 4: o objectivo é enfatizar como as propriedades topológicas das sociedades actuais impulsionadas pelas TIC e do seu *cosmos* afectam o planeamento político dos legisladores e, portanto, qualquer boa governação na vida. Finalmente, essas ideias são aprofundadas com a distinção entre jogadores e designers de jogos na Seita. 5. Além das tradicionais ferramentas de governação de direito duro e não vinculativo, a governação de sistemas multiagentes complexos que interagem "na vida" depende cada vez mais dos aspectos técnicos dos mecanismos de concepção.

## 2 Definindo Governança

Já vimos como a revolução da informação põe em risco pressupostos tradicionais fundamentais da filosofia jurídica e política, tais como o monopólio estatal do uso legítimo da força e a lei concebida como um conjunto de regras aplicadas através da ameaça de sanções físicas. Embora um número crescente de questões tenha de ser abordado a nível internacional e transnacional, os Estados soberanos nacionais devem ser considerados como um agente, embora relevante, na rede de competências e instituições resumidas pela ideia de governação.

Em *Good Enough Governance* (2005), Merilee Grindle fornece oito significados de governança: nesta seção, basta citar dois deles. Por um lado, segundo o Banco Mundial, a ideia de governação diz respeito "ao processo e às instituições através dos quais as decisões são tomadas e a autoridade num país é exercida" (in Grindle 2005, p. 14 ) . Por outro lado, Hyden, Court e Mease referem-se à "formação e administração das regras formais e informais que regulam a esfera pública, a arena na qual o Estado, bem como os actores económicos e sociais interagem para tomar decisões" (ibid. ) . Nesta base, a noção de governação pode ser promovida como uma questão de "boa" governação. No caso do Banco Mundial, o foco deve ser na inclusão e responsabilização estabelecida em três áreas principais, nomeadamente, (i) "seleção, responsabilização e substituição de autoridades"; (ii) "eficiência das instituições, regulamentos, gestão de recursos"; e, (iii) "respeito pelas instituições, leis e interações entre os atores da sociedade civil, dos negócios e da política". No caso de Hyden, Court e Mease, o conceito de boa governação pode ser medido em seis dimensões, *ou seja,* "participação, justiça, decência, eficiência, responsabilidade e transparência", em cada uma das seguintes áreas: "sociedade civil , sociedade política, governo, burocracia, sociedade econômica, judiciário."

Com base em tais definições, Merilee Grindle opôs-se à extensão da agenda da boa governação, porque "as intervenções que se pensa contribuírem para os fins do desenvolvimento económico e político precisam de ser questionadas, priorizadas e tornadas relevantes para as condições de cada país. Eles precisam ser avaliados à luz

Machine Translated by Google



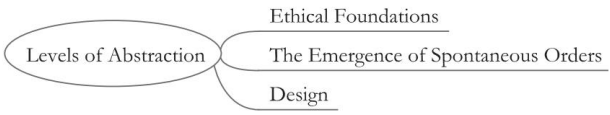



**Fig. 2** "Bom o suficiente" na governança da experiência onlife

de evidências históricas, sequência e tempo, e devem ser selecionados cuidadosamente em termos de suas contribuições para fins específicos" (Grindle 2005, p. 1). Ao seguir esta abordagem metodológica sobre o que deve ser considerado "suficientemente bom", quais são então as questões que devem ser questionadas, priorizadas e tornadas relevantes, de modo a identificar o que há de novo na dimensão jurídica e política da nossa reengenharia de conceito? exercício?

Em seu brilhante *In Search of Jefferson's Moose* (2009), David Post propõe uma analogia entre o oeste americano de 1787 e o ciberespaço de hoje:

> É claro que o ciberespaço não é o oeste americano de 1787. Mas tal como o Oeste Americano de 1787 é (ou pelo menos tem sido) um tipo de lugar jeffersoniano… E tal como o Oeste de 1787, o ciberespaço coloca algumas questões difíceis, e poderia usar algumas ideias novas, sobre governação, e lei, e ordem e escala. Os engenheiros nos legaram um instrumento notável, que conseguiu resolver prodigiosos problemas técnicos associados à comunicação em escala global. O problema é aquele que Jefferson e os seus contemporâneos enfrentaram: como construir instituições "republicanas" – instituições que respeitam o valor igual de todos os indivíduos e o seu direito de participar na formação das regras sob as quais vivem – a essa escala? (Pós 2009, pp. 116–117)

A questão gera três níveis diferentes de análise. O primeiro ponto de vista é ético e tem a ver com os fundamentos de qualquer boa governação na vida; o segundo nível é ao mesmo tempo jurídico e político, pois diz respeito à distinção entre o surgimento de ordens espontâneas no campo jurídico e o planejamento humano (político); a terceira perspectiva está relacionada com o objectivo de incorporar salvaguardas jurídicas nas TIC e noutros tipos de tecnologia. Do ponto de vista metodológico, cada nível de abstração pode ser apreendido como uma interface composta por um conjunto de características, ou seja, os observáveis da análise (Floridi 2008). Ao mudar a interface, a análise dos observáveis e variáveis dos três níveis de abstração deverá fortalecer a nossa compreensão da experiência na vida e, mais particularmente, da governança de hoje. De acordo com alguns princípios de ética da informação (Floridi 2013), o surgimento de ordens espontâneas e questões de design e escala, o que há de novo na dimensão jurídica e política do nosso exercício de reengenharia de conceito é assim identificado através de tais observáveis da análise , como o equilíbrio certo entre representação e resolução no primeiro nível de abstração; noções de nós, diâmetros da rede e links, para compreender o segundo nível de abstração, e assim por diante. Esses diferentes níveis de análise, discutidos separadamente na próxima seção, são ilustrados na Figura 2. O objetivo é esclarecer o que deve ser priorizado e tornado relevante em nosso exercício de reengenharia conceitual como aquilo que é "bom o suficiente "na governança da experiência onlife.

Machine Translated by Google



## 3 Três níveis de análise

O primeiro nível de análise relativo a qualquer boa governação na vida diz respeito aos fundamentos daquilo que Floridi concebe como um sistema multiagente “eficiente” e “inteligente”, cujo modelo pode representar um objectivo que poderá orientar com sucesso a nossa estratégia política em termos de transparência e tolerância: “Encontrar o equilíbrio certo entre representação e resolução, ao mesmo tempo que implementa o acordo para chegar a acordo com base em princípios éticos que são informados pelos direitos humanos universais, é um grande desafio actual para as democracias liberais nas quais as TIC fortalecerão cada vez mais a representatividade lado." Com base neste equilíbrio certo entre representação e resolução, temos, portanto, de avaliar como a revolução da informação remodela os modelos de legitimidade política e os processos democráticos, tal como as instituições republicanas que devem “respeitar o valor igual de todos os indivíduos” (Post 2009) . .
Como este é o tema da contribuição de Floridi neste volume (ver acima, pp. xx–xx), deixe-me pular esta parte da análise.

O segundo nível diz respeito à distinção clássica de Friedrich Hayek entre *cosmos* e *táxis, isto é,* evolução versus construtivismo, ordens espontâneas versus planeamento humano (político). Evidências empíricas recentes confirmam que a complexidade informacional da interação humana não é redutível apenas aos *táxis* e, além disso, as ordens emergem espontaneamente da complexidade do ambiente através de leis específicas de evolução (Pagallo 2010). Na maioria das vezes, a investigação actual sobre governação, boa governação e governação suficientemente boa centra-se no lado dos *táxis* da dinâmica política, nomeadamente, nas decisões dos actores institucionais, sociais e económicos, como um conjunto de regras ou instruções para a determinação de outros objetos e agentes de informação no sistema. Ainda assim, devemos refletir sobre as propriedades dos sistemas multiagentes onlife como uma rede complexa que se adapta ao ambiente através de processos de aprendizagem e evolutivos, tais como mecanismos sofisticados de sinalização e informação. Os sistemas complexos são caracterizados por um comportamento coletivo que emerge de grandes redes de componentes individuais, embora nenhum controle central ou regras simples de operação os orientem. Assim, os legisladores, os decisores políticos e, em geral, os actores da governação devem compreender preventivamente a natureza do domínio em que pretendem intervir ou, talvez, interferir (Pa gallo 2012a) . Este ponto pode ser ilustrado com uma metáfora de Lon Fuller: “A lei pode agir como um jardineiro que poda uma árvore de crescimento imperfeito, a fim de ajudar a árvore a realizar a sua própria capacidade de perfeição. Isto só pode ocorrer quando todos os envolvidos desejam genuinamente que a árvore cresça e cresça adequadamente. Nossa tarefa é fazer com que eles queiram isso.” É claro que, como ocorre com todas as metáforas, deveríamos encarar o paralelo de Fuller com uma pitada de sal: no caso da boa governança da vida, a “árvore” pode de fato contra-atacar, como mostra quantas tentativas de governar a dinâmica de sistemas multiagentes complexos na Internet não tiveram sucesso devido à resposta do *cosmos.* Lembre-se da *Lei de Combate à Pirataria Online* (SOPA) dos EUA e da *Lei de Proteção à Propriedade Intelectual* (PIPA), e de como essas leis falharam miseravelmente no inverno de 2011-2012.

Machine Translated by Google



O terceiro nível da análise pode ser resumido na distinção entre jogadores e designers de jogos (Floridi 2013; Pagallo 2012b). Embora o planeamento político não esgote a complexidade da interacção humana, não se segue, *segundo* Hayek, que *os táxis* não possam moldar a evolução do *cosmos.* Pelo contrário, as decisões políticas podem determinar as regras do jogo, bem como a própria arquitectura do sistema. Consideremos as formas como algumas democracias ocidentais e regimes autoritários especificaram as funções da ação estatal na Internet. Como mencionado acima na introdução, a doutrina dos "três golpes" foi endossada por alguns países, como a França ou a Coreia do Sul, para fazer cumprir as leis de direitos de autor, enquanto sistemas de filtros e reencaminhadores, desvios e becos sem saída, têm foram adotadas por países como a China para manter os indivíduos no caminho on-line aprovado pelo Estado. Embora algumas destas medidas arquitetónicas não sejam necessariamente digitais, *por exemplo,* a instalação de redutores de velocidade nas estradas como forma de reduzir a velocidade dos automóveis, os atuais avanços da tecnologia obrigaram os legisladores, os decisores políticos e os intervenientes na governação a criar formas mais sofisticadas de pensar na aplicação da lei e, além disso, a revolução da informação tornou tais decisões uma parte crítica da governação de todo o sistema. É por isso que, em 19 de Abril de 2012, Neelie Kroes insistiu devidamente na estrutura aberta da Internet e na sua neutralidade como princípios fundamentais desta mesma governação: "Com uma plataforma verdadeiramente aberta e universal, podemos proporcionar escolha e concorrência; inovação e oportunidade; liberdade e responsabilidade democrática"
(Kroes 2012, p. 2).

Esses diferentes níveis de análise, com certeza, afetam-se mutuamente: os designers de jogos devem levar em conta o desenvolvimento de ordens espontâneas, da mesma forma que, digamos, a governança transparente de um sistema multiagente complexo pode, em última análise, depender dos aspectos técnicos dos mecanismos de design. . Contudo, ao prestar atenção à especificidade da dimensão política no nosso exercício de reengenharia de conceitos, permita-me evitar um duplo mal-entendido. Por vezes, os académicos abordam os desafios da revolução da informação aos modelos tradicionais de legitimidade política e aos processos democráticos, como se o objectivo fosse encontrar a solução mágica. *Vice-versa,* outros dedicaram-se a desmascarar estes mitos, tais como uma nova democracia directa online, um comunismo digital, e assim por diante, simplesmente invertendo o paraíso de tais entusiastas da tecnologia (Morozov 2011) . Em suma, deveríamos conceber a atual revolução da informação de uma forma sóbria, isto é, como um conjunto de restrições e possibilidades que transformam ou remodelam o ambiente de interação das pessoas. Por um lado, esta profunda transformação afecta normas, competências e instituições da governação actual, bem como a autonomia das pessoas e o direito dos indivíduos a terem uma palavra a dizer nas decisões que os afectam. O que está aqui em jogo gira em torno de um novo "equilíbrio certo" entre representação e resolução: basta mencionar o debate sobre o papel que os Estados nacionais soberanos devem ter na governação actual da Internet, vis-à-vis organizações técnicas como, por exemplo , EU ENLATO. Por outro lado, o que torna única a governação das sociedades orientadas pelas TIC diz respeito à forma como as propriedades do *cosmos* de hoje podem afectar o planeamento político e, portanto, a concepção de qualquer boa governação na vida, *ou seja,* o segundo e terceiro níveis de abstracção ilustrados pela Fig. 2 acima . A próxima seção aprofunda este último ponto de vista com alguns princípios da teoria de redes e, mais particularmente, de acordo com as propriedades topológicas de

Machine Translated by Google



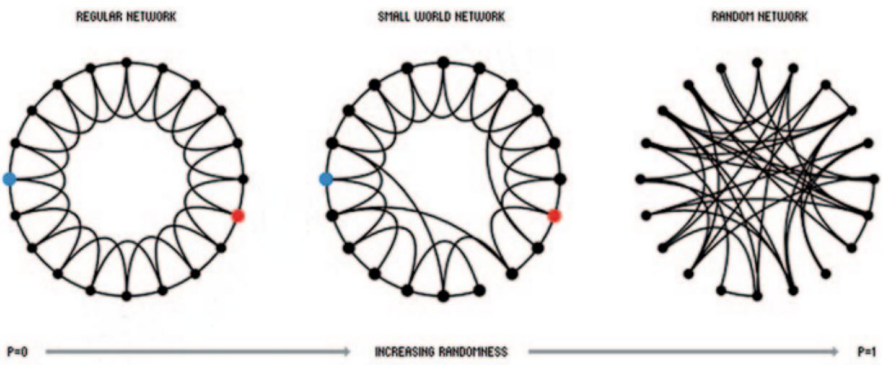



**Figura 3** Três modelos topológicos

*o cosmos* online de hoje e o surgimento de pedidos espontâneos. Então, Seita. 5 traz-nos de volta ao lado dos *táxis* da governação onlife, examinando as formas como as decisões dos designers de jogos podem interferir na autonomia colectiva e individual.

## 4 A Topologia das Redes Onlife

Diversas ordens espontâneas na internet apresentam as características topológicas de redes livres de escala e “mundos pequenos”. Para compreender como a complexidade de tais propriedades topológicas afeta qualquer planejamento político, dê uma olhada na Fig. 3 com os parâmetros-chave de cada rede, nomeadamente (i) seus nós, (ii) a distância média entre os nós ou o diâmetro da rede. , e (iii) seus coeficientes de agrupamento. Isso nos permite destacar três modelos.

A primeira é representada por uma rede regular na qual todos os nós possuem o mesmo número de links: esta rede possui altos coeficientes de agrupamento, mas um diâmetro longo, pois o grau de separação entre os nós é alto.

O segundo modelo é uma rede aleatória com características opostas: apresenta coeficientes de agrupamento baixos, mas diâmetro muito curto. A explicação é que links aleatórios reduzem exponencialmente o grau de separação entre os nós da rede.

O terceiro modelo é uma rede mundial pequena: a sua peculiaridade depende do aparente desvio das propriedades das redes regulares e aleatórias. Assim como as redes regulares, as redes-mundo pequenas apresentam altos coeficientes de agrupamento, mas também compartilham com as redes aleatórias um comprimento de caminho característico curto, *ou seja,* os nós da rede precisam de poucos passos para se alcançarem.

Como você pode ver, à luz da Fig. 3, na rede regular existem 20 nós, cada um dos quais possui 4 links, de modo que o nó azul (o mais brilhante à esquerda) precisaria de pelo menos 5 passos para alcançar o nó. vermelho (o mais brilhante à direita). O que chama a atenção em uma rede de mundo pequeno é como os links aleatórios reduzem exponencialmente o grau

Machine Translated by Google



de separação entre nós: por exemplo, se 3 nós forem reconectados aleatoriamente, os graus de separação diminuem de 5 para 3. Isso significa que, em um círculo de 6 bilhões (de pessoas) de nós como nosso mundo poderia ser representado hoje, se links aleatórios na rede seriam cerca de 2 em 10.000, o grau de separação acaba sendo 8. Mas se forem 3 em 10.000, então 5!

Desde o trabalho pioneiro de Stanley Milgram (1967) e, posteriormente, de Mark Granovetter (1973), a ideia de pequenas redes-mundo tornou-se em poucos anos uma das palavras-chave da pesquisa científica contemporânea ao fomentar um grande conjunto de estudos empíricos na topologia de sistemas complexos. Esforços significativos foram feitos para estruturar modelos analíticos capazes de capturar a natureza das pequenas redes mundiais. Aqui, basta mencionar apenas dois deles. O primeiro modelo de mundo pequeno foi proposto por Duncan Watts e Steven Strogatz (1998): eles sugeriram religar aleatoriamente uma pequena fração das arestas pertencentes a uma rede regular de baixa dimensão, de modo a provar que os graus de separação na rede seriam ex diminuir potencialmente. No entanto, ao contrário das redes aleatórias, o encurtamento do diâmetro ocorreu juntamente com elevados coeficientes de agrupamento, como nas redes regulares. Essas pequenas características do mundo explicam os resultados da pesquisa de Milgram e Granovetter porque diâmetros curtos da rede e altos coeficientes de agrupamento quantificam tanto os baixos graus de separação entre dois cidadãos escolhidos aleatoriamente em uma rede tão complexa como a sociedade americana estudada por Milgram no meados da década de 1960, e a "força dos laços fracos" sublinhada por Granovetter no início

O segundo modelo analítico que precisamos examinar foi definido por Albert-Lászlo Barabási (2002): ele observou que a maioria das redes do mundo real, como a Internet, crescem pela adição contínua de novos nós, enquanto a probabilidade de conexão a um nó dependeria de seu grau de conectividade. Este tipo de ligação especial num sistema em crescimento explica o que Watts e Strogatz aparentemente perderam, nomeadamente, a distribuição de lei de potência da rede numa perspectiva topológica sem escala: pequenas redes mundiais no mundo real são de facto caracterizadas por poucos nós com valores muito elevados e pela maioria dos nós com baixa conectividade. A presença de hubs ou de uma pequena fração de nós com um grau muito superior à média oferece a chave para compreender por que pequenas redes mundiais podem ser altamente agrupadas e livres de escala. Isso ocorre quando pequenos clusters de nós fortemente interligados são conectados em grupos maiores e menos coesos.

Com base nesta pesquisa, podemos aprofundar a noção de complexidade mencionada na introdução. *O cosmos* da vida on-line de hoje pode, de fato, ser compreendido de acordo com a natureza dos hubs e o grau de sua conectividade em uma pequena rede mundial, porque o surgimento de ordens espontâneas, por exemplo, *sistemas* de compartilhamento de arquivos peer-to-peer (P2P) na Internet , muitas vezes anda de mãos dadas com a estrutura hierárquica destas redes (Pagallo e Durante 2009; Glorioso et al. 2010). Significativamente, em *The Sciences of the Artificial* (nova edição, 1996), Herbert Simon insistiu neste ponto, *ou seja,* na noção de "hierarquia" como a pista para compreender a arquitetura da complexidade e, além disso, a ideia de "quase sistemas decomponíveis" que conciliam abordagens rígidas de cima para baixo e de baixo para cima. Nas palavras de Simon, "os aglomerados de interação densa no mapa" de interação social "irão identificar uma estrutura hierárquica bastante bem definida" (op. *cit.,* p. 186). Além disso, de acordo

Machine Translated by Google



para a “hipótese do mundo vazio”, o termo de quase decomponibilidade denota que “a maioria das coisas está apenas fracamente ligada à maioria das outras coisas; para uma descrição tolerável da realidade, apenas uma pequena fração de todas as interações possíveis precisa ser levada em conta” (Simon 1996, p. 209). Lembre-se da diferença entre redes regulares, redes aleatórias e mundos pequenos, mencionada acima: a “hipótese do mundo vazio” de Simon corresponde à noção de hubs, uma vez que tais hubs não oferecem apenas as conexões comuns que medeiam os curtos comprimentos de caminho entre os nós da rede , mas também elucidam os aglomerados de densa interação e complexidade no mapa das relações sociais.

Estas propriedades topológicas da rede introduzem um ponto crucial sobre como a estrutura do *cosmos* pode afectar o planeamento político dos *táxis* e, portanto, qualquer “boa governação na vida”. Embora eu assuma que não existe *cosmos* sem *táxis* na “experiência onlife”, os actores da governação deveriam realmente conhecer o assunto que pretendem governar. O ponto pode ser ilustrado com as palavras de Paul Ormerod:

> Numa rede sem escala, sabemos que precisamos de identificar os indivíduos bem relacionados e de tentar, de alguma forma, induzi-los a mudar os seus comportamentos. Numa rede aleatória, sabemos que existe um valor crítico da proporção de agentes que precisamos de influenciar para encorajar ou mitigar a propagação de um determinado modo de comportamento ou opinião através da rede. Isto dá-nos pelo menos uma ideia da escala do esforço necessário e diz-nos que dinheiro e tempo que dificilmente gerarão a massa crítica são dinheiro e tempo desperdiçados. Num contexto de mundo pequeno, direccionar os nossos esforços é mais difícil, mas pelo menos sabemos que são os conectores de longo alcance, os agentes com ligações em diferentes partes da rede, ou que têm ligações em diversas redes relevantes, que são o mais frutífero para atingir. (Ormerod 2012, p. 275)

No entanto, um aspecto crucial da análise diz respeito mais à avaliação do que à descrição do *cosmos,* que *os táxis* pretendem disciplinar. Os legisladores, os decisores políticos e os intervenientes na governação não devem apenas saber se estão a lidar com uma rede aleatória, uma rede de mundo pequeno, uma rede sem escala, e assim por diante, uma vez que têm de avaliar o tipo de informação que é distribuída de acordo com as propriedades topológicas de uma rede regular, uma rede aleatória, etc. Considere o seguinte espectro no campo da interação social, cuja evidência empírica provou ser uma pequena rede mundial: em uma extremidade, os “pequenos mundos” da internet em o início da década de 2000 e os seus efeitos positivos (Barabási 2002); no outro extremo, o que o programa COPLINK ilustrou em meados da década de 2000, nomeadamente que “as redes de narcóticos são de mundo pequeno, com comprimentos médios de percurso curtos que variam entre 4,5 e 8,5 e têm distribuições de graus sem escala com expoentes da lei de potência de 0,85 a 1,3”. (Kaza et al. 2005). No meio, encontramos casos mais controversos, como os “pequenos mundos” de algumas redes P2P como Gnutella (Pagallo e Ruffo 2007). À luz deste espectro, deixe-me reavaliar os diferentes níveis de análise ilustrados acima na Figura 2. Do ponto de vista ético, o que deveria ser evitado ou minimizado é o “empobrecimento da infosfera”, ou entropia, enquanto “o florescimento da informação entidades, bem como toda a infosfera, devem ser promovidas preservando, cultivando e enriquecendo suas propriedades” (Floridi 2006). Do ponto de vista jurídico e político, o que está em jogo aqui diz respeito à forma como os novos cenários da revolução da informação sugeriram legisladores nacionais e internacionais mais sofisticados

Machine Translated by Google



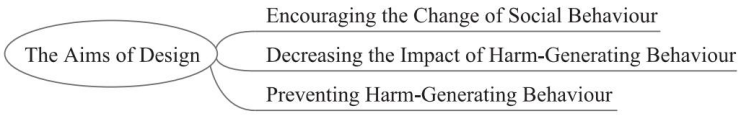



**Figura 4 :** Como os designers de jogos podem moldar a experiência onlife

formas de aplicação da lei, complementando as ferramentas tradicionais da lei, bem como formas mais suaves de governança legalizada, como a padronização de melhores práticas e diretrizes, através de mecanismos de design, códigos e arquiteturas de TI. Muitos impasses dos sistemas jurídicos e políticos actuais podem, de facto, ser resolvidos através da incorporação de restrições normativas e salvaguardas constitucionais nas TIC. Depois das propriedades topológicas e dos desafios éticos do *cosmos atual,* deixe-me examinar separadamente esse lado táxis da governança na vida: a próxima seção explora como os designers de jogos podem moldar a experiência na vida.

## 5 O Design da Experiência Onlife

O conceito de design pode ser entendido como o ato de elaborar a forma dos objetos: na verdade moldamos a forma dos produtos e processos, juntamente com a estrutura dos espaços e lugares, de modo a cumprir os marcos regulatórios. Tal modelagem não é necessariamente digital: conforme mencionado acima na Seção. 3, considere a instalação de redutores de velocidade nas estradas como um meio de reduzir a velocidade dos carros (para que os motoristas não optem por destruir seus próprios veículos). Ainda assim, a revolução da informação obrigou os decisores políticos a criar formas mais sofisticadas de aplicação da lei através da concepção de interfaces TIC, configurações padrão, tecnologias auto-aplicáveis, e assim por diante De acordo com a frase de Norman Potter em seu livro de 1968 sobre *O que é um Designer* (nova ed. 2002), uma distinção crucial deve ser enfatizada entre projetar espaços (design ambiental), objetos (design de produto) ou mensagens (design de comunicação). Além disso, no seu trabalho sobre *o Método Design com Intenção* (2010), Lockton, Harrison e Stanton descrevem 101 formas pelas quais os produtos podem influenciar o comportamento dos seus utilizadores. À luz da Figura 4, basta focar em três maneiras diferentes pelas quais os atores da governança podem projetar a experiência na vida.

Primeiro, o design pode ter como objetivo encorajar a mudança de comportamento social. Pense no fenômeno do free-riding nas redes P2P, onde a maioria dos peers tende a usar esses sistemas para encontrar informações e baixar seus arquivos favoritos sem contribuir para o desempenho do sistema. Embora este comportamento egoísta seja desencadeado por muitas propriedades das aplicações P2P, como o anonimato e a rastreabilidade dos nós, os designers propuseram formas de resolver o problema através de incentivos baseados na confiança (por exemplo, mecanismos de reputação), comércio (por exemplo, *serviços* em *troca )* ou, alternativamente, retardar a conectividade do usuário, o que não auxilia no processo de compartilhamento de arquivos (Glorioso et al. 2010). Por exemplo, dois sistemas P2P muito populares, nomeadamente µTorrent e Azureus/Vuze, possuem recursos anti-sanguessugas integrados que lim

Machine Translated by Google



velocidade de download dos usuários, se a velocidade de upload for muito baixa (observe que uma velocidade baixa de upload pode, por sua vez, depender da política de alguns ISPs que contam tanto uploads quanto downloads como cota mensal de dados). Além disso, os mecanismos de design podem induzir a mudança no comportamento das pessoas através de interfaces amigáveis, serviços baseados em localização e assim por diante. Estes exemplos são particularmente relevantes porque encorajar os indivíduos a mudarem o seu comportamento evita riscos de paternalismo, quando o objectivo do design é encorajar tal mudança de comportamento, alargando o leque de escolhas e opções. Na melhor das hipóteses, esta última política de design é ilustrada pela arquitetura aberta de uma web "fora de controle" (Berners-Lee 1999).

Em segundo lugar, os mecanismos de design podem ter como objetivo diminuir o impacto do comportamento gerador de danos em vez de mudar a conduta das pessoas, ou seja, o objetivo é prevenir o empobrecimento dos agentes e de toda a infosfera, em vez de promover diretamente o seu florescimento. Este objectivo adicional de design é bem representado pelos esforços em medidas de segurança que podem ser concebidos como uma espécie de airbag digital: tal como ocorre com interfaces amigáveis, este tipo de mecanismo de design evita reivindicações de paternalismo, porque não colide com indivíduos. autonomia, tal como os airbags tradicionais não afectam a forma como as pessoas conduzem. Contudo, ao contrário dos mecanismos de concepção que pretendem alargar as escolhas individuais, a concepção de airbags digitais pode levantar questões de forte responsabilidade moral e legal, bem como conflitos de interesses. Um exemplo típico é o processamento de nomes de pacientes em hospitais através de sistemas de informação, onde os nomes dos pacientes devem ser mantidos separados dos dados sobre tratamentos médicos ou estado de saúde. E quanto aos usuários, inclusive médicos, que podem achar esse mecanismo muito oneroso? Além disso, a responsabilidade por este tipo de mecanismos está interligada com o rigor técnico do projecto e a sua fiabilidade, *por exemplo,* medidas de segurança para os sistemas informativos de hospitais ou, digamos, de uma central atómica.
Em vez de estabelecer a probabilidade global de um acidente grave, a atenção deveria centrar-se nas deficiências do sistema de segurança, classificando as sequências de acidentes em função da probabilidade da sua ocorrência, de modo a comparar diferentes sequências de eventos e identificar elementos críticos nestas situações. sequências. Em suma, nas palavras de Eugene Spafford, seria importante que os intervenientes na governação, criadores de jogos *de subespécies ,* compreendessem plenamente que "o único sistema verdadeiramente seguro é aquele que está desligado, moldado num bloco de betão e selado numa caixa de chumbo". sala forrada com guardas armados - e mesmo assim tenho as minhas dúvidas" (em Garfinkel e Spafford 1997).

Terceiro, existe o objectivo mais crítico da concepção, nomeadamente impedir a ocorrência de comportamentos geradores de danos através da utilização de tecnologias auto-aplicáveis, tais como DRM no domínio da protecção da propriedade intelectual, ou algumas versões de privacidade automática desde a concepção *( por exemplo,* Cavoukian 2010). É claro que questões sérias de segurança nacional, conectividade e disponibilidade de recursos, como a pornografia infantil ou o ciberterrorismo, podem sugerir o endosso desse tipo de mecanismo de design, embora este último deva ser concebido como exceção, ou opção de último recurso, para a governança da experiência onlife. Considere algumas das razões éticas, legais e técnicas que tornam problemático o objetivo do design de prevenir automaticamente a ocorrência de condutas prejudiciais. Quanto às razões éticas, escolhas específicas de design podem resultar em conflitos entre valores e, vice-versa, conflitos entre valores podem impactar as características do design: temos evidências de que "algumas questões técnicas

Machine Translated by Google



os artefatos influenciam direta e sistematicamente a realização, ou supressão, de configurações específicas de valores sociais, éticos e políticos" (Flanagan et al. 2008). Quanto às razões jurídicas contra este tipo de política de design, o desenvolvimento e a utilização de tecnologias auto-aplicáveis correm o risco de restringir severamente a autonomia colectiva e individual. Os princípios básicos do Estado de direito estariam em risco, uma vez que o comportamento das pessoas seria determinado unilateralmente com base na tecnologia, e não pelas escolhas das instituições políticas relevantes: o que está em perigo é "a compreensão pública da lei com a sua aplicação eliminando uma interface útil entre os termos da lei e sua aplicação" (Zittrain 2007).

Finalmente, deve-se chamar a atenção para as dificuldades técnicas de alcançar esse controle total através do design: as dúvidas são lançadas por "um rico conjunto de estudos sobre a teoria e a prática da regulação 'tradicional' baseada em regras [que] testemunha a impossibilidade de projetar padrões regulatórios na forma de regras legais que atingirão seu objetivo com perfeita precisão" (Yeung 2007). Na verdade, existe a dificuldade técnica de aplicar a uma máquina conceitos tradicionalmente utilizados pelos advogados, através da formalização de normas, direitos ou deveres: afinal, as salvaguardas jurídicas apresentam frequentemente noções altamente dependentes do contexto, como, por exemplo, medidas de segurança, medidas pessoais dados, ou controladores de dados, que levantam uma série de problemas relevantes ao reduzir a complexidade informacional de um sistema jurídico onde conceitos e relações estão sujeitos a evolução (Pagallo 2010). Tanto quanto sei, é impossível programar software de modo a prevenir formas de comportamento gerador de danos, mesmo em casos tão simples como difamações: estas restrições enfatizam facetas críticas do design que sugerem a inversão do ónus da prova quando o uso de estão em jogo tecnologias supostamente perfeitas e auto-aplicáveis. Na formulação da decisão do Supremo Tribunal dos EUA sobre a Lei de *Decência nas Comunicações* ("CDA") de 26 de Junho de 1997, "por uma questão de tradição constitucional, na ausência de provas em contrário, presumimos que a regulamentação governamental… é mais provavelmente interferirá na livre troca de ideias do que encorajá-la".

## 6. conclusões

O objectivo deste capítulo foi lançar luz sobre algumas das questões que deveriam ser questionadas, priorizadas e tornadas relevantes, de modo a sublinhar o que é específico das dimensões jurídicas e políticas da governação onlife. Começando pelas atuais definições de governação, boa governação e governação suficientemente boa na Secção. 2, a análise centrou-se nas formas complexas pelas quais os sistemas multiagentes interagem à luz da diferença entre *cosmos* e *táxis,* por um lado, e entre jogadores e designers de jogos, por outro. Tendo em conta os exemplos de costumes locais, de usos internacionais e de mercados transnacionais, ou seja, as formas tradicionais de encomendas espontâneas examinadas por um Prémio Nobel (Hayek 1982), o que é crítico hoje diz respeito, por um lado, aos processos evolutivos de sistemas multiagentes que são dependentes das TIC, omnipresentes e, além disso, não podem ser reduzidos ao lado dos táxis da governação. Voltando ao debate sobre os fundamentos éticos da

Machine Translated by Google



No ciberespaço de hoje, *por exemplo,* as instituições republicanas de David Post que respeitarão o valor igual de todos os indivíduos, é reconhecidamente uma questão em aberto como tais instituições devem ser construídas, e até mesmo concebidas (Post 2009; Solum 2009; Reed 2012; etc.) : no entanto, o artigo mostrou com que frequência a eficiência e a legitimidade das ferramentas tradicionais de governação de hard e soft law dependem daquilo que os académicos apresentam como “efeito de rede”. Os legisladores, os decisores políticos e, em geral, os actores da governação devem compreender preventivamente a relevância política, legal e económica daquilo que emerge e evolui espontaneamente na vida, nomeadamente aquilo que discutimos acima na Secção. 4.

Por outro lado, o que é específico da governança onlife de hoje gira em torno do papel dos designers de jogos. Além do debate sobre as questões institucionais da governação actual, e sobre a forma como os seus instrumentos tradicionais de direito duro e não vinculativo devem ser distribuídos entre as autoridades políticas, os actores sociais e os actores económicos, tais como os lobbies e as partes interessadas, os desafios da revolução da informação induziram a complementação de tais ferramentas, *por exemplo,* diretrizes e melhores práticas, através de mecanismos de design, códigos e arquiteturas. Este novo cenário afecta pilares básicos do direito e dos processos democráticos, ao remodelar o equilíbrio entre resolução e representação, bem como o direito dos indivíduos de terem uma palavra a dizer nas decisões que os afectam. Aqui, os três níveis de análise discutidos acima na Seção. 5 são críticos. Quando o objectivo é alargar o leque de escolhas das pessoas, de modo a encorajar a mudança do seu comportamento, tal política de design é jurídica e politicamente sólida: esta abordagem ao design evita ameaças de paternalismo que dependem das ferramentas reguladoras da tecnologia, uma vez que promove a autonomia coletiva e individual. Da mesma forma, o objectivo do design de diminuir o impacto de comportamentos geradores de danos através da utilização de airbags digitais, tais como medidas de segurança ou interfaces de fácil utilização, respeita a autonomia colectiva e individual, porque esta abordagem ao design não interfere nas escolhas das pessoas, assim como os airbags tradicionais não afetam o comportamento dos indivíduos nas rodovias. No entanto, complementar as ferramentas de governação desde a concepção, de direito rígido e não vinculativo, acarreta os seus próprios riscos, quando o objectivo é impedir a ocorrência de comportamentos geradores de danos.

Embora muitos impasses dos sistemas jurídicos e políticos actuais possam ser adequadamente resolvidos através da incorporação de salvaguardas jurídicas nas TIC e noutros tipos de tecnologia, existem várias razões jurídicas, éticas e técnicas pelas quais a utilização de tecnologias auto-aplicáveis alegadamente perfeitas levanta sérias ameaças de paternalismo. e, até mesmo, de autoritarismo. Quer sejam DRMs, versões automáticas do princípio da privacidade desde a concepção, abordagens de três ataques, o “Grande Firewall” da China, ou sistemas ocidentais de filtros para controlar o fluxo de informação na Internet, o resultado é a modelagem da conduta individual. Como designers de jogos que lidam com os desafios da revolução da informação, este artigo sugeriu por que os atores da governança deveriam considerar o uso de tecnologias auto-aplicáveis como a exceção, ou uma opção de último recurso, para minimizar a entropia informacional do sistema ou, vice-versa , para promover o seu florescimento e o dos seus objetos informacionais. O que está aqui em jogo é “complexo”, porque os desafios jurídicos e políticos da revolução da informação dizem frequentemente respeito a toda a infra-estrutura e ao ambiente de interacção das pessoas. Estatutos recentes, como o HADOPI em França, ou o DEA no Reino Unido, mostram como se materializam novas formas de proteger os cidadãos, mesmo contra eles próprios.

Machine Translated by Google



**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

## Referências

Barabási, A.-L. 2002. *Vinculado: A nova ciência das redes.* Nova York: Perseu.

Berners-Lee, T. 1999. *Tecendo a teia.* São Francisco: Harper.

Cavoukian, A. 2010. Privacidade desde a concepção: O workshop definitivo. *Identidade na Sociedade da Informação* 3 (2): 247–251.

Chaitin, G. 2005. Metamatemática! A busca por ÿ. Nova York: Panteão.

de Robilant, E. 1973. O nome da sociedade industrial. *Revista Internacional de Filosofia do Direto* 60: 225–262.

Flanagan, M., DC Howe e M. Nissenbaum. 2008. Incorporando valores em tecnologia: Teoria e prática. Em *Tecnologia da informação e filosofia moral,* eds. J. van den Hoven e J. Weckert. Nova York: Cambridge University Press.

Floridi, L. 2006. As tecnologias da informação e a tragédia da boa vontade. *Ética e Tecnologia da Informação* 8 (4): 252–262.

Floridi, L. 2008. O método dos níveis de abstração. *Mentes e Máquinas* 18 (3): 303–329.

Floridi, L. 2013. *A ética da informação. Volume II dos Principia Philosophiae Informationis.* Nova York: Oxford University Press.

Floridi, L. Em breve. *A quarta revolução – O impacto das tecnologias de informação e comunicação nas nossas vidas.* Nova York: Oxford University Press.

Garfinkel, S. e G. Spafford. 1997. *Segurança e comércio na Web.* Sebastopol: O'Reilly.

Glorioso, A., U. Pagallo e G. Ruffo. 2010. O impacto social dos sistemas P2P. No *Manual de redes ponto a ponto,* eds. X. Shen, H. Yu, J. Buford e M. Akon, 47–70. Heidelberg: Springer.

Granovetter, M. 1973. A força dos laços fracos. *American Journal of Sociology* 78:1360–1380.

Grindle, M. 2005. Governança suficientemente boa revisitada. http://www.odi.org.uk/events/docs/1281.pdf. Acessado em 21 de maio de 2012.

Hayek, FA 1982. *Lei, legislação e liberdade. Uma nova declaração dos princípios liberais de justiça e economia política.* Chicago: Chicago University Press.

Karnow, CEA 1996. Responsabilidade pela inteligência artificial distribuída. *Tecnologia Berkeley e Diário Jurídico* 11:147–183.

Kaza, S., J. Xu, B. Marshall e H. Chen. 2005. Análise topológica de redes de atividades criminosas em múltiplas jurisdições, dg.o '05 Proceedings of the 2005 National Conference on Digital Government Research, 251–252.

Kelsen, H. 1949. *Teoria geral do direito e do estado.* Cambridge: Harvard University Press.

Kroes, N. 2012. O que significa estar aberto online. Conferência da World Wide Web 2012, Lyon, 19 de abril.

Lockton, D., DJ Harrison e NA Stanton. 2010. O método de design com intenção: uma ferramenta de design para influenciar o comportamento do usuário. *Ergonomia Aplicada* 41 (3): 382–392.

Milgram, S. 1967. O problema do pequeno mundo. *Psicologia Hoje* 1(1): 60–67.

Morozov, E. 2011. *A ilusão líquida.* Nova York: Perseu.

Ormerod, P. 2012. *Ligação positiva.* Londres: Faber e Faber.

Pagallo, U. 2006. *Teoria giuridica della complessità.* Turim: Giappichelli.

Pagallo, U. 2010. Como funciona a lei: Topologia, ontologia, evolução. Nas *abordagens de IA à complexidade dos sistemas jurídicos. sistemas complexos, web semântica, ontologias, argumentação e diálogo,* ed. P. Casanovas et al., 12–26. Berlim: Springer.

Machine Translated by Google



Pagallo, U. 2012a. Sistemas complexos, leis simples: Uma abordagem normativa às TIC e à Internet. Em *políticas públicas, complexos de sistemas,* ed. D. Bourcier, R. Boulet e P. Mazzega, 93–105. Paris: Hermann.

Pagallo, U. 2012b. Reprimindo a autonomia: três desafios ao design. Lei de TI. *Ética e Tecnologia da Informação* 14 (4): 319–328.

Pagallo, U. e M. Durante. 2009. Três caminhos para sistemas P2P e seu impacto nas práticas e ética empresarial. *Jornal de Ética Empresarial* 90 (4): 551–564.

Pagallo, U. e G. Ruffo. 2007. Sistemas P2P em redes jurídicas: Outro caso de “Mundo Pequeno”. Décima Primeira Conferência Internacional sobre Inteligência Artificial e Direito, 287–288. Stanford: Ac.

Potter, N. 2002. *O que é um designer.* Londres: Hyphen Press.

Post, D. 2009. *Em busca do alce de Jefferson: Notas sobre o estado do ciberespaço.* Nova York: Oxford Jornal universitário.

Reed, C. 2012. *Fazendo leis para o ciberespaço.* Oxford: Imprensa da Universidade de Oxford.

Simon, HA 1996. *As ciências do artificial.* Cambridge: MIT Press.

Solum, LB 2009. Modelos de governança da Internet. Na *governança da Internet: infraestrutura e instituições,* eds. LA Bygrave e J. Bing, 48–91. Nova York: Oxford University Press.

Watts, D. e S. Strogatz. 1998. Dinâmica coletiva de redes de “mundo pequeno”. *Natureza* 393: 440–442.

Yeung, K. 2007. Rumo a uma compreensão da regulação desde a concepção. Em *Tecnologias reguladoras: Futuros jurídicos, quadros regulatórios e soluções tecnológicas,* eds. R. Brownsword e K. Yeung, 79–108. Londres: Hart.

Zittrain, J. 2007. Aplicação perfeita na Internet de amanhã. Em *Tecnologias reguladoras: futuros jurídicos, quadros regulatórios e soluções tecnológicas,* eds. R. Brownsword e K. Yeung, 125–156. Londres: Hart.

Zittrain, J. 2008. *O futuro da Internet e como impedi-la.* New Haven: Imprensa da Universidade de Yale.

Machine Translated by Google

# Parte VII
# A esfera pública na era computacional

Machine Translated by Google

# O(s) Público(s) Onlife

## Um apelo à proteção legal desde a concepção

**Mireille Hildebrandt**

## 1 *Onlife* após a virada computacional?

### *1.1 Turno Computacional*

Na minha palestra inaugural reiterei a noção de uma virada computacional, referindo-me às novas camadas de software que se aninharam entre nós e a realidade (Hildebrandt 2013 ). Estas camadas de adaptações algorítmicas decisórias constituem cada vez mais o nosso mundo da vida, determinam o que vemos (mecanismos de pesquisa; publicidade comportamental), como somos tratados (seguros, emprego, educação, tratamento médico), o que sabemos (as ciências da vida). , as humanidades digitais, sistemas especializados em diversas profissões) e como gerimos os nossos riscos (segurança, proteção, aviação, infraestruturas críticas, redes inteligentes). Até agora, esta viragem computacional tem sido aplaudida, tida como certa ou rejeitada, mas pouca atenção tem sido dada às implicações de longo alcance para a nossa percepção e cognição, para o tecido re-tecido sobre o qual depende a nossa convivência (embora haja uma primeira tentativa em Ess e Hagengruber 2011, e mais elaboração em Berry 2012). Os efeitos de rede da digitalização ubíqua foram descritos extensivamente (Castells 2011; Van Dijk 2006), embora muitos autores apresentem isto como uma questão de “social”, negligenciando até que ponto as disrupções das tecnologias digitais globais, móveis e em rede são, na verdade, “recursos” dos conjuntos sociotécnic Reduzir estes efeitos ao “social” não ajuda, porque deixa o funcionamento constitutivo e regulador destas tecnologias fora do radar. Além disso, precisamos distinguir entre digitalização em si e técnicas computacionais como

M. Hildebrandt **(ÿ)**
Jurisprudência, Erasmus School of Law, Vrije Universiteit Brussel, Erasmus University Rotterdam, Rotterdam, Holanda
e-mail: hildebrandt@law.eur.nl

Instituto de Ciências da Computação e da Informação (iCIS), Radboud University Nijmegen, Nimega, Holanda

Direito, Ciência, Tecnologia e Sociedade (LSTS), Vrije Universiteit Brussel, Bruxelas, Bélgica

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI 10.1007/978-3-319-04093-6_19, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



como aprendizado de máquina que permite a computação adaptativa e proativa e, assim, nos apresenta um ambiente totalmente novo e inteligente.

### *1.2 Ambientes Inteligentes*

Acredito que embora esses ambientes inteligentes tenham permanecido durante muito tempo uma fantasia tecnológica, eles estão agora connosco, à nossa volta, até mesmo dentro de nós (Hildebrandt e Anrig 2012). Eles antecipam os nossos comportamentos futuros e adaptam os seus próprios comportamentos para acomodar as nossas preferências inferidas – pelo menos na medida em que isso se adapta aos objectivos de quem está a pagar por eles (empresa comercial, governo). Eles nos fornecem uma inteligência artificial onipresente que desenraiza o senso comum de nossa herança iluminista de que a matéria é passiva e a mente ativa. *A matéria está a desenvolver-se na mente,* tornando-se sensível ao contexto, capaz de aprender com base em mecanismos de feedback, reconfigurando os seus próprios programas para melhorar o seu desempenho, desenvolvendo "uma mente própria", baseada em crenças e preferências de segunda ordem. Isto significa nada menos do que o surgimento de ambientes que possuem características semelhantes às dos agentes: são viáveis, motores de abdução e adaptáveis (Bourgine e Varela 1992); são sensíveis ao contexto, receptivos e capazes de sustentar a sua identidade reconfigurando as regras que regulam os seus comportamentos (Floridi e Sanders 2004). Notamos, claro, que até agora "eles" não estão conscientes de nada disto, muito menos autoconscientes. Além disso, saibamos que não estamos falando sobre o que Clark (2003) chamou de "skinbags": entidades claramente demarcadas que contêm sua mente dentro de suas membranas externas, superfície ou pele. A inteligência que emerge das camadas computacionais é projetada para servir propósitos específicos, enquanto prospera com o valor agregado criado pelo deslocamento inesperado de funções; deriva de sistemas de computação móveis polimorfos, e não de dispositivos autônomos, como aqueles fantasiados no contexto da robótica humanóide.

### *1.3 O que há de novo aqui?*

Em que sentido esta é uma situação nova? Onde está a continuidade com as tecnologias de informação e comunicação anteriores? No seu magnífico *Les Technologies de l'Intelligence,* Pierre Lévy (1990) discutiu as transições da oralidade para a escrita, da imprensa escrita e dos meios de comunicação de massa para a digitalização e a Internet. Resumindo, Lévy sugere que estamos em transição de uma noção linear de tempo para segmentos e pontos; da acumulação ao acesso instantâneo; do atraso e duração ao tempo real e imediatismo; da universalização à contextualização; da teoria à modelagem; da interpretação à simulação; da semântica à sintaxe; da verdade à eficácia; da semântica à pragmática; da estabilidade à mudança. Curiosamente, seu foco está na computação ubíqua e ele destaca o impacto do hiperlink, mas dificilmente se envolve com a inteligência computacional descrita acima. No centro da inteligência ambiental mais recente, está o fato de que os seres humanos são antecipados por sistemas de computação complexos e invisíveis (Stiegler 2013). Sua capacidade de gerar dados derivados (Amoore 2011) e de antecipar nossas intenções com base

Machine Translated by Google



de inferências personalizadas cria o que Catherine Dwyer (2009) chamou de “o problema da inferência”. A coisidade do nosso ambiente artificial parece transformar-se numa espécie de subjetividade, adquirindo uma forma de agência. Noutro trabalho sugeri que as ciências sociais há muito reconheceram a natureza produtiva do problema de inferência que nutre as relações entre os humanos (Hildebrandt 2011a). Notavelmente, os sociólogos Parsons e Luhmann falaram da chamada dupla contingência que determina a incerteza fundamental da interação humana (Vanders traeten 2007). Como nunca posso ter certeza de como você interpretará minhas palavras ou ações, tento inferir o que você inferirá de meus comportamentos; O mesmo vale para você. Estamos sempre adivinhando as interpretações uns dos outros. Zizek (1991) qualificou a natureza potencialmente produtiva desta antecipação dupla e mútua ao sugerir que “a comunicação é um mal-entendido bem sucedido”. A novidade aqui é que a camada computacional que medeia nosso acesso ao conhecimento e à informação está nos antecipando, criando uma única contingência: embora tenha acesso ao Big Data para fazer suas inferências (Mayer-Schonberger e Cukier 2013), não temos tal acesso e nenhuma maneira de adivinhar como estamos sendo “lidos” por nossos novos ambientes inteligentes.

## *1.4 Quais são os desafios?*

Se aderir ao Onlife se refere a mergulhar nos novos ambientes que dependem e alimentam as camadas computacionais discutidas acima, então aderir ao Onlife exigirá novas competências, diferentes capacidades e outras capacidades. Para evitar que nos tornemos apenas o recurso cognitivo desses ambientes, devemos descobrir como eles nos antecipam. Devemos desenvolver formas de estender a contingência única a uma contingência dupla renovada. Como ler de que forma estamos sendo lidos? Como adivinhar a forma como estamos sendo categorizados, previstos e antecipados? Como continuar surpreendendo nossos ambientes, como passar da proação deles para a nossa interação? Em outro trabalho, sugeri que precisamos investigar pelo menos dois caminhos: primeiro, desenvolver interfaces homem-máquina que nos dêem acesso intuitivo e discreto à forma como estamos sendo perfilados e, segundo, uma nova hermenêutica que nos permita rastrear pelo menos ao nível técnico, como os algoritmos subjacentes podem ser “lidos” e contestados (Hildebrandt 2011b, 2012). Por enquanto, o que gostaria de salientar é que as implicações de aderir ao Onlife não podem ser reduzidas à privacidade e à proteção de dados. Espero que a análise anterior demonstre um impacto muito mais extenso que não pode ser entendido apenas em termos do desejo de ocultar os dados pessoais. Requer mais do que isso; na verdade, desafia-nos a envolvermo-nos com os nossos ambientes como se estivéssemos a assumir uma “postura intencional” em rel

**2 Públicos e seus problemas em ambientes inteligentes**

## *2.1 Ambientes Inteligentes e a Esfera Pública*

Acima, tentei esclarecer em que sentido os ambientes inteligentes nos apresentam uma situação nova. Minha conclusão foi que as camadas computacionais que medeiam nossa

Machine Translated by Google



a percepção e a cognição do mundo estão gerando *um ambiente que simula a agência.* Enquanto a União Internacional de Telecomunicações falava da Internet das Coisas como “o mundo offline que se torna online” (UIT 2005), em certo sentido, a infinidade de sistemas de decisão autónomos está a transformar o nosso ambiente inanimado em *“Onlife”.* Nesta secção investigarei o que isto significa para a esfera pública, ou mesmo para a tradicional divisão privado/público em si. Irei abordar a noção de esfera pública para investigar se e como os ambientes inteligentes geram aqui uma espécie de “natalidade” (Arendt 1958 ): uma novidade, um começo, um espaço vazio para experimentar – com possibilidades ainda desconhecidas.

## *2.2 Público Privado Social: Desempenho, Exposição, Opacidade*

Muito tem sido escrito sobre o encolhimento do privado, a indefinição do público/ divisão privada e, por exemplo, a perda de privacidade em público (nomeadamente Nissenbaum 1997). Tal encolhimento, perda e indefinição foram atribuídos à atração da autopublicação na web 2.0 (Cohen 2012) ou ao *comércio* secreto e à *espionagem de* nossos dados comportamentais no curso da computação generalizada (Cohen 2012; Hildebrandt 2012 ).

Talvez devêssemos voltar a Arendt (1958), quando ela falou do privado como uma esfera de necessidade (o agregado familiar), do público como o espaço para a liberdade (acção política) e do “social” como a emergência da sociedade de massa (burocracia). , interesse próprio individual e conformidade). A sua compreensão do “social” ou do que ela chamava de “sociedade” não é de todo positiva, para dizer o mínimo. Será a ascensão da web 2.0 antitética ao “social”, porque diz respeito à comunicação de um-2-um, um-2-muitos, bem como de muitos-2-muitos, em vez de muitos-2-um? Ou será que o processamento de Big Data nos apresenta “o social” tornado realidade, onde “o social” é constituído por pedaços legíveis por máquina que permitem a versão final do que Hei degger (1996) chamou de “das rechnende Denken ” ? (pensamento calculado)? Não tenho certeza e acredito que o júri ainda não decidiu. A resposta dependerá de evidências empíricas de como o “social” continua a evoluir em ambientes inteligentes.

Penso que a compreensão de Arendt do privado e do público poderá salvar-nos do pensamento dicotómico, bem como da glorificação da “vida privada” como uma esfera de liberdade incontroversa. Simultaneamente, temos de aceitar o facto de que a sua glorificação da esfera pública tem pouca ligação com a política actual, que se enquadra no âmbito da sua representação do “social”. Devemos também notar que a sua glorificação da política como um “teatro de debate” (diferente do domínio da economia doméstica) está enraizada numa apreciação da privacidade como “algum terreno mais escuro que deve permanecer oculto para não perder a sua profundidade na um sentido muito real e não subjetivo” (Arendt 1958, p. 71). Para falar e agir “em público” é preciso sair da segurança do seu lar. Mas distinguir-se e correr o risco de ser refutado exige coragem, ousadia *e um lugar para se esconder.* Para recuperar da tirania da opinião pública (Mill 1859), precisamos de uma medida de *opacidade* para reconstituir o eu, longe das pressões sociais que poderiam transformar-nos em sujeitos obedientes e autodisciplinados (Hutton et al. 1988). Na verdade, eu concordaria com Butler (2005), onde

Machine Translated by Google



ela sublinha a opacidade constitutiva do eu, que convida a tentativas reiteradas de inventar uma narrativa coerente de quem somos, mas ao mesmo tempo escapa a toda narrativa, uma vez que a emergência do nosso eu está escondida na nossa própria pré-história (a infância antes de adquirirmos a linguagem ).

A minha questão relativa ao público em ambientes inteligentes seria, portanto: como conceber o nosso ONLIFE de uma forma que proporcione um desempenho público sustentável,1 uma opacidade fortalecedora do eu e uma gama de exposições que incorpore a necessidade de auto-expressão, desempenho de identidade bem como a generosidade do esquecimento, do apagamento e da possibilidade de se reinventar?

## *2.3 Atuação Pública no ONLIFE Everywhere*

Talvez o ONLIFE tenha duas dimensões, como sugerido acima. A primeira diz respeito à autopublicação ou gestão da reputação. É um tipo de rede social (Facebook, Twitter, Foursquare, Instagram, YouTube, Programas de Inteligência de Treinamento, Realidade Aprimorada), um ambiente difundido de compartilhamento de autoimagens, textos breves, fotos, vídeos, localização, 'curtidas', ' desgostos», o desempenho desportivo, o estado de saúde ou a reputação profissional. A segunda dimensão do ONLIFE diz respeito à medição, cálculo e manipulação omnipresente dos dados que vazam dos comportamentos quotidianos, e à forma como esses dados comportamentais são utilizados para prever, antecipar e, assim, gerir futuros estados de espírito, escolhas e decisões, por exemplo no caso da publicidade comportamental, dos serviços baseados na localização, da deteção de fraudes, dos cálculos atuariais, dos cuidados de saúde remotos, do neuromarketing ou da definição de perfis criminais.2 Ambos parecem atrair os «utilizadores» individuais para o «social» de Arendt. Os "utilizadores" tornaram-se o que ela chama de "uma sociedade", um conjunto de indivíduos que gerem a sua reputação, ao mesmo tempo que são geridos como um recurso para o governo e a indústria. Na verdade, a infraestrutura computacional emprega traços comportamentais como recurso cognitivo.

As questões geradas por tudo isto centram-se nas possibilidades que o ONLIFE deve desenvolver para permitir um espaço público partilhado e organizado de forma agonística que permita a uma pluralidade de "utilizadores" desenvolver uma voz, participar na tomada de decisões democráticas e manter-se *mutuamente* para conta, ao mesmo tempo em que fornece aos 'usuários' meios eficazes para retirar, desconectar, excluir e recomeçar. Isto levanta três questões adicionais. Em primeiro lugar, a questão de como proteger os «utilizadores» contra a manipulação invisível (devido à complexidade oculta), a exclusão injusta (devido à falta de transparência que incapacita a contestação) e a exposição indesejável (devido à pressão omnipresente para «publicar» um atualização de onde/

o que/quem é)? Em segundo lugar, a questão de como capacitar os habitantes da Onlife de uma forma

1 Utilizo "ONLIFE" maiúsculo quando falo do "mundo" que habitamos (Onlife como substantivo) e "Onlife" minúsculo quando uso o termo para descrever atributos do nosso ser (Onlife como advérbio ou adjetivo).

2 Com o Fórum Económico Mundial ("Dados Pessoais: A Emergência de uma Nova Classe de Ativos" 2011) podemos distinguir entre dados voluntários, observados e inferidos. Os ambientes baseados em dados realmente prosperam com a combinação de dados fornecidos, vazados e derivados. Os consumidores e os cidadãos, no entanto, raramente têm conhecimento dos dados vazados e derivados.

Machine Translated by Google



maneira que lhes permita desafiar o design do seu mundo? Trata-se de renegociar o contrato social? Ou trata-se de obras; como construir um mundo Onlife que não seja uma aldeia global, nem um jardim murado, mas uma *urbanidade alargada?*
Terceiro, a questão de como isto se liga à dimensão de agência que está a emergir na experiência Onlife; como os habitantes ou visitantes do ONLIFE podem aprender a adivinhar como estão sendo antecipados?

### *2.4 Uma pluralidade de públicos, uma escolha de exposição, um lugar para se esconder*

Em 1927, Dewey escreveu *O público e seus problemas.* O livro é uma resposta ampliada à análise de Lippman (1997) sobre o governo democrático na era dos meios de comunicação de massa, da instrumentação de alta tecnologia e da complexidade social. Considero a sua análise e a posição normativa que ele assume sobre a prática democrática altamente relevantes para a nossa empresa atual. Como Marres (2005) demonstrou, Dewey concorda com o diagnóstico de Lippman, mas não com a sua cura. Enquanto Lippman acredita que a única solução é um governo tecnocrático, Dewey defende uma nova compreensão da democracia. Para começar, ele lembra-nos que a democracia representativa (votação) é uma questão de *delegação,* aliviando as pessoas do fardo de governarem a si mesmas. Em segundo lugar, ele acredita que quando as pessoas descobrirem que os seus delegados não estão a fazer um bom trabalho no que diz respeito a uma questão específica, procurarão os seus colegas e formarão um público em torno desta questão. Curiosamente, a formação de públicos e de questões é uma questão de coconstituição: sem questão, sem público [e vice-versa]. Isto leva Dewey a compreender a democracia como o processo de construção simultânea de públicos e de questões, através do qual as pessoas recuperam uma medida de controlo sobre questões que os seus delegados abandonam. Os públicos e as questões são, portanto, representados, construídos, fabricados – e não dados. Sua articulação e sua montagem exigem muito trabalho. Não existe um público determinado, mas uma multiplicidade de públicos que mudam de forma em relação às questões que enquadram. E também, em relação um ao outro.

Os públicos de Dewey diferem da esfera pública de Arendt. Seus públicos são mais empíricos e contingentes e têm menos continuidade. Na verdade, um público bem-sucedido resolverá o seu problema e deixará de existir como tal. Contudo, tanto os públicos de Dewey como os de Arendt exigem indivíduos que assumam o risco de levantar a voz, contestar o bom senso e – mais importante ainda – iniciar a construção de um novo senso comum em torno daquilo que apresentam como uma questão. Dewey parece menos interessado em opor "o social" ao "público". A sua definição de democracia demonstra uma confiança fundamental na sabedoria das multidões (para ser distinguida de uma sabedoria ingênua do " Multidão'). Tal como Mouffe (2000) na teoria política e Rip (2003) na avaliação construtiva de tecnologia, Dewey confia no resultado de processos agonísticos de tomada de decisão. Os seus públicos estão sempre em construção – eles prosperam, contestam e desafiam tudo o que pretende representar "o social". Eles fundamentam uma natalidade no seio do "social", uma possibilidade de reinvenção radical daquilo que é dado como certo.

O que me interessa aqui é como nós – um público constituído em torno da questão ONLIFE – podemos contribuir para o design, a engenharia, a construção de um

Machine Translated by Google



ONLIFE que proporciona a formação e desformação de públicos, ao mesmo tempo que protege e valoriza as opacidades dos indivíduos que *constituem* esses públicos. Na verdade, acredito que o projecto de Regulamento de Protecção de Dados de 2012 contém várias jóias que podem realmente fornecer trampolins para tal ONLIFE. Na terceira parte desta contribuição aventuro-me nas escolhas radicais que apresenta e nas pontes que constrói entre legislação, arquitectura, normas sociais e forças de mercado (Lessig 2006).

## 3 Proteção legal desde a concepção: um novo contrato social?

### *3.1 A Natureza do Contrato Social*

Tendo explicado, na primeira secção, os desafios de um ambiente que surge Onlife devido a uma camada omnipresente e difundida de aprendizagem automática, apresentei, na segunda secção, a questão do que isto significa para o público, o então social e o privado. A minha conclusão foi que precisamos de construir uma infra-estrutura que permita uma pluralidade de públicos, uma escolha de exposição e de locais para nos escondermos. Tal infra-estrutura não pode ser tomada como garantida, não surgirá por si mesma, nem crescerá organicamente ou "naturalmente" a partir das camadas computacionais que estamos actualmente a implementar.

O contrato social que combinou a ideia de governo limitado com – em última análise – autogoverno representativo, deliberativo e participativo foi o resultado de uma barganha histórica (Nonet e Selznick 1978 ). Este acordo selou a autonomia da lei em relação à política, sob condição de não interferência; a independência dos tribunais combinou-se assim com o monopólio do legislador para promulgar a lei. Podemos resumir isto como o legislador que escreve e promulga a lei, enquanto o tribunal fala e interpreta a lei. Invoquemos a máxima muitas vezes mal compreendida de Montesquieu: *iudex – non rex – lex loqui.* Não é o rei, mas o juiz que fala a lei (Schönfeld 2008). Este foi um ataque à máxima medieval que atribuía todos os poderes ao rei: *rex lex loqui.* A divisão de tarefas que decorre do acordo histórico entre promulgar e promulgar a lei baseou-se na infra-estrutura sociotécnica da imprensa; os pesos e contrapesos do Estado de Direito dependem do processamento sequencial de códigos escritos que podem ser debatidos, interpretados e contestados por aqueles que estão sob o seu domínio. O facto de os tribunais terem a palavra final em caso de conflito garante uma medida de devido processo, que garante que os direitos fundamentais são uma parte efectiva do contrato social. Isto não quer dizer que a imprensa escrita "causou" o Estado de Direito, mas sugere que criou uma infra-estrutura sócio-técnica conducente a uma divisão específica de tarefas entre os poderes diferenciados do Estado. Esta divisão tem dimensões temporais específicas: o tribunal *fala* depois de o legislador *promulgar;* os tribunais estão vinculados à lei promulgada pelo legislador, enquanto o legislador, por sua vez, está vinculado à interpretação dos tribunais – o círculo é virtuoso; constitui poderes compensatórios e cria espaço tanto para a aplicação como para a contestação. Tudo isso faz parte da modernidade. Depende da divisão interna da soberania. Em última análise, depende da institucionalização

Machine Translated by Google



do monopólio da violência que está no cerne das operações de soberania; a proteção eficaz dos direitos fundamentais só é possível se o Estado puder aplicá-los, mesmo quando a aplicação for exigida contra o próprio Estado.

### *3.2 Protegendo os Ativos da Modernidade: Reconstruindo o Social Contrato*

No seu *Die Aufklärung in the Age of Philosophical Engineering,* Stiegler (2013) aceita o desafio apresentado por Tim Berners-Lee, que argumentou que "não estamos a analisar um mundo, estamos a construí-lo. Não somos filósofos experimentais; somos engenheiros filosóficos" (Halpin 2008). Berners-Lee não estava apenas descrevendo as atividades dos arquitetos da World Wide Web que ele inventou. Ele os estava chamando a prestar contas pelo impacto de sua engenharia na constituição da mente e da sociedade. Ele os estava convidando a construir uma nova *res publica.* Stiegler é mais cuidadoso. Ele sugere que a tecnologia digital é um *pharmakon:* "ela pode levar à destruição da mente ou ao seu renascimento (ib.)". Referindo-se a Wolf (2008), ele observa que a transição da mente leitora para a mente digitalmente estendida acarreta mudanças substantivas na composição e no comportamento de nossos cérebros. Embora essas mudanças possam ser motivo de comemoração, elas também ameaçam a constituição do eu. No decorrer do seu texto, Stiegler reitera a questão crucial do que precisamos preservar como uma herança valiosa da era do "cérebro leitor" (Wolf 2008). Quero relacionar isto com a necessidade de reconstruir o contrato social, reconhecendo as suas raízes modernas e a sua contingência na infra-estrutura de TIC da imprensa. Um novo contrato social teria de se alinhar com o novo panorama tecnológico, cooptando as actuais TIC para incorporar pesos e contrapesos. Nesse sentido, precisaremos de um contrato social *híbrido* que testemunhe as características de agência dos ambientes inteligentes.3

Embora possamos desejar declarar "Fim do jogo para a modernidade", isto pode exigir que desistamos do contrato social que protege contra governos imoderados. Lembremo-nos de que o fim da modernidade não seria necessariamente o fim da governação totalitária. A complexidade oculta das camadas computacionais permite, de facto, manipulações refinadas e invisíveis que podem estar mais próximas dos pesadelos totalitários do Julgamento de Kafka (Solove 2004) e da Máquina Forster (Forster 2009) do que dos esquemas ditatoriais do Big Brother que nos observa. Stiegler (2013) observa que

> a difusão da rastreabilidade parece ser utilizada principalmente para aumentar a heteronomia dos indivíduos através da definição de perfis comportamentais e não da sua autonomia.

O contrato social da "velha escola" não sobreviverá necessariamente quando for eliminado da infra-estrutura de TIC da imprensa. A ideia do social como uma esfera distintiva é, de facto, típica da confiança da modernidade nas tecnologias de informação e comunicação que sustentam um maior distanciamento e diferenciação da sociedade.

---

3 O "velho" – moderno – contrato social era em si um assunto híbrido, devido à sua contingência com as tecnologias da imprensa. Ao utilizar o termo "híbrido" destaco a consciência de que é necessário um novo hibridismo, sintonizado com a nova infra-estrutura de TIC.

Machine Translated by Google



esferas. As sociedades orais não possuem constituições escritas capazes de manter os seus líderes económicos e militares sob controlo; exigem uma calibração contínua que implica uma ameaça persistente de violência para manter sob controle o círculo vicioso da vingança privada (Hoebel 1971). As sociedades do manuscrito (a escrita manuscrita) não têm meios de contestar as leis escritas para a maioria que não lê nem escreve, elas prosperam no monopólio da classe de escribas que protege o governante e os súditos, protegendo assim também o seu próprio monopólio ( Glenn 2007). Apenas a imprensa fornece as possibilidades específicas que conduzem ao quadro agonístico das democracias representativas, deliberativas e participativas sob o Estado de Direito (Hildebrandt e Gutwirth 2007). Para preservar as pré-condições da democracia constitucional, precisamos de reconhecer a dependência da modernidade do pensamento sequencial (a era do cérebro leitor de Wolf) e da sua estrutura temporal que favorece a reflexão em detrimento dos reflexos (a era do cérebro leitor de Wolf). Isto implica uma tentativa de aproveitar os benefícios da modernidade. Embora os modelos hierárquicos e lineares da vida social possam ter perdido território, poderemos ter de reconstruí-los e reengenhará-los, na medida em que nos protegem do caos e dos jogos de poder contingentes. É claro que isto implica manter as hierarquias dentro de limites em função do propósito que devem servir.

Uma hierarquia que organize poderes compensatórios pode salvar-nos do domínio totalitário dos sistemas de decisão computacionais transnacionais. No entanto, devemos reconhecer que os sonhos dos primeiros utopistas do ciberespaço não se concretizaram; o Estado-nação não perdeu o seu rumo e a jurisdição territorial não perdeu o sentido (Goldsmith e Wu 2008). Isto requer vigilância face a potenciais tentativas de transformar o ciberespaço num conjunto de Jardins Murados que poderão reforçar não apenas o totalitarismo, mas também a tirania (Mueller 2010 ). Devemos investigar como as novas possibilidades do ciberespaço podem ser concebidas de uma forma que nos liberte e também restrinja os responsáveis, ao mesmo tempo que promove uma distribuição justa de capacidades (Cohen 2012) . Isto obriga-nos a ter em conta que, embora o ciberespaço possa mudar o jogo da estrutura de incentivos da modernidade, ainda se alimenta do sistema de controlos e equilíbrios jurídico-políticos que foi gerado pela infra-estrutura sociotécnica da modernidade.

## *3.3 Neutralidade tecnológica e proteção legal desde a concepção*

Uma forma de lidar com as implicações do ciberespaço como um factor de mudança de jogo é integrar a protecção legal na sua espinha dorsal sociotécnica: o seu hardware, software e os numerosos protocolos e padrões que permitem e restringem as suas possibilidades.
Eu cunhei esta “protecção legal desde a concepção”, ligando o conceito a comunidades de investigação que trabalham em concepção sensível ao valor (Flanagan et al. 2007), avaliação de tecnologia construtiva (Rip et al. 1995), envolvimento a montante com investigação científica (Wynne 1995), avaliação do impacto na privacidade (Wright e de Hert 2012) e privacidade desde a concepção e por defeito (Cavoukian 2009; Langheinrich 2001).

A proteção legal desde a concepção não tem a ver com a aplicação técnica da conformidade legal; problemas jurídicos não podem ser resolvidos por soluções técnicas. O conceito de jurídico

Machine Translated by Google



a protecção desde a concepção refere-se a novas articulações de direitos legais fundamentais em infra-estruturas de TIC que não sejam a imprensa. Tanto os advogados como os decisores políticos tendem a exibir o reflexo Pavlov de *escrever* e promulgar novas leis quando ocorrem problemas jurídicos, enquanto o ciberespaço transforma facilmente a lei escrita num dragão de papel. O direito moderno é articulado através da tecnologia da imprensa e no ciberespaço o seu monopólio parece difícil de impor. Além disso, a administração pública desenvolveu técnicas para aplicar automaticamente regras administrativas escritas, traduzindo-as em sistemas de decisão automatizados. A segurança social, a tributação e inúmeras licenças são agora concedidas ou impostas com base em tais decisões (Citron 2007). A protecção jurídica desde a concepção não deve, no entanto, ser confundida com essa regulação tecnológica ou com a aplicação tecnológica da conformidade legal. A lei não é administração, política ou política. A protecção jurídica desde a concepção implica, em vez disso, que as regras jurídicas escritas e os seus princípios jurídicos não escritos subjacentes desenvolvam um novo tipo de neutralidade tecnológica. Diferente do que alguns autores sugerem, a neutralidade tecnológica requer um olhar atento sobre as implicações normativas dos desenvolvimentos tecnológicos (Reed 2007; Hildebrandt 2008; Hildebrandt e Tielemans 2013). Sempre que uma tecnologia altera a substância ou a eficácia de um direito, a sua articulação deve ser reconsiderada para ter em conta como desejamos reconceptualizar e/ou reformular o direito dentro da rede de direitos e princípios relacionados. A infra-estrutura sociotécnica do ciberespaço afecta frequentemente a rede e o contexto de conjuntos de direitos; por exemplo, direitos a indemnização com base em ato ilícito ou violação de contrato, bem como direitos à privacidade, ao devido processo e à não discriminação. A neutralidade tecnológica exige, portanto, um debate aceso entre os advogados, mas também deve gerar um debate semelhante entre os arquitectos do ciberespaço sobre como reinventar, reengenharia e redesenhar a democracia e o Estado de Direito no ambiente Onlife.

### *3.4 A Proposta de Regulamento de Proteção de Dados*

Vamos agora ser práticos. Embora alguns habitantes da ONLIFE possam alegar que a protecção de dados é enfadonha e diz respeito a uma tentativa ultrapassada de reavivar a privacidade da "velha escola", eu diria que o quadro jurídico da Protecção de Dados está particularmente bem sintonizado com o ambiente orientado para os dados do ciberespaço. Embora o valor da privacidade possa de facto ter sido uma vantagem da era da imprensa (Stalder 2002), não deveríamos sentar-nos para cantar o seu réquiem; em vez disso, precisamos de avaliar como reinventar a privacidade como uma dimensão da vida. o habitat Onlife. Os Princípios de Informação Justa que informam o quadro jurídico da protecção de dados parecem particularmente adequados para lidar com o fluxo de descontextualização e recontextualização que impulsiona a inovação ciberespacial (Kallinikos 2006) . Até agora, porém, estes princípios foram articulados como arrastamentos de papel, arrastando uma burocracia irritante, ao mesmo tempo que a aplicação parecia uma ilusão devido à falta de competência penal, de orçamento e de pessoal por parte dos supervisores de protecção de dados. A conformidade tem sido desde há muito uma questão de custos (menores), a ter em conta após a implementação de novos modelos de negócio.

O regulamento proposto poderá mudar o jogo. Estabelece uma nova estrutura de incentivos e baseia-se numa compreensão saliente da necessidade da lei de uma

Machine Translated by Google



neutralidade tecnológica [não teórica]. O regulamento apresenta a força combinada de uma avaliação obrigatória do impacto na protecção de dados, da protecção de dados por defeito (minimização dos dados ao nível das aplicações), da portabilidade dos dados (permitindo um direito efectivo de retirar o consentimento sem perder o valor dos perfis autogerados), da direito de esquecer (exigindo mecanismos eficazes para alcançar uma medida razoável de apagamento dos dados pessoais se não houver fundamento legal para o seu processamento), direitos contra medidas baseadas na definição de perfis (direito de se opor a ser sujeito a decisões automatizadas e direitos de transparência quanto a a existência de tais medidas e os seus efeitos previstos) e, finalmente, a protecção de dados desde a concepção (que impõe o dever de mecanismos adequados de conformidade aos responsáveis pelo tratamento de dados comerciais e governamentais). Tudo isto não teria qualquer efeito se a proposta não tivesse assegurado mecanismos eficientes para incentivar a indústria a desenvolver efectivamente a protecção de dados desde a concepção: o regime de responsabilidade é inspirado no direito da concorrência (multas de um máximo de 2% do volume de negócios global), enquanto o ónus da prova por padrão, cabe aos controladores de dados. Se o regulamento proposto sobreviver ao processo legislativo, poderá finalmente criar condições de concorrência equitativas que desafiem as empresas e os governos a desenvolverem ferramentas de transparência intuitivas e auditáveis. Os habitantes do ONLIFE terão então a oportunidade de brincar com o sistema, explorando e inventando as suas identidades nos interstícios dos contextos sociais híbridos que moldam as suas capacidades. Isto deverá capacitá-los – a nós – para estabelecer um novo contrato social *híbrido* que permita uma pluralidade de públicos, uma escolha de exposição e de locais para se esconder. A escrita não apagou a fala, mas mudou a natureza da fala (Ong 1982); as camadas computacionais não apagarão a escrita, mas mudarão a natureza da mente leitora. Isto pode ser bom, mas dependerá de com

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

## Referências

Amoore, L. 2011. Dados derivados sobre o surgimento de um cálculo de risco de segurança para os nossos tempos. *Teoria, Cultura e Sociedade* 28 (6) (1 de novembro): 24–43.

Arendt, H. 1958. *A condição humana.* Chicago Londres: University Press of Chicago.

Berry, DM 2012. *Compreendendo as humanidades digitais: a virada computacional e as novas tecnologias ogia.* Londres: Palgrave Macmillian.

Bourgine, P., FJ Varela. 1992. Rumo a uma prática de sistemas autônomos. Em *Rumo a uma Prática de Sistemas Autônomos. Anais da primeira conferência europeia sobre vida artificial,* ed. F. J. Varela e P. Bourgine, xi–xviii. Cambridge: MIT Press.

Butler, J. 2005. *Prestando contas de si mesmo.* Nova York: Fordham University Press.

Castells, M. 2011. *A ascensão da sociedade em rede: A era da informação: Economia, sociedade e cultura.* Wiley.

Cavoukian, A. 2009. *Privacidade desde a concepção…. Aceite o desafio.* Ontário: Comissário de Informação e Privacidade de Ontário (Canadá). https://ozone.scholarsportal.info/bitstream/1873/14203/1/291359.pdf.

Machine Translated by Google



Citron, DK 2007. Devido processo tecnológico. *Revisão da Lei da Universidade de Washington* 85:1249–1313.

Clark, A. 2003. *Ciborgues natos. Mentes, tecnologias e o futuro da inteligência humana.* Oxford: Imprensa da Universidade de Oxford.

Cohen, JE 2012. *Configurando o eu em rede: lei, código e o jogo da prática cotidiana.* Imprensa da Universidade de Yale.

Dennett, D. 2009. Teoria dos sistemas intencionais. No *Manual Oxford de Filosofia da Mente,* 339–350. Oxford.

Dewey, J. 1927. O público e seus problemas. Chicago: The Swallow Press.

Dwyer, C. 2009. O problema de inferência e computação generalizada. Em *Proceedings of Internet Re search 10.0.* Milwaukee, Wisconsin.

Ess, C. e R. Hagengruber, eds. 2011. *A virada computacional: passado, presentes, futuros?* Munster: Monsenstein e Vannerdat.

Flanagan, M., D. Howe e H. Nissenbaum. 2007. Valores em design: Teoria e prática. Em *Tecnologia da Informação e Filosofia Moral,* ed. J. Van den Hoven e J. Weckert. Cambridge: Cambridge University Press.

Floridi, L. e JW Sanders. 2004. Sobre a moralidade dos agentes artificiais. *Mentes e Máquinas* 14 (3): 349–379.

Forster, EM 2009. *A máquina para.* Las Vegas: IAP.

Glenn, HP 2007. *Tradições Jurídicas do Mundo.* Oxford: Imprensa da Universidade de Oxford.

Goldsmith, J., T. Wu. 2008. *Quem controla a internet?: Ilusões de um mundo sem fronteiras.* Oxford University Press, EUA.

Halpin, H. 2008. Engenharia filosófica. Rumo a uma filosofia da web. *Boletins informativos da APA. Boletim Informativo sobre Filosofia e Computadores* 7 (2): 5–11.

Heidegger, M. 1996. *Die Technik e Die Kehre. Aus Wissenschaft Und Dichtung.* Estugarda.

Hildebrandt, M. 2008. Normatividade jurídica e tecnológica: Mais (e Menos) que irmãs gêmeas. *Techné: Jornal da Sociedade de Filosofia e Tecnologia* 12 (3): 169–183.

Hildebrandt, M. 2011a. Quem precisa de histórias se você consegue os dados? ISPs na era da grande análise de números. *Filosofia e Tecnologia.* Edição Especial sobre a responsabilidade dos Provedores de Serviços de Internet 2011 (24) 4, p. 371–390.

Hildebrandt, M. 2011b. O sentido e a mineração dos textos jurídicos. Em *Understanding Digital Humanities: The Computational turn and new technology,* ed. DM Berry. Londres: Palgrave Macmillan.

Hildebrandt, M. 2012. O alvorecer de uma transparência crítica certa para a era do perfil. No *Anuário do Iluminismo Digital 2012,* 41–56. Amsterdã: IOS Press.

Hildebrandt, M. 2013. O Estado de direito no ciberespaço? Palestra inaugural da Universidade Radboud de Nijme gen. http://works.bepress.com/mireille_hildebrandt/.

Hildebrandt, M. e L. Tielemans. 2013. Proteção de dados desde a concepção e lei tecnologicamente neutra. *Revisão de legislação e segurança de informática* (em breve).

Hildebrandt, M. e S. Gutwirth. 2007. (Re)apresentação, Júris de Cidadãos do PTA e Julgamento do Júri. *Revisão da Lei de Utrecht* 3 (1). http://www.utrechtlawreview.org/.

Hildebrandt, M. e B. Anrig. 2012. Implicações éticas dos implantes de TIC. Em *Implantações de TIC humanas: considerações técnicas, legais e éticas,* ed. MN Gasson, E. Kosta e DM Arqueiro, 135–158.

Hoebel, EA 1971. Feudo: Conceito, realidade e método no estudo do direito primitivo. Em *Ensaios sobre a modernização das sociedades subdesenvolvidas,* ed. AR Desai, 500–512. Bombaim: Thacker & Co.

Hutton, PH, H. Gutman, LH Martin e M. Foucault. 1988. *Tecnologias do eu: um seminário com Michel Foucault.* Amherst: Imprensa da Universidade de Massachusetts.

UIT. 2005. *A internet das coisas.* Genebra: União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Kallinikos, J. 2006. *As consequências da informação. Implicações institucionais da tecnologia mudar.* Cheltenham: Edward Elgar.

Langheinrich, M. 2001. Privacidade desde a concepção - princípios de sistemas ubíquos com consciência de privacidade. Em *Processo. 3º. Conferência Internacional. Computação Onipresente,* 273–291. Springer.

Lessig, L. 2006. *Versão do código 2.0.* Nova York: Livros Básicos.

Lévy, P. 1990. *Les tecnologias de inteligência. O futuro do pensamento é uma informática.* Paris: La Découverte.

Machine Translated by Google



Lippmann, W. 1997. *Opinião Pública.* Imprensa livre.

Marres, N. 2005. *Sem assunto, sem público. Déficits democráticos após o deslocamento da política.* Sou sterdam: Uitgegeven in eigen beheer. http://dare.uva.nl.

Mayer-Schonberger, V e K. Cukier. 2013. *Big data: uma revolução que transformará a forma como viver, trabalhar e pensar.* Eamon Dolan/Houghton Mifflin Harcourt.

Mill, JS 1859. *Sobre a liberdade.* Londres: Pinguim.

Mouffe, C. 2000. *O paradoxo democrático.* Londres: Versão.

Mueller, ML 2010. *Redes e estados: A política global de governança da Internet.* O MIT Imprensa.

Nissenbaum, H. 1997. Rumo a uma abordagem à privacidade em público: Os desafios da informação tecnologia. *Ética e Comportamento* 7 (3): 207–219.

Nonet, Ph e Ph. 1978. *Direito e sociedade em transição: Rumo a um direito responsivo.* Novo Iorque.

Ong, W. 1982. *Oralidade e alfabetização: A tecnologização da palavra.* Londres: Methuen.

Reed, C. 2007. Tomando partido na neutralidade tecnológica. *SCRIPT-ed* 4 (3): 263–284.

Rip, A., T. Misa e J. Schot. 1995. *Gestão da tecnologia na sociedade: A abordagem da construção avaliação tecnológica ativa.* Londres: Editores Pinter.

Rip, A. 2003. Construindo expertise: Em uma terceira onda de estudos científicos? *Estudos Sociais da Ciência* 33 (3): 419–434.

Schönfeld, KM 2008. Rex, Lex Et Judex: Montesquieu e La Bouche De La Loi revisados. *Revisão do Direito Constitucional Europeu* 4:274–301.

Solove, DJ 2004. *A pessoa digital: Tecnologia e privacidade na era da informação.* Ex Machina. Nova York: Imprensa da Universidade de Nova York.

Stalder, F. 2002. O fracasso das tecnologias de melhoria da privacidade (PETs) e a anulação da privacidade. *Pesquisa Sociológica Online* 7 (2). disponível em: http://felix.openflows.com/html/pets.html

Stiegler, B. 2013. Die Aufklaerung na Era da Engenharia Filosófica. Em *O valor dos dados pessoais. Anuário do Fórum de Iluminação Digital 2013.* Amsterdã: IOS Press.

RH e CR 2008. *Nudge: Melhorando as decisões sobre saúde, riqueza e felicidade.* New Haven: Imprensa da Universidade de Yale.

Van Dijk, J. 2006. *A sociedade em rede. Aspectos sociais das novas mídias.* 2ª edição. Londres: sábio.

Vanderstraeten, R. 2007. Parsons, Luhmann e o teorema da dupla contingência. *Diário de Sociologia Clássica* 2 (1): 77–92.

FEM. 2011. Dados pessoais: O surgimento de uma nova classe de ativos. Fórum Econômico Mundial.

Wolf, M. 2008. *Proust e a Lula: A história e a ciência do cérebro leitor.* Ícone Livros Ltd.

Wright, D. e P. de Hert, eds. 2012. *Avaliação de impacto na privacidade.* Dordrecht: Springer Nether terras.

Wynne, B. 1995. Compreensão pública da ciência. No *Manual de Estudos de Ciência e Tecnologia,* ed. S. Jasanoff, GE Markle, JC Petersen e T. Pinch, 361–389. Mil Carvalhos: Sábio.

Zizek, S. 1991. *Parecendo errado: uma introdução a Jacques Lacan através da cultura popular.* Cambridge: MIT Press.

Machine Translated by Google

# Repensando a Condição Humana em um Era hiperconectada: por que a liberdade não existe Sobre soberania, mas sobre começos

**Nicole Dewandre**

## 1 A transição digital como uma verificação da realidade para Platão Fracasso da Utopia

Mary Midgley vê a filosofia como um encanamento, algo que ninguém percebe até que dê errado: *'Então, de repente, percebemos alguns cheiros ruins e temos que pegar as tábuas do chão e examinar os conceitos até mesmo do pensamento mais comum. Os grandes filósofos (…) notaram como as coisas estavam indo mal e fizeram sugestões sobre como lidar com elas".* (Midgley 2001).

Os maus cheiros, tal como os percebo, dizem respeito à proliferação de truísmos (inclusive sobre progresso, mudança e inovação), alternativas erradas (enquadramento "ou/ou" quando o "ambos/e" seria muito mais eficiente) e medos e ilusão quando se trata de pensar e falar sobre política e espaço público. Seria errado dizer que estamos em tempos totalitários: o fascismo e o comunismo foram derrotados e a democracia está viva, pelo menos na UE e noutras partes do mundo.

No entanto, sinto que estamos inconscientemente a minar elementos essenciais da condição humana, tal como estabelecido por Hannah Arendt no seu livro seminal *A condição humana* (Arendt 1959): os antídotos contra o risco de totalitarismo são assim enfraquecidos a uma extensão perigosa, de modo que não seria preciso muito mais do que uma faísca para o espaço público ruir, e isto mesmo sob o disfarce das melhores intenções de governação.

A transição digital é uma oportunidade para "consertar os canos", como afirma Mary Midgley: traz à tona uma realidade pela qual alguns pressupostos fundamentais subjacentes à nossa visão do mundo, desde Platão, perdem terreno na medida em que simplesmente deixam de ser eficientes. A transição digital projecta-nos para um mundo onde a natureza está profundamente interligada com sensores, dispositivos de informação e máquinas; vivenciamos assim cada vez mais uma natureza reativa e falante, uma natureza animada, onde se torna cada vez mais difíci

N. Dewandre **(ÿ)**
Comissão Europeia, Direção Geral de Redes de Comunicação, Conteúdo e Tecnologia, Bruxelas, Bélgica
e-mail: nicole.dewandre@ec.europa.eu

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI 10.1007/978-3-319-04093-6_20, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



distinguir entre o que é “dado”1 e o que é fabricado. Além disso, a transição digital cria as condições mundanas para a verdadeira dissolução do ponto de vista da objectividade: de facto, “tocamos” no facto de que a abundância de informação não dá acesso a uma postura omnisciente/onipotente, mas sim que a acumulação de conhecimento vai ainda mais longe e redefine o âmbito do que deve ser conhecido. Como o mar que se recupera da onda atrás de um barco, a realidade é espessa e densa e se recompõe, minando qualquer possibilidade de adquirir ou manter uma postura de onisciência e onipotência.

É paradoxal perceber que é exatamente quando, e provavelmente porque, podemos imaginar o que significaria um conhecimento total e onipresente, que a onisciência/ a utopia da onipotência pode parecer uma ficção inútil e enganosa. Ao levar-nos ao ponto em que a utopia da omnisciência/onipotência pode de facto ser vista como uma quimera, a transição digital, num gesto paradoxal, exige que reendossemos o facto de que a acção humana2 é precisamente caracterizada pela sua irreversibilidade e pela sua imprevisibilidade , e isto não é necessariamente para pior3 . Arendt escreve no final dos anos 1950: *“A exasperação com a tripla frustração da acção – a imprevisibilidade do seu resultado, a irreversibilidade do processo e o anonimato dos seus autores – é quase tão antiga como a história registada. Sempre foi uma grande tentação, tanto para os homens de acção como para os homens de pensamento, encontrar um substituto para a acção, na esperança de que o domínio dos assuntos humanos possa escapar ao acaso e à irresponsabilidade moral inerentes a uma pluralidade de agentes. A notável monotonia das soluções propostas ao longo da nossa história registada atesta a simplicidade elementar da questão. De um modo geral, equivalem sempre a procurar abrigo contra as calamidades da acção numa actividade onde um homem, isolado de todos os outros, permanece senhor dos seus actos do princípio ao fim* [….] *A solução de Platão para o rei-filósofo, cuja 'sabedoria' resolve as perplexidades da ação como se fossem problemas de*

---

1 De passagem, pode-se contestar esta forma comum de denotar o que não é fabricado! O que não é fabricado é considerado….dado. A questão que surge imediatamente é então: por que necessariamente dado por alguém? Porquê esta compulsão que este vocabulário revela de ver um “Grande Outro”, por trás de tudo o que existe?

2 A palavra “ação” deve ser entendida conforme definida por Arendt na Condição Humana. Arendt propõe descrever a vita activa distinguindo três atividades: trabalho, trabalho e ação. “O trabalho é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual decadência estão ligados às necessidades vitais produzidas e alimentadas no processo vital pelo trabalho. A condição humana do trabalho é a própria vida [...]. O trabalho é a atividade que corresponde à antinaturalidade da existência humana, que não está incorporada e cuja mortalidade não é compensada pelo ciclo de vida sempre recorrente da espécie. O trabalho proporciona um mundo “artificial” de coisas, distintamente diferente de todos os ambientes naturais […]. A condição humana do trabalho é a mundanidade. A acção, única actividade que se desenvolve directamente entre os homens, sem a intermediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana de pluralidade, ao facto de os homens, e não o Homem, viverem na terra e habitarem o mundo. Embora todos os aspectos da condição humana estejam de alguma forma relacionados com a política, esta pluralidade é especificamente a condição, não apenas a conditio sine qua non, mas a conditio per quam – de toda a vida política.” HC, pp. 9–10 (além dos itálicos na última frase, que são de Arendt, os destaques anteriores na citação foram feitos pelo autor deste artigo com o objetivo de destacar as distinções entre trabalho, trabalho e ação) . HC, pág. 9.

Mais sobre esta tripartição mais tarde.

3 Mais detalhes sobre as mudanças na transição digital na *Nota de Apoio Onlife,* Cap. 11.

Machine Translated by Google



*cognição, é apenas uma – e de forma alguma a menos tirânica – variedade de governo de um homem só" (Arendt* 1959, pp. 197-199).

Hoje, o apelo regular à necessidade de liderança e vontade política atestam que, não menos do que antes, a elaboração de políticas está permeada pela busca de "buscar abrigo *das calamidades da acção numa actividade onde um homem, isolado de todos os outros, permanece senhor de suas ações do começo ao fim…" (Arendt* 1959, p. 197) A percepção de que a liberdade ideal é melhor atualizada na soberania, seja no nível coletivo ou individual, é a expressão do componente onipotência da utopia onisciência-omnip otência, enquanto o lado onisciente disso é expresso pelo *"desejo platônico de substituir a ação pelo fazer, a fim de conferir ao domínio dos assuntos humanos a solidez inerente ao trabalho e à fabricação" (Arendt* 1959, p. 202).

Na minha opinião, como espero deixar claro mais tarde nesta contribuição, a elaboração de políticas continua a depender demasiado da utopia da omnisciência/onipotência. Não enquadramos regularmente os problemas em termos de "falta de conhecimento", como se o conhecimento perfeito permitisse uma acção perfeita? Este argumento, que está no cerne da lógica do financiamento da investigação, vai além desse propósito específico e permeia imaginários. Por outro lado, o princípio da precaução não se baseia na ideia de que é de alguma forma possível prever e evitar consequências prejudiciais, como se tomar decisões fosse uma escolha entre diferentes cursos de acção, tal como fazemos uma escolha num menu? ao pedir uma refeição em um restaurante?

Saber, pensar, fazer e agir só podem ser feitos a partir de dentro ("construir a jangada enquanto nadamos"4 ) e não a partir de uma perspectiva manipuladora externa. A imanência está a tornar-se senso comum e deve ser apoiada em termos políticos, sem que isso signifique niilismo ou desespero. Isto exige um certo distanciamento da dramatização, enquanto truque, e a recuperação de uma abordagem significativa do presente, baseada numa abordagem responsável e modesta aos desafios do nosso tempo. A elaboração de políticas deve recuperar o presente e assumir a responsabilidade pelas escolhas que fazemos com vista a gerar *"ilhas de previsibilidade" (Arendt* 1959, p. 220) e garantir que *"o significado tenha um lugar neste mundo" (Arendt* 1959, p. 212). ), ao mesmo tempo que despreza o facto de que *"as histórias reais, ao contrário daquelas que inventamos, não têm autor" (Arendt* 1959, p. 165).

Arendt, com as suas noções de natalidade5 e pluralidade6 , oferece uma base sólida para equilibrar a utopia omnisciência/onipotência e para fazer uso daquilo a que chamarei uma redefinição axiomática arendtiana na formulação de políticas. Recuperar a natalidade e a pluralidade permite alinhar a liberdade com a pluralidade, em vez de ver a pluralidade como uma restrição à liberdade.

---

4 Esta é a minha opinião sobre esta frase trazida por Luciano Floridi e que se tornou o mote da iniciativa Onlife. Veja o *Manifesto Onlife,* cap. 2.

5 A natalidade não deve ser entendida como "taxa de natalidade". É um termo técnico no pensamento de Arendt que expressa o facto de a condição humana ser caracterizada pelo facto do nascimento pelo menos tanto como pelo facto da morte. Para Arendt, a sustentabilidade do mundo é assegurada pelo facto de homens e mulheres virem constantemente ao mundo através do nascimento e a liberdade estar intimamente ligada à capacidade de começar.

6 Para o significado técnico de pluralidade, ver mais adiante neste capítulo, em 3.2.: Abraçando a Pluralidade.

Machine Translated by Google



Depois de ter abordado a influência do preconceito de onisciência/onipotência na formulação de políticas, e depois de ter apresentado como as noções de pluralidade e natalidade permitem superar tal preconceito, com a redefinição axiomática arendtiana, proporei uma atualização da distinção entre o privado e público e entre agentes, natureza e artefactos. Com base nestas novas distinções, proporei que se considere a elaboração de políticas, não apenas em termos de procura de controlo sobre o futuro, mas também de capacidade de resposta a novos significados e de fornecimento de ferramentas que permitam aos agentes orientarem-se no mundo à medida que este se desenvolve. evolui e vive uma vida decente.

## 2 Onisciência/Onipotência: Utopia Moderna, Distopia da Condição Humana?

### *2.1 A centralidade do controle no conhecimento e na ação*

Em termos científicos, os humanos são tratados como meros objetos científicos, ou seja, são elucidados com o objetivo de predizê-los e/ou manipulá-los7 . Como apontado por Arendt, o discurso científico está indexado na necessidade: *"o que a ciência e a busca do conhecimento buscam é* a verdade irrefutável , *isto é, proposições que os seres humanos não são livres para rejeitar – elas são convincentes" (Arendt* 1978, p. 59). Em termos científicos, contingência é apenas outro nome para "fracasso epistémico", um nome ainda não conhecido. Ao denotar contingência com o termo incerteza, isto é, como algo negativo, a certeza torna-se a norma ou o ideal. E o conhecimento científico está associado à certeza dos factos, mesmo depois de várias décadas de mecânica quântica, o que nos ensina que a incerteza e a indeterminação também são intrínsecas ao conhecimento científico. Este registo científico posiciona os humanos como um objecto de investigação, um "material", inerentemente heterónomo, isto é, totalmente determinado por materiais, forças e processos externos.

Quando considerada em termos éticos, como Arendt disse ironicamente, "as tentativas de definir a natureza humana quase invariavelmente terminam com alguma construção de uma divindade…" (Arendt 1959, p. 12). Além disso, ela considera que a liberdade tem sido erradamente identificada com a soberania no pensamento político e filosófico: *"Se fosse verdade que a soberania e a liberdade são a mesma coisa, então de facto nenhum homem poderia ser livre, porque a soberania, o ideal de auto-suficiência intransigente, e domínio, é contraditório com a própria condição de pluralidade. Nenhum homem pode ser soberano porque nem um homem, mas homens, habitam a terra – e não, como sustenta a tradição desde Platão, por causa da força limitada do homem, que o faz depender da ajuda de outros" (Arendt 1959 ,* p . 210). Compreender a liberdade como soberania tem um preço enorme, o preço da realidade: *"a soberania só é possível na imaginação, paga pelo preço da realidade" (Arendt* 1959, p. 211). As narrativas éticas/filosóficas sobre o que é ser humano enfrentam a necessidade de escapar, ou pelo menos de se equilibrar,

7 De passagem, não é de admirar que as máquinas acabem por ser como os humanos, uma vez que pacientemente abrimos o caminho para isso, pensando nos humanos como máquinas: "O próprio pensamento, quando se tornou 'ajuste de contas com as consequências', tornou-se uma função do cérebro , com o resultado de que se descobriu que os instrumentos eletrônicos cumprem essas funções muito melhor do que jamais poderíamos." — HC, p. 294.

Machine Translated by Google



um conjunto de "coisas a serem evitadas": a heteronomia cientificamente induzida conforme exposta acima com o segundo imperativo categórico de Kant[8] , e o "estado de natureza" hobbesiano e a "guerra de todos contra todos". "Humanidade" em termos éticos é definida como um oposto comum a essas posturas a serem evitadas: humano-como-máquina, humano-como-um-indivíduo-violento-e-descuidado-derrotado. Este aspecto violento e descuidado é aliás estranhamente referido à nossa animalidade, como se ser humano fosse definido como ser diferente dos animais.

Uma característica comum destas abordagens científicas e éticas/filosóficas do que é ser humano é o "controlo": quando em termos científicos, controlo por outros (incluindo por mim mesmo-sujeito sobre mim-objecto); quando em termos éticos, autocontrole (inclusive com a ajuda de Deus como referência) ou controle sobre o curso futuro dos acontecimentos (liberdade como soberania). Mas o controlo, quando descontextualizado e levado para além da sua competência relevante, tem mais a ver com destruição do que com qualquer outra coisa, enquanto a acção é precisamente caracterizada pela sua imprevisibilidade, daí a impossibilidade inerente de controlar as suas consequências: "Considerando que os homens sempre foram capazes de *destruir o que quer que tenha sido produto das mãos humanas e se tornou hoje capaz até mesmo da destruição potencial daquilo que o homem não fez – a terra e a natureza terrena – os homens nunca foram e nunca serão capazes de desfazer ou mesmo controlar de forma confiável qualquer um dos processos que eles iniciam por meio da ação" (Arendt* 1959, pp. 208–209). Portanto, procurar o controle além do que pode ser razoavelmente previsto também tem um preço alto, o preço da pluralidade e da liberdade!

## *2.2 Elaboração de políticas ou vitória dos Animal Laborans?*

Na seção *"A Vita activa e a Idade Moderna"* de *A Condição Humana* (Arendt 1959) , Arendt explica como a invenção do telescópio mudou a relação entre verdade e aparência. *"A verdade já não deveria aparecer… ao olho mental de quem vê" (Arendt* 1959, p. 263). Na verdade, como o telescópio demonstrou que somos enganados pelos nossos sentidos, *"nada poderia ser menos confiável para adquirir conhecimento e aproximar-se da verdade do que a observação passiva ou a mera*
*contemplação. Para ter certeza era preciso ter certeza, e para saber era preciso fazer" (Arendt* 1959, p. 263). O telescópio minou profundamente e durante séculos a nossa confiança epistemológica naquilo que percebemos sem instrumentos, seja pelos nossos sentidos ou pelo mero pensamento e contemplação. Como resultado, *"em*
*Na filosofia e no pensamento modernos, a dúvida ocupa praticamente a mesma posição central ocupada durante todos os séculos anteriores pelo grego thaumazein, a admiração por tudo o que é como é" (Arendt* 1959, p. 249). Isto tem tido uma grande eficácia na relação com a natureza e o universo. Sem o cartesiano *"de omnibus dubitandum est" ("deve-*se duvidar de tudo"), não teríamos seguido o mesmo caminho tecnológico nem pousado na Lua. A dúvida cartesiana moldou a relação dos homens com a natureza em termos de questões a serem respondidas através de

8 "Aja de tal maneira que você trate a humanidade, seja em sua própria pessoa ou na pessoa de qualquer outra pessoa, nunca apenas como um meio para um fim, mas sempre ao mesmo tempo como um fim."

Machine Translated by Google



ambientes experimentais, e isto abriu uma era onde, por um lado, os artefactos tecnológicos foram inventados e amplamente difundidos, e onde, por outro lado, a consciência da finitude e da fragilidade da terra e do ambiente que nos rodeia surgiu. A relação entre o homem e a natureza é feita de triunfo e orgulho, por um lado, por todos os artefactos tecnológicos, e de medo e culpa, por outro, pelas consequências de ter "perturbado" o ecossistema global a tal ponto que agora estão se sentindo responsáveis por isso[9]. É neste contexto geral que se verifica o desenvolvimento, a difusão e a utilização das tecnologias da informação e da comunicação. Se não há dúvida de que a dúvida cartesiana desempenhou um papel decisivo neste curso de acção, o desaparecimento da *taumazeína* ("maravilha") teve consequências muito prejudiciais, pelo menos no domínio dos assuntos humanos.

Ter sido enganado pelos nossos sentidos até Galileu e Copérnico não impediu a humanidade de viver na Terra e não ser mais enganado pelos nossos sentidos não impediu a humanidade de cometer as notórias monstruosidades do século XX. A suspeita contra pensar e contemplar, em favor da confiança no fazer, levou, primeiro, à reversão da primazia da *vita contemplativa* sobre a *vita activa* e, segundo, dentro da *vita activa,* modificou a hierarquia[10] da tripartição trabalho-trabalho-ação, colocando o trabalho acima da ação. Na verdade, o trabalho é a atividade do fazedor, *por excelência,* e o telescópio é um objeto produzido pelo *Homo Faber*.

A assinatura desta inversão na formulação de políticas actuais é a importância da lógica "meios para fins" ou instrumental, testemunhada pela sequência: objectivos, estratégias, implementação, monitorização. As políticas devem ser meios para fins mais elevados.
O risco desta lógica dos meios para o fim na elaboração de políticas é considerar que qualquer meio é bom desde que sirva o fim. Outra deficiência da importação da lógica dos meios para o fim na esfera política é fixar ou encerrar a capacidade de começar.
Na verdade, o Homo Faber é julgado pela conformidade do seu trabalho com o plano original. Mas o líder político não o fará: *"Em contraste com a fabricação, onde a luz pela qual julgar o produto acabado é fornecida pela imagem ou modelo percebido de antemão pelo olho do artesão, a luz que ilumina os processos de ação e, portanto, todos os processos históricos , aparece apenas no seu final" (Arendt* 1959, p. 171). Na verdade, os intervenientes políticos sabem que o seu mandato não pode ser conquistado *apenas* pela mera implementação da estratégia original. Por exemplo, embora a Estratégia UE 202011 seja a estratégia global da Comissão, será avaliada, não só pela implementação desta estratégia, mas mais certamente pelo seu sentido de oportunidade em lidar adequadamente com a crise e com outros acontecimentos à medida que estes surjam, em o curso

---

9 O termo Antropoceno foi cunhado para sugerir isso. "É um termo cronológico geológico informal que serve para marcar a evidência e a extensão das atividades humanas que tiveram um impacto global significativo nos ecossistemas da Terra." Em http://en.wikipedia.org/wiki/Anthropocene, visualização da página em 11 de janeiro de 2013.

10 Na sua descrição da *vita activa,* Arendt estabelece uma hierarquia clara entre labor, trabalho e acção. O trabalho situa-se no extremo inferior da hierarquia porque está indexado à necessidade e a acção no extremo superior, porque está indexado à liberdade. O trabalho fica no meio.

11 COM (2010) 2020 final. Europa 2020: Uma estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Machine Translated by Google



do tempo e na sua capacidade de tomar iniciativas. Da mesma forma, nos contextos nacionais, as campanhas eleitorais nunca são vencidas *apenas* pela mera implementação de promessas passadas, mas também pela capacidade de gerar confiança e segurança com uma combinação vencedora de visão e hábil sentido de oportunismo. Assim, mesmo que fosse estúpido negar que a elaboração de políticas deva ser transparente, bem fundamentada e monitorizada, seria igualmente estúpido pensar que a transparência, as bases sólidas e a monitorização são tudo o que importa. Em vez disso, o que realmente importa é a capacidade de lidar com o inesperado e dar sentido a ele.
Os decisores políticos são julgados com base nesta mesma capacidade, na sua capacidade de começar, de impulsionar e de dar sentido, muito mais do que na sua capacidade de atingir objectivos pré-definidos.

Um dos principais objectivos actuais para os quais a elaboração de políticas é considerada um meio é "impulsionar o crescimento e o emprego". Isto por si só também foi antecipado por Arendt, mesmo que, nas décadas de 50 e 60 do século passado, não houvesse nenhuma questão de "crescimento e emprego" ao nível que temos hoje. Ela antecipou que, além da reversão entre ação e fabricação, ou a *"vitória do Homo Faber",* haveria uma segunda reversão, ou seja, que a mais baixa das três atividades na tripartição da *vita ativa* – o trabalho – assumiria o controle do trabalho e da produção. ação com a "vitória dos *Animal Laborans".*

O trabalho é a mais baixa das três atividades da *vita activa,* porque é definido por Arendt como *"ligado às necessidades vitais" (Arendt* 1959, p. 9). É indexado conforme necessidade. É altamente repetitivo e não deixa rastros. Caracteriza-se também pela sua natureza processual, ou seja, pelo facto de ser contínuo e não ter início nem fim. O trabalho, nesse sentido, não permite qualquer espaço para experimentar a liberdade, nem o prazer de aparecer diante dos outros e experimentar a alegria da pluralidade. Na verdade, para Arendt, o que nos torna humanos é o que acontece, uma vez que cada um de nós tenha lidado com as necessidades da vida biológica: " *A 'boa vida', como Aristóteles chamou a vida do cidadão, era portanto….'boa' para na medida em que, ao ter dominado as necessidades da vida pura, ao ser libertado do trabalho e do trabalho, e ao superar o desejo inato de todas as criaturas vivas pela sua própria sobrevivência, não estava mais vinculado ao processo biológico da vida" (Arendt* 1959 , pág. 33).

O registo "meios para fins" que invadiu o espaço público transforma-se num registo ainda mais difundido: o registo processual. A elaboração de políticas não apenas substituiu a ação pelo fazer, mas também substituiu o fazer pelo processamento.
Esta é uma tendência negativa, segundo Arendt, porque os processos não deixam espaço para a pluralidade e a liberdade, ou para o significado. O foco crescente e quase exclusivo da política nos processos deixa assim desconsiderado um aspecto central da condição humana.

Uma das principais características da condição humana é que os seres humanos não precisam de alocar a totalidade da sua energia para a sua sobrevivência: há um excedente disponível. Os seres humanos, se e quando saudáveis, têm um limiar de saciedade: a certa altura, têm o suficiente: não têm fome, não têm frio, estão limpos... e podem recorrer a outras atividades, por exemplo, envolver-se com outras pessoas ou fabricar objetos. Esse limiar de saciedade, ou melhor, o que acontece além dele, é o que nos permite vivenciar a condição humana como tal e desfrutar da liberdade.

Com a centralidade da lógica do "crescimento e emprego" na elaboração de políticas, o processo e a necessidade permearam a lógica da elaboração de políticas. A necessidade foi sequestrada para cobrir as necessidades de sobrevivência das empresas, e não as dos seres humanos.

Machine Translated by Google



coisas. Esses seres organizacionais não têm limite de saciedade. Para eles, por definição, “mais” é “melhor” e “suficiente” não faz parte do seu vocabulário! Atender às necessidades de seres saciáveis, ou, por outras palavras, de seres que não têm um limiar de saciedade, leva à hegemonia da necessidade à custa de qualquer sentido de liberdade e pluralidade. É neste sentido que aquilo que Arendt chama de “o social” colonizou de facto o espaço público. A riqueza, que era uma preocupação privada típica na época grega, tornou-se uma preocupação pública dominante. Com uma perspetiva processual sem fim ancorada na necessidade, e a supervisão ou negação da noção de limiar de saciedade, a *phronesis,* ou seja, a sabedoria prática e a prudência, um valor crítico para a ação pública na polis grega, é substituída pela *arrogância,* ou seja, pelo orgulho extremo, arrogância e “nunca é suficiente” de forma sistêmica.

Perante esta lógica de “crescimento e emprego”, indexada às necessidades das organizações saciáveis, existe outra lógica: a da precaução e dos direitos fundamentais.
A saciabilidade das organizações e a sua influência abrangente na elaboração de políticas em nome do crescimento e do emprego podem distorcer a utilização destas contra-faixas, uma vez que são por vezes apresentadas em termos absolutos e irrealistas, com o objectivo de contrariar a interminável voracidade das empresas, como seres organizacionais. O problema é que esta abordagem mecânica não consegue apreender os significados, *de ambos os lados.* Assim, a elaboração de políticas está presa a uma visão, que ou é substituída pelo objectivo global de “estimular o crescimento e o emprego” ou pela busca de controlo, certeza e previsibilidade. Em termos arendtianos, poder-se-ia dizer que a formulação de políticas está desligada da aprovação da abertura do futuro, através de uma dupla regressão, primeiro fugindo da liberdade invocando a causalidade, ou seja, com o trabalho tendo precedência sobre a acção, e depois redobrando a liberdade. causalidade com a necessidade, ou seja, com o trabalho tendo precedência sobre o trabalho. A perda desta dupla regressão é a pluralidade e o sentido.

## *2.3 A formulação de políticas e a desvalorização do presente*

A moderna confiança abrangente no progresso e o aprisionamento da elaboração de políticas na causalidade (meios para fins) e na necessidade (processo) têm consequências profundas para as representações subjacentes do passado, do presente e do futuro na elaboração de políticas: significado e propósito são exportados para o futuro, o presente é…o que está quebrado, o passado se equilibra entre a “era de ouro” e o “nunca mais”!

O futuro é onde o significado e o propósito são armazenados: as gerações futuras são chamadas a justificar políticas, nomeadamente no que diz respeito às políticas relativas às alterações climáticas. São definidos objectivos a longo prazo, contra os quais as decisões actuais são justificadas. A perspectiva de longo prazo é carregada de valor, revelando de forma interessante que o curto prazo foi de facto esvaziado de significado e propósito. “O curto prazo” é uma expressão que denota a incapacidade da elaboração de políticas para formar julgamentos apropriados sobre o que precisa ser levado em conta. É a assinatura do facto de que as decisões políticas se separaram do significado. Isto é altamente problemático na perspectiva da natalidade e da pluralidade, como será mostrado mais tarde.

Machine Translated by Google



O passado é idealizado ou demonizado, muito mais raramente simplesmente endossado, reconhecido e compreendido de maneira racional e distanciada.

O presente é o que está quebrado. Na verdade, é principalmente percebido e descrito como algo que está quebrado e requer ação para ser consertado! As políticas são então concebidas para resolver esses problemas: baixo carbono, formação, disciplina orçamental. O presente é onde residem os problemas e o futuro onde as soluções devem ser encontradas. Amanhã será melhor do que hoje, *graças* às políticas. Como se não houvesse necessidade de políticas ou instituições se não houvesse problemas a resolver. Nesse contexto, quanto maiores os problemas e pior o presente, mais fácil será a demonstração! Metaforicamente, os decisores políticos tendem a descrever os desafios como se tivéssemos de fugir de um incêndio ou de nos apressarmos para vencer uma suposta corrida. Trata-se de apontar para o futuro como uma saída de incêndio de um presente em chamas. Esta desvalorização sistemática, ainda que implícita, do presente tem consequências generalizadas no estado de espírito com que homens e mulheres interagem entre si e com o mundo. Isso mina as possibilidades de uma experiência rica de pluralidade e liberdade.

## 3 A redefinição axiomática arendtiana

*"A separação platónica entre saber e fazer permaneceu na raiz de todas as teorias de dominação que não são meras justificações de uma vontade de poder irredutível e irresponsável" (Arendt* 1959, p. 201). Este dualismo entre saber e fazer espelha o dualismo entre alma e corpo, entre razão e emoção, entre fins superiores e meros meios, etc. falham, porque o que é mantido à distância brota com ainda mais força do que se fosse reconhecido e tratado. Compreender – ou melhor, compreender – o fracasso da utopia da omniciência/onipotência como base a partir da qual a condição humana pode ser experienciada e apreciada é uma operação mental crítica que sugerimos poder ser chamada de "reinicialização axiomática".

Esta redefinição axiomática exigida por Arendt decorre das lições que ela tira dos tempos mais sombrios do século XX: procurar conferir aos assuntos humanos a solidez do mundo dos objetos leva a monstruosidades. Isto pode ser visto como uma versão política do princípio de Heisenberg. Este princípio afirma que medir a velocidade de uma partícula só pode ser feito à custa da mudança da sua posição: portanto, para saber a velocidade, você "paga o preço" de não saber a sua posição e vice-versa. A versão política deste princípio, tal como destaca Arendt, é a seguinte: se a certeza tiver de ser superada sobre quaisquer outras considerações, então obteremos apenas um resultado, a certeza do pior ! Não pode haver certeza do que é bom e muitas vezes é *suficientemente* bom para garantir que o pior *não* aconteça. Isto não quer dizer que nada possa ser conhecido, nem que nada deva ser controlado, mas significa que sobrestimar o que pode ser controlado acarreta pesadas consequências.

Machine Translated by Google



É por isso que Arendt me inspira a pensar que a onisciência/onipotência uto pia é um terreno fértil para o totalitarismo. É por isso que ela recusou repetidamente ser considerada uma filósofa política.

A redefinição axiomática arendtiana consiste em reconhecer a natalidade e abraçar a pluralidade.

## *3.1 Reconhecendo a Natalidade*

Os humanos não são *apenas* seres mortais. Eles *também* nascem seres! Com alguma ironia e um sorriso mental, Arendt pergunta-se por que razão os filósofos sempre consideraram a mortalidade mais importante do que a natalidade e os fins mais importantes do que os começos. Ela convida a prestarmos muito mais atenção ao fato de que nascemos seres: *"A morte é o preço que pagamos por ter vivido12".* Sua filosofia está ancorada no elogio aos começos. O que torna o mundo sustentável é precisamente que os seres humanos chegam ao mundo num fluxo contínuo.

Na verdade, olhar para os seres humanos como iniciantes traz uma perspectiva radicalmente diferente do que olhar para eles como seres que acabarão por morrer. Chamemos esta última de perspectiva da mortalidade e a primeira de perspectiva da natalidade.

A representação convencional da linha do tempo, onde o futuro (nossa morte) está à nossa frente e o passado (nosso nascimento) está atrás de nós, flui da perspectiva da mortalidade. Reconhecer a natalidade convida a uma mudança nesta representação. É privilegiar uma visão do futuro como o que ainda está por vir. Na perspectiva da natalidade, o futuro empurra-nos para a frente, em vez de ser o que prevemos e antecipamos. Nesse sentido, o futuro está atrás de nós e não à nossa frente13 , porque não o vemos, enquanto o passado é o que contemplamos e com o qual aprendemos.

Vamos ilustrar essa mudança de perspectiva com mais algumas metáforas espaciais: uma estrada versus uma nascente. Na perspectiva da mortalidade, a linha do tempo é como uma estrada que vai do nascimento à morte: o presente é como o ponto da estrada onde o peregrino caminha em direção ao seu destino, simbolizado como o céu, o Graal ou apenas o fim. Na perspectiva da natalidade, o presente é como uma fonte, onde o tempo, como a água, flui de dentro da terra, e passamos a vida no presente, ou seja, de onde sai a água.

Na perspectiva da mortalidade, o futuro é colorido pela certeza da nossa eventual morte, enquanto na perspectiva da natalidade é colorido pela lembrança recorrente da "improbabilidade infinita" (Arendt 1959) *do* nosso nascimento . Na perspectiva da natalidade, o facto de eventualmente morrermos não explica um conhecimento significativo do futuro; o que acabará por fazer sentido e valer a pena no futuro é precisamente o que será uma surpresa, quando cada um de nós, como seres humanos, veio a este mundo. Nesta última perspectiva, reconhece-se que

12 Retrotradução do autor da versão francesa do Denktagebuch "La mort est le prix que nous payons pour la vie, pour le fait d'avoir vécu." No Jornal de Pensamento, vol. 2. Paris: Editions du Seuil, p. 977 (julho de 1970, § 66).

13 A abordagem metafórica da linha do tempo deve muito às Metáforas pelas quais vivemos (1984), de Lakoff e Johnson.

Machine Translated by Google



"o que é" é o acúmulo de improbabilidades infinitas, mais do que o resultado previsível de acordo com leis causais. Embora a perspectiva da mortalidade conduza à dúvida e ao controle, a perspectiva da natalidade conduz à confiança e ao espanto.

## *3.2 Abraçando a Pluralidade*

A pluralidade tem sido mencionada regularmente nesta contribuição: agora é hora de sermos mais específicos sobre o que Arendt quer dizer com esta palavra. Como já foi mencionado, para Arendt, a parte mais nobre da condição humana não é que o Homem imite um Deus monoteísta, mas sim que existe pluralidade: "Se os filósofos, apesar do seu *necessário distanciamento da vida quotidiana dos assuntos humanos, fossem alguma vez para chegarem a uma verdadeira filosofia política, teriam de fazer da pluralidade dos homens, da qual surge todo o domínio dos assuntos humanos – na sua grandeza e miséria – o objecto do seu thaumazein. […] Teriam que aceitar em algo mais do que a resignação da fraqueza humana o fato de que 'não é bom que o homem fique só'"*
(Arendt 2005, pp. 38–39).

Arendt descreve a pluralidade como a coexistência de igualdade, especificidade e reflexividade.

Primeiro, *a igualdade* é o componente da pluralidade que denota o fato de que a pluralidade é o que acontece entre agentes que se reconhecem como outros eus. Nesse sentido, a igualdade não é considerada um objetivo, mas uma postura axiomática. Pluralidade é o que acontece entre agentes, que se consideram como outros eus...

Em segundo lugar, *a especificidade,* porque o que faz de cada ser humano um ser humano *enquanto* humano é precisamente a sua distinção e singularidade. Enquanto tratarmos os outros humanos como entidades intercambiáveis ou como caracterizados pelos seus atributos ou qualidades, isto é, como um *quê,* não os trataremos como humanos *enquanto* humanos, mas como entidades que por acaso são humanas. Pluralidade é o que acontece entre agentes que se consideram como outros eus e que reconhecem uma especificidade absoluta para cada eu, a ponto de essa especificidade superar qualquer outra característica para denotar sua identidade…

Por último e não menos importante, o terceiro componente da pluralidade é a *natureza reflexiva da identidade.* Para Arendt, a revelação do quem *"quase nunca pode ser alcançada como um propósito intencional, como se alguém possuísse e pudesse dispor deste 'quem' da mesma maneira que possui e pode dispor de suas qualidades" (Arendt 1959 ,* p . 159), (isto é, o *quê).* O *que* aparece inconfundivelmente para os outros, mas permanece um tanto oculto do eu. É como se a nossa identidade estivesse depositada numa entidade colocada no nosso ombro ou na parte de trás da nossa cabeça e fosse visível por todos, exceto por nós mesmos. Nosso rosto, que nos representa para os outros, nunca é visto por nós mesmos através dos seus próprios olhos. É este carácter reflexivo da identidade que confere à fala e à acção um papel tão revelador quando se trata de revelar quem e não o *quê.* Para as entidades para quem o *quem* importa, a aparência diante dos outros, nomeadamente com a fala e a ação, é uma condição necessária para revelar a sua identidade: "A *ação e a fala estão tão intimamente relacionadas porque o ato primordial e especificamente humano deve, no*

Machine Translated by Google



*ao mesmo tempo contém a resposta à pergunta feita a todo recém-chegado: quem é você? […]Ao agir e falar, os homens mostram quem são, revelam ativamente as suas identidades pessoais únicas e assim aparecem no mundo humano[…].*
*A qualidade reveladora do discurso e da ação vem à tona onde as pessoas estão com outras e nem a favor nem contra elas, isto é, em pura união" (Arendt* 1959, pp. 158-160).

Em outras palavras, a identidade é uma característica de chave dupla: uma chave é mantida pelo eu e uma chave é mantida pelo outro. Sem esta segunda chave – a chave da outra – identidade não está concluída. É por isso que a aparência para os outros num espaço público é uma característica central da condição humana. Também destaca por que a identidade e as interações estão tão intimamente ligadas14 e por que a atenção15 é uma capacidade tão crítica para os seres humanos experienciarem a pluralidade.

Em suma, pluralidade é o que acontece entre agentes que consideram o outro como outros eus, cuja identidade é inerentemente singular e parcialmente oculta ao eu, de modo que a aparição entre iguais é a única forma de revelar plenamente e vivenciar a própria identidade16.

## *3.3 Pluralidade e Natalidade como Alternativa à Onisciência e Onipotência*

Onisciência e onipotência são consideradas posturas a partir das quais qualquer coisa, incluindo a realização de qualquer utopia, é possível, desde que haja conhecimento e controle suficientes. Na visão de mundo da utopia da onisciência-onipotência, os relacionamentos não criam surpresa, pois um relacionamento é considerado causal. Nessa perspectiva, a totalidade do significado está na causa. Não há espaço para significado em um efeito. Um efeito é solúvel em sua causa. Um efeito nem sequer é um fim. É literalmente um não-evento, já que todo o evento está incluído na causa. A utopia da onipotência/onisciência ecoa a perspectiva da mortalidade exposta acima.

Ela fecha a abertura para os começos e é antinômica ao taumazein, pois o que merece admiração, na visão de mundo da utopia da onisciência-onipotência, é apenas... onisciência e onipotência!

A perspectiva da natalidade se opõe à utopia da onisciência-onipotência sem cair nas desvantagens do niilismo, porque encapsula a confiança em começos recorrentes.

A pluralidade é o segundo elemento desta alternativa a uma utopia de omnisciência-onipotência. Na verdade, como vimos acima, as principais características da pluralidade são que cada entidade envolvida no relacionamento é (i) igual (todos na mesma base), (ii) singular (cada um que é único) e (iii) parcialmente *oculto* . para si mesmo (o personagem reflexivo

14 Ver Seção. 3D da nota de fundo Onlife, cap. 11.

15 A importância crítica da atenção está no cerne do capítulo de Stefana Broadbent e Claire Lobet-Maris.

16 Há ressonância entre a pluralidade e a abordagem do self relacional, tal como proposto por Charles Ess no seu capítulo, bem como com a secção relacionada no Manifesto Onlife.

Machine Translated by Google



termo de identidade). Esta tripla compreensão da pluralidade (igualdade, especificidade e refletividade) mina radicalmente a visão de mundo da utopia da onisciência-onipotência. Na verdade, a igualdade entre as pessoas ou entidades envolvidas subverte a assimetria criada pela polarização em termos de causa e efeito; a especificidade de cada entidade é uma barreira contra considerar alguém como um efeito solúvel numa causa ou como um conjunto de atributos, portanto, é uma âncora contra a instrumentalização; por último, a identidade parcialmente oculta mina a utopia omnisciente-onipotente, pois cada um de nós tem de admitir que precisa dos outros para aceder à sua identidade.

Desta compreensão da pluralidade e da natalidade surge uma compreensão específica da liberdade humana. A liberdade humana não consiste em evitar, escapar ou desaparecer limites ou em estar o mais próximo possível da omnisciência e da omnipotência, mas está ancorada na capacidade de começar, de viver entre pares e de aceder à nossa própria identidade através do reconhecimento da nossa identidade. discurso e ação.

*"Visto que a ação é a atividade política por excelência, a natalidade e não a mortalidade, pode ser a categoria central do pensamento político, distinto do pensamento metafísico" (Arendt* 1959, p. 11): a utopia da onisciência e da onipotência, como uma utopia subjacente lógica para a elaboração de políticas, pode assim ser vista como uma transposição mal definida de um pensamento metafísico para um pensamento político. E esta transposição mal definida ameaça colapsar o espaço público.

Por estas razões, é importante nutrir a natalidade e a pluralidade, como poderosos antídotos e alternativas à omnisciência e à omnipotência. Tal como a criada trácia que ri da queda de Tales no poço enquanto olha para as estrelas17, o inquilino da pluralidade da natalidade ri-se do aspirante à omnisciência-onipotência que se esforça por saltar sobre a sua sombra18.

## 4 Recuperando Distinções à Luz da Pluralidade e da Natalidade

### *4.1 Público e Privado*

Para Arendt, o espaço privado é onde as necessidades são atendidas e o espaço público é onde os homens – e acrescentarei as mulheres19 – desfrutam da pluralidade e da liberdade, através do caráter revelador do discurso e da ação: *"vida sem discurso e sem ação […] deixou de ser uma vida humana porque não é mais vivida entre os homens" (Arendt*

17 Famosa anedota de Platão, Teeteto, 174A.

18 Em Configurando o eu em rede (2012). New Haven: Yale University Press, Julie Cohen apresenta uma análise notável dos desafios políticos numa era hiperconectada, numa perspectiva de natalidade e pluralidade. Vejo uma grande proximidade entre a natalidade, tal como aqui exposta, e a sua "descontinuidade semântica".

19 A leitura de género de Arendt é uma questão muito interessante que não é abordada nesta contribuição. Os interessados podem desfrutar de Feminist Interpretations of Arendt, editado por Bonnie Honig (1995. University Park: Pennsylvania State University Press.).

Machine Translated by Google



1959, pág. 157). Para ela, o público está carregado de mais dignidade ontológica do que o privado, porque é onde a liberdade pode ser experimentada.

O privado, como ainda é visível na etimologia, significava originalmente ser privado de estar entre iguais. Hoje em dia, privacidade dificilmente é entendida como "ser privado" de alguma coisa! Pelo contrário: a liberdade está mais do lado do privado e o Estado de direito do lado do público. A propriedade está associada à riqueza e à acumulação, enquanto a propriedade e a riqueza costumavam ser apenas a pré-condição para o envolvimento na esfera pública. A ação foi substituída por comportamentos ou por fabricação. Na tirania, como na sociedade de massa, *"os homens tornaram-se inteiramente privados, isto é, foram privados de ver e ouvir os outros, de serem vistos e ouvidos por eles" (Arendt* 1959, p. 53).

A liberdade mudou de lado: a privacidade é agora vista como uma forma de proteger a liberdade, enquanto a publicidade é mais percebida como o domínio das restrições (estado de direito, responsabilização, transparência, justificação, vigilância, etc.), do que como o domínio do desfrute da pluralidade. e liberdade.

É interessante notar que Arendt atribui a dissolução da distinção público/privado e a profunda mudança do seu significado à modernidade política. Nos seus termos, a invasão do social na esfera pública, na forma do Estado-nação, que pode ser visto como uma enorme família, juntou-se à ancestral "grande tentação, *para os homens de ação não menos do que para os homens". do pensamento, para encontrar um substituto para a acção, na esperança de que o domínio dos assuntos humanos possa escapar à casualidade e à irresponsabilidade moral inerentes a uma pluralidade de agentes" (Arendt* 1959, p. 197).

A redefinição axiomática arendtiana não consiste em regressar à polis grega: expulsar o trabalho e a mão-de-obra da esfera pública e concentrar a política apenas na acção não é uma opção credível no século XXI. No entanto, a tripartição arendtiana da *vita activa* em trabalho, trabalho e acção permanece inspiradora, pois lembra-nos que o trabalho (e a necessidade) e o trabalho (e a causalidade) não podem dar conta da totalidade da experiência humana: acção (e pluralidade e liberdade). tem que ter um lugar! Para Arendt, o significado da política é a liberdade. Se, de facto, a omnipotência e a omnisciência fossem uma possibilidade, não haveria espaço para a política, pois a política é precisamente o lugar onde experimentamos a parte mais nobre da condição humana, ou seja, a pluralidade e a natalidade. Na *vita activa* do século XXI, a tripartição trabalho-trabalho-acção não deve ser vista hierarquicamente, ou seja, com a acção, o público e a ágora no topo e o trabalho, o privado e o lar na parte inferior: em vez disso, trabalho, trabalho e ação formam um trio gerando um espaço 3D. Não reconhecer a ação como uma terceira dimensão resulta numa percepção degenerativa da condição humana e num achatamento da experiência humana.

Arendt mapeou a distinção público/privado com representações idealizadas do lar e da ágora como deveriam ser na Antiguidade Grega. Naquele momento, o privado era a casa, o lugar onde as mulheres e os escravos cuidavam das necessidades da vida, enquanto o público era o espaço onde os homens, libertos das necessidades da vida, podiam experimentar a liberdade, entre iguais. É óbvio que a distinção público/privado já não corresponde à distinção ágora/casa. Na minha opinião, a distinção público/privado pode ser redescrita de forma mais útil no século XXI, indexando-a principalmente na polaridade liberdade/necessidade, e

Machine Translated by Google



deixando de lado a distinção espacial (doméstico vs. ágora), ou de género ou social (homens vs. mulheres e escravos).

Com isso em mente, o domínio privado é onde e quando os humanos são limitados pela necessidade, privados da aparência entre iguais e, portanto, confinados numa vida pré-política e infra-humana, enquanto o domínio público é onde e quando os seres humanos experimentam pluralidade, ou seja, igualdade, especificidade e refletividade, nomeadamente através do discurso e da ação. A experiência de aparecer aos outros como *quem* ou como o *que* tem pouco a ver com o local onde o relacionamento ocorre. Consequentemente, a distinção entre o público e o privado tem mais a ver com o que está em jogo na relação do que com o local *onde* ela ocorre.

Se formos considerados, não como nós mesmos, mas como um número (número de identificação), um atributo (a quantidade de riqueza, ou um conjunto de competências) ou como uma função (um consumidor, um pai, um titular de emprego), isso não é uma aparição pública, mas sim um ambiente privado, mesmo que a relação seja entre uma entidade dita privada e uma entidade dita pública. Na verdade, então, *quem* não importa; não há pluralidade, mas apenas interações funcionais que podem ser modeladas, calculadas e antecipadas. Esta abordagem funcional das relações aproxima-se do que se entendia por estar confinado em casa, uma vez que a casa é a metáfora do lugar onde as pessoas, em vez de aparecerem aos outros como são, estão confinadas a cumprir as tarefas que lhes são esperadas. para.

Arendt reconhece que a pluralidade pode ser melhor vivenciada no nível da cidade. *"Quanto maior for a população em qualquer órgão político, mais provável será o social, e não o político, a constituir a esfera pública" (Arendt* 1959, p. 39). O Estado-nação é onde a conformidade e o comportamento de massa substituem a pluralidade. Isto só poderá ser pior para as organizações continentais, como a UE, ou para os órgãos de governação global, como a ONU! Com grandes números, a pluralidade degenera em mera e não endossada interdependência, enquanto a natalidade e a sua abertura e imprevisibilidade inerentes são percebidas apenas sob as categorias de incerteza e risco.

## *4.2 Agentes, Artefatos e Natureza*

Reivindicar uma distinção público/privado onde o público é onde a pluralidade é experimentada enquanto o privado é o domínio da funcionalidade leva à necessidade de reconhecer que a pluralidade também pode aplicar-se a intermediários, entidades jurídicas, organizações, instituições, e não apenas a seres humanos. Chamemos de 'agentes' aqueles seres que reconhecem suas interações com os outros seres como de pluralidade, ou seja, seres (i) concedendo a outros seres semelhantes status igual ao seu, (ii) aparecendo por seu quem e sendo reconhecidos como tal , e (iii) parcialmente cegos para si mesmos e conscientes de que é através da sua aparência aos outros que experimentam identidade e liberdade.

Tendo isso em mente, a UE pode ser vista como um espaço público onde os Estados-Membros, como agentes, vivenciam a pluralidade. A UE pode então ser vista como um espaço de aparição para os Estados-Membros, onde estes revelam o seu *"quem"* e não o seu *"o quê"* e onde

Machine Translated by Google



eles dependem um do outro para experimentar quem são. O mesmo se aplica a nível da ONU. Privilegiar a pluralidade em detrimento da funcionalidade é reconhecer que, para o espaço público, atingir objetivos importa muito menos do que garantir um espaço onde agentes cujas identidades são singulares e reflexivas interajam entre si de uma forma construtiva e significativa20 . É também reconhecer que a liberdade não decorre da soberania e do poder, mas sim das interações e dos significados.

Esta caracterização dos agentes, sejam eles humanos ou não, como seres que reconhecem que a sua liberdade está ancorada na pluralidade e não na soberania, oferece também um critério para distinguir os agentes dos artefactos. Na verdade, sugerimos afirmar que os agentes são aqueles seres com um *quem* que importa, enquanto os artefactos são aqueles seres cuja identidade corresponde *apenas* à sua descrição externa e funcional, ou seja, seres para os quais o *quê* (e talvez o *como)* apenas importa. Um artefato é uma entidade cuja função corresponde ao que se destina. É totalmente heterônomo. Voltando à tripartição de Arendt, ou seja, trabalho, trabalho, acção, artefactos são o resultado do trabalho, enquanto os agentes são aqueles envolvidos na acção. Assim, a diferença entre agentes e artefactos não pode basear-se em diferenças objectivas sobre a sua essência, mas sim no tipo de interacções com que estão envolvidos, ou seja, pluralidade ou funcionalidade, ou, por outras palavras, acção ou trabalho. Se os humanos são considerados apenas pelos seus atributos ou pelas tarefas que têm de cumprir ou pelo papel que têm de desempenhar, embora sejam humanos, são *artefactualizados,* e isto apenas pela forma como são representados, mas ainda assim de forma muito eficaz. Uma vez que alguém é representado como um artefato, não há mais barreiras contra considerá-lo como tal.

Assim, os agentes são aqueles seres autoconscientes de que a pluralidade é um componente-chave da sua própria condição, ou seja, aqueles seres que concedem a outros seres semelhantes o triplo reconhecimento subjacente à pluralidade: (i) o reconhecimento de que são iguais, (ii) o reconhecimento de que são iguais. são únicos e específicos, e (iii) o reconhecimento de que precisam dos outros para vivenciar sua própria identidade e liberdade.

Então, se os agentes são aqueles que, conscientes da sua pluralidade, habitam o mundo e moldam-no, nomeadamente com artefactos que constroem e controlam, a natureza pode então ser definida como aquilo que está fora do controlo dos agentes, o que está à sua volta. Inclui artefactos, sensores e até robôs, na medida em que escapam ao controlo dos agentes e se tornam parte do ambiente no qual têm de navegar e no qual têm de compreender. Esta natureza artefactual é o reservatório de novos começos, como costumávamos considerar ser a “natureza virgem”, antes de surgirem as questões de sustentabilidade.

Assim, a diferença entre a natureza e os artefactos já não se baseia na diferença entre o que é “dado”, por um lado, e o que é fabricado, por outro, mas sim na diferença entre o que está fora do nosso controlo, em por um lado, e o que está sob controle, por outro. É claro que isto também tem influência na distinção entre aquilo com que temos de lidar e aquilo pelo que podemos ser responsabilizados21 . A linha divisória que separa a missão do destino da missão da responsabilidade está a mudar em função do tempo, do espaço e da escala ou granularidade.

---

20 Isto ecoa com Richard Rorty em Contingency, Irony and Solidarity, Cambridge University Press, 1989; e com a noção de sistemas multiagentes (MAS) proposta por Luciano Floridi em seu capítulo.

21 As questões de responsabilidade são desenvolvidas por Ugo Pagallo e Judith Simon em seus respectivos capítulos termos.

Machine Translated by Google



A sabedoria prática numa era hiperconectada consiste, para cada agente, sejam eles humanos, organizações ou instituições, em reconhecer onde está essa linha divisória, em cada situação de vida, e numa perspectiva de natalidade e pluralidade.

Confundir agentes com artefactos traz à tona um mundo cujo horizonte é a omniciência e a omnipotência, e aproxima-se perigosamente de formas totalitárias de pensamento. Confundir natureza com artefactos leva a uma má atribuição de responsabilidades, quer por sobrestimá-las, quer por subestimá-las22.

## 5 A redefinição axiomática arendtiana em uma era hiperconectada

### *5.1 A combinação adequada de alfabetização e política…*

Se a acção é efectivamente caracterizada como um começo cujas consequências nunca podem ser desfeitas, as descobertas científicas e os desenvolvimentos tecnológicos são acção por *excelência,* pois não podem ser desfeitos e correspondem a novos começos. Pensar no que nos acontece e enquadrar os desafios numa era hiperconectada é uma das tarefas da nossa geração, e isso deve ser feito equilibrando os medos com a confiança e o controlo com o espanto. Na verdade, para reforçar e nutrir o espaço público numa era hiperconectada, há uma necessidade urgente de equilibrar a utopia da omnisciência-onipotência, permeada pelo medo e pela procura de controlo, com as perspectivas da pluralidade e da natalidade, permeadas pela confiança e pelo espanto. Esse equilíbrio gera um espaço onde medos e riscos são compensados pela confiança nos começos, pela inteligência compartilhada e pela sabedoria prática. Gera um espaço onde os significados estão enraizados em “entre” e não em “quanto mais, melhor” e onde os desafios são abordados com dualidades “ambos/e” em vez de dilemas “ou/ou”.

Até certo ponto, convida a abandonar o domínio de uma abordagem de governação do risco para uma abordagem de alfabetização. Alfabetização é o conjunto de competências, entendidas em sentido amplo, que possibilitam a vivência da pluralidade. Portanto, as habilidades de comunicação são centrais para a alfabetização entendida em sentido amplo. Num contexto pré-digital, a literacia diz respeito à leitura e à escrita, mas vai muito além da capacidade técnica e estende-se à capacidade de compreender, de contextualizar e de ser persuasivo. Por exemplo, cada um de nós aprende muito cedo e, na maioria das vezes, de forma muito dolorosa, as sutilezas da comunicação. Todos nós experimentamos as diferenças entre o que queremos dizer à nossa mãe ou ao nosso melhor amigo, ou entre o que queremos dizer confidencialmente e o que queremos dizer em alto e bom som. Quando as coisas dão errado, aprendemos e nos adaptamos e, pouco a pouco, adquirimos essa alfabetização ampliada. A alfabetização é feita de uma combinação de habilidades e considerações técnicas, sociais e éticas. Também é altamente evolutivo.

22 Isto ecoa o argumento apresentado no parágrafo 2.1. do Manifesto Onlife: “…é difícil identificar quem tem controlo sobre o quê, quando e dentro de que âmbito. Responsabilidades e obrigações são difíceis de alocar de forma clara e endossar de forma inequívoca”.

Machine Translated by Google



Como bem disse Siva Vaidhyanathan23, na era hiperconectada, “somos todos bebês”! Na verdade, quem sabe o que é acessível a quem quando se envolve nas redes sociais, navega na Internet, compra online, anda com o telemóvel ligado, etc... Adquirir uma literacia digital24 é um esforço colectivo e social que requer uma absorção e “naturalização” de conhecimentos e códigos, sobre os diferentes modos de comunicação numa era hiperconectada e as suas consequências para a pluralidade. Trata-se de adaptar o bom senso, a justiça, o respeito, a responsabilidade, a liberdade e a privacidade às novas condições do mundo. Moldar esta nova versão de alfabetização, que pode ser chamada de alfabetização digital, é um processo emergente e contínuo: não existe monopólio para participar de tal jogo. A elaboração de políticas tem certamente um contributo a dar neste esforço, mas seria errado acreditar que as políticas possam proporcionar essa literacia, tal como é errado acreditar que as políticas possam prevenir o risco de uma forma absoluta. No esforço social e multilateral de moldar esta alfabetização emergente, há um papel para a elaboração de políticas, assim como há um papel para cada uma das outras partes interessadas. A elaboração de políticas, ao estar consciente da atual emergência de novas formas de alfabetização, pode identificar onde e como esta pode ser responsiva e acrescentar valor ao funcionamento da inteligência social e à remodelação contínua do conteúdo de valor de noções como privacidade ou identidade e adaptar os quadros políticos em conformidade25.
Esta não é uma tarefa fácil, pois pode exigir revisões fundamentais e desconfortáveis, conduzindo a transições muito sensíveis. Na próxima secção, exemplificaremos como a política e a alfabetização podem complementar-se para enfrentar novos desafios numa realidade hiperconectada.

## *5.2 Lidando com o risco de “roubo da realidade”*

Há circunstâncias em que se aceita que enganar uns aos outros faz parte do jogo: por exemplo, no Dia da Mentira. É também socialmente aceitável enganar alguém em seu próprio benefício, por exemplo, com uma festa surpresa no seu aniversário, ou então enganar alguém com o seu consentimento, por exemplo em espectáculos artísticos, onde é particularmente apreciado quando o cenário e o desempenho estão próximos da realidade para que sejam credíveis. No entanto, para além destas circunstâncias muito especiais, as sociedades baseiam-se num consenso geral de que a fraude deve ser evitada, e existem muitas regras, instituições e infra-estruturas que proíbem e dificultam a vida daqueles que tentam enganar os seus pares. Enganar os outros é, na verdade, violar a pluralidade. Além de ser inerentemente injusto, leva a uma “suspeita de todos contra todos”, dissolve a confiança, impede qualquer forma de união e dissolve a pluralidade. Enganar os outros de forma consciente e proposital resulta *de facto* numa autoexclusão da comunidade de pares e do espaço público ideal. Estas considerações sugerem o facto de que existe uma ligação entre confiança, alfabetização e política. Faz parte da alfabetização distinguir as brincadeiras socialmente aceitáveis das brincadeiras inaceitáveis. Também faz parte

[23] http://www.cbc.ca/spark/2011/05/full-interview-siva-vaidhyanathan-on-the-googliization-of Everything/.

[24] Doug Belshaw é um dos estudiosos que desenvolveu uma perspectiva muito interessante sobre o que uma literacia digital implica (por exemplo, no seu livro The Essential Elements of Digital Literacies).

25 Isto ecoa a noção de acompanhamento tecnológico crítico proposta por Peter-Paul Ver beek no seu capítulo.

Machine Translated by Google



alfabetização para estar equipado para lidar ou resistir a tentativas de fraude aceitáveis ou básicas.
A esse respeito, a política e a regulamentação são apenas um complemento à alfabetização e à comunicação.
meu sentido.

Com essa atitude modesta, é importante repensar e atualizar o que significa enganar numa era hiperconectada, particularmente tendo em vista a confusão entre realidade e virtualidade26. Existem pelo menos duas facetas neste repensar: (i) como é que os "antigos" meios de lidar com esta questão sobrevivem no mundo hiperconectado e (ii) estão a surgir novas questões?

No mundo pré-digital, a distinção entre original e cópia costumava ser um meio de combater o engano e de ajudar cada agente a distinguir a "realidade" da falsificação: no mundo digital, a distinção entre original e cópia perdeu o aspecto realista. dimensão em que foi estabelecido. Assim, por exemplo, todas as medidas que foram construídas sobre esta distinção precisam ser fundamentalmente repensadas num mundo hiperconectado27, para evitar a perpetuação de distinções ultrapassadas, que deixam de ser eficazes e levam à proliferação de uma complexidade absurda. Isto é mencionado apenas como exemplo; este não é o lugar para saltar para recomendações políticas concretas.

Para além da dissolução da distinção entre originais e cópias, a era hiperconectada amplia as possibilidades de "roubo da realidade", da seguinte forma mais fundamental. Na era pré-digital, é razoavelmente fácil para um agente distinguir se o ambiente encontrado foi "inventado" ou adaptado para ele ou ela. Nestes primórdios da realidade hiperconectada, onde "somos todos bebés" no que diz respeito à literacia digital, esta distinção é muito mais difícil de fazer.

A maioria de nós não consegue distinguir se e quando o preço oferecido num ambiente online ou o resultado de uma pesquisa depende da utilização pelo fornecedor ou pelo motor de pesquisa de dados pessoais ou informações de perfil, ou se seriam os mesmos para qualquer outra pessoa. Por que isso Importa? Vamos comparar isso com uma situação pré-digital imaginando a seguinte situação: ando por um shopping e paro na frente de um vestido que acho lindo. Imagine que quanto mais olho o vestido mais alto é o preço! Eu ficaria furioso e iria embora, porque tenho meios de perceber isso.

Isto faz parte da combinação pré-digital de alfabetização, política e regulamentação. No ambiente online, não existe uma forma equivalente, fácil e de bom senso, de identificar se, quando o preço sobe, é porque os últimos lugares desse voo (se estou a reservar um voo) foram ocupados por outros, ou se foi é porque a operadora está aproveitando o meu desejo de comprar uma passagem aérea para aumentar o preço. Na minha opinião, as pessoas têm o direito de saber, quando navegam na Web, se o resultado da sua pesquisa ou o preço que lhes é oferecido faz uso ou não de informações sobre elas28 . Tem a ver com justiça e dignidade, mais do que com privacidade. É também um facilitador da pluralidade. Poderá haver um papel a desempenhar na elaboração de políticas para acompanhar e facilitar a implantação de uma maior literacia digital, assegurando que os agentes têm os meios para se orientarem de forma justa na

26 Ver Seção. 3A da Nota de Base Onlife, Cap. 11.

27 Esta questão, entre outras, foi apontada numa reunião que discutiu a perspetiva social sobre a segurança cibernética http://cordis.europa.eu/fp7/ict/security/docs/societal.pdf.

28 O desafio da definição de perfis é abordado mais detalhadamente no capítulo de Mireille Hildebrandt.

Machine Translated by Google



na esfera online e na experiência onlife. Aqui, a questão não é moldar meios de controle, mas sim fornecer ferramentas que permitam a cada um se orientar.

## 6 Conclusão: Recuperando a Pluralidade

Nesta contribuição, argumentei que reconhecer a natalidade e abraçar a pluralidade é uma postura muito necessária para dar sentido ao que nos acontece com a transição digital. Na verdade, permanecer exclusivamente focado numa utopia de omnisciência/onipotência, e na perspetiva de procura de controlo que a permeia, impede que os decisores políticos e todas as outras partes interessadas experimentem a liberdade nesta era hiperconectada emergente e beneficiem da inteligência e da resiliência sociais. Aqueles que defendem a necessidade de procurar mais controlo fazem-no muitas vezes com base no facto de que não o fazer levar-nos-ia a uma perigosa área relativista de "vale tudo". O medo deste "vale tudo" é ignorar – pelo menos – três características essenciais da condição humana, ou seja, (i) que os seres humanos não são apenas "buscadores de objetivos", mas também "modeladores de significado", (ii) que controlam -os que buscam estão sempre aquém das suas próprias expectativas e, mais cedo ou mais tarde, se derrotam, e (iii) que os seres humanos têm consciência e promovem um diálogo interno, que é o que torna a pluralidade possível. Se, por acidente, esta faculdade de diálogo interior, que nada mais é do que pensamento, fosse negada para que todos percebêssemos os outros como seres meramente funcionais, então, de facto, seria o fim da presença dos seres humanos na terra29.

As três propostas do Manifesto Onlife, ou seja, o eu relacional, a abordagem da alfabetização e a necessidade de cuidar da atenção, não são soluções "prontas" destinadas a resolver problemas de forma instrumental. Não são itens emitidos por algumas mentes para serem transmitidos a outras mentes, como pacotes numa rede comutada por pacotes. São, antes, propostas que só podem dar frutos depois de terem sido metabolizadas por quem as recebe.

O eu relacional denota aqueles que necessitam de pluralidade, ou seja, aqueles seres com um limiar de saciedade, não redutível aos seus atributos ou a uma função, e cuja identidade é revelada pela fala e pela ação na presença de outros. Aponta para a necessidade de nos abstermos de pensar sobre nós mesmos e sobre os outros de maneira funcional e de lembrar que os outros, como nós, precisam de significado. As interações mútuas de eus relacionais dão origem à produção de novos significados e affordances, que constituem a base para a alfabetização de uma sociedade num determinado momento. As políticas devem estar em ressonância e responder à fase de desenvolvimento dessa alfabetização. Por último, a atenção é o melhor que temos para oferecer uns aos outros, é o que une o fato de ser você mesmo e de aparecer aos outros; é o fluido que torna a pluralidade uma realidade: considerar a atenção como uma mercadoria a ser meramente capturada e trocada só pode levar a uma grave deterioração, se não à dissolução, da pluralidade.

29 Esta é uma das minhas conclusões de Eichamnn em Jerusalém, de Arendt: um relatório sobre a banalidade do mal (1963).

Machine Translated by Google



Tudo isto exige que a elaboração de políticas alimente uma compreensão ampla e inclusiva da lógica da sua acção: além dos interesses, custos e benefícios, optimização e compromissos, um objectivo fundamental da elaboração de políticas é adaptar o quadro regulamentar aos significados, normas e valores à medida que emergem e se cristalizam na sociedade, e para manter e promover um sentido vívido de natalidade e pluralidade. Na verdade, se, juntamente com Arendt, acreditamos que o propósito da política é a liberdade, é mais que tempo de endossar e dar sentido ao mundo em que vivemos; já é tempo de lembrar que os humanos, e qualquer outra pessoa que reivindique o estatuto de agente, são considerados iguais, singulares e… precisam uns dos outros para serem reconhecidos como quem são. A pluralidade se dá entre agentes que reconhecem sua saciedade e interagem para revelar sua identidade. Já é tempo de a pluralidade substituir, ou pelo menos completar, as outras metáforas subjacentes à elaboração de políticas, ou seja, a mão invisível (que encoraja a prossecução do próprio interesse, dissociada de todas as formas de empatia para com os outros eus) ou a corrida competitiva (que considera os outros como concorrentes a serem derrotados). Falando em termos geracionais, a tarefa do "dia" é, para todos, nutrir uma compreensão comum do que significa pluralidade numa era hiperconectada, e para os decisores políticos, estabelecer parcerias com a sociedade, em vez de cuidarem dela!

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

## Referências

ARENDT, Hannah. 1959. *A condição humana.* Nova York: Doubleday Anchor Books.
ARENDT, Hannah. 1978. *A vida da mente.* San Diego: Harcourt Brace Jovanovich.
ARENDT, Hannah. 2005. *A promessa da política.* Nova York: Schocken Books.
Midgley, Maria. 3 de novembro de 2001. "Mary, Mary, totalmente ao contrário." *Novo Cientista* (entrevistado por Caso contrário, L).

Machine Translated by Google

# Projetando a Esfera Pública: Informação Tecnologias e a política de mediação

**Peter-Paul Verbeek**

## 1 Tecnologias Onlife

Depois de algumas décadas a conviver com as Tecnologias de Informação e Comunicação, habituámo-nos tanto à sua presença no nosso quotidiano que mal percebemos que a revolução social e cultural que estão a causar está apenas começando. Embora a maior parte das discussões sociais e políticas relativas às TIC ainda se concentrem em questões de privacidade e no impacto das redes sociais nas relações interpessoais, toda uma nova geração de TIC está actualmente a entrar no mundo, com impactos potencialmente revolucionários que requerem uma análise e avaliação cuidadosas.

Dois exemplos desta nova geração de tecnologias podem ilustrar isso. Em primeiro lugar, há o rápido desenvolvimento da tecnologia da informação "incorporada". As TIC estão a começar a fundir-se cada vez mais intrinsecamente com o nosso ambiente físico. Paredes, camas, portas, carros – muitos objectos do quotidiano estão actualmente a ser equipados com formas de "computação omnipresente" ou "inteligência ambiental", como uma grande multinacional de electrónica passou a chamá-la (Aarts e Marzano 2003) . Os objetos no nosso mundo da vida, por outras palavras, estão a tornar-se inteligentes. As camas hospitalares podem detectar se os pacientes caem ou saem dela. As portas em lares geriátricos podem determinar quem pode sair e quem não pode. Os carros estão cada vez mais assumindo tarefas que antes eram reservadas aos humanos, como estacionar em faixas, fazer paradas de emergência e recusar-se a mudar de faixa se for muito perigoso fazê-lo.

Esta inteligificação do nosso mundo material terá implicações importantes.
O espaço público tornar-se-á literalmente um espaço com um carácter público – quanto mais ele se torna consciente de nós, mais precisamos de nos tornar conscientes de que esse é o caso. Além disso, os objetos inteligentes estão cada vez mais equipados com capacidades explicitamente persuasivas. Os espelhos inteligentes nas salas de espera dos médicos podem nos dar feedback sobre nosso estilo de vida ao entrar na sala de espera. Equipamentos de treinamento inteligentes em academias podem persuadir as pessoas a se exercitarem um pouco mais. Sites inteligentes tentam persuadir os usuários a comprar coisas específicas ou a se tornarem membros de organizações específicas.

P.-P. Verbeek **(ÿ)**
Universidade de Twente, Enschede, Holanda
e-mail: ppccverbeek@utwente.nl

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,*
DOI 10.1007/978-3-319-04093-6_21, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



ções. Nosso mundo material está se tornando uma contraparte ativa e inteligente, em vez de um ambiente mudo, estável e funcional.

Ao mesmo tempo, o nosso próprio acesso ao mundo está a mudar rapidamente. Com o advento de tecnologias como o Google Glass, o fenómeno da "realidade aumentada" está rapidamente a ganhar influência. O Google Glass consiste em um par de monitores pequenos e transparentes e uma câmera. O dispositivo fornece uma camada extra de informações sobre as pessoas, objetos e imagens que vemos. Ele tem o potencial de reconhecer os rostos das pessoas que você conhece e fornecer todas as informações disponíveis sobre elas instantaneamente – sem que essas pessoas percebam isso. Torna possível enviar e receber mensagens, que podem ser compostas com movimentos oculares, entrada de voz ou toque. Isto permitirá que as pessoas se comuniquem entre si de novas maneiras, novamente sem que outras pessoas percebam.

Se este tipo de aumentos se generalizar, isso terá enormes implicações para praticamente todas as dimensões da sociedade. Os processos educacionais precisarão ser reinventados, quando toda a informação estiver disponível para qualquer pessoa o tempo todo. As fronteiras entre o público e o privado terão de ser traçadas novamente, quando uma rápida olhada no rosto de alguém revela todas as suas atividades na Internet. Política de segurança, legislação de privacidade, atividades comerciais – é difícil imaginar uma esfera da sociedade que não seja afetada pelo advento das realidades aumentadas. Nossas vidas ficam cada vez mais entrelaçadas com realidades on-line – ficamos na "vida on-line", como os colaboradores deste livro passaram a chamá-la.

Em suma, as novas tecnologias da informação colocam-nos potencialmente no alvorecer de uma nova era. Enquanto muitas pessoas se concentram na revolução biotecnológica e na convergência da nanotecnologia, da biotecnologia, da tecnologia da informação e da ciência cognitiva, empresas como a Google e a Philips estão a redesenhar o mundo. Como entender essas mudanças? E como avaliá-los?

## 2 Relações Onlife

Compreender as relações entre humanos e tecnologias tem sido uma das atividades centrais da filosofia da tecnologia nas últimas décadas. Na teoria da mediação, desenvolveu-se a ideia central de que precisamos de confundir as fronteiras entre o humano e a tecnologia para compreender o papel social das tecnologias. Os seres humanos e as tecnologias não podem ser localizados em dois domínios separados, mas precisam de ser compreendidos nas suas inter-relações. Na base da teoria da mediação tecnológica está o trabalho do filósofo norte-americano Don Ihde. Ihde analisa as diversas formas que as relações entre humanos e tecnologias podem assumir (Ihde 1990). Seu pensamento central é que as tecnologias ajudam a moldar as relações entre os humanos e o mundo.
Sempre que uma tecnologia é utilizada, ela se torna um mediador entre seus usuários e seu ambiente, ajudando a moldar o caráter das relações entre ambos.

Ihde distingue quatro formas que as relações entre humanos e tecnologias podem assumir. Novas tecnologias de informação como o Google Glass, no entanto, incitam-nos a expandir o seu enquadramento. Primeiro, existe a "relação de corporificação", esquematicamente

Machine Translated by Google



indicado como *(humano-tecnologia) ÿ mundo.* Nesta relação, as tecnologias são extensões do corpo, por assim dizer. Os seres humanos experimentam o mundo “através” das tecnologias aqui, como quando usam óculos ou aparelhos auditivos. Uma relação com o mundo também é possível a partir da 'relação hermenêutica', porém, esquematicamente indicada como *humano ÿ (tecnologia-mundo).* Algumas tecnologias dão-nos acesso ao mundo, dando-nos uma representação dele, que requer interpretação humana para ser significativa – daí o nome “hermenêutica” – como um termómetro que dá um número em vez de uma sensação de temperatura, ou um ultra-som que dá uma representação visual de um feto com base em ondas sonoras ultrassônicas refletidas. Uma terceira relação é a chamada “relação de alteridade”, indicada esquematicamente como *humano ÿ tecnologia (mundo).* Nesta relação há uma interação direta entre humanos e tecnologias, como quando alguém opera uma copiadora ou conserta um carro.
A quarta e última relação que Ihde distingue é a relação de fundo, indicada como *humana (tecnologia/ mundo).* A partir desta relação, as tecnologias impactam a nossa relação com o mundo, sem serem elas próprias experienciadas explicitamente. Um ar condicionado que liga e desliga automaticamente, por exemplo, cria um contexto para a experiência do ser humano ao produzir ruído ou criar uma temperatura específica no ambiente.

Em todas estas quatro relações humano-tecnologia, as tecnologias afastam-se cada vez mais do ser humano, por assim dizer: de uma extensão dos nossos sentidos para um contexto para as nossas experiências. A análise de Ihde tornou possível uma direção inteiramente nova na filosofia da tecnologia. Em vez de investigar o que a “Tecnologia” faz à “Humanidade” e à “Sociedade”, a abordagem de Ihde tornou possível investigar como tecnologias específicas medeiam as ações, experiências e interpretações humanas. Contrariando as teorias sombrias da alienação que estiveram na moda durante muito tempo, torna-se agora possível investigar mais detalhadamente como as tecnologias realmente ajudam a moldar novas relações entre os humanos e o mundo. Os instrumentos científicos ajudam os cientistas a compreender a realidade; as tecnologias médico-diagnósticas ajudam a moldar as interpretações da saúde e da doença; as mídias sociais remodelam as relações sociais

No entanto, novas tecnologias de informação como Ambient Intelligence e Google Glass incitam-nos a expandir este quadro (Verbeek 2011). Um passo a mais 'mais longe' do ser humano do que a relação de fundo - mas 'mais perto de nós' em outro sentido - é dado por tecnologias que criam um ambiente no qual estamos imersos, como os ambientes inteligentes com inteligência ambiental que mencionei acima. As relações que mantemos com tais ambientes podem ser indicadas como “imersão”. Esquematicamente, estas relações assemelham-se ao *humano ÿ tecnologia/ mundo:* as tecnologias fundem-se com o ambiente e interagem com os seus utilizadores.

O Google Glass adiciona um novo tipo de relação no outro extremo do espectro. Em vez de ser meramente “incorporado”, acrescenta uma segunda camada ao nosso mundo, que é muitas vezes chamada de “realidade aumentada”. Além da relação sensorial com o mundo ‘através’ dos óculos, oferece também uma representação do mundo. Tecnologias como esta oferecem não uma, mas duas relações paralelas com o mundo. Poderíamos chamar isso de relação de aumento. Esta relação consiste em dois circuitos paralelos: *(humano-tecnologia) ÿ mundo* e *humano ÿ (tecnologia – mundo).* E este é um passo bastante revolucionário nas relações entre os humanos e o seu mundo. Intencional humano-

Machine Translated by Google



A sociedade, como os fenomenólogos chamam a orientação humana para o mundo que os rodeia, está a desenvolver uma bifurcação. Nossa atenção está cada vez mais dividida entre duas trilhas paralelas.

## 3 Mediações Onlife

Em suma, as novas tecnologias de informação e comunicação criam relações radicalmente novas entre os seres humanos e o mundo que os rodeia. Não só a estrutura destas relações merece uma investigação mais aprofundada, mas também as suas implicações para as relações sociais e para a existência humana. O que todas estas novas tecnologias de informação e comunicação nos fazem, a partir das novas e imprevistas relações que desenvolvemos com elas? Limitar-me-ei novamente às relações de "imersão" e "aumento" que descrevi acima.

Na relação de imersão, o ambiente material muda de um contexto relativamente estável da nossa existência para um contexto interactivo que interfere de novas formas na forma como vivemos as nossas vidas. Ambientes inteligentes com «inteligência ambiental» estão a mudar o carácter dos espaços em que as nossas vidas tomam forma. Quando os espaços públicos forem equipados com câmeras inteligentes capazes de detectar comportamentos suspeitos, novas normas serão instaladas. Quando as portas dos hospitais geriátricos possuem leitores de chip RFID, eles podem determinar automaticamente quem deve ter permissão para sair e quem não pode. Quando as casas de banho tiverem sensores capazes de detectar substâncias específicas na nossa urina e fezes, surgirão novas normas relativas à saúde e à doença, e novos regimes de cuidados de saúde.

Além disso, estas tecnologias "inteligentes" também podem interagir com os nossos processos de tomada de decisão. Sob o nome de «tecnologias persuasivas», estão a ser desenvolvidos produtos e sistemas para persuadir as pessoas a comportarem-se de formas específicas. Os banheiros escolares podem detectar se as crianças lavaram as mãos quando saem e incentivá-las a fazer isso quando se esquecerem. Espelhos inteligentes na sala de espera dos médicos podem reconhecer o rosto de uma pessoa e transformá-lo em uma imagem de como você será daqui a 10 anos se não parar de fumar, de comer demais ou de trabalhar demais.
Vitrines inteligentes em lojas podem determinar a direção do olhar e dar iluminação extra a artigos que parecem interessar a pessoas específicas.

Na configuração do aumento, tecnologias como o Google Glass têm o potencial de mudar radicalmente o caráter das interações sociais. O simples olhar para outra pessoa pode ser suficiente para que um sistema de reconhecimento facial procure essa pessoa na Internet. Isto resultaria numa reconfiguração drástica das fronteiras entre o público e o privado. Todas as atividades privadas que estão na Internet serão muito mais facilmente acessíveis. E todas as informações resultantes estarão disponíveis na interação social de forma assimétrica, pois as pessoas não conseguem ver se a pessoa que encontram as está verificando simultaneamente na Internet.

Além disso, a disponibilidade permanente de e-mail, serviços de mensagens e informações na Internet nos dará uma "dupla presença" crescente no mundo. Nossa presença física e corporal em espaços e situações concretas será cada vez mais acompanhada

Machine Translated by Google



por uma presença virtual, mas ainda corporal-sensorial, em outros lugares, com outras pessoas e em diferentes situações. Nosso ser-no-mundo, como Heidegger o chamou, está se desenvolvendo em um ser-em-múltiplos-mundos.

Esta rápida exploração das novas configurações dos seres humanos e das tecnologias mostra que as suas implicações são enormes. As novas tecnologias de informação estabelecerão novas normas para o comportamento humano, terão um impacto político na forma como interagimos no espaço público, ajudarão a moldar a qualidade das interacções interpessoais, e assim por diante. Nenhum domínio da existência humana permanecerá inalterado. Nossas vidas serão mediadas de maneiras radicalmente novas.

Ao mesmo tempo, muitas vezes é difícil ver estas mediações, porque as tecnologias de informação desafiam cada vez mais os enquadramentos através dos quais chegamos a compreender-nos a nós próprios e ao mundo em que vivemos. mundo de objetos que podemos investigar, manipular e apreciar. Mas a evidência deste quadro metafísico – no qual os sujeitos têm intenções e liberdade, enquanto os objectos são passivos e mudos – está a desaparecer rapidamente, agora que as tecnologias de informação e comunicação começaram a desafiá-lo seriamente.

Por um lado, o advento das “mídias sociais” instou-nos a reconhecer quão profundamente entrelaçada a nossa sociabilidade se tornou com a materialidade. Quando Marshall McLuhan afirmou que ‘o meio é a mensagem’ (McLuhan 1994/1964), dificilmente seria possível prever que o poder mediador dos novos meios de comunicação se tornaria tão forte que, algumas décadas mais tarde, as pessoas começariam a perguntar-se se o Google é “ tornando-nos estúpidos” (Carr 2008) e se a sociabilidade virtual está nos fazendo ficar “sozinhos juntos” (Turkle 2011). Por outro lado, os exemplos de “ambientes inteligentes” com “inteligência ambiental” mostraram que o nosso ambiente material tem agora capacidades sociais sem precedentes, persuadindo-nos a comportar-nos de formas específicas, ou reorganizando o carácter dos espaços públicos.

As tecnologias da informação tornaram as fronteiras entre o sujeito social e o objeto material mais porosas do que nunca. As relações sociais parecem ser totalmente mediadas pelas tecnologias, enquanto as novas tecnologias parecem ter uma profunda dimensão social. Esta situação constitui um sério desafio, não só para os nossos enquadramentos metafísicos, mas também para a nossa autocompreensão e para as nossas abordagens éticas e tecnológicas. Como vamos lidar com esta nova situação?

## 4 Governança Onlife

A indefinição das fronteiras entre a humanidade e a tecnologia que as novas TIC estão a provocar tem sérias implicações para a nossa reflexão ética e política. Afinal, implícito em muitas abordagens éticas da tecnologia, e especialmente em relação a tecnologias invasivas como as TIC, está o modelo de uma *luta* entre humanos e tecnologias (ver também Verbeek 2013). Embora alguns desenvolvimentos tecnológicos possam ser benéficos, sustenta esta visão, outros constituem uma ameaça para a humanidade e, portanto, o papel dos especialistas em ética é avaliar se as tecnologias são moralmente aceitáveis ou não.

Machine Translated by Google



Nas discussões éticas e políticas relativas às TIC, o tema do “Panóptico” desempenha frequentemente um papel importante. Inspirados pela análise de Michel Foucault do desenho da prisão de Jeremy Bentham – uma cúpula com uma torre de vigia central a partir da qual todos os presos podem ser observados sem que estes saibam se estão a ser vigiados ou não – algumas pessoas temem que as TIC estejam a criar uma sociedade panóptica em que a privacidade se torna cada vez mais problemático e no qual relações de poder assimétricas podem florescer. (Foucault 1975)

Por mais importante que seja desenvolver e manter uma atitude crítica face às novas tecnologias de informação e comunicação, este modelo de “luta” entre tecnologia e sociedade ainda se baseia na metafísica dualista de sujeito versus objecto, que as próprias TIC ultrapassaram ao reconfigurar o fronteiras entre sujeitos e objetos, conforme descrito acima. Quando os seres humanos não podem ser compreendidos isoladamente da tecnologia, e vice-versa, abordar a sua relação em termos de luta e ameaça, portanto, é como dar uma avaliação moral da gravidade, ou da linguagem. Não faz muito sentido estar “contra” eles, porque constituem a base da nossa existência. As tecnologias sempre ajudaram a moldar o que significa ser humano. Em vez de nos opormos a eles e de colocarmos todos os nossos esforços na resistência e no protesto, deveríamos desenvolver uma interacção produtiva com eles.

Mas como pode uma tal interacção ainda ser crítica, quando as fronteiras entre os humanos e as tecnologias desaparecem? Se as práticas e experiências humanas são sempre mediadas tecnologicamente, não parece mais haver uma posição “externa” em relação à tecnologia. E se não existe mais fora, de onde poderíamos criticar a tecnologia?

É certo que uma compreensão híbrida dos seres humanos e das tecnologias não implica que todos os papéis da tecnologia na existência humana sejam igualmente desejáveis e que os seres humanos devam redefinir-se como vítimas impotentes do poder da tecnologia. Implica, porém, que o “modelo de oposição” de humanidade e tecnologia pode não ser o modelo mais produtivo se se quiser mudar configurações indesejáveis de humanos e tecnologias. A ética não deve concentrar-se em determinar quais tecnologias devem ser permitidas e quais não devem. O desenvolvimento tecnológico continuará e a existência humana mudará com ele. *Tempora mutantur, nos et mutamur in illis:* os tempos estão mudando e nós mudamos neles. O foco principal da ética não deve ser a *avaliação tecnológica* , mas sim o *acompanhamento tecnológico.* Em vez de manter a humanidade e a tecnologia separadas, deveríamos acompanhar criticamente o seu entrelaçamento.

Para articular esse modelo alternativo de ética, é útil estabelecer uma ligação com o trabalho posterior de Foucault (ver também Verbeek 2013). Em sua palestra 'O que é Iluminação?' (Foucault 1997), Foucault desenvolve uma explicação alternativa do fenómeno da “crítica”. Foucault procura uma resposta para o que chama de “chantagem do Iluminismo”. Esta chantagem consiste na pressão exercida sobre aqueles que querem criticar o Iluminismo, porque todas as suas tentativas são tipicamente explicadas como sendo “contra” o Iluminismo. Qualquer pessoa que se atreva a abrir esta discussão levanta imediatamente a suspeita de ser contra a racionalidade, a democracia e a investigação científica. Foucault, no entanto, explora se uma compreensão alternativa do Iluminismo seria possível. E esta exploração

Machine Translated by Google



é de extrema importância também no contexto da ética da tecnologia. Afinal, confundir as fronteiras entre humanos e tecnologias pode ser facilmente explicado como desistir da ética: porque não há mais fronteiras claras a serem defendidas, pode parecer que "vale tudo". Portanto, um modelo alternativo de ética precisa ser desenvolvido.

A resposta de Foucault, por mais trivial que pareça, é reinterpretar o Iluminismo como uma *atitude,* e não como o início de uma nova era. Para Kant, como Foucault explica, o Iluminismo foi principalmente uma forma de sair da "imaturidade": usar a "razão" em vez de aceitar "a autoridade de outra pessoa para nos liderar em áreas onde o uso da razão é necessário" (Foucault 1997, p. 305). Isto requer crítica: só a crítica pode nos dizer sob quais condições "o uso da razão é legítimo para determinar o que pode ser conhecido, o que deve ser feito e o que pode ser esperado" (Foucault 1997a, p. 308). Mas para Foucault, a crítica não deve ser entendida como uma tentativa de *transcender* o mundo – como fez Kant – mas como uma atitude de procurar sempre os *limites* daquilo que parece ser dado e evidente.

Foucault, em suma, reinterpreta a crítica – a actividade "esclarecida" por excelência – como uma forma de auto-investigação prática. Crítica significa: investigar o que nos tornou os seres que somos, o que condiciona a nossa existência e o que moldou o nosso modo de viver atual. E, o mais importante, não requer uma posição "externa", mas só pode acontecer com base no posicionamento "no limite". Afinal, o sujeito humano está sempre situado dentro do mundo com o qual se relaciona e, portanto, a crítica nunca pode vir de fora. Nunca poderemos sair das redes de relações que ajudam a moldar a nossa existência, para a expressar de uma forma latouriana, mas isso não implica que tenhamos de desistir da reflexão crítica e da auto-reflexão.

O Iluminismo alternativo de Foucault oferece uma fuga interessante da forma específica que a chantagem do Iluminismo assumiu na ética da tecnologia. O entrelaçamento fundamental entre seres humanos e tecnologias de informação implica que os enquadramentos a partir dos quais criticamos estas tecnologias sejam sempre mediados pelas próprias tecnologias. Nunca poderemos sair das mediações em que estamos envolvidos. O mais longe que podemos chegar é: nos limites da situação em que nos encontramos. Permanecendo nas fronteiras, reconhecendo o carácter tecnologicamente mediado da nossa existência, das nossas interpretações e julgamentos, das nossas práticas e preferências, podemos investigar a natureza e a qualidade dessas mediações: de onde vêm, o que fazem, poderiam ser di

Em vez de nos deixarmos ser chantageados pelo Iluminismo – temendo que a indefinição das fronteiras entre a tecnologia e a sociedade tornaria impossível ter uma discussão razoável e normativa sobre a tecnologia – existe uma possibilidade alternativa para a ética da tecnologia. O objetivo central da reflexão ética não é então a avaliação dos desenvolvimentos tecnológicos «a partir de fora», mas sim o seu acompanhamento «a partir de dentro», utilizando um conceito do filósofo belga Gilbert Hottois (Hottois 1996) e o trabalho recente de Paul Rabinow . (Rabinow 2011). A questão crucial nesta forma de "acompanhamento tecnológico ético" não é como poderemos impor "limites" aos desenvolvimentos tecnológicos, mas sim como podemos lidar de forma responsável com o entrelaçamento contínuo entre humanos e tecnologias. A atitude-limite leva a uma abordagem ética que não se preocupa com

Machine Translated by Google



a questão de saber se uma determinada tecnologia é moralmente aceitável ou não, mas que visa melhorar a qualidade das nossas vidas, tal como vividas com a tecnologia. Estando nos limites daquilo que medeia a nossa existência, podemos avaliar a qualidade destas mediações "a partir de dentro" e envolver-nos activamente na remodelação destas mediações e das nossas próprias relações com elas.

É necessário sublinhar que isto não implica que todas as mediações sejam igualmente desejáveis e que nunca poderá haver motivos para rejeitar tecnologias. Pelo contrário, implica que a reflexão ética precisa de se envolver mais profundamente com os artefactos e práticas tecnológicas reais. Desistir de uma posição externa não exige que renunciemos a toda distância crítica; apenas nos impede de superestimar a distância que podemos percorrer. Uma ética de "acompanhamento tecnológico" em vez de "avaliação tecnológica" deveria de facto ser vista como uma forma de "governar" o impacto que a tecnologia pode ter na existência de alguém e na sociedade. Substitui a ambição modernista de "dirigir" a tecnologia e de "proteger" a humanidade contra invasões tecnológicas por uma ambição mais modesta de "governar" os desenvolvimentos tecnológicos, envolvendo-se ativamente nas suas implicações sociais e existenciais.

## 5 Cidadania Onlife

Este acompanhamento crítico das TIC só pode tomar forma em práticas concretas de concepção, utilização e implementação, nas quais os seres humanos possam envolver-se criticamente na forma como as tecnologias medeiam a sua existência. Um uso crítico da tecnologia da informação torna-se então uma "prática ascética", na qual os seres humanos antecipam explicitamente as mediações tecnológicas e desenvolvem apropriações criativas das tecnologias a fim de dar uma forma desejável a essas mediações. Ao mesmo tempo, o design da tecnologia da informação torna-se uma atividade inerentemente moral, na qual os designers não desenvolvem apenas artefatos tecnológicos, mas também os impactos sociais que os acompanham. E as actividades de elaboração de políticas relativas à implementação de novas tecnologias tornam-se então formas de governar o nosso mundo tecnologicamente mediado.

Deixe-me voltar a um dos exemplos que dei no início desta contribuição para elaborar como este acompanhamento crítico das tecnologias poderia ser uma forma frutífera de reflexão ética e política sobre a tecnologia. Como indicado acima, um dos aspectos mais salientes do Google Glass é o seu impacto nas relações interpessoais. A 'duplicação' das relações entre os humanos e o mundo que ela provoca acrescenta uma segunda camada à comunicação entre as pessoas, que permanece invisível para a outra pessoa. Quando duas pessoas se encontram, elas não conseguem ver quais informações a outra tem disponível sobre elas. O mecanismo de busca do Google pode revelar informações privadas com base em software de reconhecimento facial ou pode confundir a pessoa com outra pessoa. Como esta informação paralela só está disponível para quem usa o dispositivo, surge uma assimetria que torna impossível a comunicação aberta e que transforma radicalmente o carácter do espaço público e da vida pública.

Machine Translated by Google



Lidar com esta nova tecnologia exige, portanto, mais do que perguntar-se se devemos permitir que ela seja aplicada na sociedade e, em caso afirmativo, em que condições. Em vez de almejar um “sim” ou um “não”, a reflexão ética deveria perguntar-se *como* esta tecnologia poderia obter um lugar desejável na sociedade. E para responder a esta questão, precisamos de pensar na dimensão ética da concepção, implementação e utilização desta tecnologia.

Em primeiro lugar, no contexto da utilização, as pessoas terão de desenvolver formas de se apropriarem desta tecnologia e de a integrarem na sua vida quotidiana. Normalmente, as pessoas desenvolvem códigos de uso para lidar com tecnologias que têm impacto na vida social – assim como aos poucos se tornou normal que as pessoas não atendam chamadas em seus celulares quando estão conversando, por exemplo. Um código óbvio que poderia ser desenvolvido seria que as pessoas adiassem o Google Glass quando estivessem em uma conversa, para evitar que seu interlocutor procurasse informações sobre você na Internet ou verificasse seu e-mail simultaneamente. Ainda assim, o significado de uma rápida olhada no rosto um do outro no espaço público mudará para sempre, porque todos sabem que o Google Glass permite que as pessoas olhem umas através das outras. Lidar com implicações como esta não é apenas um desafio para os utilizadores, mas também requer a atenção dos criadores e dos decisores políticos.

Os designers deveriam estar mais atentos às mediações que podem ocorrer quando as pessoas utilizam os óculos, para poder fazer um design responsável. Isso requer experimentação e redesenho criativo. Quando, por exemplo, um dos principais problemas parece ser a possibilidade de alguém verificar secretamente o rosto de alguém na Internet, poderia ser importante introduzir uma pequena luz de aviso que emite um sinal quando o sistema de reconhecimento facial está ligado. Isto removeria um elemento essencial do carácter oculto daquilo que os óculos podem fazer e, portanto, restauraria parte da simetria que esta tecnologia retira. Outra opção poderia ser redesenhar o software de tal forma que ele só possa ativar o reconhecimento facial quando se olharem explicitamente nos olhos por mais de cinco segundos. Quando as pessoas se envolvem nesta forma de contacto, atingem um nível de intimidade que vai muito além da rápida troca regular de olhares em espaços públicos. Projetos como este podem tornar possível permanecer relativamente anônimo em espaços públicos, enquanto o contato entre si também pode se tornar mais fácil quando ambas as partes estão abertas a isso e permitem um contato visual mais substancial.

Também o caráter da informação que é revelada deve fazer parte do design da tecnologia. O Google poderia dar (ou ser obrigado a dar) às pessoas um papel ativo na determinação do seu perfil, que se torna visível quando o seu rosto é reconhecido e observado – tal como o perfil que as pessoas estão agora a fazer de si mesmas em redes sociais como o Facebook ou o LinkedIn. Desta forma, as pessoas teriam mais controlo sobre as formas como estão presentes e visíveis nos espaços públicos, comparável à impressão que as pessoas causam nos outros na vida real, com base no seu comportamento, na forma como se vestem e na reputação. Eles têm.

Além disso, os usuários devem aprender a lidar com os efeitos que o Google Glass terá em suas relações com outras pessoas – tanto quando usam os óculos quanto quando estão sendo observados com eles. Não será muito difícil perceber que outras pessoas podem ter todo tipo de informação disponível sobre você quando olham para você. Mas

Machine Translated by Google



que a consciência também deve crescer em relação a todas as atividades que as pessoas realizam na Internet. O Google Glass integra o espaço público da Internet com os espaços públicos “na vida real”. Isto implica um rearranjo das fronteiras entre o público e o privado, e a criação de um novo espaço público – como aconteceu antes por causa de outros meios de comunicação, como o jornal, a rádio e a televisão. Em vez de apenas resistir e opor-nos aos aspectos negativos deste desenvolvimento, precisaremos também de desenvolver novas formas de cidadania e de educação para a cidadania. Os códigos de conduta e de etiqueta terão de ser desenvolvidos, tal como já existem nas actuais sociedades públicas.

espaços.

Isto requer, em terceiro lugar, novas actividades de elaboração de políticas. Se a questão principal permanecer se devemos ou não permitir a introdução de tecnologias como o Google Glass na nossa sociedade, perdemos a possibilidade de abordar a qualidade das suas implicações sociais. Ao mesmo tempo, uma introdução cega e não regulamentada desta tecnologia na sociedade eliminaria a possibilidade de reflexão crítica e de governação. A questão central para as atividades de elaboração de políticas é como o Google Glass pode ser incorporado de maneira positiva na sociedade. A governação e a regulação devem centrar-se na qualidade desta incorporação, e não na permissão para a mesma. Isto, inevitavelmente, requer experimentação que permita encontrar o equilíbrio certo entre a abertura à mudança e a preservação daquilo que consideramos valioso. Precisaremos fazer perguntas como: quais informações devem ser divulgadas e quais não? Quais aspectos de nós mesmos pertencem ao domínio privado e quais não? E quem determina isso?

As pessoas deveriam ter o direito de adaptar o perfil que está ligado à sua aparência visual? Como pode o design do Google Glass incorporar os valores centrais da nossa sociedade? E como os usuários podem estar equipados de maneira ideal para integrar o Google Glass em suas vidas diárias de maneira responsável?

A verdadeira revolução da informação ainda não começou. As fronteiras entre os seres humanos e as tecnologias da informação estão a esbater-se cada vez mais rapidamente. Isto requer um quadro normativo que abandone a ideia de que precisamos de controlar as tecnologias a partir do exterior, com base num conjunto de critérios pré-determinados. Em vez disso, precisamos de desenvolver formas cada vez melhores de compreender como as tecnologias da informação nos afectam, e de nos envolvermos explicitamente nesse processo, concebendo, incorporando e utilizando criticamente as tecnologias da informação a partir da perspectiva dos seus poderes de mediação na existência humana e na nossa sociedade tecnológica. .

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

## Referências

Aarts, E. e S. Marzano. 2003. *O novo cotidiano: Visões sobre inteligência ambiental.* Roterdã: 010.

Carr, N. 2008. O Google está nos tornando estúpidos? *O Atlântico,* 1º de julho.

Foucault, M. 1975. *Vigiar e punir: O nascimento da prisão.* Nova York: Random House.

Machine Translated by Google



Foucault, M. 1997. O que é iluminação? Em *Ética: Subjetividade e verdade,* ed. Paulo Rabinow. Nova York: Nova Imprensa.

Hottois, G. 1996. *Símbolo e tecnologia.* Kampen: Kok Agora/Kapellen; Holanda: Pelckmans.

Ihde, D. 1990. *Tecnologia e o mundo da vida.* Bloomington: Indiana University Press.

McLuhan, M. 1994/1964. *Compreendendo a mídia: as extensões do homem.* Cambridge: MIT Press.

Rabinow, P. 2011. *O acompanhamento: Montando o contemporâneo.* Chicago: Universidade de Imprensa de Chicago.

Turkle, S. 2011. *Sozinhos: Por que esperamos mais da tecnologia e menos uns dos outros.* Nova York: Livros Básicos.

Verbeek, PP 2011. *De grens van de mens: over techniek, ethiek en de menselijke natuur.* Rot terdam: Lemniscaat.

Verbeek, PP 2013. A resistência é fútil: rumo a uma democratização não moderna da tecnologia. *Techne* 17 (1): 72–92.

Machine Translated by Google

# Rumo a uma Declaração de Direitos Online

**Sarah Oates**

Há muitas coisas acontecendo na esfera online, mas a autogovernança eficaz não é uma delas. Este capítulo afirma que há necessidade de uma "Declaração de Direitos" online e reflete sobre como isso pode ser possível para os internautas. As áreas críticas em discussão no manifesto Onlife incluem conceitos como a hiper-história, a falta de mediação na esfera online, a erosão da privacidade, a perda de contexto, a responsabilidade epistémica distribuída e até o direito à eutanásia digital.

Um tema central no Manifesto Onlife é a forma como o "virtual" e o "real" estão agora entrelaçados numa experiência de vida emaranhada. No entanto, a forma como os direitos individuais são compreendidos e afirmados relativamente à esfera online permanece notavelmente desarticulada. Como podemos continuar como humanos se uma parte fundamental da nossa experiência diária ocorre sobreposta a uma esfera na qual os nossos direitos não são articulados e— ainda mais importante: protegido? No entanto, embora tenhamos chegado ao que Ess chamou, numa discussão do Manifesto Onlife, de "momento crítico" para a intervenção política relativamente ao nosso futuro digital, parece paradoxal que a própria esfera online não tenha esta capacidade de inspirar ou criar políticas para proteger os cidadãos online.

Este capítulo aborda a questão da conscientização on-line sobre os direitos e políticas da Internet em três níveis. Em primeiro lugar, reflecte sobre a razão pela qual existe uma falta de autogovernação eficaz e de orientação política na esfera online. Isto exige uma explicação de como as pessoas percebem as normas da esfera online – e como algumas percepções utópicas podem obscurecer os julgamentos sobre as relações de poder cada vez mais assimétricas entre os utilizadores online, os fornecedores de serviços de Internet e o Estado. Em segundo lugar, o capítulo explora alguns dos pontos-chave levantados no projecto Onlife, bem como aqueles identificados noutras chamadas para direitos online, para sugerir uma lista de seis direitos online fundamentais a exigir: o direito à privacidade, o direito de possuir o seu próprio dados, o direito a uma vida pessoal, o direito de evitar ser forçado a desligar-se por motivos de segurança, a capacidade de desligar quando necessário, bem como espaços públicos para debate cívico online. Finalmente, este capítulo discute a difícil questão de traduzir a discussão crowdsourced em políticas reais. Não é surpreendente que as novas tecnologias exijam uma nova governação, mas como a In

S. Oates **(ÿ)**
Philip Merrill College of Journalism, University of Maryland,
College Park, EUA
e-mail: soates@umd.edu

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,*
DOI 10.1007/978-3-319-04093-6_22, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



Como as pessoas, a tecnologia e as suas possibilidades mudaram simultaneamente e a grande velocidade, as questões interligadas de autoconsciência e autogoverno na esfera online são críticas. Como podemos desbloquear o potencial da governança online autoconsciente? A resposta pode residir num esforço maior por parte dos Leviatãs estatais, como a Comissão Europeia. No geral, é mais útil parar de sonhar com ciberutopias e começar a criar ciberreservas de livre troca.

## 1 O mito persistente do ciberutopismo

Existe uma lacuna surpreendente entre a forma como as pessoas percebem a "liberdade" da Internet e as realidades da esfera digital no século XXI. A convicção errada de que a Internet não está sujeita às normas do capitalismo e pode trazer mudanças políticas fundamentais ao mundo não é surpreendente. A Internet foi fomentada por uma quantidade sem precedentes de capital social e também criou formas únicas de interação humana. Face a algumas realidades sombrias sobre a forma como o mundo digital tende a reforçar o status quo político e económico, as pessoas ainda atribuem, em termos gerais, papéis abertos e desinteressados a esta esfera da comunicação. É possível que a Internet ainda possa fornecer o tipo de apoio ao capital humano que esteve presente em grande medida nos seus primeiros dias na comunidade de investigação. No entanto, se não reconhecermos que o mundo digital foi largamente colonizado pelas forças políticas e de mercado, será demasiado tarde para preservar o valor social essencial da Internet. É importante articular o que é único e importante no ser humano na era digital – e como os aspectos positivos centrais podem ser preservados no interesse dos cidadãos, e não nas exigências dos Estados ou das empresas.

Isto levou a iniciativa Onlife a tentar articular os principais desafios para promover e proteger os interesses dos cidadãos na era digital.

Uma análise de vários "manifestos" e outros documentos que articulam direitos (e responsabilidades) na esfera online revela uma vasta gama de normas e ideais (ver Tabela 1 para uma lista de exemplos). No entanto, uma convicção que ressoa em muitas destas declarações é a ideia de que a Internet pode mudar fundamentalmente a forma como os humanos (e, por associação, os Estados) se relacionam entre si. Por exemplo, *Cyberspace and the American Dream,* de Dy son et al., afirma que "os poderes da mente estão em toda parte ascendentes sobre a força bruta das coisas" e implica que esta é uma mudança de poder em relação às instituições políticas tradicionais: "Também significa a morte do paradigma institucional central da vida moderna, a organização burocrática.
(Os governos, incluindo o governo americano, são o último grande reduto do poder burocrático na face do planeta, e para eles a mudança vindoura será profunda e provavelmente traumática.)" Ainda mais impressionante é A Declaration of *the Independence of Cyberspace* (1996), que identifica a internet como uma forma completamente nova e diferente de ser humano: "Peço ao passado que nos deixe em paz. Você não é bem vindo entre nós. Você não tem soberania onde nos reunimos."
A identificação da ideia de 'soberania' é muito útil, na medida em que em muitos casos as pessoas declaram que as normas da Internet são algo novo e diferente que transcende a soberania e as leis, alguns manifestos 'hackers' vão tão longe a ponto de

Machine Translated by Google



**Tabela 1** Lista de manifestos e declarações relativas à esfera online (ordem alfabética, data de publicação inicial listada quando disponível)

| |
|---|
| 10 Direitos e Princípios da Internet Coalizão de Direitos e Princípios da Internet http://internetrightsandprinciples.org/site/wp-content/uploads/2011/09/irp3.jpg Uma Declaração de Direitos de Crowdsource Fonte: Subgrupo Reddit http://www.reddit.com/r/fia/comments/vuj37/digital_bill_of_rights_1st_draft/ Uma Declaração de Independência do Ciberespaço Fonte: John Perry Barlow, 1996 https://projects.eff.org/~barlow/Declaration-Final.html |
| Uma Declaração de Direitos do Cidadão Digital Fonte: Mantenha a Web Aberta http://keepthewebopen.com/digital-bill-of-rights |
| Um manifesto hacker por Par McKenzie Wark Publicado em 2004 pela Harvard University Press http://subsol.c3.hu/subsol_2/contributors0/warktext.html Instituto CATO: A visão libertária para telecomunicações e alta tecnologia Por Adam D. Thierer e Clyde Wayne http://www.cato.org/publications/techknowledge/libertarian-vision-telecom-hightechnology Ciberespaço e o sonho americano: uma carta magna para a era do conhecimento Por Esther Dyson, George Gilder, George Keyworth e Alvin Toffler Future Versão do Insight 1.2, Agosto de 1994 http://www.pff.org/issues-pubs/futureinsights/fi1.2magnacarta.html Declaração de Liberdade na Internet (1) http://www.internetdeclaration.org/ |
| Não me faça roubar Manifesto sobre o consumo de mídia digital http://www.dontmakemesteal.com/en/ Projeto de Código de Ética para a Sociedade da Informação Fonte: UNESCO http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/ 187196e.pdf |
| Manifesto da Internet Como funciona o jornalismo hoje. Dezessete declarações, 2009 http://www.internet-manifesto.org/ Manifesto para Desenvolvimento Ágil de Software http://agilemanifesto.org/ |
| Princípios sobre liberdade de expressão e privacidade da Global Network Initiative http://www.globalnetworkinitiative.org/principles/index.php O Manifesto Cluetrain Por Rick Levine, Christopher Locke, Doc Searls e David Weinberger, 1999 http://en.wikipedia .org/wiki/The_Cluetrain_Manifesto http://cluetrain.com/ |
| THE:CYBER COM/MUNIST: MANIFESTO Por Richard Barbrook, 2007 http://www.imaginaryfutures.net/2007/04/18/by-richard-barbrook/ |
| O Manifesto de Euston http://eustonmanifesto.org/the-euston-manifesto/ |

Machine Translated by Google



**Tabela 1** (continuação)

| |
|---|
| O Manifesto Hacker<br>Fonte: + + + O Mentor + + + |
| Escrito em 8 de janeiro de 1986<br>http://www.mithral.com/~beberg/manifesto.html |
| O Manifesto Mozilla 2012<br>http://www.mozilla.org/about/manifesto.en.html |
| Direitos e deveres<br>Fonte: Commission nationale de l'informatique et des libertés (CNIL)<br>http://www.cnil.fr/english/the-cnil/rights-and-obligations/ |
| Relatório da ONU do Relator Especial sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão, Frank La Rue<br>http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf |
| Nós, as crianças da web<br>Por Piotr Czerski<br>http://www.theatlantic.com/technology/archive/2012/02/we-the-webkids/253382/ |

*Nota:* Esta lista pretende ser um exemplo útil e não enciclopédico. Foi compilado inicialmente por Nicole Zwaaneveld para a Iniciativa Onlife

redefinir um 'hacker' como alguém que está reconfigurando não apenas o código, mas a própria sociedade. No geral, o comentário de Barlow de que “o desafio é tão assustador quanto a oportunidade é grande” é convincente. As propriedades únicas da Internet – a capacidade de transcender as fronteiras nacionais, de criar conteúdos praticamente sem barreiras económicas, de comunicar instantaneamente, de estabelecer redes de muitos para muitos – criam, de facto, grandes oportunidades. Mas que oportunidade e para quem?

O ciberutopismo sugere que a propriedade e a soberania são irrelevantes porque o poder da comunicação em rede transcenderá estes dois pilares da sociedade ocidental moderna. A suposição inicial do ciberutopismo é que a oportunidade será para os cidadãos terem maior poder. No entanto, não estava claro como a esfera online se apropriaria desse poder ou o utilizaria fora das instituições políticas tradicionais, tais como partidos políticos, legislaturas, forças militares, meios de comunicação de massa tradicionais ou, na verdade, no quadro dos próprios Estados. As evidências sugerem que a política estatal, bem como as normas culturais nacionais, dividem e moldam a Internet num reflexo de cada país. Assim, em vez de transcender as fronteiras do Estado, a Internet pode ser vista como um reforço das fronteiras e dos poderes do Estado (Oates 2011). Se o mundo cibernético é de facto uma outra esfera utópica, então é precisamente isso – uma esfera alternativa desprovida das verdadeiras instituições de poder, um lugar para as pessoas se relacionarem e colaborarem, mas, em última análise, apenas uma paisagem de ideias. O paradoxo é que, se a esfera online permanece “pura” e acima das instituições políticas tradicionais, também permanece relativamente impotente e irrelevante na vida política moderna. Assim, embora a esfera online fosse considerada fora da sociedade dominante, permanecia livre dos poderosos interesses dos Estados e dos mercados. À medida que os interesses corporativos começaram a emergir e a dominar rapidamente a Internet (Hindman 2008), havia pouca protecção para um ecossistema frágil que dependia de normas de partilha comunitária nas quais as normas capitalistas de lucro não estavam presentes. Argumentos de ciberlibertação citados em diversas declarações e manifestos

Machine Translated by Google



(ver Tabela 1) apegam-se à ideia de que a esfera online tem direito a diferentes regras e regulamentos, particularmente em termos de distribuição de material protegido por direitos de autor. Embora possam ter razão de que o preço de bens como música, filmes e livros permanece desproporcionalmente elevado agora que o custo de distribuição é relativamente baixo, o argumento de que a Internet é uma zona excluída da supervisão legal regular torna-se cada vez mais fraco à medida que os mundos online e offline continuam a convergir.

Curiosamente, a declaração *We the Web Kids* de Piotr Czerski argumenta que não há ressonância na ideia de um mundo "virtual", uma vez que os jovens da sua geração integram perfeitamente as tecnologias de informação e comunicação nas suas vidas quotidianas.
*We the Web Kids* defende este ponto mais em relação aos hábitos sociais da geração mais jovem, mas é um ponto válido em toda a sociedade, uma vez que a web "não é algo externo à realidade, mas uma parte dela: uma camada invisível, mas constantemente presente, entrelaçada com o ambiente físico… A Web é um processo que acontece continuamente e se transforma continuamente diante de nossos olhos; conosco e através de nós. As tecnologias aparecem e depois se dissolvem nas periferias, os sites são construídos, florescem e depois desaparecem, mas a Web continua, porque nós somos a Web; nós, comunicando-nos uns com os outros de uma forma que nos é natural, mais intensa e mais eficiente do que nunca na história da humanidade." Assim, não adianta mais falar sobre a internet como se ela fosse um universo separado. Está entrelaçado com a existência humana, com todas as vantagens e desvantagens que isso pode trazer. Czerski tenta então argumentar que, como a cultura popular faz parte desta consciência colectiva, é injusto reivindicar direitos de autor sobre coisas como programas de televisão e filmes de música popular. No entanto, é precisamente *porque* as palavras "online" e "reais" agora se fundiram (como o próprio Czerski argumentou anteriormente neste artigo) que dá peso ao argumento de que regras históricas de propriedade e direitos de autor devem aplicar-se às formas digitais de produção criativa.

Embora se reconheça que as origens da Internet são particularmente colaborativas e desligadas das preocupações económicas ou nacionais, também deve ser reconhecido que o mundo evoluiu. No entanto, será que a concepção comum sobre a relação da humanidade com a esfera online realmente evoluiu? A convicção persistente de que as regras são diferentes para as esferas online e não para as esferas "reais" continua, à medida que as pessoas continuam a interagir online de formas que nunca fariam na sua vida quotidiana fora da Internet.
Por um lado, isso gera histórias sobre um congressista enviando fotos com sugestões sexuais através de redes sociais ou a distribuição viral de um e-mail carregado de palavrões de um membro de uma irmandade chateado porque suas irmãs não foram amigáveis o suficiente com visitantes do sexo masculino em um evento social. 1 Por outro lado, dá às pessoas uma falsa sensação de segurança quando participam na esfera online. O problema não são tanto as pessoas que se envolvem em comportamentos socialmente desagradáveis, que são enganadas por fraudes de e-mail ou que têm as suas contas invadidas por vírus online para que os seus dados pessoais possam ser roubados. Mais significativamente, a suposição de que a Internet proporciona uma esfera segura e "outra" cega os utilizadores online para a sua vulnerabilidade a agregadores de dados (Solove 2004) que trabalham para empresas, serviços de segurança ou mesmo simplesmente para criminosos. A maioria dos usuários da Internet desconhece a profundidade e a amplitude das informações pessoais criadas por meio

[1] Ex-congressista e candidato fracassado a prefeito da cidade de Nova York, Anthony Weiner e Rebecca Martinson, do capítulo Delta Gamma da Universidade de Maryland.

Machine Translated by Google



interações on-line – incluindo, entre outras, pesquisas, e-mail em muitas plataformas, upload de fotografias, cliques em sites, compra de produtos – que são coletadas por empresas e, às vezes, por funcionários de segurança do Estado. Estamos deixando rastros por todo o mundo online, cujo impacto é discutido por outros autores do Manifesto Onlife. O ponto aqui enfatizado, contudo, é que existe uma lacuna considerável entre o que as pessoas percebem que está sendo revelado sobre si mesmas e os rastros de dados massivos, detalhados e principalmente permanentes que elas deixam para trás.

## 2 Rumo a uma Declaração Europeia de Direitos Onlife?

Os cidadãos europeus vivem num «névoa de dados» na era digital. Por um lado, a era digital aumenta a vida ao dar aos indivíduos acesso direto a informações e redes que anteriormente eram limitadas por barreiras físicas ou práticas. Por outro lado, como escrevem Broadbent e Lobet-Maris no seu capítulo, o advento da era digital corroeu as barreiras entre o indivíduo e o eu de formas novas e desafiantes.
Em termos práticos, isto levanta preocupações sobre o roubo de dados e de identidade. Em termos mais filosóficos, isto significa desafios significativos para as pessoas na negociação de um equilíbrio entre os diferentes aspectos do que significa ser humano. Em particular, isto levanta problemas em termos de preservação de diferentes níveis de privacidade, uma vez que a presença digital funde várias identidades – incluindo estudante, professor, trabalhador, amante, filho, irmão, pai, etc. – numa única entidade visível. Como escrevem Broadbent e Lobet-Maris: “O indivíduo é sempre visível e transparente, aberto à visão de todos”. Isto cria um enorme estresse sobre os indivíduos, em particular devido à falta de “normas e regulamentos sociais pouco claros”.

Mas tem que ser assim? Sem nos prendermos a uma discussão filosófica sobre o poder da tecnologia versus a vontade do Homem, é possível estabelecer princípios que podem ajudar os indivíduos a negociar a paisagem digital. De certa forma, estes podem ser paralelos à forma como a sociedade negocia questões relacionadas com a informação na sociedade em geral. Embora a era digital traga desafios sob novas formas, as questões para a humanidade são essencialmente as mesmas quando discutimos a definição dos limites entre o pessoal e o público. O problema é que essas questões não estão sendo discutidas de forma significativa. As pessoas estão fortemente envolvidas no comércio e no entretenimento na esfera online, mas há uma escassez de discussão política autoconsciente e de mobilização sobre o próprio ambiente de comunicação que domina o século XXI.

O que nos resta é uma falta de normas culturais online que pode desviar os indivíduos se continuarem a perceber a esfera online como livre de normas – ou mesmo de leis – que muitas vezes têm consequências surpreendentemente duras. A forma como uma falsa sensação de segurança pode desviar as pessoas do ponto de vista social é principalmente anedótica. Um dos casos de maior repercussão foi o do ex-deputado norte-americano Anthony Wein er, que renunciou ao cargo em 2011 depois de admitir ter enviado uma fotografia sua, sexualmente sugestiva, através das redes sociais.2 Na verdade, ele nem sequer conseguiu aprender com isto .

[2] Para mais informações, consulte http://abcnews.go.com/Politics/rep-anthony-weiner-picture/story?id=13774605, (último acesso em 28 de setembro de 2013) e http://www.myfoxchicago.com/story /22919644/antony-wein-

Machine Translated by Google



experiência e admitiu mais deste comportamento durante a sua tentativa malsucedida de concorrer à chapa democrata para prefeito da cidade de Nova York em 2013. Embora este incidente sublinhe a capacidade da Internet de identificar comportamento inadequado por parte de figuras públicas, também mostra como até mesmo um congressista dos EUA – possivelmente um indivíduo bastante inteligente e conhecedor dos meios de comunicação social – ainda se agarraria à ideia de que a Internet estava de alguma forma isenta de vigilância, de bom gosto ou de comportamento apropriado. Deixando de lado o preocupante caso de Weiner, descobriu-se que qualquer tolerância tradicional ao comportamento "offline" desapareceu, com o Drudge Report on-line sendo responsável por quebrar o escândalo de Monica Lewinsky/Presidente Clinton, o dano à carreira do senador Trent Lott. quando uma fita de elogio a um político racista foi transmitida on-line e, mais recentemente, o lançamento de uma fita de vídeo durante as eleições presidenciais dos EUA em 2012, na qual o candidato republicano Mitt Romney rejeitou 47% dos americanos como "dependentes do governo" e fracassados "assumir responsabilidade pessoal e cuidar de suas vidas".3

Se os políticos bem informados estão a ser vítimas da natureza aberta da comunicação online, o que acontece com os cidadãos comuns? Há evidências crescentes de que os perfis online são usados para julgar as pessoas, não apenas socialmente, mas também por guardiões importantes, como empregadores ou funcionários de admissão em universidades. Uma pesquisa com mais de 2.000 gerentes de contratação e profissionais de recursos humanos nos Estados Unidos em 2012 descobriu que 37% das empresas usaram sites de redes sociais para pesquisar candidatos a empregos e outros 11% disseram que planejavam iniciar a prática.4 Cerca de um terço das empresas que pesquisaram candidatos nas redes sociais descobriram que a informação fez com que não contratassem um candidato, inclusive quando encontraram fotos provocativas ou inadequadas; informações sobre o candidato ao emprego beber ou usar drogas; ou evidência de que o candidato tinha poucas habilidades de comunicação. Da mesma forma, quase o mesmo número de gestores (29%) relataram que encontraram algo positivo sobre as oportunidades de emprego nos seus registos nas redes sociais (personalidade, experiência, imagem profissional, boas capacidades de comunicação, boa variedade de interesses, criatividade, comentários positivos). de outros). Curiosamente, 15% das empresas entrevistadas proibiram a prática de utilização das redes sociais para pesquisar candidatos a empregos, mostrando que existe uma profunda divisão nas percepções da privacidade online, mesmo entre os gestores de emprego nos EUA.

Embora as universidades nos Estados Unidos sejam mais propensas a usar as mídias sociais na tentativa de atrair estudantes, em vez de avaliar os candidatos aos seus programas, é uma via de mão dupla, de acordo com uma pesquisa realizada pela Kaplan Test Prep em 2012.5 Uma pesquisa

---

er-pego-em-outro-escândalo-sexo-esposa-vara-por-ele (último acesso em 28 de setembro de 2013).

3 Veja o texto em https://historymusings.wordpress.com/2012/09/19/full-text-campaign-buzz-septem ber-19-2012-mitt-romneys-47-percent-victim-voters-speech-at -may-private-fundraiser-mother jones-video-transcript/ (último acesso em 28 de setembro de 2013).

4 A pesquisa foi realizada on-line com os Estados Unidos pela Harris Interactive em nome da CareerBuilder (careerbuilder.com) com 2.303 gerentes de contratação e profissionais de recursos humanos entre 9 de fevereiro e 2 de março de 2012. Relatório on-line em http://www.careerbuilder . com/share/aboutus/pressreleasesdetail.aspx?id=pr691&sd=4%2F18%2F2012&ed=4%2F18% 2F2099 (último acesso em 28 de setembro de 2013).

5 Para a pesquisa de 2012, 350 oficiais de admissão das 500 melhores faculdades e universidades do país— conforme compilado do US News & World Report e Barron's - foram entrevistados por telefone entre

Machine Translated by Google



dos responsáveis pelas admissões universitárias descobriram que as escolas estão "descobrindo cada vez mais informações no Facebook e no Google que impactam negativamente as chances de aceitação dos candidatos". Embora a pesquisa tenha encontrado apenas um ligeiro crescimento na porcentagem de oficiais de admissões que verificaram o Google (27%) e o Facebook (26%), os oficiais de missões publicitárias estavam melhorando muito em encontrar coisas ruins: A porcentagem de oficiais de admissões que disseram ter descoberto algo que "impactaram negativamente" as chances de um candidato entrar na escola quase triplicou de 12% em 2011 para 35% em 2012. Os responsáveis pelas admissões ficaram insatisfeitos com evidências de plágio, vulgaridades em blogs, consumo de álcool em fotos, coisas que os fizeram "maravilha" e "atividades ilegais", de acordo com o estudo. Na verdade, os comentários sobre a descoberta feitos por um funcionário da Kaplan refletem muitas das preocupações levantadas no Manifesto Onlife: "Além disso, estamos vendo uma crescente onipresença cultural no uso das mídias sociais, além de uma geração que cresceu com um senso muito fluido de normas de privacidade. Diante de todas essas tendências, o aumento na descoberta de roupa suja digital é inevitável", disse Jeff Olson, vice-presidente de ciência de dados da Kaplan Test Prep. "No que diz respeito às admissões em faculdades, a inscrição tradicional – as redações, as cartas de recomendação – representa a versão refinada de um candidato, enquanto muitas vezes o que é encontrado on-line é uma versão mais crua desse candidato. As escolas estão filosoficamente divididas sobre se a trilha digital de um candidato é um jogo justo, e a maioria dos responsáveis pelas admissões não olham além da inscrição enviada, mas nosso conselho aos alunos é pensar primeiro, tweetar depois." Ecoando o problema da falta de normas para os empregadores, a pesquisa de Kaplan descobriu que apenas 15% dos escritórios de admissão universitária pesquisados tinham regras relativas à verificação do conteúdo das redes sociais dos candidatos.

O que emerge destes exemplos é a falta de práticas consistentes sobre se a Internet é considerada um espaço público ou privado pelos empregadores e responsáveis pelas admissões nos Estados Unidos. Juntamente com a confusão por parte dos indivíduos – e a lista contínua de pessoas que são denunciadas nos meios de comunicação social como "apanhadas" através de conteúdos da Internet, apesar das evidências significativas de que nada pode ser considerado privado nas redes sociais. Embora estes exemplos venham dos Estados Unidos, as questões são globais porque os países de todo o mundo carecem de leis fortes ou mesmo de normas nestas áreas. Como resultado, precisamos de considerar como articular um conjunto de normas e valores para uma nova era da comunicação – e essas normas devem ser articuladas e não deixadas ao acaso. Não é útil nem justo deixar a negociação do cenário digital em evolução para o indivíduo. Em parte, isto é estrutural, uma vez que as empresas e os governos têm sido, até agora, mais eficazes na recolha de informação do que na protecção dos direitos dos indivíduos. Isto não é surpreendente, dado que a lógica tanto do capitalismo como do poder estatal dita que as necessidades das empresas ou do Estado superariam as necessidades dos consumidores ou cidadãos individuais. Além disso – e este é um ponto mais subtil e menos discutido – os indivíduos são vulneráveis a uma série de factores na era digital que estão ligados às próprias possibilidades do mundo digital que as pessoas apreciam e abraçam. Broadbent e Lobet-Maris definem isso (em parte)

---

Julho e setembro de 2012. Consulte http://press.kaptest.com/press-releases/kaplan-test-prep-survey finds-that-college-admissions-officers-discovery-of-online-material-damaging-to-applicants quase triplica em um ano.

Machine Translated by Google



dentro do quadro de atenção. A atenção tornou-se “monetizada”, de modo que desempenhamos constantemente o duplo papel de consumidores de atenção e de atraidores de atenção, a fim de manter ou promover o nosso lugar na vida. No entanto, ser humano na era digital é mais do que uma espécie de medidor que monitoriza a quantidade de atenção que podemos atrair numa esfera digital lotada. Não devemos ficar reduzidos à nossa classificação online, medida através do nosso número de amigos no Facebook, seguidores no Twitter, posição na Googlearquia, etc. Os indivíduos precisam de reconhecer que devem ter agência e escolha na esfera online e que devem ter estruturas em vigor para apoiar esta agência e escolha.

## 3 Uma ‘Declaração de Direitos’ Digital

Como podemos articular esses pensamentos em princípios para políticas? As ideias a seguir foram desenvolvidas durante as reuniões Onlife a partir de discussões nos primeiros workshops. Grande parte do trabalho do Manifesto Onlife é dedicado à identificação de questões centrais; embora certamente não sejam enciclopédicos, os seis pontos abaixo são uma tentativa de identificar as questões centrais. Além disso, ressoam com uma série de declarações desenvolvidas em relação aos direitos e à esfera online, conforme listado na Tabela 1.

1. Todos têm direito à privacidade.
   Quando a atenção é rentabilizada através da recolha constante de atividades e dados pessoais online, perdemos privacidade (Cohen 2012; Solove 2004). Quando os estados optam por monitorizar os cidadãos na esfera online, perdemos privacidade. Quando a tecnologia não cumpre a sua promessa de anonimato, perdemos privacidade (Ohm 2009). O argumento constante para apoiar a recolha de dados pessoais tem sido o de que se trata de um contrato entre o fornecedor de serviços de Internet e o indivíduo, ou seja, se utiliza o Google ou o Facebook, está a permitir que os seus dados sejam rastreados para utilizar o serviço. . Os Estados utilizam uma variedade de argumentos para apoiar a recolha de informações online (aberta ou secretamente), que vão desde a necessidade de responder melhor aos cidadãos até aos esforços anti-terrorismo. Existem dois problemas fundamentais com este “contrato”. Em primeiro lugar, há provas de que os ISP, bem como os governos, não foram claros com os consumidores ou cidadãos sobre a forma como os dados são rastreados e utilizados, criando um perfil digital para os utilizadores. Talvez seja mais útil pensar nisso como uma espécie de “tatuagem” digital ou o que Solove (2004) chamou de “dossiê digital” devido à sua permanência. Em segundo lugar, existe uma falta generalizada de consciência individual de como o privado se torna permanentemente público na era digital, o que se reflecte na forma como as pessoas publicam informações, imagens, vídeos, etc., que são prejudiciais para si próprias e para os outros. Desta forma, os indivíduos criam perfis permanentes de si próprios que não podem eliminar (ou refutar).

   Há um argumento um pouco mais convincente de que o Estado deve ser capaz de reagir a ameaças óbvias à segurança do Estado que são visíveis na esfera online.
   No entanto, como disse uma vez um juiz do Supremo Tribunal dos EUA, a liberdade de expressão só deve terminar quando nos levantamos e gritamos “fogo” num teatro lotado, ou seja, só devemos perder o direito ao discurso livre se estivermos a criar uma situação clara e presente. -

Machine Translated by Google



ger.6 Deve haver um limite ou teste definido para o que é risco para a segurança do Estado e o que é discurso radicalizado aceitável na esfera online. Embora isto faça parte de um debate mais amplo sobre o Estado, o público e a informação no mundo pós-11 de Setembro, a recolha de dados online realinha tão radicalmente a relação de poder entre o colector e os sujeitos que este debate se torna muito mais premente. e urgente. Parece também que os governos não têm autocontenção para não monitorizar uma vasta gama de cidadãos em nome da segurança nacional. A revelação, em Junho de 2013, de que a Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos estava a monitorizar enormes quantidades de registos de telemóveis atraiu a atenção e o debate dos americanos sobre a vigilância governamental, mas a questão mais crítica do potencial para monitorizar o comportamento dos cidadãos através da esfera online num um nível muito mais granular ainda não parece ser compreendido pelos cidadãos.

2. Os indivíduos possuem seus próprios dados.

Esta é uma afirmação ousada, na medida em que o modelo de negócio de muitos ISPs se baseia na recolha e venda de dados aos anunciantes. Isto não significa que os ISP possam ser impedidos de recolher dados individuais, mas a ideia do direito aos próprios dados deve ser consideravelmente reforçada. Embora muitas pessoas reconheçam facilmente que as informações que introduzem num computador (como nomes, datas de nascimento, números de contas bancárias) são dados que precisam de ser protegidos, há muito menos consciência dos padrões de dados mais subtis e personalizados, essencialmente digitais. impressões digitais, que são criadas por indivíduos nas suas interações diárias na Internet (particularmente no comportamento de pesquisa). Pode haver aqui duas visões que são compatíveis com a ideia de que os indivíduos possuem os seus próprios dados e o público possui os dados públicos. Num movimento cooperativo com os ISPs, os dados podem ser partilhados. Por exemplo, o Google torna públicos uma grande parte dos seus dados agregados através do Google Analytics, numa tentativa de mostrar o valor dos dados de pesquisa na informação da vida económica, social e política.

No entanto, o Google não torna público o seu arquivo de dados vinculado a indivíduos, a menos que seja forçado a fazê-lo pelas leis nacionais – e como demonstrado pela sua retirada da China, o Google resistirá a isso sempre que possível. (No entanto, o escândalo da NSA sugere que a Google pode ser obrigada a partilhar dados sobre indivíduos com mais frequência do que consegue comunicar.) Numa abordagem mais pró-activa, a sociedade pode optar por bloquear ou limitar severamente a forma como os indivíduos são monitorados pelos ISPs.

Os estados europeus avançaram recentemente nesta direção, exigindo que os ISPs informem os utilizadores sobre cookies e fazendo com que os utilizadores 'optem por participar' em vez de 'optarem por não participar'. A noção de consentimento informado imposta por lei é uma orientação importante e útil.

3. Toda pessoa tem direito a uma vida pessoal.

Isto está ligado à questão da privacidade discutida acima, mas é um pouco diferente. Ninguém deveria ser amigo on-line de um professor, aluno, colega de trabalho, cliente, etc. Deve haver uma delimitação clara entre o que é um negócio on-line/

ferramenta educacional e o que é uma ferramenta social/pessoal. Parte disso é uma questão de design do ISP. O Facebook, criado por estudantes universitários dos EUA, baseia-se no ideal americano de networking, no qual as relações pessoais e profissionais são incentivadas a fundir-se. No entanto, como tantas vezes tem acontecido com as interfaces online, a escala e o alcance do Facebook intensificaram esta relação de forma ineficaz.

6 Ver a decisão do Supremo Tribunal dos EUA no caso *Scheck v. Estados Unidos,* 1919.

Machine Translated by Google



formas completas (juntamente com a necessidade tóxica de atenção que leva muitas pessoas a postar compulsivamente informações minuciosas sobre suas vidas pessoais on-line). Criou a "tempestade perfeita" para minar as fronteiras entre o pessoal e o profissional.

4. Ninguém deveria ter que se desligar completamente para se proteger.
   Aqui, o argumento (particularmente da geração mais velha) é que se pode simplesmente optar por sair das redes sociais ou da esfera online em geral. Isto é quase impossível para grande parte da população. Por exemplo, os alunos utilizam claramente as redes sociais para comunicar com os seus colegas na escola e gerir relacionamentos. O nível de entusiasmo varia, mas não é realmente opcional. Um estudante universitário que não esteja no Facebook (ou na atual rede social dominante em seu ambiente) ficaria social e academicamente isolado, perdendo a comunicação e até mesmo links para informações críticas para estudo. Broadbent e Lobet-Maris também têm razão ao salientar que surge uma nova exclusão digital quando a gestão pode permanecer online durante um dia de trabalho e os trabalhadores não podem.

   Este é o novo tipo de exclusão digital que merece atenção e preocupação. A questão do calendário e do controlo do acesso deve ser considerada com mais profundidade.
5. O desligamento às vezes deve ser encorajado – e cultivado.
   Conforme observado nas reuniões do projeto Onlife, a internet tornou-se uma espécie de cérebro externo para muitas pessoas. Tem a capacidade de estimular e encantar através do acesso à informação e às pessoas, apoiando-nos na nossa busca por estarmos mais bem informados e também através de relações enriquecedoras. Contudo, é aqui que a questão levantada por Broadbent e Lobet-Maris sobre a atenção é tão importante. Precisamos cultivar a capacidade de prestar atenção e concentração, pois isso está se tornando uma arte perdida. Este tipo de atenção concentrada ainda é necessária, principalmente para aprendizagem e relacionamentos próximos. Talvez não se trate tanto de "desligar", mas sim de passar do público para o privado, como discutido em pontos anteriores.
6. Deveria haver "terceiros espaços" que fossem propriedade e regulamentados pelo público europeu.
   Mais uma vez, temos aqui uma questão em que o modelo de comunicação dos EUA passou a dominar na Europa e não se enquadra realmente. Em particular, o Facebook opera sob o sistema libertário dos EUA, no qual há pouca distinção entre o comercial, o privado e o estatal em termos de produção e disseminação de informação. Os americanos rejeitam a noção de Estado como instrumento de mudança social e política; em vez disso, vêem o Estado como o servo dos desejos do público. Embora existam muitas provas de que o Estado dos EUA é maior, mais poderoso e mais redistributivo do que o americano comum acredita que seja, isso também significa que os americanos estão bastante confortáveis com a fusão do poder comercial e político na esfera da informação. O mesmo não acontece com os europeus. Os países europeus criaram sistemas de radiodifusão públicos ou estatais e tendem a dar maior ênfase ao papel do Estado na indução do debate público. Isto significa que as interfaces de Internet e as normas de abertura de dados concebidas nos EUA não são apropriadas. Sugere que os estados europeus e a própria União Europeia precisam de ser mais pró-activos na criação de uma "ágora" pública em que os cidadãos possam debater e discutir ideias políticas de uma forma menos polarizada, bem como de uma forma que apoie mais Democracia europeia a nível nacional ou da União.

Machine Translated by Google



Aqui, poder-se-ia refletir sobre algumas evidências em torno do debate político, dos partidos e das eleições nos Estados Unidos. Como salienta Richard Davis (2009) no seu estudo sobre blogs políticos dos EUA, os blogues influentes nos Estados Unidos são partidários. Refletem a divisão entre Democratas e Republicanos, que normalmente estão mais em desacordo sobre valores sociais do que sobre questões económicas. Apesar desta polaridade – ou talvez por causa dela – os blogues são uma parte particularmente vibrante do debate noticioso nos EUA, sendo frequentemente citados ou notícias políticas de última hora por direito próprio. Novas fontes online tornaram-se populares, não apenas como influenciadores de elite, mas como próprios meios de comunicação. Assim, os Estados Unidos têm um discurso político online mais desenvolvido, embora por vezes polarizado, do que países europeus como o Reino Unido. A questão permanece se esta é uma questão de cultura ou – como diria Scott Wright – de design. Wright, que estudou o efeito de diferentes formatos online na natureza da discussão, argumenta que a deliberação online pode ser "projetada" por interfaces web específicas (2012). Deixados ao acaso ou apenas ao mercado, estes espaços deliberativos não surgem. Isto ocorre em parte porque a interação e a discussão política constituem apenas uma pequena parte do que as pessoas fazem on-line. Contudo, a investigação de Wright concluiu que, quando lhes é dada oportunidade e motivação, as pessoas estão preparadas e dispostas a discutir questões políticas e a mobilizar-se on-line no Reino Unido.

A ideia de uma "ágora" online projetada é particularmente importante durante um período de crise. A minha própria pesquisa e a de outros descobriram que a discussão online se torna mais intensa – e muito mais estreitamente ligada a manifestações offline que vão desde eleições a protestos – em tempos de crise política (Khamis e Vaughn 2012; Lewiÿski e Mohammed 2012 ; Oates 2013 ). À medida que a crise do euro atinge o auge na Europa, onde está o espaço comum para os europeus – em oposição aos cidadãos de nações individuais – discutirem e debaterem estas questões de uma forma racional e informada? A um nível ainda mais fundamental, onde está o espaço comum no qual informações oficiais sobre dívida, tributação, justiça, regras e consequências podem ser trocadas entre um público europeu? A actual cobertura da crise do Euro é, sem surpresa, enquadrada pelas lentes dos meios de comunicação nacionais. Como resultado, o público está lamentavelmente desinformado – e até mesmo mal informado – sobre a informação e as questões em jogo. Como em qualquer esfera de informação disputada e nacionalista (reflectir sobre questões de audiência na Irlanda do Norte ou na ex-Jugoslávia), não existe uma realidade real aceite. Como resultado, é enormemente difícil discutir a questão de uma forma "europeia". A Internet poderia fornecer esse espaço comum, mas não o faz neste momento.

## 4. Do Creative Commons ao Civilized Commons

Os cientistas sociais pensam frequentemente em dualidades opostas – eleitores versus não-eleitores, comunistas versus capitalistas, cidadãos versus elites, guerra versus paz. Apresentamos uma visão de mundo desta forma para estimular o debate, embora dentro de vários

Machine Translated by Google



Nas comunidades epistêmicas, os debates mais úteis muitas vezes lidam com tons de cinza.
Por exemplo, não é como se existissem vastas multidões de cidadãos a vaguear sob o chicote de um círculo de líderes de elite (embora as publicações de esquerda possam apresentar este caso).
Pelo contrário, como membros de uma sociedade, há momentos em que contribuímos e momentos em que simplesmente consumimos, não cumprindo realmente a ideia leninista de "de cada um de acordo com as suas capacidades, para cada um de acordo com as suas necessidades", mas antes de uma forma menos económica e forma menos elegante de assumir papéis mutáveis de responsabilidades e benefícios. Assim, a mudança é melhor entendida como evolução e não como revolução.
No entanto, tem-se falado muito sobre "revoluções" na Internet, seja a "Revolução do Twitter" no Irão em 2009 ou a "Revolução do Facebook" no Egipto em 2011.
Embora muitos dos manifestos discutidos acima (especialmente o de Barlow) descrevam a Internet em termos revolucionários relativamente à redistribuição do poder das elites existentes para as massas, as forças gémeas do poder nacional e do domínio comercial online tornam isso improvável.

No entanto, existem elementos suficientes das forças iniciais que moldaram a Internet para torná-la uma ferramenta social diferente de tudo o que já existiu. Um elemento esquecido da Internet é a velocidade. A sua capacidade de comunicar instantaneamente entre muitos sem estruturas nacionais ou corporativas é de facto revolucionária. Desta forma particular, a Internet reequilibra o poder entre as elites e as massas. Até agora, esta dinâmica tem mais a ver com desafiar as elites políticas do que com substituí-las, como sugere a experiência no Egipto.
Enquanto os Estados estão a aprender a explorar o mundo online para melhor compreender e/ou controlar os seus cidadãos, as instituições políticas tradicionais não estão bem concebidas para tirar pleno partido do capital social oferecido pela esfera online. Em vez disso, poderá acabar por acontecer que as redes de poder distribuídas se tornem mais autorizadas – e esperançosamente mais eficazes – na difusão da democracia do que as instituições de poder estabelecidas. A articulação dos direitos (e responsabilidades) dos cidadãos online é um primeiro passo na preservação do potencial da esfera online para melhorar a condição do Homem.

Há um elemento no Manifesto Onlife que é revolucionário e isso está implícito tanto no próprio manifesto como na recente reflexão de Charles Ess para a iniciativa Onlife: Os governos não podem ser passivos face à evolução da tecnologia.
Ess, no seu capítulo, aponta de forma útil para a evidência histórica de que as empresas não protegem automaticamente os consumidores quando introduzem novas tecnologias (o seu exemplo da explosão dos motores a vapor foi particularmente evocativo). Embora isto seja lamentável, também é compreensível pela lógica do mercado. Nenhuma empresa poderia suportar simultaneamente o custo da inovação e da segurança pública, especialmente com a introdução de novas tecnologias. O problema é que a internet deveria ser diferente; deveria ser um esforço colaborativo pós-moderno que estava acima das exigências tanto da soberania como do capitalismo.
Isso pode ter sido verdade nos estágios iniciais, mas na última década tem havido ampla evidência de que a Internet é o principal locus para negócios (Google, Facebook, etc.) e controles nacionais (como evidenciado pela Síria desligando a Internet no final de 2012 ou a questão mais ampla de como os serviços de segurança em nações ao redor do mundo exploram a Internet para monitorar os cidadãos). A noção de que a Internet não tem profundas implicações económicas e políticas

Machine Translated by Google



O poder político no sentido tradicional é absurdo, mas a visão clara disto é obscurecida por uma memória nebulosa de “ciberutopia” tal como abraçada por Tim Berners-Lee et al.7

O problema é que o debate sobre as vantagens e desvantagens (uma dualidade grosseira) da esfera online não seguiu as lições da história, talvez porque tenha havido demasiada comparação da Internet com os meios de comunicação de massa tradicionais. Embora a Internet partilhe muitas das mesmas questões que os meios de comunicação tradicionais (tais como a ética jornalística, os valores noticiosos, o serviço de propaganda em tempos de guerra e o problema de “emburrecer” as notícias), a esfera online oferece muitas oportunidades adicionais e distintivas. oportunidades e ameaças à sociedade. Estas estão articuladas no Manifesto Onlife, mas o próximo passo é expressar com mais força o que queremos dizer com tudo isto: O Estado precisa de desempenhar um papel. Qual o papel, dado que estabelecemos que não se trata de questões relativamente simples, como o acesso ou a protecção das crianças (embora estas sejam preocupações específicas dentro de uma discussão muito mais ampla)? O Onlife Mani festo mostra que é necessário tornar mais evidentes as escolhas e compensações na esfera online. Ou seja, as pessoas não precisam apenas de ligação à Internet ou mesmo de envolvimento na esfera online; necessitam de um envolvimento informado num campo de concorrência relativamente equitativo, concebido para dar prioridade aos direitos dos cidadãos em detrimento das necessidades das elites.

Por um lado, isto significa um foco em informações mais diferenciadas e úteis para pessoas de todas as gerações e todas as categorias socioeconómicas na Europa sobre os benefícios e as compensações do envolvimento na esfera online. A linguagem sobre os riscos não é útil, especialmente quando não há forma de os indivíduos compreenderem realmente, e muito menos negociarem, riscos como a perda de privacidade e de identidade. Ao mesmo tempo, os governos precisam de estabelecer directrizes para os fornecedores de serviços de Internet, como o Google, o Facebook, o Twitter, etc., para que as pessoas que optam por utilizar estes serviços estejam conscientes da extracção de dados e da renúncia à propriedade das suas imagens e palavras. No geral, os riscos e responsabilidades precisam ser redistribuídos, deixando de recair principalmente sobre o cidadão-usuário e ser compartilhados de forma muito mais substancial pelos provedores de serviços de Internet. Neste exercício, estamos a discutir a União Europeia, mas, em muitos aspectos, este é também o papel dos governos nacionais. Portanto, de tudo isto surge novamente esta ideia da combinação de direitos e responsabilidades, talvez com um paralelo com os privilégios de condução. Tal como os cidadãos são responsáveis por uma condução segura, os governos são responsáveis por eliminar os perigos das auto-estradas. Os cidadãos têm o direito de participar na esfera online, mas têm a responsabilidade de aprender a navegar nela para se protegerem (e aos outros). Ao mesmo tempo, os governos têm a responsabilidade de proteger os cidadãos contra tecnologias perigosas, como as que permitem a extracção excessiva de dados e a perda de direitos de privacidade. Se os governos puderem

[7] Ironicamente, o desenvolvimento de pontos-chave da Internet – como a comutação de pacotes, o TCP/IP, o conceito de e-mail, a World Wide Web e os navegadores da Web – nunca teria sido desenvolvido sem a natureza inicial, aberta e colaborativa da Internet. que acompanhava o forte envolvimento dos académicos e não seguia as leis do capitalismo de mercado. No entanto, o comércio e os Estados-nação expropriaram há muito tempo este capital do freeware, uma medida que talvez seja tão dolorosa para os primeiros programadores web que parece pouco reconhecida. Certamente, existem elementos da esfera online que difundem e promovem valores de participação desinteressada, mas agora são a excepção e não a regra.

Machine Translated by Google



promover a centelha criativa e o potencial que trouxe a Internet até agora para as nossas vidas quotidianas a um ritmo tão rápido, então poderá ajudar a preservar (em vez de destruir) a forma mais promissora de desbloquear o potencial humano no nosso planeta. Os manifestos, que vão da Carta Magna à Declaração da Independência e ao Manifesto Comunista, delineiam mudanças fundamentais na relação entre as elites e os governantes. Estamos numa encruzilhada em termos do equilíbrio de poder entre cidadãos e elites/ impotente e poderoso no mundo digital; a Iniciativa Onlife procura tornar visíveis estas questões e forças.

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

## Referências

Cohen, JE 2012. *Configurando o eu em rede: lei, código e o jogo da prática cotidiana.* Connecticut: Yale University Press.

Davis, R. 2009. *Digitação de política: O papel dos blogs na política americana.* Nova York: Cambridge Jornal universitário.

Hindman, M. 2008. O Mito da Democracia Digital. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Khamis, S., K. Vaughn. 2012. Somos todos Khaled Said: As potencialidades e limitações do ciberativismo no desencadeamento da mobilização pública e na promoção da mudança política. *Journal of Arab & Muslim Media Research* 4 (2–3): 145–163.

Lewiÿski, M., D. Mohammed. 2012. Design deliberado ou consequências não intencionais: Os usos argumentativos do Facebook durante a Primavera Árabe. *Jornal de Deliberação Pública* 8 (1): 1–11.

Oates, S. 2011. Tornando-se nativo: o valor na reconceitualização do fornecimento de serviços internacionais de Internet como meios de comunicação nacionais. *Filosofia e Tecnologia* 24 (4): 391–409.

Oates, S. 2013. *Revolução estagnada: Os limites políticos da Internet na esfera pós-soviética.* Nova York: Oxford University Press.

Ohm, P. 2009. Promessas quebradas de privacidade: Respondendo ao surpreendente fracasso do anonimato. Revisão da Lei da UCLA 57, p. 1701. Artigo de pesquisa de estudos jurídicos jurídicos da Universidade do Colorado nº 9–12. http:// papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1450006. Acessado em 18 de junho de 2013.

Solove, DJ 2004. *A pessoa digital: Tecnologia e privacidade na era da informação.* Nova York: Imprensa da Universidade de Nova York.

Wright, S. 2012. Política como sempre? Revolução, normalização e uma nova agenda para o debate online geração. *Novas Mídias e Sociedade* 14 (2): 244–261.

Machine Translated by Google

# Sobre tolerância e públicos fictícios

**Maio Thorseth**

## 1. Introdução

Uma incidência particular constitui o principal pano de fundo do argumento que será apresentado a seguir. No dia 22 de julho de 2011, a Noruega enfrentou uma tragédia de enormes dimensões. O terrorista de direita Anders Behring Breivik bombardeou o edifício governamental em Oslo, a capital da Noruega, e mais tarde no mesmo dia matou a sangue frio 77 jovens do Partido Trabalhista norueguês que frequentavam um acampamento de verão numa pequena ilha nos arredores de Oslo. Posteriormente, foi muito debatido na mídia como ele poderia cometer esse delito. Deixaremos aqui de lado todos os aspectos práticos e concentrar-nos-emos antes numa questão moral específica, que tem a ver com a tolerância. Mais especificamente, enquadrarei isto como uma questão de saber se poderíamos tolerar a opinião política em que esta acção se baseou.

As opiniões de Breivik foram apresentadas num Manifesto online muito antes de 22 de Julho. O autor expôs aqui uma teoria da conspiração sobre a ameaça das raças inferiores contra os povos arianos e europeus, e discute seriamente como resolver este problema. Grande parte do seu discurso é propaganda de direita, apresentada de forma quase dialógica, onde Breivik se entrevista. Parte da história é sua afirmação de que ele representa uma Ordem Heráldica liderada por ele mesmo. Sem entrar em mais detalhes, descreverei este Manifesto como um uso fictício da razão. Uma das questões do julgamento foi se alguma vez houve outros membros desta Ordem, exceto o próprio autor. Poucos acreditam que existam. Para efeitos de argumentação, assumiremos que toda a história era fictícia – nunca houve qualquer público real.

A questão principal é então se faz diferença se o público é fictício, como no caso de Breivik, ou melhor, um público real no sentido de consistir num certo número de pessoas. Eu acredito que não é. O critério mais importante do personagem fictício não é a quantidade de participantes, mas sim o uso da razão envolvida.
Assim, a diferença entre o real e o fictício é definida processualmente.

M. Thorseth **(ÿ)**
Departamento de Filosofia, Universidade Norueguesa de Ciência e Tecnologia,
Trondheim, Noruega
e-mail: may.thorseth@ntnu.no

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,*
DOI 10.1007/978-3-319-04093-6_23, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



## 2 Novos Públicos e o Velho Problema do Público?— Transição Digital

Devido à transição digital dos meios de comunicação do nosso tempo, podemos ver como o problema do público de Dewey está passando por uma transição (Dewey 1927). Resumidamente, o problema do público tem a ver com uma complexidade política que exige a melhoria dos métodos e condições de debate, discussão e persuasão.
Dewey reconheceu, em particular, a necessidade de um público mais bem informado e também de que os legisladores e os decisores políticos se tornem mais bem informados sobre as experiências do público. Na opinião de Dewey, existe o risco de as pessoas não adquirirem, em grau suficiente, uma visão adequada do público. Por exemplo, tanto os eleitores como os eleitores carecem de métodos e condições de debate para se tornarem suficientemente bem informados. Levantar este problema no contexto dos nossos novos meios de comunicação acrescenta ainda outra dimensão a este velho problema: todas as pessoas com acesso à Internet são, em princípio, capazes de aceder a toda a informação que as pessoas possam desejar, mas por outro lado há também uma aceleração problema de filtragem, conforme discutido, por exemplo, por Cass Sunstein (2001).

Em vez de conceber o problema do público como uma questão de ter à mão os métodos e condições de debate mais adequados, o novo problema é de alguma forma o inverso: devido à transição digital e aos métodos disponíveis hoje, teria sido possível, em princípio, informar o público melhor. Na verdade, a e-democracia e uma melhor comunicação entre, por exemplo, eleitores e eleitores foram tremendamente facilitadas. Mas o problema do público ainda parece ter sobrevivido devido aos mesmos métodos, apesar da sua capacidade de facilitar os fluxos de informação. Como as pessoas nas sociedades liberais e democráticas têm liberdade de expressão e de expressão, juntamente com outros bens democráticos, existe a possibilidade de todos acederem apenas às informações nas quais têm interesse. Devido às tecnologias de informação de hoje, é até possível publicar os seus próprios *Daily Me,* a visão assustadora de Sunstein de uma sociedade fragmentada e desprovida de cola social (Sunstein, 2001). A possibilidade de cada um publicar online os seus próprios jornais personalizados é o pesadelo que Sunstein teme. Apesar dos métodos disponíveis, ele prevê uma sociedade desprovida de cidadãos que assumam deveres sociais para com os seus concidadãos. A seguir argumentarei que o Manifesto de Breivik é um exemplo de um *Diário Sunsteiniano.*

## 3 novas mídias e a confusão entre privado e público

Desde há muito que a distinção entre privado e público existe na literatura, em particular nos debates entre liberais e comunitários sobre temas multiétnicos, por exemplo, no debate sobre direitos de grupo (ver, por exemplo, Rawl 1985; Taylor 1994, e numerosas outras publicações ) . Um dos objectivos da divisão tem sido esclarecer questões de intervenção legítima na esfera privada. Numa perspectiva liberal, a esfera privada foi identificada com bens abrangentes, como a religião e a perspectiva do mundo (Rawls), enquanto o domínio político é visto como possível separar-se do domínio político.

Machine Translated by Google



vida privada e doméstica e mantê-la neutra no sentido de tratar todos de forma igual. Susan Moller Okin argumentou que esta separação liberal entre as esferas é insuficiente para evitar a supressão nas áreas privadas e domésticas da vida. Ela descreveu isso como uma tensão entre multiculturalismo e feminismo (Okin 1999). Outros, como Taylor, discutiram o problema do multiculturalismo e do reconhecimento, ou seja, de como reconhecer todos igualmente e, ao mesmo tempo, respeitar as diferenças (Taylor 1994). Por um lado, todos deveriam ter o mesmo direito de exercer bens abrangentes. Contudo, se um membro de, por exemplo, um grupo étnico ou religioso desaprovar os bens globais desse grupo específico, poderá ser privado do mesmo direito que é admitido a nível político. Assim, não poderíamos mais falar de reconhecimento igual. O resultado contraditório seria que o reconhecimento igual a nível político está internamente ligado ao desrespeito pelos membros individuais do grupo. Assim, podemos ver como a divisão público-privada levanta sérios problemas no debate multicultural sobre a tolerância. Deverão os conflitos no domínio privado ser isentos do escrutínio público nos casos em que os indivíduos sejam privados dos seus direitos legais básicos? E os casos de doutrinação, censura e afins? No contexto deste documento, são particularmente os direitos e deveres relacionados com estar bem informado que estão em jogo. A minha ousada afirmação é que o problema do público prevalece enquanto os cidadãos forem privados da possibilidade de estarem bem informados.

Uma questão fundamental é, naturalmente, se existe um dever correspondente, ou seja, se poderíamos razoavelmente falar de uma responsabilidade de ser informado sobre opiniões divergentes das nossas.

Neste ponto, precisamos fazer uma distinção entre dois entendimentos de “bem informado”. Um deles diz respeito ao conhecimento, por exemplo, das opiniões dos outros. A outra diz respeito à capacidade de reflexão, de fazer julgamentos bem informados. Escusado será dizer que estes estão relacionados. Para o nosso contexto, no entanto, é neste último entendimento que manteremos o foco. A principal razão é porque é possível estar bem informado dos “fatos” de um caso sem necessariamente conhecer melhor, no sentido de julgar melhor. O objectivo de estar mais bem informado nos debates sobre democracia deliberativa prende-se com este último (ver, por exemplo, Dryzek 2000).

Nos ambientes digitais de hoje, é um facto trivial que a maioria das pessoas esteja bem informada simplesmente porque tem *mais* informação sobre uma gama mais alargada de questões em comparação com os tempos pré-digitais. Mas este ponto epistémico também contém uma outra questão: se as pessoas também têm mais *conhecimento?* Em vez de insistir nesta questão epistémica, o meu argumento é antes moral: será que mais informação indica melhor conhecimento? O caso de Breivik prova antes o contrário. Em seu Manifesto ele prova que possui muitas informações sobre “fatos” históricos e também sobre outros pontos de vista. A reflexão “dialógica” realizada no Manifesto não é, no entanto, nenhum diálogo entre ele e os seus oponentes. O que obviamente falta é a capacidade de incorporar opiniões opostas e divergentes no desenvolvimento da sua própria ideologia apresentada no seu documento. Ainda assim, a maioria das pessoas concordaria que ele tem muita informação, e até conhecimento de muitos acontecimentos históricos, embora ainda insista numa interpretação que está em desacordo com os pontos de vista liberais e democráticos dominantes. Ao descrever o estado das artes, ou seja, a ameaça dos muçulmanos e de outros que não se enquadram no seu público higiénico racial, ele descreve uma

Machine Translated by Google



realidade que diverge fortemente das descrições de outras pessoas. O facto de a sociedade envolvente desaprovar veementemente o seu entendimento parece não ter impacto numa possível revisão da sua parte. Esta é uma falha grave porque mina um critério necessário de um público real, nomeadamente o reconhecimento da possibilidade de estar enganado. A menos que seja estabelecida uma ligação com outros pontos de vista, não existe um raciocínio público genuíno. Isto nos dá um critério para distinguir entre públicos reais e fictícios. O suposto público de Breivik pertence a este último.

A bem estabelecida distinção entre público e privado já não é adequada para lidar com casos como o de Breivik. Como Sunstein afirma correctamente, existe uma ameaça à razão pública devido à filtragem, a questão é que as opiniões que deveriam ser tornadas públicas permanecem ocultas ao público, no domínio privado do abrangente.
Mesmo que aceitássemos a distinção de Rawls entre o político e o abrangente, ou o público e o privado, isso não ajudaria muito em casos como este. Em vez disso, precisamos de questionar se devemos aprovar as opiniões apresentadas ao público, a menos que transmitam opiniões publicizáveis. Minha afirmação aqui é que não deveríamos.

O que quero estabelecer é um critério para a possibilidade de concepções mal interpretadas de raciocínio público e para confundir raciocínio público real com raciocínio público fictício. O que parece faltar no Manifesto de Breivik é o ponto de vista dos oponentes e o encontro com a reivindicação de universalização. A seguir daremos uma breve olhada nos "juízos reflexivos" de Kant.

## 4 Julgamento Reflexivo

Antes de continuar a discutir a nossa questão principal – se devemos respeitar o raciocínio público igualmente real e fictício – examinaremos mais de perto o conceito de julgamento reflexivo de Kant. Argumentarei que a vontade de aplicar esta capacidade é decisiva para ser qualificada como um verdadeiro raciocínio público e, portanto, digna de ser tolerada.

### *4.1 O Universal do Julgamento Reflexivo1*

No esquema conceitual de Kant, os julgamentos são de dois tipos diferentes: ou são determinantes, como quando algo particular é subsumido a leis universais, ou, em contraste, "[s]e apenas o particular é dado e o universal tem que ser encontrado para ele". , então o julgamento é simplesmente *reflexivo" (Kant* 1952, Introdução IV:18). O propósito do julgamento reflexivo não é determinar nada; antes, é dar a si mesmo uma lei. Conseqüentemente, a validade é obtida através da reflexão de algo particular, em oposição à subordinação de algo a leis universais. Isto acontece em parte porque o julgamento, que é o tema de investigação na sua *Terceira Crítica,* trata de contingências empíricas e não de leis universais da natureza ou de fins últimos da liberdade.

[1] Partes deste parágrafo foram desenvolvidas pela primeira vez em Thorseth (2008).

Machine Translated by Google



O julgamento é uma entre três faculdades cognitivas, sendo as outras duas a razão teórica e especulativa (juntamente com a sensibilidade e a compreensão) na *Primeira Crítica,* e a razão prática pura na *Segunda Crítica.* O ponto focal de Kant no seu tratamento do julgamento é o gosto e o sublime, e aplica-se antes de mais nada à arte, distinta da natureza (razão pura) e da liberdade (razão prática). Como tal, o julgamento diz respeito principalmente ao domínio estético dos sentimentos de prazer e desprazer, em oposição às faculdades de cognição e desejo. Como tal, prazer e desprazer nunca podem reivindicar necessidade objetiva ou validade *a priori :*

> Tal como acontece com todos os julgamentos empíricos, [prazer ou desprazer] é, conseqüentemente, incapaz de anunciar a necessidade objetiva ou de reivindicar validade *a priori* . … [O] julgamento de gosto, na verdade, apenas reivindica… ser válido para todos. … [Aquele] que sente prazer na simples reflexão sobre a forma de um objeto… reivindica com razão o acordo de todos, embora este julgamento seja empírico….2

A base desse prazer é encontrada na condição universal, mesmo que subjetiva, do julgamento reflexivo, segundo Kant. Um ponto essencial deve ser observado aqui: a sentença recebe sua validade do acordo antecipado com cada julgador.
pessoa.

A validade dos julgamentos depende de quem julga, e não vale para quem não julga. Hanna Arendt defende este ponto, ao enfatizar que a pretensão de validade pressupõe a comunicação entre o eu e os outros. Portanto, a reivindicação de validade de um julgamento nunca pode se estender além da esfera pública daqueles que são membros dele (Arendt 1968, p. 221). Há, em particular, dois aspectos relativos à validade que devem ser observados aqui. Uma diz respeito à relação entre o particular e o universal, enquanto a outra tem a ver com o aspecto público do julgamento. Qualquer julgamento particular baseia-se em recursos contingentes e finitos que, no entanto, podem transcender as condições subjetivas do julgamento particular.
O potencial para transcender a condição puramente subjetiva se deve ao aspecto comunicativo de todos os julgamentos. Conseqüentemente, o julgamento reflexivo está profundamente fundamentado na comunicação. Para o próprio Kant, o julgamento reflexivo deveria situar-se fora do domínio político, ao passo que tanto Arendt como mais tarde Sheila Benhabib argumentaram acertadamente que deveria ser alargado também às faculdades da política e da moralidade (Arendt 1968; Benhabib 1992 ) .

Para responder a este desafio, examinaremos primeiro o relato do próprio Kant. Ele introduz o conceito *de sensus communis,* que é um sentido público e uma faculdade crítica que leva em conta o modo de representação em todas as outras pessoas. Esta faculdade é o poder de fazer julgamentos para efeitos de recurso público, evitando assim a ilusão de que as condições privadas e pessoais são tomadas como objetivas:

> Isto é conseguido pesando o julgamento... com os... possíveis julgamentos dos outros, e colocando-nos na posição de todos os outros... [abstraindo]... das limitações, que afetam contingentemente a nossa própria estimativa (Kant 1952, § 40 , pág. 294).

---

[2] Kant (1952: VII, p. 32). Desde que escrevi este artigo pela primeira vez, tomei consciência de que a tradução de 'erweiterte Denkungsart' como 'mentalidade alargada' ou 'pensamento alargado' pode ser infeliz.
Outros tradutores (Pluhar e Guyer) aplicam, em vez disso, o termo “modo de pensar alargado”, que parece captar melhor o significado do termo alemão.

Machine Translated by Google



Essa forma de pensar no lugar de todos os outros é chamada de pensamento ampliado. O poder de julgamento baseia-se num acordo potencial com outros. Os julgamentos derivam sua validade deste acordo potencial. Segundo Arendt:

> Isto significa, por um lado, que tal julgamento deve libertar-se das "condições privadas subjetivas", isto é, das idiossincrasias que determinam naturalmente a perspectiva de cada indivíduo na sua privacidade e são legítimas enquanto forem apenas mantidas em privado. opiniões, mas não estão aptos a entrar no mercado e carecem de qualquer validade na esfera pública (Arendt 1968, p. 220).

*O sensus communis* pode assim ser comparado ao procedimento de universalização no imperativo categórico, que de forma semelhante apela a um sentido público através da universalização.

O acordo potencial com os outros, juntamente com a libertação das condições subjetivas privadas, é o que permite a validade intersubjetiva dos julgamentos. O tipo de comunicação que atua no julgamento é um tipo diferente de relação entre o particular e o universal. Nas palavras de Sheila Benhabib: "O julgamento não é a faculdade de subsumir um particular a um universal, mas a faculdade de contextualizar o universal de modo que ele se incida sobre o particular" (Benhabib 1992, p. 132 ) . Entendo a "contextualização do universal" de que fala Benhabib como uma pretensão de demonstrar como funciona o apelo universal em cada contexto particular. Por exemplo, uma reivindicação dirigida às autoridades para que abram excepções para algum grupo específico de cidadãos pode contextualizar o universal, demonstrando como o caso particular se relaciona com outros casos semelhantes. Caso contrário, contextualizar o universal poderia apelar à imaginação dos outros de se colocarem nas circunstâncias particulares dos outros. Tanto Arendt como Benhabib concordam com a explicação kantiana do juízo reflexivo no que diz respeito ao procedimento de validade para juízos particulares. No entanto, o tipo de validade intersubjetiva derivada não deve restringir-se apenas ao domínio estético do gosto, como vimos. A principal razão se deve ao apelo intersubjetivo em todo julgamento que antecipa a comunicação com os outros. Mesmo que uma pessoa esteja sozinha na tomada de decisão, existe uma comunicação antecipada com outras pessoas com as quais se deve finalmente chegar a algum acordo (Arendt 1968, p. 220).

A extensão do julgamento reflexivo ao domínio público da razão em geral é vital para o argumento deste artigo. Uma das razões é porque a legitimação de opiniões no domínio público requer a aprovação de outros participantes nos discursos e disputas em curso. Isto pode ser interpretado como um acordo de que uma opinião é razoável ou como um acordo real com a opinião de outra pessoa. O ponto principal aqui é o tipo de aprovação contida na teoria de Habermas de que a opinião pública está a caminhar no sentido de uma validade cada vez mais forte da opinião pública, em vez de reivindicar um acordo real de opiniões (Habermas 1990 ). A validade é então concebida como um processo contínuo de legitimação cujo árbitro final é a própria razão pública.

Machine Translated by Google



## 4.2 Julgamento Reflexivo e Raciocínio Público Real

Uma questão fundamental é se a afirmação de "pensar do ponto de vista de todos os outros" na *Terceira Crítica* de Kant deve ser interpretada como um apelo ao contexto, o que é assumido na extensão do julgamento reflexivo de Arendt à faculdade pública. A validade no modelo kantiano baseia-se na comunicabilidade universal de julgamentos particulares. Assim, pode-se argumentar que a ênfase ainda está na universalidade, e não na particularidade concebida como contexto. A universalidade baseia-se, no entanto, num sentido público que só é possível partilhar com outros na medida em que é comunicável e pode assim ganhar validade universal. Assim, penso que faz sentido interpretar a particularidade na explicação kantiana dos juízos como um apelo ao contexto de juízos particulares, em tópicos que dizem respeito tanto à razão como ao juízo. Por outras palavras, não vejo nenhuma boa razão para que o julgamento reflexivo não se aplique a todas as nossas faculdades cognitivas: compreensão, julgamento e razão. Penso que é importante interpretar a afirmação de Kant sobre a universalidade como sempre sensível ao contexto num certo aspecto: pensar do ponto de vista de qualquer pessoa será, por necessidade, sempre dependente do contexto, uma vez que a acção terá sempre lugar num contexto part

O que está em jogo ainda é a relação entre o particular e o universal, e como o primeiro obtém validade ao se relacionar com o último. A reivindicação de validade universal na teoria do discurso de Habermas foi contestada por alguns dos seus críticos, que argumentaram que as condições contextuais da comunicação são ignoradas no seu modelo (Habermas 1996; Young 2002). A importância de transcender as condições subjectivas meramente privadas, contudo, parece ser reconhecida tanto por Habermas como pelos seus críticos. Pelo contrário, o que é contestado diz respeito ao papel do particular: como constituinte e necessário de todos os tipos de julgamento, ou como limitações contextuais da comunicação legítima na deliberação pública. A seguir exploraremos a relação das faculdades de cognição e das máximas da compreensão humana comum de Kant com a razão pública na deliberação.

## 4.3 Máximas de compreensão humana comum de Kant

A principal preocupação de Kant é explicar os fundamentos e limites da razão humana. Ao fazê-lo, ele considera o uso prático da razão o mais fundamental, de acordo com Onora O'Neill (1989). O uso prático da razão é fundamental porque nos permite agir de forma autónoma, ou seja, não sermos governados por forças externas. O único limite para esta liberdade é o imperativo categórico ou o princípio da universalização. Da mesma forma, ligamos o julgamento reflexivo à razão pública por meio da publicidade de julgamentos particulares. Este ponto é fundamental para entender por que o uso público da razão é tão importante.3 Basicamente, isso se deve à afirmação de Kant de que o uso público da razão deveria ser sempre gratuito. Para que o nosso uso público da razão seja livre

3 A distinção entre uso público e privado da razão demarca a diferença entre sensus communis e sensus privatus (O'Neill 1989, p. 45). O primeiro é identificado com ampliado

Machine Translated by Google



devemos encarar os atos de comunicação como os objetos adequados de tolerância. A razão é porque a tolerância é vista como uma resposta à comunicação. Este é um conceito mais profundo de tolerância em comparação com ver as declarações de outros como meras expressões. O ponto básico é que *a comunicação,* em vez da *expressão* é exigido pela razão pública. Parte desta reivindicação de liberdade de fazer uso público da razão baseia-se nas máximas do entendimento comum: (1) pensar por si mesmo, (2) pensar do ponto de vista de todos os outros, ou seja, pensamento ampliado e (3) sempre pensar consistentemente (Kant 1952, § 40, p. 294). A primeira é a máxima do entendimento, a segunda a máxima do julgar e a terceira a máxima da razão. Todas estas máximas da razão pública são mais profundas do que qualquer outro uso da razão e são padrões para abordar "o mundo em geral" (O'Neill 1989, p. 48). Ao dirigir-se ao mundo em geral, a razão não aceita nenhuma autoridade externa. É este uso da razão que atua no julgamento de situações particulares, derivado da capacidade humana de julgamento reflexivo.

Assim, vemos como o julgamento reflexivo e o pensamento ampliado em Kant são básicos para qualquer outra forma de comunicação. Este é o ponto importante a extrair do seu modelo para validação na faculdade pública, e é particularmente interessante porque dá conta de como a reflexão de situações e condições particulares pode reivindicar validade. Isto é verdade na medida em que os apelos apresentados se dirigem a um público universal. Em contrapartida, dirigir-se apenas a um público restrito não pode reivindicar algo que seja universalmente comunicável. Ainda assim, os usos privados da razão podem ser legítimos para determinados fins. O ponto importante a ser destacado é que "não há boas razões para tolerar quaisquer usos privados da razão que prejudiquem os usos públicos da razão" (O'Neill 1989, p. 49). Assim, argumentando com Kant, seria legítimo aceitar usos da razão que não abordem o mundo em geral – talvez até aceitando autoridades externas – desde que sirvam à razão pública.4

Ao regressar ao nosso caso do Manifesto de Breivik, enfrentamos claramente um exemplo de um tipo de razão que é susceptível de prejudicar o uso público da razão. Se o seu uso da razão deve ser considerado privado e não público não é o mais importante. Em linha com a distinção entre real e fictício delineada acima, argumentarei que o carácter fictício, ainda mais do que o carácter privado, do uso da razão por Breivik é o mais importante. Não é apenas uma tentativa de esconder que a sua opinião não foi exposta ao escrutínio público; o método em questão, ou seja, a publicação na Internet, reforça a impressão de ser público. Isto é particularmente verdade porque se assemelha a documentos e usos da razão que são genuinamente públicos no sentido kantiano. O julgamento reflexivo e o uso público da razão é a libertação dos nossos julgamentos das condições privadas subjetivas, uma condição necessária para pesar os nossos julgamentos com os possíveis julgamentos dos outros, colocando-nos na posição de todos os outros. Falhando

pensando, dirigindo-se a um público irrestrito, enquanto o último é restrito, por exemplo, ao preencher as funções de clérigos, oficiais e funcionários públicos.

[4] Discute-se se a razão pública deve ser vista como um processo gradual em direcção a um maior esclarecimento, o que diz respeito à relação entre a primeira e a terceira máximas do sensus communis: a máxima de pensar por si mesmo e a máxima de pensar consistentemente. Se for concebido em termos de desenvolvimento, então poderemos prever um processo contínuo no sentido de uma melhor compreensão que só pode ser julgado ao longo da linha do desenvolvimento.

Machine Translated by Google



fazer isto enquanto se argumenta *como se* as opiniões de alguém se qualificassem como públicas é a principal falha do Manifesto de Breivik. Ainda assim, como expressão dentro do domínio público dos enunciados, resta discutir se somos, de alguma forma, obrigados a tolerá-la. Tal como tem sido argumentado no debate em curso sobre a liberdade de expressão democrática liberal, parece não haver nenhum critério substantivo para traçar um limite. Em vez disso, este artigo é uma tentativa de estabelecer um critério processual para a tolerância.

## 5 Responsabilidade e tolerância em jogo

A partir do argumento desenvolvido acima, passaremos a discutir por que razão a razão pública deve ser tolerada, em oposição à razão pública fictícia. A tolerância é aqui baseada num relato positivo dela (Addis 1997). Muito em linha com a descrição positiva da liberdade, o conceito de tolerância positiva de Addis requer acção ou envolvimento.
Outro conceito de tolerância positiva aplicado por Addis é o de "solidariedade pluralista" (Addis 1997).5 Resumidamente, tolerar significa envolver-nos com aqueles de quem discordamos, não apenas deixá-los em paz ou permitir-lhes que permaneçam estranhos. De acordo com este entendimento, a tolerância requer comunicação genuína, ou seja, ligação com as opiniões dos outros. No entanto, a falta de tal relação não implica necessariamente desrespeito.
A questão aqui é identificar quais expressões devem ser consideradas dignas de envolvimento dialógico e, assim, tornar-se parte da razão pública.

O Manifesto de Breivik parece claramente não se destinar à razão pública no nosso sentido. A mensagem é uma reivindicação de uma verdade ou ideologia incontestada sobre o estado das artes para a Europa em particular. O objectivo principal na sua mente é salvar a Europa da ameaça de ideologias perigosas, em particular a muçulmana. Mas não será esse medo legítimo e por que não seria digno de respeito ou tolerância? Tentarei esclarecer este ponto comparando Breivik com outro personagem cujas opiniões também não foram contestadas por pontos de vista opostos.

### *5.1 Stefan Arkadievitch x Anders Behring Breivik*

O personagem a ser comparado a Breivik é Stephan Arkadievitch, um personagem fictício de *Anna Karenina, de Leo Tolstoy.* Ele nunca mudou de ideia, nem dos jornais que costumava ler. Ele nunca questionou as fontes que utilizou para se informar. Ele escolheu os jornais adequados à sua classe e à sua posição. Assim, ele nunca corre o risco de ser forçado (por algum argumento melhor) a mudar, e menos ainda a melhorar, suas opiniões. Se ele mudou de opinião foi unicamente devido aos jornais que leu — e qualquer mudança desse tipo ele comparou a uma mudança de chapéu! (Tolstoi 1886). Neste personagem vemos o tipo de cidadão que dá origem ao problema do público.

5 O conceito de "solidariedade pluralista" de Addis baseia-se no conceito de liberdade positiva, cf. Isaías Berlim (1958/1969), Charles Taylor (1994).

Machine Translated by Google



Embora Breivik, ao contrário de Arkadievitch, esteja profundamente envolvido com questões políticas, ambos operam de uma forma que demonstra o problema do público.

A semelhança relevante nos dois casos é que as "tecnologias", em certo sentido, parecem impedi-los de estar mais bem informados. Embora o personagem de Tolstoi acredite que está sendo suficientemente bem informado através dos canais de mídia disponíveis, Breivik, de maneira semelhante, atua ele próprio como uma instituição de mídia (cf. Dailey *Me* , de Cass Sunstein). Faltam claramente informações relevantes que poderiam tê-los informado melhor em ambos os casos.

Normalmente estamos habituados a pensar que as instituições públicas como os meios de comunicação social não só nos fornecem informação relevante, mas também nos fornecem informação melhorada e qualificada. Contudo, nem Arkadievitch nem Breivik parecem dar testemunho de que se tornaram mais bem informados ou mais conhecedores num sentido relevante. Como no caso de Breivik, o personagem de Tolstoi também acessa apenas as informações que deseja, ou seja, ele sempre lê os papéis que confirmarão seus pontos de vista preconcebidos, de acordo com o que ele definiu antecipadamente como adequado para alguém de sua po
Tal como Arkadievitch, Breivik também se apega a opiniões que já aceita como verdadeiras. De maneira semelhante, ambos evitam que seus pontos de vista sejam desafiados por opiniões opostas. Da mesma forma, tanto o personagem de Breivik quanto o de Tolstoi parecem ser imunes a contra-argumentos, e ambos parecem se ater às opiniões que são predicadas, seja pela classe a que pertence (Arkadievitch) ou pela própria pessoa (Breivik). Ainda assim, argumentarei que existe uma diferença relevante entre os dois casos: referir-se ao que é adequado à sua própria classe ou posição pressupõe alguma relação comunicativa com a comunidade envolvente, ao contrário do caso de Breivik, já que este último parece ser mais ou menos isolado de qualquer comunidade comunicativa.

Existem dois fenômenos relacionados, mas ainda diferentes, envolvidos nesta comparação. Por um lado existe a possibilidade e o risco de filtragem, que certamente diferem nos dois casos, mas esta diferença é de grau. As opiniões de Stefan Arkadievitch baseiam-se num elevado grau de filtragem, tal como as opiniões de Anders Behring Breivik, embora num grau ainda mais elevado. Porém, quando se trata de reclusão há uma diferença entre os dois casos, que não é apenas de grau, mas também de qualidade. Esta diferença é a descrita acima, da qual falei como uma diferença entre um público real e um público fictício. O caso Breivik não é apenas um problema mediático como tal, mas tem a ver com uma crença cega na possibilidade de criar um público através de novas tecnologias. Assim, a transição digital e os novos meios de comunicação parecem acrescentar algo ao velho problema do público de Dewey.6

6 Neste ponto, gostaria de apontar para o conceito de hiper-história de Luciano Floridi, que considero útil para compreender a diferença radical entre as mídias antes e depois da transição digital. Floridi afirma que a hiper-história é caracterizada pelo bem-estar social dependente das TIC.
Seguindo esta linha de pensamento, podemos ver Breivik como uma ilustração grotesca deste ponto. Se ele tivesse vivido na história – por exemplo, na época de Stefan Arkadievitch – é duvidoso que os meios de comunicação teriam contribuído para o seu bem-estar da mesma forma que a Internet tornou possível.

Machine Translated by Google



## *5.2 Tolerância com Públicos Reais ou Fictícios?*

Do exposto, assumirei que Stefan Arkadievitch participa de um público real, ao contrário de Anders Behring Breivik, que é membro de um público fictício, que se desenvolve principalmente em ambientes virtuais. A principal distinção entre as duas "realidades" não é, contudo, se são virtuais em oposição a reais, mas sim se são fictícias em oposição a públicas. O uso da razão ainda é, até certo ponto, público no caso de Arkadievitch, embora fictício no que diz respeito a Breivik. No entanto, embora o carácter virtual da comunicação não seja a principal fonte do problema, ainda parece haver uma ligação não trivial entre ambientes virtuais e um público fictício, uma vez que as realidades virtuais parecem ser um recurso necessário, embora não suficiente. condição de ficcionalidade.

Poderia facilmente argumentar-se que a distinção entre o real e o fictício é igual à diferença que poderia ser traçada entre o real e o virtual.7 Isto é, no entanto, enganador, uma vez que uma realidade virtual pode muito bem ser comunicativa, por exemplo, num sentido habermasiano. , onde a comunicação é baseada no uso público da razão. Como exemplo, houve diversas ocasiões em que ações de ativistas políticos começaram com a mobilização de pessoas num mundo virtual online antes de se espalharem offline (Thorseth 2006). Em contraste, o público no caso de Breivik baseia-se no uso fictício da razão, enquanto finge apelar a um público real e universal.

Como mencionado anteriormente, Cass Sunstein e muitos outros escreveram extensivamente sobre o problema da filtragem e da polarização de grupo. Prevê-se que uma distinção entre os mundos real e virtual seja a distinção relevante, e o virtual tende a ser associado a uma ameaça radical à razão pública. A partir dos argumentos acima, afirmarei que isto é parcialmente mal concebido, uma vez que a ameaça real tem antes a ver com públicos fictícios. Contra isto, poder-se-ia naturalmente objectar que o carácter fictício não precisa necessariamente estar associado a uma ameaça à razão pública, uma vez que não precisa necessariamente de haver uma ligação interna entre ideologias extremas e a sua fictícia. Esta é a razão da minha afirmação de que o personagem fictício deve ser definido de forma processual. O caráter fictício de um público reivindicado deve ser definido pelos seus métodos comunicativos. Como consequência, é uma questão em aberto se *os públicos* fictícios precisam ou não prevalecer.

Este critério processual baseia-se num argumento desenvolvido em Thorseth, defendendo uma distinção entre paternalismo legítimo e ilegítimo em conflitos poliétnicos (Thorseth 1999). Resumidamente, o ponto mais importante é que uma reivindicação de publicitabilidade é básica para o reconhecimento. A relutância em discutir publicamente o que já foi contestado no domínio público baseia-se, em alguns casos, no fundamentalismo processual, como, por exemplo, privar outros do "sim" ou do "não" autónomo.8 Aqui quero estabelecer que os públicos reais e virtuais não são morais . opostos, enquanto o contraste

7 Uma análise aprofundada do caráter do virtual é discutida em Ess e Thorseth (2011).

8 Esta afirmação baseia-se no argumento de Habermas contra os direitos de grupo previamente definidos, porque a aceitação ou recusa autónoma pode assim ser restringida. Por exemplo, todos deveriam poder não consentir com normas e práticas que até agora foram ignoradas pelas gerações anteriores (Habermas, 1994).

Machine Translated by Google



A diferença entre real e fictício é claramente: um “sim” ou “não” qualificado pode ser genuíno ou real em um mundo virtual, mesmo que quem consente saiba que uma simulação está acontecendo. Isto é diferente no caso fictício em que parecem faltar opções alternativas de escolha. Por exemplo, as pessoas podem muito bem ser capazes de produzir o seu *Daily Me* enquanto ainda estão conscientes de que estão fazendo essa escolha conscientemente. No caso de Breivik, tal como em muitos outros casos fundamentalistas, não temos boas razões para acreditar que o seu *Daily Me* resulte de uma escolha inconsciente, muito pelo contrário. Isto pode acontecer quer atuem num mundo real ou virtual, ou seja, quer se dirijam a um público real ou virtual. O resultado deste argumento é então que a distinção real/virtual não é de vital importância na definição da distinção real/fictício. Isto pode parecer trivial, mas acredito que não, uma vez que o carácter virtual das novas tecnologias mediáticas é frequentemente considerado a principal fonte de danos à razão pública. A virtualidade pode estar associada à criatividade e oferecer possibilidades de raciocínio ampliado, enquanto a ficcionalidade descrita acima tende a funcionar na direção oposta.9 Por enquanto, o ponto saliente são as maneiras pelas quais os públicos fictícios divergem dos públicos reais em nossa discussão sobre o uso público de razão.

Uma preocupação séria discutida neste artigo é o risco de uma verdadeira confusão de argumentos , *como se* fizessem parte da razão pública. No rescaldo do caso Breivik, este risco foi expresso em termos da influência que este caso – tanto o Mani festo como o julgamento – tem sobre um público mais amplo de pessoas com pontos de vista ideológicos extremos. Argumentarei que este risco de uso privado da razão *como se* fosse pública faz parte do problema do público no domínio da transição digital. Relembrando o conceito de publicitabilidade de Onora O'Neill e a distinção de Kant entre uso privado e público da razão, ela afirma que a comunicação publicizável é “em princípio acessível ao mundo em geral e pode ser debatida sem invocar autoridade”.

10 A alegação de universalização associada a esta restrição certamente está ausente na proposta de Breivik. caso.

## 6 Observações Finais

A principal preocupação aqui discutida é a possibilidade de produzir argumentos *como se* fizessem parte da razão pública em ambientes online; *como se estivessem* qualificados para se dirigir a um público universal. Tornar algo publicamente disponível não deve ser confundido com publicitabilidade no sentido de O'Neill. A divulgação de um Manifesto na Internet não é necessariamente publicitável. A diferença entre “publicamente disponível” e “publicizável” torna-se particularmente urgente dadas as novas tecnologias de informação dos nossos tempos. O Manifesto de Breivik é, neste sentido, possível devido à transição digital, e é, como tal, resultado de viver na hiper-história, nas palavras de Luciano Floridi

9 Ver Thorseth (2008) para uma discussão sobre a razão pública e um modo de pensar mais amplo.

10 O'Neill (1989, p. 34). Autoridade aqui se refere à autoridade da razão, em oposição às autoridades externas.

Machine Translated by Google



sentido.11 Para os humanos, viver na era hiper-histórica implica então uma dependência das TIC como fundamentais para o bem-estar, também quando se trata da própria comunicação. Se esta análise estiver correcta, podemos imaginar um cenário onde o bem-estar dos cidadãos depende da sua capacidade de dominar a nova tecnologia. Mas será que isso também implica necessariamente que ficamos sem qualquer meio de distinguir entre modos de comunicação legítimos e ilegítimos? Eu acho que não. Mas, para manter uma sociedade humana, precisamos de ser capazes de traçar a linha entre modos toleráveis e não toleráveis de raciocínio público. Neste artigo tentei esboçar uma estratégia para estabelecer esta linha, identificando o uso fictício da razão pública como um modo de comunicação que não deve ser tolerado.

O virtual não é o inimigo real; pelo contrário, é o aspecto ideológico ligado a públicos fictícios – sendo a principal razão a possibilidade de "públicos" ideológicos e fictícios. Uma outra questão que surge desta afirmação é, no entanto, se o tipo de "públicos" em vista poderia existir sem os ambientes digitais e virtuais. A minha tese é que não poderiam, apontando assim para um aspecto genuinamente novo do problema do público de Dewey. O conceito de hiper-história de Floridi apresentado acima é útil para compreender como a transição digital mudou radicalmente as condições do raciocínio público. Se os ambientes são virtuais ou "reais" é menos importante.

A minha afirmação neste artigo é que a ameaça à razão pública de hoje tem basicamente a ver com a possibilidade de criação de públicos fictícios. Como argumentado acima, a verdadeira ameaça ao uso público da razão não são os mundos virtuais online em si. O critério decisivo é saber se estamos perante um público fictício sem meios eficazes de o reconhecer. Espera-se que o argumento aqui desenvolvido contribua para ajudar a identificar o problema do público numa era de transição digital.

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

## Referências

Addis, A. 1997. Sobre a diversidade humana e os limites da tolerância. Em *Nomos XXXIX: Etnia e direito de grupo,* ed. I. Shapiro e W. Kymlicka. Nova York: Imprensa da Universidade de Nova York.

Arendt, H. 1968. Crise na cultura. Entre *o passado e o futuro: Oito exercícios de pensamento político,* Ed. H.Arendt. Nova York: Meridiano.

Benhabib, S. 1992. *Situando o eu.* Cambridge: Polity Press.

11 Floridi (2012): "[Para resumir, a evolução humana pode ser visualizada como um foguete de três estágios: na pré-história, não existem TIC; na história, existem TIC, que registam e transmitem dados, mas as sociedades humanas dependem principalmente de outros tipos de tecnologias relativas a recursos primários e energia; e na hiper-história existem as TIC, elas registram, transmitem e, sobretudo, processam dados, e as *sociedades humanas tornam-se vitalmente dependentes delas e da informação como* recurso fundamental"(grifo do autor).

Machine Translated by Google



Berlim, I. 1958/1969. Dois conceitos de liberdade. Em *Quatro ensaios sobre liberdade,* ed. I. Berlim. Oxford: Imprensa da Universidade de Oxford.

Dewey, J. 1927. *O público e seus problemas.* Nova York: Henry Holt & Co.

Dryzek. J. 2000. *Democracia deliberativa e além. Liberais, críticos, contestações.* Oxford: Imprensa da Universidade de Oxford.

Ess, C. e M. Thorseth. 2011. *Confiança e mundos virtuais. Perspectivas contemporâneas.* Nova Iorque: Pedro Lang.

Floridi, L. 2012. Hiperhistória e filosofia das políticas de informação. *Filosófico Tecnologia* 25:129–131.

Habermas, J. 1990. *Consciência moral e ética comunicativa.* Cambridge: MIT Press.

Habermas, J. 1996. *Entre fatos e normas.* Cambridge: MIT Press.

Kant, I. 1952. *A crítica do julgamento.* (Trad. JM Meredith, 1952). Oxford: Clarendon.

Okin, SM 1999. *O multiculturalismo é ruim para as mulheres?* Princeton: Princeton University Press.

O'Neill, O. 1989. *Construções da razão. Explorações da filosofia prática de Kant.* Cambridge Jornal universitário.

Rawl, J. 1985. Justiça como equidade. Político, não metafísico. *Filosofia e Assuntos Públicos* 14 (3):223–251

Sunstein, C. 2001. *República com.* Imprensa da Universidade de Princeton.

Taylor, C. 1994. *Multiculturalismo. Examinando a política de reconhecimento.* Princeton: Princeton Jornal universitário.

Thorseth, M. 1999. Paternalismo legítimo e ilegítimo em conflitos poliétnicos. Gotemburgo. Acta Universitatis Gothoburgensis.

Thorseth, M. 2006. Deliberação mundial e uso público da razão online. *Ética e Tecnologia da Informação,* 8:243–252.

Thorseth, M. 2008. Julgamento reflexivo e pensamento ampliado online. *Ética e Informação Tecnologia* 10:221–231.

Thorseth, M. 2011. Comunicação global online contra conhecimento fundamentalista offline? Em *Fundamentalismo no Mundo Moderno,* eds. U. Mårtensson, J. Bailey, P. Ringrose e A. Dyrendal, 25–49, vol 2. Londres: IBTauris.

Tolstoi, L. 1886. *Anna Karenina.* Nova York: Thomas Y. Crowell & Co.

Young, IM 2002. *Inclusão e democracia.* Oxford: Imprensa da Universidade de Oxford.

Machine Translated by Google

# Parte VIII
# A Iniciativa Onlife – Conclusão

Machine Translated by Google

# A Iniciativa Onlife – Conclusão

**A Iniciativa Onlife**

Isto não é uma conclusão, se a conclusão pretende encerrar o que deve ser lembrado do trabalho anterior. Este também não é um resumo executivo, se um resumo executivo for tudo o que é necessário ler para compreender o valor acrescentado de uma iniciativa.

*O Manifesto Onlife* é a ágora deste empreendimento intelectual e o material que o acompanha é uma paisagem onde todos são convidados a caminhar ou navegar à vontade e, esperançosamente, a inspirar-se, de uma forma que leve a revisitar os seus quadros referenciais. Na verdade, nenhuma ou poucas das recomendações apresentadas neste trabalho estão "prontas para uso": todas elas exigem uma reinterpretação ou tradução ativa por parte de cada leitor, dependendo de onde ele ou ela se encontra nesta era hiperconectada. Dito isto, poderíamos ter pulado a conclusão, mas optamos por terminar com o seguinte.

*O Manifesto Onlife* é a nossa contribuição sobre as mudanças que os decisores políticos e outras partes interessadas precisam de considerar para moldar a ação pública e privada numa era hiperconectada. Cada palavra do *Manifesto Onlife* foi cuidadosamente considerada e se apenas uma coisa deve ser lida, é este Manifesto e não esta conclusão.

Uma componente essencial desta remodelação tem a ver com a concepção: os intervenientes na governação devem prestar especial atenção a esta dimensão da experiência onlife: para além dos instrumentos tradicionais de governação, hard e soft law, tais como regras nacionais, tratados internacionais, ou códigos de conduta, a governança de um sistema multiagente complexo depende cada vez mais dos aspectos técnicos dos mecanismos de design.

A realidade, tal como se desenrola numa era hiperconectada, exige uma reengenharia de conceitos e uma reconsideração de quadros conceptuais: isto requer um esforço de investigação por parte da comunidade de investigação em ciências sociais e humanas, uma atitude aberta de todos os cientistas em relação à interdisciplinaridade genuína e uma atitude proactiva em relação ao envolvimento dos cidadãos. . O Horizonte 2020 oferece uma oportunidade oportuna e maravilhosa para apoiar estes três objetivos e deve ser mobilizado para esse efeito.

A Iniciativa Onlife **(ÿ)**
Oxford, Reino Unido
e-mail: claire.lobet@unamur.be

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,*
DOI 10.1007/978-3-319-04093-6_24, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



Consideramos que o trabalho iniciado com a iniciativa Onlife poderia ser utilmente prosseguido numa segunda fase. Na verdade, vários caminhos foram abertos e requerem mais explorações e refinamentos, nomeadamente no que diz respeito à governação, responsabilidade e atenção.

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

Machine Translated by Google

# Índice

**Acesso aberto** Este capítulo é distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Attribution Noncommercial, que permite qualquer uso, distribuição e reprodução não comercial em qualquer meio, desde que o(s) autor(es) original(is) e a fonte sejam creditados.

**A**

Agentes, 10, 36, 55, 56, 59–61, 101, 105, 115, 146, 149, 151, 154, 155, 162, 167, 171, 173, 196, 205, 206, 209–211, 213, 215
Arendt, Hannah, 41, 42, 134, 145, 195, 197
Artefatos, 209–211
Atenção, 1, 12, 31, 32, 34, 45, 46, 83, 111–114, 116, 117, 119, 120, 122, 131, 137, 138, 151, 162, 164, 165, 168, 174, 204, 206, 214, 220, 225, 237, 239, 261
Autoridade, 56, 59, 67, 72, 73, 75, 76, 149, 151, 165, 223, 256
Autonomia, 11, 12, 56, 60, 90, 95, 99, 103, 105, 122, 150, 168, 169, 173, 175, 187, 188

**B**

Grandes Dados, 12, 112, 113

**C**

Complexidade, 10, 27, 58, 61, 112, 113, 121, 136, 150, 161–163, 167–170, 174, 185, 188, 213
Virada computacional, 181
Controle, 8–12, 25–27, 35, 37, 45, 46, 53, 60, 74, 77, 96, 100, 112–115, 117–119, 186, 198, 199, 202, 205, 206, 210, 211, 214, 225, 241

**D**

Democracia, 31, 32, 56, 70, 71, 73, 90, 100, 102–104, 121, 126–128, 130, 186, 190, 195, 222, 241, 247
Projeto, 32, 53, 77, 118, 126, 128, 131, 132, 138, 145, 146, 158, 163–166, 168, 172–175, 185, 186, 189–191, 202, 224, 225, 240, 261
Aura digital, 83, 84
Liberdade digital, 230
Alfabetização digital, 158, 212, 213
Direitos digitais, 229, 234, 237, 241
Democracia direta, 31, 56, 125–127
Responsabilidade distribuída, 8, 61, 99
Dupla contingência, 183

**E**

Responsabilidade epistêmica, 80, 99, 147, 148, 149, 151, 154–157, 229
Igualdade, 9, 32, 89, 90, 95, 96, 100, 103–106, 128–130, 154, 205, 207, 209
Ética da tecnologia, 223

**F**

Públicos fictícios, 248, 253-256

L. Floridi (ed.), *O Manifesto Onlife,* DOI
10.1007/978-3-319-04093-6, © O(s) Autor(es) 2015

Machine Translated by Google



**G**

Google Glass, 218–220, 224, 225
Governança, 33, 34, 71, 73, 74, 125, 127, 147, 148, 154, 156–158, 163–168, 171–175, 195, 226, 261

Ecologia cinza, 120, 121
Arquitetura de computação em grade, 70

**H**

Condição humana, 2, 21, 41, 43, 67, 135, 145, 195, 199, 201, 203, 205, 206, 208, 214
Hiperconectividade, 1, 3, 9, 12, 18, 33, 36, 42, 96, 99, 145–148, 154, 156, 157, 211–214, 261

Hiperhistória, 51, 53, 54, 57, 60, 61, 256

EU

Sociedade movida pelas TIC, 163, 172, 175, 188, 190
Identidade, 56, 58, 59, 95–97
Imortalidade, 31, 118, 137, 138
Tecnologia da informação (TI), 38, 75, 82, 161, 217, 218, 224
Postura intencional, 183
Governança da Internet, 168
Privacidade na Internet, 229, 235
Política estatal da Internet, 80, 232
Intimidade, 11, 44, 100, 119, 225
Lei de TI, 161

**M**

Aprendizado de máquina, 181
Manifesto, 245, 247, 256
Teoria Média, 94, 99, 106
Sistema multiagente (MASs), 56

**N**

Natalidade, 184, 186, 197, 202, 204–209, 211, 214, 215
Distinção da natureza, 209-211
Efeito de rede, 36, 154, 163, 175, 181

**Ó**

Na vida, 163–167, 170, 175, 183–186, 190, 191, 217–219, 230, 237, 239
Manifesto Onlife, 1, 2, 47, 90, 131, 135, 214, 229, 234, 236, 237, 241, 242, 261
Orientação, 121

**P**

Democracia participativa, 32, 126
Filosofia da tecnologia, 150, 218, 219
Pluralidade, 12, 42, 119, 185, 187, 196–199, 201, 202, 204–214
Privacidade, 1, 10, 13, 17, 45, 89, 95, 96, 98–102, 105, 119, 120, 138, 139, 173, 175, 183, 184, 189, 190, 208, 212, 213, 217, 222, 229, 234, 236–238, 242, 250
Distinção público/privado, 208, 209
Razão pública, 248, 250–253, 255–257
Públicos e questões, 186

**R**

Roubo de realidade, 212-214
Público real, 245, 248, 251, 255, 256
Julgamento reflexivo, 248-253
Eu relacional, 11
Pesquisa e Inovação Responsável, 147, 148, 156

**S**

Tecnologias autoaplicáveis, 172-175
Redes mundiais pequenas, 169-171
Sistemas sociotécnicos, 10, 145, 151
Pedidos espontâneos, 10, 34, 162, 163, 166–170, 174
Processo de Diálogo Democrático Estruturado (SDDP), 125

**T**

Mediação tecnológica, 218, 224
Topologia de sistemas sociais complexos, 170

**C**

Sistema Westfaliano, 8
Wikipédia, 66, 71, 73–75, 146